

*Pedro Martinello*



# **A BATALHA DA BORRACHA**

**NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**



**Edufac**



**E** escrever sobre a obra de Pedro Martinello, destacar a investigação profunda, exaustiva e o valor fundamental para o saber e compreender amazônico tantos já o fizeram. O que quero é falar do Pedro enquanto ser humano, e isso só é possível na linguagem do coração. Reconhecer o Pedro mais pra lá do cientista criterioso, refinado, metódico... que, com seu escrever “capuchinesco”, nos legou seu dom e dedicação de uma vida à educação. Pedro, além de educador e pesquisador irretocável em sua conduta científica, fez a diferença em virtude de sua percepção humanística singular. Quem o conheceu lembra do seu ar afável, boa escuta – sabia ouvir como ninguém. Humilde e atencioso como os sábios. Sua voz mansa, pausada, tornava-se eloquente e contagiante, quando em aula ou conferência. Tinha a vocação da palavra bem dita e bem escrita. A atitude de ser capaz de reconhecer o lado bom das pessoas era sua vocação maior. Na Ufac, trocar idéias, filosofar sobre a vida ou conversar ao vento, em companhia do Pedro, era bom demais.

CONTINUA ➤

Esses momentos, oportunidades valiosas de crescimento, acabavam nos deixando o gosto de ter provado algo que possibilitava preenchimento, em lugar do vazio existencial. Isso nos estimulava a buscar, investigar, melhorar um pouco mais a cada dia, como profissionais e seres humanos. Penso que alcançar esse ideal na educação foi intenção constante do grande educador. Tive o privilégio de trabalhar, conviver e muito aprender com o Pedro. No produzir acadêmico, sua conduta foi de estímulo permanente no buscar e no servir. Incorporou a educação como processo, parte de sua existência, e a exercia por inteiro com a vocação de quem ensina com o coração. Compartilhava suas idéias com a maestria de quem canta a própria canção. Sua confiança na possibilidade de oferecer espaço de manifestação do humano nas pessoas, através da educação, era sua tarefa, permeada por uma capacidade especial de estímulo ao seguir em frente.

Pedro creditava à educação a possibilidade do ser humano livre por inteiro, até para desfrutar um bom cachimbo e usar boné. Nas discussões, optava pela conciliação e isenção de julgamentos inúteis. Preferia a perspectiva que pudesse acrescentar ao invés de suprimir ou desencorajar. E ele era sério, muito sério em tudo o que fazia e produzia.

Penso no Pedro não com saudade melancólica, mas com profundo carinho e doce lembrança. O amigo que todos gostaríamos de ter ao alcance do coração. Que sua estrela continue a brilhar, iluminando a educação. Como homenagem ao amigo me permito ser voz para muitos que gostariam de expressar gratidão por sua existência.

(Cleusa Ranzi, 2004)

*Pedro Martinello*



**A BATALHA DA  
BORRACHA**  
NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL



## **A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial**

Pedro Martinello

ISBN 978-65-88975-82-4 • Feito Depósito Legal

Copyright © Eufac 2024, Pedro Martinello

**Editora da Universidade Federal do Acre (Eufac)**

Rod. BR364, KM04 • Distrito Industrial

69920-900 • Rio Branco • Acre // [edufac@ufac.br](mailto:edufac@ufac.br)

### **Editora Afiliada**



### **Diretor da Eufac**

Gilberto Mendes da Silveira Lobo

### **Coordenadora Geral da Eufac**

Ângela Maria Poças

### **Conselho Editorial (Consedufac)**

Adcleides Araújo da Silva, Adélcio dos Santos Souza, André Ricardo Maia da Costa de Faro, Ângela Maria dos Santos Rufino, Ângela Maria Poças (vice-presidente), Alexandra Pinheiro Cavalcante Costa, Carlos Eduardo Garção de Carvalho, Claudia Vanessa Bergamini, Dêlcio Dias Marques, Francisco Aquinel Timóteo Queirós, Francisco Nalido Cardoso Leitão, Gilberto Mendes da Silveira Lobo (presidente), Jäder Vanderlei Muniz de Souza, José Roberto de Lima Murad, Maria Cristina de Souza, Sheila Maria Palza Silva, Valtemir Evangelista de Souza, Vinícius Silva Lemos

### **Projeto Gráfico**

AntonioQM

### **Adaptação do Projeto Gráfico para e-Book**

Rogério da Silva Correia

### **Capa**

AntonioQM

Edson Pergentino

Davi Villanova

### **Coordenadora Comercial**

Ormifran Pessoa Cavalcante

### **Serviços de Editoração**

Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio

Jocília Oliveria da Silva

Ormifran Pessoa Cavalcante

### **Revisão de Textos**

Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio

Ormifran Pessoa Cavalcante

### **Revisão Técnica**

Reginâmio Bonifácio de Lima

### **Ilustração da Capa**

Dalmir Ferreira

### **Ilustração da Orelha**

Bruno Afonso Sousa da Silva

Fotografia

Djalma Ferreira

## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

M385b Martinello, Pedro

A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial / Pedro Martinello. – 3. ed. – Rio Branco:

Eufac, 2024.

368p.

978-65-88975-82-4

1. Borracha – Acre – História. 2. Seringueiros – Amazônia – Condições sociais. 3. Guerra Mundial, 1939-1945. I. Título.

CDD: 331.7633895209811

---

Biblioteca Maria do Socorro de O. Cordeiro – CRB 11/667

## **NOTA DO EDITOR À PRIMEIRA EDIÇÃO**

Apesar de publicada postumamente, esta edição foi concluída, com algumas alterações e uma primeira revisão, pelo próprio autor, cabendo ao Editor apenas o processo de formatação e editoração eletrônica, incluindo a produção da capa, encomendada pelo Pedro ao artista e amigo Dalmir Ferreira.

A publicação de “A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial” constitui também uma grande “batalha” que a Ufac assumiu ao criar sua Editora, cuja missão é publicar trabalhos que, a exemplo deste do Pedro Martinello, contribuem para a compreensão crítica da formação da sociedade regional.

Mais do que um livro, é uma homenagem da Ufac (em especial, do Departamento de História) ao eterno professor e amigo Pedro Martinello.

João Lima – out/2004





## NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO

O livro “A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial”, cuja primeira edição (esgotada), lançada no ano de 2004, pode ser considerado uma obra clássica, que contribui efetivamente para a construção da história econômica do estado do Acre.

A consistência e o rigor teórico que o autor usou em sua pesquisa documental revela uma combinação de interesses políticos e sociais do capital internacional, com a transformação de milhares de nordestinos em soldados-seringueiros, possibilitando incluir a Amazônia Sul Ocidental na economia mundial, particularmente o território do Acre que, naquela época, produzia uma das melhores borrachas, para atender os esforços dos Países Aliados contra a barbárie nazista na Segunda Grande Guerra (BEZERRA, 2004).

Os pedidos constantes de pessoas de todo o Brasil e até do exterior, geralmente historiadores, economistas e pesquisadores de outras áreas de conhecimento, fizeram com que a Editora da Ufac (Edufac) intermediasse esta reedição do livro de Pedro Martinello.

José Ivan da Silva Ramos – out/2017





## “A BATALHA DA BORRACHA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL”,

...do saudoso Pedro Martinello, pode ser considerada uma obra clássica da historiografia acreana, na medida em que até o presente inexistiu outro trabalho que, com rigor teórico e pesquisa documental consistente, tenha apresentado contributos tão relevantes para a construção de uma história econômica do Acre. Constitui um marco divisor em relação aos estudos históricos acerca do Acre. Pedro Martinello, partindo de uma problemática geral – a Segunda Guerra Mundial – buscou mostrar as conexões desta com a Amazônia Sul Ocidental (o Acre), ao demonstrar que nesse período a região foi, mais uma vez, inserida pelo grande capital à economia mundial como um potente produtor e exportador de borracha para os países aliados que, capitaneados pelos EUA, se confrontavam com o nazi-facismo em expansão na Europa.

Mas, o mérito deste estudo foi ir além de uma história estritamente econômica, ao revelar as entranhas da rede de interesses políticos e sociais tecida pelo capital internacional consorciado com o governo brasileiro para viabilizar a “batalha da borracha” em detrimento da vida de milhares de nordestinos que foram “deslocados” do Nordeste para a Amazônia, na condição de soldados-seringueiros.

Esses “soldados-seringueiros”, cuja via sacra se manifestava na viagem do Nordeste ao Acre, foram inseridos em condições de trabalho e vida que exauriram as suas forças físicas, posto que foram transformados em legiões de homens mergulhados no interior da floresta a produzir incessantemente borracha para atender o esforço de guerra.

Ao término da Segunda Guerra, a saga do nordestino no Acre foi constituir a “legião dos esquecidos”, tanto por parte do grande capital quanto do governo brasileiro, e só muitos anos depois é que foram “reconhecidos” como “soldados da borracha”, tendo direito a um soldo irrisório frente à contribuição que deram ao Brasil e ao mundo. Sem a borracha do Acre, considerada, na época, uma das

melhores, teria sido bem mais difícil vencermos a barbárie instituída pelo nazi-facismo.

Construindo uma história sem determinações e sem compartimentações, Pedro Martinello legou à Academia um texto bem escrito e apaixonado sobre um dos acontecimentos mais importantes da história acreana.

(Maria José Bezerra, 2004)



# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	XIII
INTRODUÇÃO .....	XIX

## CAPÍTULO I

### FORMAÇÃO E EXPANSÃO DA EMPRESA GUMÍFERA E IMPORTÂNCIA DA BORRACHA AMAZÔNICA NA SEGUNDA

GUERRA MUNDIAL .....	27
1. Fundamentos históricos e econômicos da indústria extrativista da borracha .....	27
1.1. Formação e expansão da empresa extrativista da borracha .....	27
1.2. A concorrência das plantações asiáticas e a falência do extrativismo da borracha .....	51
2. A borracha amazônica, principal alternativa de abastecimento dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial .....	65
2.1. Pearl Harbour e a crise de borracha nos Estados Unidos .....	77
2.2. A borracha amazônica: a grande fonte alternativa do produto para os Aliados .....	87

## CAPÍTULO II

### PREPARATIVOS E AVALIAÇÃO DO POTENCIAL AMAZÔNICO EM VISTA DA “BATALHA DA BORRACHA” .....

1. Os Acordos de Washington (março de 1942) .....	93
2. Divergências entre americanos e brasileiros no tocante à filosofia de desenvolvimento para a Amazônia .....	102
3. Avaliação do potencial do Vale Amazônico e a criação dos mecanismos para a operacionalização da “batalha da borracha” ...	108

## CAPÍTULO III

### A OPERACIONALIZAÇÃO DA “BATALHA DA BORRACHA” .....

1. A evolução da produção .....	123
2. A trajetória dos preços .....	141
3. Financiamento do novo surto extrativo da borracha .....	154
4. Abastecimento do Vale Amazônico visando à “batalha da borracha” .....	170

5.	A crítica situação do transporte fluvial na Amazônia na década de 1940 e a renovação e potencialização do Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará (SNAPP).....	186
6.	A mobilização da mão de obra nordestina para a Amazônia ou a epopeia do arigó .....	207
6.1.	O papel dos órgãos encarregados da mobilização, migração e assentamento dos novos seringueiros (DNI, SEMTA e CAETA) .	207
6.2.	Recrutamento dos “soldados da borracha” .....	236

#### **CAPÍTULO IV**

<b>REPERCUSSÕES DA NOVA ONDA MIGRATÓRIA NA VIDA E REGIME DE TRABALHO DOS SERINGAIS E A REAÇÃO DAS CLASSES PRODUTORAS DA AMAZÔNIA AO NOVO SISTEMA DE FINANCIAMENTO E ABASTECIMENTO DO VALE.....</b>		<b>249</b>
1.	A vida e o regime de trabalho nos seringais .....	249
2.	Violenta reação das classes conservadoras e produtoras da Amazônia ao novo sistema de financiamento e abastecimento do Vale .....	266

#### **CAPÍTULO V**

<b>DESTINO DA INDÚSTRIA GUMÍFERA E DO SOLDADO DA BORRACHA, EM VISTA DA CARÊNCIA DOS ACORDOS DE WASHINGTON.....</b>		<b>283</b>
1.	A situação dos estoques de borracha nos EUA e o refluxo dos americanos da Amazônia, em vista da retomada da produção oriental.....	283
2.	A I Conferência Nacional da Borracha no Rio de Janeiro (agosto de 1946) e a Lei nº 86, que estipulava a nova política de sustentação dos preços da borracha.....	296
3.	A sorte dos “soldados da borracha” após a carência dos Acordos de Washington e a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a “batalha da borracha” .....	311
<b>CONCLUSÃO .....</b>		<b>339</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>		<b>343</b>
<b>FONTES BIBLIOGRÁFICAS .....</b>		<b>343</b>
<b>FONTES DOCUMENTAIS .....</b>		<b>356</b>
<b>ANEXOS .....</b>		<b>361</b>



## Prefácio

Desde os mais remotos momentos da chegada do homem europeu ao continente americano, até nossos dias, a Amazônia tem sido objeto de uma diversificada e volumosa bibliografia. Neide Gondim, em belíssimo ensaio, nos dá conta dos limites e preocupações do extraordinário processo que se inicia pelos “cronistas viajantes [e] vai fundamentar, enquanto matéria-prima, as deduções teóricas e, inversamente estas servem de estofo aos sucessores, cujo estoque de informações impedem e/ou inibem a apreensão da variedade, da multiplicidade, da diferença, em suma, caem na cegueira da confirmação de verdades científicas”.

No andamento do século XX, enfrentando a realidade da economia da borracha, destacam-se as obras de pensadores como Arthur Cézar Ferreira Reis e Samuel Benchimol, de alguma forma, responsáveis por uma produção de cunho acadêmico que serve de apoio à formulação de um determinado discurso regionalista. Detentora de amplas reservas minerais e de florestas estruturadas numa exuberante reserva de madeiras duras, para a Amazônia se voltam os interesses econômicos de uma ocupação, a qual, já no início do século, Euclides da Cunha denominava de “brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVII”.

Na sequência dos fatos anteriores e como resultado da profunda reestruturação produtiva a que se submete a Região Sudeste brasileira, polo dinâmico da economia nacional, nos anos setenta do século XX, avançam preocupações políticas e acadêmicas quanto aos destinos amazônicos. A modernização produtiva combina uma nova fase da industrialização da agricultura brasileira, repercutindo no uso da terra e promovendo intenso movimento de fronteira que ultrapassa a Região Centro-Oeste, no sentido da Amazônia.

A produção acadêmica da década de 1970 segue uma inflexão/ruptura com essa tendência. O esforço de apreensão da realidade histórica, desenvolvido por pensadores como Otávio Ianni, promove a abertura de novas oportunidades analíticas para o fenômeno da produção e da organização social amazônicas. A força de trabalho seringueira regional é posta na devida articulação com o trabalho que se desenvolve na produção industrial do Norte (*A Luta pela Terra*). A partir dessa perspectiva histórica são postas as bases para a com-



preensão dos movimentos de fronteira do período recente como dinâmica capitalista – *expansão capitalista*, na expressão dos estudos como o de Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Müller, pondo o movimento como expressão do dinamismo do polo da industrialização.

A fase da década de 1979 tem características singulares para o Acre. Com apenas uma década enquanto membro da Federação, o estado do Acre vivenciava amplas e significativas mudanças culturais, políticas, sociais, produtivas. Experimentava, desde os anos finais da década de 1960, a formação de uma comunidade acadêmica no interior da Ufac. Entre os pioneiros neste processo de titulação docente estava Pedro Martinello, ainda um padre, responsável pela paróquia de Rio Branco, mas que, logo envolve-se inteiramente no ambiente acadêmico-universitário acreano, sendo no interior da Universidade que se desenvolve o esforço da reflexão sobre a realidade regional que alimentará a luta política. Os movimentos docente e discente empenharam-se na luta pela redemocratização do país e integram a luta das populações regionais.

Os movimentos de fronteira rebatem diretamente sobre as condições de vida da população seringueira. Até mesmo antecipando outras repercussões, são os efeitos das mudanças da matriz nacional dos preços que atingem a região, desestruturando as relações da produção regional e criando e intensificando os fluxos de população excedente. Particularmente, o Acre experimenta a ruptura do processo histórico de reconfiguração da estrutura de posse e uso da terra, que alimentava o processo de transição da denominada economia da borracha para uma economia de base agrícola. A composição dos estratos de trabalhadores na região expressa, necessariamente, ainda, uma vinculação da vida regional aos seringais. Como por um efeito de inércia a economia da borracha, cuja liquidação fora decretada pelas mudanças socioeconômicas do início dos anos 1960, impunha-se à base material da vida regional pela cristalização da estrutura da propriedade. O mercado de terras, ao avançar, procura a recomposição e o fortalecimento da propriedade seringalista apoiada no latifúndio. Aí, certamente, estará o ponto de partida para o posicionamento da principal obra de Pedro Martinello.

A economia da borracha iniciara sua decadência já nos anos vinte do século XX, entretanto, nos anos quarenta, são recompostos os

quadros social, político e econômico, que lhe conferem um período de sobrevida. Este, a meu juízo, o ponto de partida do argumento do estudo – escrito primariamente como Tese de Doutorado – que serve de base ao presente volume. Assim, buscando uma explicação para a participação brasileira nos esforços de guerra dos Países Aliados, na Segunda Grande Guerra, Martinello procura os pressupostos para a base material que alimenta e determina os campos e a luta das populações regionais, notadamente nos anos 1970.

Desde um ponto de vista metodológico, o texto se inscreve na perspectiva que busca integrar o andamento das estruturas produtivas da economia da borracha no movimento mais amplo da economia mundial. A metodologia se mostra no desdobramento do próprio texto: o ponto de partida é a definição do que seriam os pressupostos históricos da economia da borracha. Ou seja, ali Martinello caracteriza seu objeto, busca torná-lo visível em suas determinações ao longo do período histórico da sua constituição e desenvolvimento, o que significa buscar os pressupostos em acontecimentos relativos à onda de transformações tecnológicas ocorridas em meados do século XIX, que permitiram a incorporação de novos materiais e que levaram a um período de reestruturação produtiva na região amazônica. Essa identificação se presta para construção dos momentos posteriores da inserção do objeto de suas preocupações nas determinações postas pelo andamento da formação do capitalismo na sua fase monopolista nos centros industriais do Norte e nos passos iniciais da industrialização brasileira. O resultado histórico surge assim em sua plenitude, expondo uma Amazônia que se reinventa a cada passo dos desdobramentos da fase capitalista de produção em sua constituição enquanto potência social mundial.

A noção de História que emerge, desde os primeiros movimentos da exposição, nega, portanto, relações de determinações apoiadas em cadeias de causalidade lineares. A exposição avança, no trabalho da complexidade cobrada pelo fato histórico para se expor em sua plenitude. Articuladamente, é posto, desde o início, um resultado necessário do processo histórico: o desenvolvimento desigual e combinado que resulta da fusão do diferencial apresentado pelas taxas de crescimento entre os vários elementos da vida social, particularmente no campo dos resultados econômicos e a correlação desses fatores desigualmente desenvolvidos no processo histórico. Segundo

Martinello, “O mundo, do ponto de vista econômico, torna-se então dicotômico: uma parte dele altamente capitalizada (...) e, uma outra parte, produtora de matérias-primas minerais e agrícolas, constituindo-se no mercado importador dos manufaturados e dos bens de consumo das regiões industrializadas”.

A partir dessas considerações é possível entender o movimento seguinte que se opera no texto: apoiado em autores como Eric Hobsbawn e Maurice Dobb, Martinello recorre à noção que será nuclear no seu esquema analítico: a noção de imperialismo – expressão histórica da divisão do mundo em áreas de influência e de exploração das economias centrais. As bases de dados que apoiam a análise do período histórico coberto pelo estudo fazem realçar a participação da grande indústria estadunidense na execução dos termos dos Acordos de Washington. Trata-se de uma perspectiva que enfatiza principalmente o comportamento oligopolista mais do que os fatores tecnológicos. Ou seja, é possível identificar aí uma preocupação com a formação de *termos de trocas* desfavoráveis para a região. Isso aproxima Martinello do argumento de Raúl Prebisch, relativamente aos termos de trocas entre os centros industriais e os periféricos.

Por outro lado, Martinello revela o papel das estruturas de governo como mecanismos de transmissão entre os interesses externos e o potencial produtivo interno. Este o contexto a compor as determinações da constituição dinâmica socioeconômica da realidade brasileira, configurada em polos regionais do fortalecimento do polo dinâmico articulado por relações do capital industrial. Ao deflagrar o conjunto de programas para o fortalecimento da produção gumífera, o Governo Federal inaugura um padrão novo no relacionamento entre a economia amazônica e a economia mundial: a produção gumífera será, a partir daí, capturada pela dinâmica do *centro cíclico principal* do sistema econômico nacional e suas relações com o centro. Este aspecto fica evidente no tratamento de volumosa base de informações, sobre a qual está apoiado o estudo, deixando claro o que são os “acordos” e quão limitada é a contribuição do governo de Washington. Caberá ao governo brasileiro o financiamento de programas nas áreas de atuação governamental e da produção, como resultado da curta vigência dos “acordos”, graças ao final da guerra.

Ao seguir esse caminho, o texto não está se afastando das condições internas ou buscando na separação de instâncias da realidade

a possibilidade da sua explicação. Na verdade, nesses movimentos desdobram-se os momentos da compreensão do processo de reposição das condições de existência e de operação dos estragos burgueses organizadores da produção regional. Este é o movimento relativo à Amazônia que, desenvolvido pelo governo da União, significava a formalização daquilo que José Luiz Fiori denomina de “sólida e permanente aliança dos interesses particulares das regiões do país e dos seus grupos econômicos”, na identificação dos pressupostos sócio-históricos do período desenvolvimentista. A ação do governo reforça o *exclusivo-seringalista*, em muitas áreas amazônicas, ao tempo em que relança as bases operacionais da burguesia comercial, restabelecendo e rearticulando as posições de classe na região.

Nos capítulos seguintes, Martinello avança os estudos sobre a constituição da força de trabalho. O primeiro movimento permite que se compreenda que, naquele momento, tratava-se da retomada do processo de deslocamento dos excedentes populacionais gerados nas condições sócio-históricas nordestinas. Desde o final do século XIX, o movimento de capitais deslocava força de trabalho para os seringais na Amazônia. Ou seja, a principal determinação na formação da força de trabalho regional estava apoiada nas leis da valorização dos capitais seringalistas. A formação dos seringais descartara, desde seus momentos iniciais, a possibilidade da incorporação das populações indígenas na atividade extrativa da goma. Os seringais inauguraram forma nova (na região) de controle e organização do trabalho, notadamente nos seringais da região acreana.

A preocupação final do estudo é a indagação sobre as possibilidades de incorporação da força de trabalho gerada pelo relançamento da economia da borracha. Martinello indaga sobre as possibilidades e rumos do desenvolvimento capitalista na região. Os movimentos da ação de governo, já nas décadas de 1970 e 1980, exemplificam a posição pessimista adotada pelo autor. Fica clara sua indagação sobre os resultados da ação de governo, quando esta, na verdade, ao se volta para o atendimento dos interesses da classe dominante, visa a repor níveis de lucratividade da exploração seringalista. A população excedente, criada pela derrocada da economia da borracha, transforma-se em massa de manobra eleitoral. Nas palavras de Martinello, “de vez em quando, em época de eleição, a bandeira destas reivindicações dos soldados da borracha, é desfraldada por políticos oportunistas para

se beneficiarem da cara emocional que sempre cercou a lembrança dessas injustiças”. O acesso à propriedade da terra, na perspectiva da ação de governo, deverá ser resultado da arrecadação das terras devolutas existentes na região. Uma ilusão. Hoje, se sabe que tal arrecadação nada ou quase nada gerou. Nos capítulos finais, a denúncia do caráter oportunista da ação governamental constitui o esforço de integração da prática acadêmica de Martinello ao movimento político regional.

Finalizando, cabe chamar a atenção para o caráter inovador que a obra de Martinello assume, enquanto esforço de articular o fato sócio-histórico amazônico, apoiado na atividade extrativa da borracha, com o andamento da economia capitalista em seu processo de mundialização. Ao revelar os momentos constitutivos do que foi o esforço de guerra para a Amazônia, revela o caráter de denominação de classe da política pública, praticada por um Estado que emerge das contradições antagônicas de classe. O caso amazônico, enquanto particularidade da efetivação capitalista, leva a uma compreensão do caráter dos movimentos de fronteira, que promovem a reestruturação produtiva regional pelo movimento ambientalista, em fase recente. Rompe com as visões de uma Amazônia como espaço vazio, ao compreendê-la nos desdobramentos históricos da produção capitalista, articuladamente ao desenvolvimento da industrialização nos países centrais e no Brasil.

Esta obra, “A batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial”, de Pedro Martinello, se inscreve, portanto, como uma renovação do pensamento sobre a Amazônia. É uma demonstração da necessidade do diálogo entre as ciências sociais, enquanto abre novas possibilidades de pesquisas historiográficas, sociais e econômicas, tendo como eixo central o Vale Amazônico.

Mário José de Lima\*

---

\* Professor Associado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que iniciou sua carreira docente no Departamento de Economia da Universidade Federal do Acre.

# Introdução

Ao apresentarmos este estudo, sobre o papel da borracha na década de 1940, julgamos oportuno, inicialmente, apor algumas considerações a respeito da escolha do título, do tema e método de abordagem, enunciando os principais tópicos e aspectos desenvolvidos no corpo do trabalho.

Em relação ao título – “A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial” – cremos que a decisão de manter a designação, um tanto prosaica e até pouco simpática, de *batalha da borracha* não foi tomada por acaso. Várias razões nos levaram a isso. Com a emergência da Segunda Guerra Mundial e principalmente com a entrada dos Estados Unidos no conflito, após Pearl Harbour, as nações aliadas se acharam, da noite para o dia, privadas de praticamente todo o suprimento daquilo que era considerado “o verdadeiro nervo da guerra” (a borracha), já que os grandes seringais de plantio da Península da Malásia, haviam caído nas mãos dos japoneses.

Ameaçados de verdadeiro colapso na sua indústria bélica, pela carência deste importante material estratégico, além de outras medidas, os USA entabularam vários acordos com as nações latino-americanas, tradicionais produtoras de borracha natural, propondo a aquisição de todo o seu excedente do produto. A dramática situação em que se encontrava a indústria bélica americana e aliada, pela necessidade da borracha, fez com que esses acordos fossem implementados com tamanha urgência e com medidas tão excepcionais, que tal cometimento tomou foros de uma verdadeira batalha, *a batalha da borracha*. Esta caracterização é encontrada em todos os principais autores e revistas especializadas da época, que se referiam a esse evento.

O próprio contingente de cinquenta e cinco mil nordestinos que foi recrutado às pressas, para extração do precioso látex, levou o nome de *exército da borracha*, e os novos seringueiros permaneceram, até hoje, com a alcunha de *soldados da borracha*. Por isso é que julgamos oportuno manter este título.

Quanto à escolha do tema, foi-nos o mesmo sugerido por algumas coincidências deveras marcantes nestas quase duas décadas de vivência na região amazônica.

Uma das razões que mais pesaram nesta escolha foi, certamente, o ineditismo do tema e a pouca importância que foi dada ao segundo surto do extrativismo da borracha no âmbito da literatura amazônica.

Sem dúvida, a preocupação com a pesquisa sobre o mundo amazônico tem se avolumado nestas duas últimas décadas, suscitando trabalhos de vários estudiosos, que tentam fugir daqueles estereótipos de exotismo e sensacionalismo que marcavam a literatura que se produziu sobre a Amazônia, atenta, quase sempre, em dramatizar o quadro geopolítico e social da região, com os exageros próprios da ficção, tão do agrado do grande público.

Quase toda essa literatura, porém, com exceção de algumas obras mais recentes, focaliza o conhecido *ciclo da borracha* descrevendo e dramatizando a sua gênese, expansão e período áureo, até a decadência do extrativismo, quando a produção amazônica foi inapelavelmente suplantada pelos seringais de plantio do Oriente.

Em relação, ainda, ao período da decadência, principalmente as décadas de vinte a quarenta, há uma verdadeira lacuna na literatura amazônica, como se o marasmo e a necrose, que haviam assolado todo o Vale com estagnação de sua economia, se refletissem também nas mentes das pessoas.

Mesmo na década de 1940, quando, em decorrência da Segunda Guerra, houve a emergência desse segundo surto da borracha, poucos se aventuraram a tratar destes acontecimentos e analisar esta nova, embora fugaz, revivescência do extrativismo.

Para fins de análise, subdividimos este trabalho em cinco capítulos. No primeiro, procuramos mostrar como a emergência da economia da borracha situa-se no quadro das profundas transformações estruturais que se verificaram na economia mundial no final do século XIX, quando ocorreu uma concentração avançada do capital e da produção, com a borracha assumindo rapidamente o papel de matéria-prima de crescente procura no mercado mundial. Veremos, então, como é o capitalismo monopolista internacional que vai articular, na Amazônia, a formação de sua economia voltada para a produção daquela matéria-prima e financiará o deslocamento de grande contingente de nordestinos, que daria sustentação à empresa gumífera.

Em seguida, passaremos a analisar as relações de produção que vigoraram na economia extrativista, ressaltando o sistema de avia-



mento e o trabalho compulsório do seringueiro, preso inapelavelmente ao espectro da dívida no barracão do patrão-seringalista.

Pondo um fecho a esta parte do capítulo, assinalaremos o fim da hegemonia brasileira da borracha natural e a crise que se abateu sobre o extrativismo amazônico, em consequência do cultivo racional sistemático da hévea do Oriente, por obra do próprio capital monopolista internacional.

Na segunda parte, trataremos da borracha amazônica como principal alternativa de abastecimento dos Aliados, procurando ressaltar as origens das relações diplomáticas entre o Norte e o Sul, fixando-nos particularmente no desenvolvimento das relações diplomáticas e comerciais Brasil-Alemanha e Brasil-Estados Unidos. Ressaltaremos a luta sem tréguas dessas duas potências emergentes pela conquista e domínio do mercado brasileiro, principalmente na década de 1930, e a posição de equidistância pragmática assumida pela diplomacia brasileira em relação a esses países.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, após não poucas tergiversações e diante das promessas dos Estados Unidos de equipar totalmente as forças armadas brasileiras e financiar Volta Redonda, o Brasil se decide pelos Aliados, iniciando-se uma série de acordos de cooperação econômica entre os dois países.

Será posta em evidência, ainda, a situação realmente crítica em que se encontrou a indústria bélica americana, quando, após Pearl Harbour, os japoneses tomaram os ricos seringais de cultivo da Malásia, e as soluções que os *policy makers* de Washington excogitaram para debelar o grave problema da falta de borracha.

No segundo capítulo, apreciaremos mais de perto a implementação dos compromissos de Roosevelt e Vargas, que culminou com a assinatura, entre os Estados Unidos e o Brasil, dos *Acordos de Washington* (março de 1942), dentre os quais se achava embutido o acordo sobre a borracha, mediante o qual o Brasil se dispunha a fornecer todo seu excedente de borracha natural e manufaturada aos americanos.

Para viabilizar o surgimento da indústria extrativista da borracha, fazia-se mister, entretanto, reativar todo o aparelho produtivo, o que implicava reabrir os antigos seringais, viabilizar novas zonas de produção, realizar uma nova transferência de mão de obra do Nordeste, renovar o obsoleto e desgastado sistema de transporte,

propiciar condições sanitárias para a região e prover as zonas produtoras de suprimentos necessários.

Com o intuito de concretizar tal cometimento, os dois governos, que até então tinham limitado-se à ação diplomática e aos levantamentos preliminares sobre o potencial amazônico, passam à prática com a montagem de um dispositivo organizacional e logístico de grande envergadura, para a época.

A operacionalização propriamente dita na *batalha da borracha* será objeto da parte central do nosso trabalho, o capítulo terceiro.

Veremos que, graças à melhoria dos preços e facilidades de créditos, a produção teve um aumento considerável, embora ficando abaixo das estimativas surrealistas dos burocratas do Rio de Janeiro e Washington, que previam o montante de cem mil toneladas anuais.

Em relação ao *financiamento*, como pouco se podia esperar do combalido capital regional, os dois governos decidem criar o Banco de Crédito da Borracha, que teria como objetivo fomentar e financiar toda atividade gumífera da Amazônia.

Para o crítico programa do abastecimento, os dois governos criam a SAVA (Superintendência do Abastecimento para o Vale Amazônico) que, juntamente com a RDC (Rubber Development Corporation), se incumbiria de prover e regular o suprimento de víveres para a região, transformando-se nas agências aviadoras da *batalha da borracha*.

Frente ao vital problema do *transporte*, investe-se no SNAPP (Serviço de Navegação e Administração dos Portos do Pará), que já era do ramo, remodelando e potencializando sua frota. Além disso, foi dada grande ênfase a outro tipo de transporte, o aéreo, que se demonstraria de grande utilidade, devido às imensas distâncias da região amazônica.

Quanto à questão crucial da *mobilização da mão de obra nordestina para a Amazônia*, daremos a este item um destaque especial. Antes de tudo, analisaremos todo o processo de aliciamento e recrutamento do *soldado da borracha*, ressaltando o papel do DNI (Departamento Nacional de Imigração), a criação do SEMTA (Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia), a falência desse serviço e a consequente criação da CAETA (Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia), agências estas encarregadas da migração dos nordestinos

para as zonas de produção. Procuraremos, ainda, estudar as causas desta migração, se compulsória ou espontânea, as origens e características das diversas levas de imigrantes.

No capítulo quarto, procuraremos ressaltar, à luz dos contratos-padrão de trabalho, as profundas repercussões que essa onda migratória provocou no sistema de vida e no regime de relações de trabalho nos seringais. Para ilustrar melhor tal fato, faremos largo uso da memória coletiva dos migrantes, lançando mão de entrevistas, histórias de vida, depoimentos escritos sobre as vicissitudes do recrutamento, travessia e vida nos seringais. Em continuação, registraremos as violentas reações e ressentimentos das classes conservadoras e produtoras da Amazônia, que, por terem ficado totalmente alijadas do novo processo de financiamento e aviamento, protagonizaram um efetivo boicote ao mesmo, acarretando a falência da mais séria tentativa que se fez até hoje, na Amazônia, de se quebrar com o iníquo e secular sistema de aviamento que vigorava por todo o vale.

Na parte conclusiva do nosso trabalho, capítulo quinto, evidenciaremos a retomada da produção oriental da goma elástica e o refluxo do capital e dos americanos da Amazônia. Além dos mais vantajosos mercados da borracha do Oriente, já liberados da ocupação japonesa, os americanos contavam, agora, com a grande produção da borracha sintética que se desenvolveu durante a guerra. Por isso, fiéis ao seu pragmatismo diplomático e não necessitando mais da borracha amazônica, voltam a tratar o Brasil com a mesma e conhecida política aplicada às *republiquetas de banana* da América Latina.

Assinalaremos, ainda, a nova política para a borracha, traçada pelo governo federal, após os Acordos de Washington, notadamente da Lei nº 86, pela qual se estipulava a sustentação dos preços e da produção pelo Banco de Crédito da Amazônia, além de traduzir uma solução de compromisso dos interesses empresariais predominantes na indústria nacional de artefatos e dos grupos regionais, dedicados à atividade extrativista. Como resultado desta política imediatista e oportunista, tivemos a falência irremediável do extrativismo.

Em seguida, examinaremos o destino dos 55 mil nordestinos transferidos para a Amazônia, neste período, e a celeuma que tal fato provocou na imprensa do Sul e Nordeste. Acompanharemos a formação da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Assembleia Constituinte, criada para apurar responsabilidades dos fautores da

batalha da borracha e a sorte desses nossos patrícios, que ficaram na Amazônia entregues ao próprio destino. Somente agora, depois de quase meio século, quando a maioria deles já se encontra morta e inválida, é que a nova Constituinte lembrou-se de dar algum arrimo a esses desvalidos da sorte.

No tocante à metodologia, em se tratando de um assunto cujo enfoque se relaciona mais com a história econômica, é natural que enderecemos o tratamento da temática a partir de uma perspectiva socioeconômica, antes que política ou cultural. Por isso, não nos furtaremos a utilizar alguns recursos de ordem quantitativa para obtermos um mais correto e aprofundado conhecimento dos movimentos e determinações da economia amazônica, mesmo porque, com louváveis exceções, a historiografia da Amazônia e da borracha obedeceu, até hoje, a um enfoque eminentemente descritivo.

Mesmo que as estatísticas contenham uma certa margem de imprecisões, ainda assim lançaremos mão destes recursos e de outros parâmetros de mensuração, porque nos permitem manifestar certos fatos com grande concisão e dramaticidade.

Ao compulsar, ainda, grande parte do acervo da literatura que costuma pensar a Amazônia, temos notado que boa parte da mesma se reveste de um caráter eminentemente regionalista, sem aquela preocupação de ir além do âmbito de suas fronteiras geofísicas ou do próprio mundo econômico, quando se sabe que grande parte das determinantes básicas mais importantes de sua economia são impostas exogenamente. Por isso, uma das diretrizes básicas deste nosso trabalho consiste em universalizar os problemas da Amazônia. Preocupamos mostrar, sobretudo, que, embora entendendo a especificidade do mundo amazônico, sua realidade social e suas características econômicas, sua formação histórica não se constitui num capítulo estranho à evolução do conjunto da história brasileira e à dinâmica da expansão capitalista nos níveis nacional e internacional.

Para a reconstrução de toda essa retrospectiva histórica, contamos com uma vasta e preciosa documentação, em muitos casos, original e inédita no Brasil. Tivemos acesso aos inestimáveis inventários da *Reconstruction Finance Corporation* e da *Rubber Development Corporation*, dos Arquivos Nacionais de Washington, conseguidos em forma de 2.098 páginas de microfilmes, uma pesquisa orientada pelo autor e realizada pelo Dr. Timothy D. W. Connelly, PhD. em

História; do *Departamento de Estado dos USA*, principalmente o *volume V*. (1939), (1940), (1941), (1942), (1943), (1944); da *Biblioteca do Congresso dos USA*. Do Brasil, temos uma vasta e preciosa documentação do *Arquivo Histórico do Itamarati*; da *Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC)*, mormente os *Arquivos de Getúlio Vargas, Souza Costa e Oswaldo Aranha*. Na Amazônia, tivemos a oportunidade de compulsar a documentação do *Museu da Borracha*, em Rio Branco-AC; das vetustas bibliotecas da *Associação Comercial do Amazonas e do Pará* e também do acervo da *Câmara e do Senado em Brasília*. Além disso, contamos com inúmeros depoimentos e entrevistas dos *soldados da borracha*, que ajudam a dar maior credibilidade a esta verdadeira saga amazônica.

Naturalmente, num trabalho desta natureza e magnitude, não se pode ter a pretensão da perfeição. Certamente, muita coisa restará por ser explorada. Ao invés de uma bela e acabada avenida, será, talvez, apenas um varadouro por entre espessa selva. Uma coisa é certa: sem a preciosa colaboração de certas entidades e amigos, este trabalho não poderia ser levado a cabo. Nossa dívida de gratidão vai aqui para: a Universidade Federal do Acre; a Coordenação do Departamento de Pós-Graduação, da USP; a caríssima Professora Doutora Alice Canabrava, pelo inestimável apoio, carinho e amizade; os preclaros Professores Doutores Michael Mathes, da Universidade de San Francisco CA, e Dr. Timothy D. W. Conelly, dos Arquivos Nacionais de Washington, pela ajuda na aquisição das fontes americanas; ao amigo Sílvio Bez Birolo, pelas valiosas sugestões e paciente revisão do texto; a minha esposa Ivanilda, pela tolerância e efetiva contribuição na datilografia do trabalho, e, por último, ao Professor Doutor José Eduardo Marques Mauro, um especial agradecimento pela segura e competente orientação desta obra. Todas essas entidades e pessoas, e outras mais, talvez esquecidas, são merecedoras de nossa sincera gratidão e reconhecimento.



## CAPÍTULO I

# FORMAÇÃO E EXPANSÃO DA EMPRESA GUMÍFERA E IMPORTÂNCIA DA BORRACHA AMAZÔNICA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

## 1. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E ECONÔMICOS DA INDÚSTRIA EXTRATIVISTA DA BORRACHA

### 1.1. FORMAÇÃO E EXPANSÃO DA EMPRESA EXTRATIVISTA DA BORRACHA



Para este nosso trabalho, julgamos por bem tentar determinar, inicialmente os fundamentos históricos e econômicos que vigoraram no extrativismo da borracha, pois, sem o conhecimento desses pródromos fundamentais, ser-nos-á extremamente difícil compreender a dinâmica do processo que se desencadeou na década de 1940 na Amazônia, já que as determinantes deste novo surto do extrativismo demandam, sem dúvida, o conhecimento deste passado e dos mecanismos que o regeram.

Foi, sem dúvida, o chamado *ciclo da borracha*<sup>1</sup> o fenômeno socio-econômico mais expressivo que teve lugar na Amazônia, no final do século XIX e na virada deste.

De simples *droga do sertão*, objeto da curiosidade das expedições científicas dos séculos XVIII e XIX, no Vale Amazônico, devido à utilização que, aos poucos, lhe foi sendo conferida, máxime com o progresso da indústria automobilística, na segunda metade do século XIX, passa a borracha a integrar e a configurar decididamente

<sup>1</sup> Não entraremos aqui no mérito de todo um questionamento que ultimamente vem se estabelecendo entre os estudiosos sobre a questão do ciclo econômico. Tal questionamento, entretanto, servirá para nos alertar sobre outros fenômenos e atividades que ocorriam na Amazônia, contemporaneamente ao ciclo da borracha.



a paisagem social e econômica da área até então menos explorada e conhecida do território nacional.

Constituindo-se na principal e, em virtude de sua ação monopolizadora, na quase única fonte de riqueza da região e exercendo uma fascinação quase mítica sobre milhares de brasileiros ou alienígenas que para cá demandavam, em busca de fortuna fácil ou para fugir das secas do Nordeste, o *ciclo econômico da borracha*, maior expressão política, cultural e socioeconômica da região amazônica, gerando condições materiais e de vida nunca dantes experimentadas, propiciando novos espaços vitais para a Nação, além da revitalização de seu organismo social e financeiro.

Longe estamos, porém, de atribuir este fenômeno à obra do acaso. As origens devem ser buscadas, antes de mais nada, no caráter específico da economia brasileira, sua inserção no conjunto do capitalismo mundial, como polo dependente e com uma posição subordinada na divisão internacional do trabalho.

Na segunda metade do século XIX, assistimos alterações profundas na maneira de produção e na tecnologia dos meios de produção, operando-se verdadeira revolução na sua estrutura. A conjuntura econômica mundial dos últimos trinta anos do século XIX foi marcada, de fato, pela emergência do chamado capital monopolista das corporações gigantescas, por verdadeira revolução nos transportes (v. g. o automóvel), pelo progresso da indústria química, da eletricidade, da grande siderurgia e pela consolidação do capital financeiro (fusão do capital bancário com o industrial).

Foi precisamente sobre esse salto qualitativo tecnológico que se operou a passagem da livre concorrência ao capitalismo monopolista ou ao domínio dos grupos monopolistas, constituídos pelos grandes trustes empresariais. Como consequência de tudo isso, assistimos, no cenário mundial, ao surgimento de novas potências como o Japão, os EUA e Alemanha que, no afã de controlar novos mercados e fontes de matérias-primas, desencadearam o recrudescimento de um neo-colonialismo.

O mundo, do ponto de vista econômico, torna-se então dicotômico: uma parte dele altamente capitalizada, concentrando grande parcela de sua atividade industrial e da produção de equipamentos e máquinas, monopolizando a infraestrutura dos meios de transporte, do comércio internacional e se constituindo na grande importadora

de matérias-primas; e uma outra parte, produtora de matérias-primas minerais e agrícolas, constituindo-se no mercado importador dos manufaturados e dos bens de consumo das regiões industrializadas.

M. Dobb escreve a esse respeito que a extensão do campo de investimentos e a busca de estímulos de mercados novos para manter o equipamento produtivo em pleno funcionamento, a corrida pelas partes não-desenvolvidas do globo a dividir em territórios exclusivos e mercados privilegiados, iriam tornar-se rapidamente na ordem do dia<sup>2</sup>.

Com a emergência desse neocolonialismo, cujos traços característicos eram a conquista econômica e mesmo política dessas zonas estratégicas de colocação de bens de capital e de garantia do monopólio de suas matérias-primas, acontece, praticamente, a partilha do mundo em colônias e a transformação do capitalismo em imperialismo, na acepção que lhe emprestou Lenin<sup>3</sup>.

Hobsbawn explicita ainda melhor esta tendência, quando afirma que, a partir da década de 1880, tornou-se universalmente popular entre as grandes potências do imperialismo a divisão do mundo em colônias formais e em esferas de influência<sup>4</sup>.

Além de representarem importantes escoadouros para a sua produção industrial, estas novas economias dependentes desempenhavam papel decisivo na produção de capitais nas metrópoles, pois o expediente usado pelo capitalismo era o de investir capitais na indústria extrativa e bloquear o surgimento de qualquer indústria interna. Destarte, estavam garantidos, por um lado, o mercado para os seus produtos manufaturados e, de outra parte, o fornecimento das matérias-primas de que tanto careciam.

É neste quadro de profundas transformações estruturais, seja no que tange aos meios de produção, seja no quadro da evolução e consolidação do capital monopolista, que se situa a formação e a expansão da economia extrativista da borracha na Amazônia.

2 DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 381.

3 LENIN, V. *O Imperialismo: estágio superior do capitalismo*. Coimbra: Centelha, 1974, p.119. – O autor define o Imperialismo como “o capital chegado a um estado de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação de capitais adquire uma importância de primeiro grau e onde começou a partilha de todos os territórios do globo entre as maiores potências capitalistas”.

4 HOBBSBAWN, E. J. *Da revolução Industrial Inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1978, p. 138.

Quanto ao panorama interno da economia brasileira, no período assinalado – 1870/1930 –, caracteriza-se pela formação de um novo polo econômico.

Diante do esgotamento do Nordeste, tradicional sustentáculo da economia brasileira dos tempos coloniais, provocado pelo surgimento de novos e mais poderosos concorrentes mundiais de seus produtos, assiste-se ao surgimento da liderança econômica da região Sudeste, representada por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, por meio da cultura do café.

Embora anteriormente a região amazônica já exportasse uma determinada quantidade de cacau, madeira e outros produtos típicos da floresta, boa parcela de sua extensão ainda não estava integrada ao sistema econômico nacional, principalmente a área do território do Acre e boa parte do próprio estado do Amazonas<sup>5</sup>. Com o desenvolvimento da exploração extrativa da borracha, essa integração espacial e econômica é acelerada com a mesma característica de outras regiões do país: a monocultura de um produto primário de exportação.

Assim, centrada fundamentalmente no extrativismo da borracha, uma vez que todas as demais atividades lhe eram subsidiárias, a economia amazônica estruturou-se de conformidade com os padrões remanescentes do período colonial, ou seja, dependendo de um único produto de exportação, sujeita às imprevistas flutuações do mercado externo e na qual a maior parte do excedente gerado internamente é carregado para fora, não se verificando qualquer efeito multiplicador para a região.

Durante todo esse período, não obstante a prosperidade do *boom* da borracha, as aplicações da riqueza que foi carregada para a região não ultrapassaram os umbrais do consumo conspícuo, exemplificado por espetáculos teatrais e companhias de luxo estrangeiros, que se exibiam, com toda a pompa, em Manaus e Belém.

Nota um estudioso da Amazônia: *o que a monocultura fez em outras partes do país o monoextração fez entre nós*<sup>6</sup>. Com uma agravante, porém, para esta última, pois, dada a forma de trabalho adotada – num contexto de um ciclo econômico extrativo de relativamente curta duração que apenas produziu uma pequena camada social que

5 LIMA, José F. Araújo. A exploração amazônica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, jun./set. 1943, p. 376.

6 BENCHIMOL, Samuel. *O cearense na Amazônia: Inquérito antropológico sobre um tipo de Imigrante*. Rio de Janeiro: SPEVEA, 1965, p. 35.

vivia da intermediação – não ocorreram na Amazônia as profundas alterações de que foi palco o Centro-Sul do país, com a produção do café, baseada nas novas relações de produção do tipo salarial, das quais resultaram uma maior divisão social do trabalho e a expansão do próprio mercado interno<sup>7</sup>.

Do capital carreado para a região e de todo o esforço despendido na comercialização da borracha não resultaram grandes melhoramentos para a Amazônia, nem em investimentos de monta, nem foram abertos novos horizontes para os empresários locais e nem, muito menos, para a população em geral. Com exceção de Belém e Manaus, principais beneficiárias da corrida da borracha, todo esse cometimento redundou apenas na garantia de fornecimento daquela matéria-prima ao mercado consumidor dos grandes centros, acelerando ainda mais o processo de acumulação do capital, centrado naquelas potências imperialistas.

A atividade da exploração da borracha vegetal na América remonta aos tempos pré-colombianos, tendo os índios que marginalizavam o golfo do México feito uso dela como moeda de escambo e para pagamento de tributos aos Astecas.

Na Europa, só se tornaria conhecida nos meios científicos pelos meados do século XVIII, graças às atividades dos sábios franceses François Fresneau e Charles Marie de La Condamine<sup>8</sup>.

Na verdade, a descrição detalhada e sistematizada da exploração e sistematização da borracha entre os indígenas da América do Sul fazia parte do mesmo processo mais geral, de expansão colonial dos países da Europa Ocidental, da busca de novas fontes supridoras de matérias-primas, bem como de novas oportunidades para a valorização e acumulação do capital europeu. Com efeito, a redescoberta de La Condamine só assumiu sua devida importância dentro do momento histórico em que ela ocorreu – meados do século XVIII. Já não se tratava, como em princípios do século XVI, de uma mera notícia, mas sim de uma possibilidade comercial, que encontrou a Europa em pleno processo de profundas transformações, por nós já

7 CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 25.

8 LA CONDAMINE, Charles Marie de. *Relato abreviado de uma viagem pelo interior da América Meridional*. São Paulo: Editora Cultura, 1944, p. 54.

relatado anteriormente, e ávida por novas oportunidades econômicas<sup>9</sup>.

Não foi fácil, porém, chegar ao ponto ideal de uso da borracha, já que os cientistas e experimentadores não conseguiram dar a este produto a elasticidade e impermeabilidade que lhe conferiram uma posição ímpar para os mil artefatos industriais a que estava destinada.

Uma solução satisfatória para o problema somente foi conseguida em 1839, quando o inventor americano, Charles Goodyear, descobriu o processo de vulcanização. Tal processo, que tornava a borracha infensa às variações da temperatura, abriu de vez os caminhos para o desenvolvimento da indústria do processamento da borracha<sup>10</sup>. A introdução da vulcanização, depois, em ambos os lados do Atlântico, foi seguida de uma rápida e bem sucedida aplicação dessa matéria-prima a virtualmente todos os seus usos modernos: mangueiras, correias, calçados, pisos, artigos esportivos, vestimentas impermeáveis, equipamentos cirúrgicos, equipamentos elásticos etc.

Mas, foram a invenção do pneumático por Dunlop, em 1888, o aparecimento do automóvel, em 1895, e a massificação do uso da bicicleta como veículo de transporte os responsáveis pelo verdadeiro surto da borracha nos mercados mundiais, assumindo o papel de matéria-prima cada vez mais importante e de procura em mais rápida expansão na indústria<sup>11</sup>.

Estavam criadas, assim, as condições para uma grande corrida às fontes abastecedoras dessa matéria-prima – uma corrida que coincidiu com a fase de expansão imperialista dos países centrais (Europa, EUA e Japão). Isso fez com que a indústria de artefatos de borracha surgisse e se desenvolvesse não apenas no contexto das transformações engendradas pelo capitalismo industrial, mas também intimamente vinculada à política imperialista da segunda metade do século XIX. Esta política materializou-se através da ocupação dos territórios que abrigavam as principais fontes supridoras de borracha crua e da sistemática exploração de suas respectivas populações<sup>12</sup>.

9 PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da borracha no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1984, p. 54.

10 INTERNATIONAL INSTITUTE OF SYNTHETIC RUBBER PRODUCERS INC.. *Borracha sintética: a história de uma indústria*. New York, 1973, p. 14-16.

11 INTERNATIONAL INSTITUTE OF SYNTHETIC RUBBER PRODUCERS INC.. *Borracha sintética: a história de uma indústria*. New York, 1973, p. 16.

12 PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da borracha no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1984, p. 17.

Desse contexto fazia parte a Amazônia que, por motivos históricos e fundamentalmente geográficos, começou a atrair a atenção da indústria de artefatos de borracha<sup>13</sup>. De fato, de todas as áreas onde se operava a exploração da floresta para a extração da borracha, a Amazônia era a que oferecia maior segurança e amplas possibilidades, seja pela quantidade quase ilimitada de seringueiras e gomais, seja pela própria produtividade das árvores.

Com a corrida aos gomais da Amazônia opera-se violenta guinada nas atividades produtivas e nas formas de produção de todo o Vale. E a Amazônia que, no dizer de Ferreira Reis, era a região dos cacauais, dos cafezais, dos engenhos, das lavouras e do pastoreio<sup>14</sup>, passa a ser daí por diante a região das héveas, do ouro negro, dos pioneiros, dos seringueiros, dos patrões, dos aviadores, de um mecanismo novo na conjuntura nacional, distinto, portanto, na paisagem social brasileira<sup>15</sup>.

Complementando essa descrição, Vianna Moog afirma que, com a valorização da borracha, desmantelou-se uma sábia organização agrícola e iniciou-se uma desenfreada corrida rumo aos seringais, com o abandono das oficinas e dos rebanhos<sup>16</sup>.

Os seringais, a princípio, localizavam-se nas regiões das ilhas, inclusive a de Marajó; indo até ao Xingu, e eram explorados pelas populações mestiças ou tapuias que, abandonando suas tarefas agrícolas, se dedicavam à exploração da borracha. Foi a fase cabocla dos seringais, cujas características, descritas por João Pacheco de Oliveira Filho, se resumiam no seguinte: exploração nos limites da fronteira econômica até então explorada; mão de obra requisitada localmente; força de trabalho familiar; pluralidade funcional da empresa (inclusive com atividade de subsistência); pequena produtividade do trabalhador<sup>17</sup>.

13 PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da borracha no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1984, p. 19.

14 REIS, Arthur Cêzar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola – Documentário da vida rural, nº 5, 1953, p. 46-47.

15 Idem, p. 47.

16 VIANNA MOOG, Cassimiro. *O ciclo do ouro negro: impressões da Amazônia*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1936, p. 24.

17 OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho da fronteira amazônica do séc. XX*. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, nº 11, p. 126.

Foi também a fase destrutiva e predatória da extração do látex, usando-se métodos condenados e processos grosseiros, que acabavam em pouco tempo liquidando com as árvores.

Com o crescimento vertiginoso da indústria e com a demanda internacional da borracha sempre mais se intensificando, a atividade extrativa vai polarizando todos os recursos destinados anteriormente às outras produções, provocando o escasseamento de gêneros agrícolas, que tiveram de ser obtidos em outras regiões e a preços bem mais elevados.

Homens de governo alertavam para a situação do emprego quase exclusivo de braços, na extração e fabrico da borracha, a ponto de nos ser preciso atualmente receber de outras províncias gêneros de primeira necessidade<sup>18</sup>.

Araújo Lima, após aprofundada análise da economia amazônica, chegou à conclusão de que o grande mal da Amazônia era a borracha:

porque monopoliza todo o trabalho, porque desvia da agricultura e das outras fontes de vida todos os braços e todas as aspirações, porque atrai os minguados recursos monetários para a mono-extração; porque interrompe os cursos das outras atividades já bem encaminhadas, seduzindo os que a esta se entregam e arrebatando-os na sua voragem; porque se oferece em dados momentos como uma fascinação aos que trabalham e porque, principalmente, é uma ocupação extrativa instável e sobretudo, destruidora que não fixa o homem e não lhe firma os vínculos da vida social, forçando-o a saquear e esgotar os seringais.<sup>19</sup>

Na verdade, o mal não residia na borracha em si, mas na monocultura e no sistema de exploração que era empregado.

Com a procura externa da borracha apresentando rápido crescimento e com os preços numa trajetória crescente, o Brasil, que detinha praticamente a supremacia da produção desta matéria-prima, no início do século, tinha sérios problemas para sustentar tal posição, devido às características primitivas da exploração, à falta de capi-

18 SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1980, p. 70.

19 LIMA, 1943, p. 405.



tais abundantes e à deficiência quase crônica de mão de obra para a Amazônia.

A expansão da produção só seria possível e significativa com:

- A) uma larga oferta de capitais;
- B) a incorporação de novas áreas produtoras às já existentes;
- C) um acréscimo de mão de obra ao processo produtivo.

A) *A oferta de capitais.* A movimentação de todo este mundo de homens (mão de obra), de mercadorias e a criação de uma infraestrutura de transporte e comunicações, para viabilizar a empresa extrativa, não teria sido possível sem uma abundante oferta de capitais.

Inicialmente, o capital empregado na exploração da borracha, oriundo ou não da região, era privado e inexpressivo. A crescente procura, no entanto, da matéria-prima nos mercados mundiais, atraiu de imediato o capital estrangeiro, que paulatinamente veio a se constituir no sustentáculo da atividade extrativa para toda a região, quer quanto ao crédito para as exportações e importações, quer como capital de giro e ainda para empréstimos aos governos locais.

A política imperialista do grande capital monopolista e financeiro encontra plena corporificação no financiamento da economia da borracha na Amazônia.

Como exemplo desse capital empregado podemos citar o setor do transporte fluvial na Amazônia, com as duas grandes companhias de capital inglês – The Amazon Steam Navigation Co. LTD., com sede em Londres, e The Amazon River Steam Navigation Co. LTD. Segundo Vergolino, *a construção e a administração por companhias estrangeiras dos portos de Belém e Manaus, a extensa tonelagem da frota fluvial inglesa comparativamente à dos comerciantes regionais, a total participação dos ingleses no processo de comercialização para o resto do mundo da borracha produzida na Amazônia, são fatos que comprovam a elevada participação do capital estrangeiro na atividade extrativa regional*<sup>20</sup>.

Roberto Santos fornece uma extensa lista de firmas estrangeiras: inglesas, norte-americanas, belgas e francesas, que operavam direta ou indiretamente no comércio da borracha ou que atuavam na prestação de serviços dos dois grandes centros exportadores da

20 VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. *A borracha, extrativa e a economia amazônica: 1890-1930*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 1975, p. 107 (Mimeo).

goma elástica – Belém e Manaus<sup>21</sup>. Dela podemos fazer uma ideia da magnitude e da importância da atuação do capital alienígena na Amazônia, à época do *boom* da borracha.

Muniz Barreto complementa o quadro com uma maior riqueza de dados, arrolando o total de 25 (vinte e cinco) firmas de capital inglês, que atuavam na Amazônia, no período 1870-1930, especificando o montante de capital e o campo onde operavam. Já as firmas de capital americano, que atuavam na região, no mesmo período, perfaziam o número de 11 (onze)<sup>22</sup>.

Na gênese da oferta de todo esse capital, tendo-se em conta a exiguidade dos recursos da região e o fato da procura da borracha ter, basicamente, como destinatários a Inglaterra e os EUA, não nos é difícil concluir que foram um ou mais agentes, de origem inglesa ou norte-americana, ou de ambas as nacionalidades, que trouxeram o capital inicial capaz de dinamizar a modesta produção de borracha, no começo da exploração. É provável até que, num primeiro momento, esses agentes desempenhassem o papel de importadores e exportadores, a um só tempo, financiando, com os lucros das importações de seus países de origem, as exportações da borracha. Aos poucos, porém, dado o risco que a exploração ia assumindo, eles vão transferindo a função da importação e do financiamento dos produtores da borracha aos tradicionais comerciantes portugueses, reservando para si unicamente a tarefa da exportação<sup>23</sup>.

Com essa alteração do sistema, os personagens da nova ordem passaram a auferir seus lucros específicos: o exportador inglês, americano ou alemão, os rendimentos dos negócios da exportação e câmbio; o importador português, os lucros e juros de suas operações; o grande aviador, quase sempre português, também, as vantagens inerentes ao avião. Com a montagem desse sistema, uma verdadeira cadeia de fornecimentos a crédito vai-se estruturando, com a partilha dos riscos entre os vários elos dessa cadeia. Estava, destarte, montada a grande máquina creditícia que se tornaria o arcabouço de todo o financiamento da empresa gumífera na Amazônia.

21 SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1880-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 70.

22 BARRETO, Antônio Emílio Muniz. *Relações econômicas e o novo alinhamento Internacional do Brasil (1870-1930)*. Universidade de São Paulo, 1977. Anexos 3 e 4. p. 248-323, (Mimeo).

23 SANTOS, 1980, p. 123-129.

Ferreira Reis refere-se desta maneira ao desempenho dessa rede: *com o surto da borracha, esses créditos cresceram de intensidade. Tudo foi criado em função de sua existência em maior ou menor volume*<sup>24</sup>.

Desenvolveu-se assim, nos primórdios da exploração gumífera, um regime de comércio em que um pequeno número de exportadores se situa na cúpula do sistema, adjudicando-se a posição leonina de toda a transação comercial, seguindo-se dos importadores, dos aviadores, nos diversos patamares, dos produtores-seringalistas e dos extratores.

Na virada do século, tal sistema já se achava plenamente solidificado, com suas funções bem definidas e especificadas. *Os exportadores estrangeiros compravam a borracha às 'casas aviadoras' e emitiam letras de câmbio que descontavam nos bancos ingleses de Belém e Manaus. Quando se venciam os 90 dias da letra, já a borracha fora desembarcada em New York, Liverpool ou Hamburgo e entregue ao exportador externo*<sup>25</sup>.

A ação dos intermediários sofreu severas críticas dos comerciantes e produtores da época, que consideravam tal tipo de operação parasitária e exploradora, já que, não efetuando praticamente nenhum adiantamento aos aviadores, estes exportadores não desembolsavam um vintém sequer nesse tipo de intermediação.

Para Armando Mendes, que também era comerciante, estes intermediários que, segundo ele, *vivem parasiticamente à custa da praça, impondo os preços, ditando as condições e fazendo ainda um favor aos aviadores em lhes comprar o produto. E como são os representantes das casas que em Liverpool, Hamburgo e New York, fazem o monopólio da borracha açambarcam o comércio deste gênero também nos mercados produtores*<sup>26</sup>.

Sua força e raio de ação eram, na verdade, indiscutíveis. Quando houve, de fato, a tentativa dos aviadores em quebrar este monopólio, embarcando por conta própria a borracha que haviam adquirido diretamente dos seringalistas e aviadores menores, a reação dessas casas exportadoras foi rápida e fulminante, devendo-se a elas uma das mais sérias baixas de preços do produto ocorridas antes de 1912<sup>27</sup>.

24 REIS, 1953, p. 91.

25 MENDES, José Amando. *A crise amazônica e a borracha*. Belém: Typografia do Instituto Lauro Sodré, 1908, p. 89.

26 SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1880-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 129.

27 MENDES, José Amando. *A crise amazônica e a borracha*. Belém: Typografia do Instituto Lauro Sodré, 1908, p. 133.

Ainda segundo R. Santos, três foram as modalidades de entrada do capital externo:

- 1º) Financiamento privado de importações;
- 2º) Investimentos diretos, ou capital de risco;
- 3º) Empréstimos a governos locais.<sup>28</sup>

Em relação à primeira modalidade, à qual aliás vínhamos nos referindo, podemos afirmar que o capital de giro para a produção da borracha provinha do exterior em forma de crédito, ora sendo de maior monta do que o capital sulino, ora perdendo em importância para este. Tem-se como certo que a presença desse capital precedeu ao capital de risco, sobrepujando-o em importância para o desenvolvimento da economia gumífera.

A presença dos estrangeiros no setor de aviamento deve ser também enfatizada, em especial a contribuição dos comerciantes portugueses, que, com o enriquecimento consequente, dedicaram-se também à construção civil, negócios imobiliários e ao comércio varejista.

No tocante à segunda modalidade – investimentos diretos, ou capital de risco – deve-se notar a presença das aplicações britânicas e americanas, mormente nos setores de serviços urbanos, portos e navegação, estradas de ferro etc. De menor monta foram as aplicações do capital de risco belga e francês, que, por sinal, não conseguiram boas concessões, a não ser em regiões marginais e remotas<sup>29</sup>.

Em relação à terceira modalidade – empréstimos para os governos locais – pode-se afirmar que foi seguido o modelo das demais regiões do país, que tinham plena liberdade de contrair empréstimos. Os mais dignos de menção foram aqueles efetuados pelos governos do estado do Pará, em 1901, e pelo estado do Amazonas, em 1906, respectivamente de £ 1.450.000 (que correspondiam a vinte mil contos de réis) e de Frs. 84.000.000, devido às pesadas garantias exigidas pelos credores e que importavam no empenho da quase totalidade das rendas e recursos de ambos os Estados<sup>30</sup>.

Quanto ao capital privado nacional aplicado na região, pode ser subdividido em regional e extra regional.

28 SANTOS, 1980, p.133.

29 Idem, p. 133-137.

30 Ibidem, p. 37-139.

Inicialmente o capital regional deve ter sido parco, devido às poucas chances de acumulação anterior. Com o crescimento da demanda de borracha, seringalistas e comerciantes da região ampliaram seus capitais por meio de investimentos imobiliários rurais, na própria economia extrativa da borracha como capital de giro, na pecuária e algumas aplicações, até em construção civil e naval, bem como em pequenas indústrias e atividade urbanas.

Como exemplo de capital brasileiro extra regional, cita-se o notável investimento de risco do Barão de Mauá, tanto por seu vulto (1.200 contos de réis), quanto por sua qualidade de caráter inovador (implantação da navegação a vapor no Amazonas).

O Sul do país concorreu também sob forma de créditos. Estes eram efetuados a curto prazo ou no período das safras, e permitiam que Belém e Manaus estocassem mercadorias com a finalidade de abastecer os seringais. O elevado custo nos fretes de cabotagem e os preços e lucros altíssimos exigidos pelos comerciantes sulistas encareciam sobremaneira as mercadorias entradas na Amazônia. O comerciante, por seu turno, calculava seus preços com uma margem de juros e lucros excessivos; o mesmo faziam os aviadores com os seringalistas, que, por sua vez, carregavam sem comiseração, nos preços, sobre o seringueiro-extrator –, o derradeiro destinatário desta cadeia de exploração e iniquidades, desses intermediários sem escrúpulos<sup>31</sup>.

Com a fundação do Banco Central do Pará, em 1869, surgiram algumas agências de crédito na região, aparentemente de capital nacional.

A impressão que se tem, porém, é de que os bancos se negavam a financiar a extração da borracha, já que esta representava um risco demasiado grande para as suas garantias. Os próprios bancos estrangeiros, que, aos poucos foram se instalando na região, também se negavam a conceder empréstimos à praça, com exceção para os exportadores, limitando-se a operar como meras agências de câmbio. O próprio Banco do Brasil foi posteriormente acusado de não carrear recurso algum para a região.

O crédito bancário era destinado, sobretudo, às firmas exportadoras. As mais importantes delas eram a casa germano-britânica dos Srs. Schrader, Gruner & Cia., de Londres, Liverpool e Hamburgo, seguida de sua congênere americana, de Adalbert H. Alden e, em ter-

31 SANTOS, 1980, p. 139-140.

ceiro lugar, a dos Srs. Shoez Artje, de origem alemã<sup>32</sup>. Praticamente todo o comércio de borracha passava pela mão desses agenciadores alienígenas, que auferiam dele lucros altíssimos, estando os comerciantes e aviadores sujeitos aos seus interesses e tendo que aceitar as especulações dos juros pelos créditos por eles oferecidos, além das frequentes oscilações dos preços, também por eles artificialmente provocadas.

B) *Alargamento e expansão das zonas de produção*. Os processos de extração criminosos, a que acima aludimos, tiveram como consequência mais imediata o empobrecimento rápido das zonas de extração inicial, obrigando os extratores a uma penetração mais ousada pela floresta adentro ou mesmo à ampliação em direção a outras áreas de trabalho.

Passou-se, assim, dos rios próximos a Belém para o Tapajós; depois, para o Madeira e, mais tarde, para o Purus e o Juruá, atingindo-se, desta forma, a região acreana, à época, ainda não incorporada ao território nacional. Esta região mostrou-se, desde cedo, o maior reservatório natural de seringueiras da Amazônia, e quíçá do mundo, com a vantagem ainda da superior qualidade do produto.

Segundo Caio Prado,

o Território do Acre começará a contribuir com algum vulto para a produção brasileira (da borracha), em 1903, quando o volume exportado da soma ultrapassa 2.000t. Já no ano seguinte alcançará 8.000 toneladas e, em 1907, com mais de 11.000t, coloca-se em primeiro lugar entre as regiões produtoras do país<sup>33</sup>.

Apesar de ser, até 1903, uma região em litígio, disputada por Brasil, Bolívia e Peru, tornou-se o Acre o centro obrigatório do grande movimento comercial daquela riquíssima região e, como tal, lugar de atração de todas as cobiças e das mais extravagantes pretensões<sup>34</sup>.

Reconhecido oficialmente pela própria chancelaria brasileira (Tratado de Ayacucho, de 1867) como território, de fato e direito, pertencente à Bolívia, a ocupação do território acreano pelos brasileiros, notadamente pelos cearenses, foi marcada por uma série de

32 MENDES, José Amando. *A crise amazônica e a borracha*. Belém: Typografia do Instituto Lauro Sodré, 1908, p. 88.

33 PRADO JR., Caio. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 237.

34 ROCHA, Júlio. *O Acre, documentos para a história de sua ocupação pelo Brasil*. Lisboa. Minerva/Lusitana, 1903, p. 48.

conflitos e escaramuças com os bolivianos que até então ocupavam boa parte da área.

A vitoriosa “Revolução Acreana”<sup>35</sup>, comandada em sua derradeira etapa pelo gaúcho Plácido de Castro, coadjuvado pelos seringalistas e seringueiros nordestinos que haviam invadido a região, viria a ter um desfecho feliz com o Tratado de Petrópolis (1903)<sup>36</sup>, celebrado entre os dois países, com evidentes vantagens para o Brasil, que anexaria a seu território ASW mais 245 mil km<sup>2</sup> de terras férteis e ricas em seringueiras.

A exacerbação do conflito ocorreu, mais uma vez, por obra e graça do capital monopolista, quando a Bolívia pretendeu entregar a zona litigiosa do Acre para o *Bolivian Syndicate*, uma entidade de cartel, constituída pela United States Rubber Company e por alguns capitalistas ingleses.

Na apreciação de Osiris Silva,

o Bolivian Syndicate era a criação na Amazônia, de um cancro colonial do tipo dos que sugaram o continente Africano e que ainda hoje infelicitam suas vítimas alimentando a guerra civil entre irmãos, a fim de enfraquecer a resistência nacionalista, em benefício de seus interesses inconfessáveis<sup>37</sup>.

Felizmente, a pronta ação de nossa diplomacia, então entregue às mãos hábeis do Barão do Rio Branco, juntamente com a participação decisiva do seringueiro nordestino, frustraram os desígnios do capital estrangeiro, que, por expedientes tão sem escrúpulos, se havia lançado àquela aventura singular.

A ocupação de fato do território não foi, contudo, uma entrada triunfal para um futuro promissor. Muitas foram as vítimas que sucumbiram nesse avanço.

Em certas regiões, privilegiadas pela abundância da hévea, como a do Purus, por exemplo, a ocupação foi feita de modo intenso e contínuo; embora o silvícola não houvesse oposto grande resistência, ainda assim o desbravamento se deu à custa de muitas vidas. Em

35 Sobre a *Revolução Acreana* e outros aspectos do conflito consultar: COSTA, Craveiro. *A conquista do deserto Ocidental*. São Paulo: Editora Nacional, 1974; TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

36 Sobre o Tratado de Petrópolis consultar: RICARDO, Cassiano. *O Tratado de Petrópolis*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1954, 2v.

37 SILVA, Luiz Osiris da. *A luta pela Amazônia*. São Paulo: Ed. Fulgor, 1962, p. 72.

outras regiões, como a bacia do Juruá, a resistência dos nativos foi árdua e penosa, e só foram cedendo o campo ao nordestino por entre o trovejar das balas e o zunido das flechas envenenadas<sup>38</sup>.

Apesar das dificuldades, esses pioneiros operaram uma irradiação colonizadora digna de nota e, já em 1902, contavam-se em todo o Vale do Juruá – a região mais a oeste e remota de Manaus – entre 300 e 400 seringais.

C) *A contribuição da mão de obra nordestina para o sucesso da Empresa Gumífera*. Os dois pré-requisitos que acabamos de analisar deram-se concomitantemente a um terceiro, que se tornaria o verdadeiro braço de sustentação de todo o empreendimento da borracha, vale dizer, a extensa corrente migratória nordestina, que, por esta época, se orientou para a Amazônia.

O desemprego estrutural e os fenômenos relacionados com a estiagem tinham como efeito produzir condições que, de imediato, impunham a necessidade de transferência desta população excedente do Nordeste do país. Não foram estas, contudo, as causas essenciais dessa dolorosa migração. Ao menos não explicam porque este fluxo migratório se orientou preferentemente para a Amazônia, quando maior era a carência do Sudeste do país, que teve de lançar mão de um numeroso contingente de emigrantes europeus para suprir as suas necessidades mais imediatas.

Supondo, com Celso Furtado, que o total de imigrantes europeus, no último quartel do século XIX, tenha sido de 803 mil<sup>39</sup> e, ainda, que a população de nordestinos destacada para a Amazônia tenha chegado à casa dos 500 mil, se esse contingente de retirantes fosse carregado para os cafezais, teríamos substancialmente reduzida a necessidade de incorporação de europeus.

Uma série de razões podem ajudar a compreender esta *preferência* dos nordestinos pela Amazônia. Roberto Santos aponta os seguintes fatores:

a) Preconceito do trabalhador nordestino pela labuta dos cafezais, considerada tradicionalmente uma ocupação de escravos. Na Amazônia, ao invés, o trabalhador era, supostamente, dono de si, seringueiro autônomo etc. A Amazônia dava noção de liberdade;

38 REIS, Arthur Cézár Ferreira. A conquista do Acre. In: *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1940, p. 2085.

39 FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 14 ed. São Paulo: Nacional, 1976, p. 128.



b) As ilusões de enriquecimento rápido a que o *boom* da borra-cha expunha o nordestino, suficientes para superar os estímulos de maior salário ou remuneração do Sul;

c) Propaganda e arregimentação realizada pelos prepostos de seringalistas do Pará e do Amazonas, em Fortaleza, Recife e Natal, atraindo os nordestinos diretamente para o trabalho dos seringais;

d) Subsídios que os governos do Pará e Amazonas concediam ao transporte de imigrantes, em vista dos programas de colonização agrícola, mas que redundavam por favorecer, em última análise, a migração para as zonas extratoras da borracha;

e) Maior proximidade e facilidade do transporte de cabotagem até o porto de Belém, em relação ao Sul do país;

f) A ruptura da resistência dos senhores de terras nordestinas à saída de homens, numa época em que as secas dizimavam as populações e acumulavam miséria nos campos e refúgios nos núcleos urbanos<sup>40</sup>.

Algumas das razões apontadas por Roberto Santos coincidem também com as de Graham e Buarque de Holanda Filho:

1º) Os promotores da imigração, oriundos dos seringais, estavam presentes, prontos para recrutar dentre a massa de desempregados e refugiados que abundavam pelos portos de Fortaleza, Natal e Recife. Ao contrário, os plantadores sulistas nem se achavam presentes, nem aparentemente interessados em contratar trabalhadores nordestinos;

2º) A psicologia do sertanejo era provavelmente mais atraída pela síndrome do *El Dorado* das áreas amazônicas. Fortunas deviam ser construídas lá, não no Sul.

3º) Finalmente, a Amazônia estava mais perto, e a navegação mais fácil e frequente dos portos do Nordeste a Belém do Pará do que para o Sul<sup>41</sup>.

Alguns desses imigrantes, mormente nas regiões próximas a Belém e Manaus, destinaram-se a outras formas de ocupação, indo estabelecer-se em colônias agrícolas organizadas pelo poder público, objetivando a produção local de alimentos e o consequente povoamento da região, dando ao extrativismo gumífero um cunho comple-

40 SANTOS, 1980, p. 108.

41 GRAHAM, D.; HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. *Migration-regional and urban growth and development in Brazil: a selective analysis of the historical record, 1872-1970*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, 1971, p. 4.

mentar em sua economia. Infelizmente, a maioria dessas iniciativas foram fadadas ao fracasso<sup>42</sup>.

Aliás, como assinala bem Ferreira Reis,

o povoamento da Amazônia não se processou dentro de um planejamento como sucedeu com a colonização do sul onde os estabelecimentos montados para receber os contingentes europeus foram selecionados, os grupos foram localizados sob a garantia e as atenções oficiais. Na Amazônia os nordestinos chegaram para uma empresa que se caracterizava pelo aventureirismo. Eles significam mão de obra necessária. Não havia um propósito de fazer funcionar um sistema de colonização visando demográfica e politicamente o futuro.<sup>43</sup>

Não havia, entre esses migrantes, a preocupação de uma permanência definitiva. As próprias circunstâncias de emergência e improvisação, nas quais se processou o seu deslocamento, auxiliam-nos a compreender esta ausência de espírito colonizador entre a maioria dos homens que desbravam a região.

Era principalmente a região do Acre e dos altos rios, rica em *hévea*, que mais atraía esses imigrantes. As causas desta preferência são fáceis de detectar:

- a) Busca por recursos imediatos e temporários;
- b) Incidência abundante da seringa na região;
- c) Necessidade de novos espaços, visando possibilitar a ocupação de todo o potencial disponível de mão de obra;
- d) Necessidade de aumento da produção gumífera, estimulada pelos crescentes e vantajosos preços oferecidos pelo mercado externo;
- e) Esgotamento parcial das árvores produtoras do látex nas regiões dos baixos rios.

Assim é que essa exploração ocupacional continuou a se processar em ritmo intenso. Ferreira Reis situa em torno de 200.000 indivíduos o volume migratório iniciado em 1870, sendo que, dentre

42 PENTEADO, Antônio Rocha. *Problemas de colonização e uso da terra na região bragantina do Estado do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1967, p. 196-197. Conferir também SILVA, Moacyr Fecury Ferreira da. *A emigração nordestina para a Amazônia em 1977: uma tentativa de colonização pela administração provincial*. Rio Branco: Artes Gráficas Dois Oceanos, 1977.

43 REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Americana, 1972, p. 225-226.

estes, cerca de 70.000 encontravam-se no Acre quando da incorporação deste ao território brasileiro<sup>44</sup>.

O mesmo Ferreira Reis nos fornece dados sobre a evolução populacional da região neste período de ocupação, ressaltando a intensidade do incremento numérico.

ANO	PESSOAS
1779	83.510
1832	149.854
1862	272.014
1872	332.397
1890	386.370
1920	1.346.672
1940	1.439.052

Wagley também calcula que, de 1850 a 1900, a população do Vale aumentou dez vezes, justificando que o afluxo na Amazônia foi tão grande, em fins do século XIX, que a população de Manaus, que, em 1879, era de 5.000 pessoas, em 1890, atingia 50.000, e em Belém, onde viviam apenas 15.000 pessoas, em 1848, em 1890, já se contavam 100.000<sup>45</sup>.

A participação migratória nordestina no povoamento da Amazônia, no período de 1872 a 1900, conforme Celso Furtado, foi aproximadamente de 260.000 habitantes, elevando-se para cerca de 500.000, no primeiro decênio deste século. Tal cifra é considerada exagerada, tanto por Tupiassu, quanto por Benchimol, que propõem para o período (até 1910) um contingente em torno de 300.000 pessoas<sup>46</sup>. Nos cálculos de Girão, das 300.902 pessoas que emigraram do Ceará, de 1869 até o final do século, 225.526 se destinaram para a Amazônia<sup>47</sup>.

Nas cifras apresentadas por Benchimol e que reproduzimos aqui, ano após ano, a soma se revela um tanto mais modesta, embora compreenda um lapso menor de tempo – 1877 a 1900:

44 Idem, p. 41.

45 WAGLEY, Charles. *Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos Trópicos*. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 62.

46 BENCHIMOL apud SANTOS, 1980, p. 99-100.

47 GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1947, p. 392.

ANO	PESSOAS
1877	4.610
1878	15.300
1892	13.593
1893	7.830
1894	4.443
1895	9.052
1896	9.682
1897	7.312
1898	25.872
1899	17.045
1900	45.792
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>160.531</b>

Pelos dados de Roberto Santos podemos deduzir que a população da Amazônia cresceu de forma sensível no período compreendido entre 1877 e 1910, distanciando-se muito dos seus índices iniciais, quadruplicando seu contingente populacional no período e apresentando, em relação às outras regiões, um crescimento proporcional dos mais expressivos

REGIÕES/ANO	1872	1890	1900	1910	1920
Norte	332.847	476.370	695.112	1.217.024	1.090.545
Nordeste	4.638.560	6.002.047	6.749.507	8.634.950	11.245.921
Sudeste	4.016.992	6.104.384	7.824.011	10.412.480	13.654.934
Sul	721.337	1.430.715	1.796.495	2.556.436	3.537.167
Centro-Oeste	220.812	320.399	373.309	593.287	758.531

Como vimos pelos números acima arrolados (cf. tabela de Ferreira Reis, p. 47), em 1832 a população da Região Norte estava em torno de 150.000 pessoas, passando para 333.000, em 1872; em 1900, soma quase 700.000, chegando, 20 anos mais tarde, a 1.400.000. Portanto, deve-se aferir que a partir de 1872 o aumento foi sensível. Essa população, movida pelos interesses econômicos ligados à extração do látex, devassa a floresta tropical brasileira, incorporando um

território de quase 200.000km<sup>2</sup>, retirado da Bolívia; extermina parte da população indígena, miscigena-se parcialmente com ela e provoca o crescimento urbano de Belém e Manaus.

É bastante plausível a conclusão de Celso Furtado, mesmo relevando seu exagero nos números, ao relacionar o aumento da produtividade com a população. Ele é taxativo em afirmar que o aumento da produção da goma deveu-se ao influxo de mão de obra, pois os métodos da produção, por esta época, em nada se modificaram, nos seringais.

Se atentarmos, de fato, para os acréscimos periódicos da população amazônica e para a participação da produção brasileira de borracha no mercado mundial, constataremos que esta relação é uma constante. Na verdade, em 1878, a produção mundial era exclusivamente brasileira. Em 1890, representava 90% da produção global. No período de 1900 a 1919, tal participação cai sucessivamente para 70%, 53%, 34% e 12%<sup>48</sup>. E os acréscimos populacionais praticamente refletem e acompanham esta participação.

Tomando-se 1872=100 (338.000 habitantes) obtemos para o período de 1872 a 1900 um incremento de 40%. No decênio seguinte o acréscimo alcança 47%, com uma evidente participação maior para o primeiro decênio do século, quando os índices de produção da borracha eram mais elevados.

Já entre 1920 e 1940, período de estagnação na atividade, o acréscimo não vai além de 0,2%<sup>49</sup>.

Mesmo admitindo serem por demais altas as projeções de Furtado (500.000 pessoas entre 1872 e 1910) e resultando este salto populacional, de 340.000 para mais de 1.400.000, tal acréscimo dificilmente pode ser atribuído ao crescimento vegetativo da população residente na área, como parecem sugerir H.D. Graham/S. Buarque de Holanda Filho e até mesmo Tupiassu<sup>50</sup>.

Levando-se em conta a alta taxa de mortalidade da região e o fato de que boa parte dos imigrantes não levavam família para a Amazônia, é difícil admitir que mais de 500.000 pessoas tenham nascido na Amazônia nesse período, como querem dar a entender

48 CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 28.

49 Idem, p. 28-29.

50 Ibidem, p. 29-30.

esses autores, mesmo concordando que os incrementos vegetativos se fizeram a taxas elevadas.

Nesse sentido, deve-se considerar que o deslocamento de meio milhão de nordestinos no último quartel do século XIX, com a emergência de uma atividade econômica baseada no extrativismo, foi o responsável pelo surgimento de um sistema de produção e de relações de produção, cuja marca característica era o *trabalho compulsório*. A transumância dessa mão de obra, que, como foi analisado, se deveu primordialmente a certas condições internas do Nordeste, como o desemprego estrutural e a persistência das estiagens, teve ainda uma outra causa não desdenhável, ou seja, a posição de subordinação da economia brasileira face às mudanças ocorridas na divisão internacional do trabalho. Quando a borracha ganhou foros de matéria-prima fundamental e virtualmente indispensável na explosão industrial europeia e norte-americana, foi o capital monopolista internacional que, como já se assinalou, comandou todo o processo de formação e expansão da economia gumífera na Amazônia, bem como a utilização do trabalho compulsório nos seringais.

Será o capital monopolista, atuando sob a dominação imediata e visível do capital mercantil, sob a égide do capital comercial, que porá em marcha a economia da borracha na Amazônia, como será ele também o artífice principal do sistema de *aviamento*, que manterá imobilizada a força de trabalho nos seringais.

Esse sistema denominado de aviamento pode ser, a grosso modo, assim reconstituído: na base, encontrava-se o seringueiro-extrator, o único produtor da matéria-prima vegetal; em seguida, vinha o seringalista-proprietário e patrão do seringal; acima destes, vinham as casas aviadoras, localizadas em Belém e Manaus, que abasteciam os seringais. Por último, tínhamos as casas exportadoras, que, com a negativa dos bancos em financiar a produção, constituíam-se nas verdadeiras financiadoras de todo o sistema produtivo.

A articulação entre os diversos agentes desse sistema desenvolvia-se, mais ou menos, da seguinte maneira: as casas exportadoras, ligadas ao capital monopolista, financiavam as casas aviadoras, que se endividavam. Estas ficavam em condições de *aviar* os seringalistas, fornecendo-lhes todos os gêneros, utensílios e instrumentos necessários para o funcionamento dos seringais, assumindo estes a obrigação de destinar às casas aviadoras toda a produção da borracha do serin-

gal *aviado*. O seringalista-patrão, por sua vez, procedia ao aviamento dos seus seringueiros ou fregueses, que formavam o último elo desta cadeia e que, com a extração da borracha, tentavam amortizar a dívida que já haviam contraído no barracão do patrão.

Para comprometer ainda mais essa dependência mútua, que se criava com este sistema, cada um entregava sua mercadoria a crédito, fazendo com que o negócio se tornasse ainda mais incerto e, em consequência, aumentando sempre mais essa corrente de interdependência e compromissos mútuos, tornando o trabalho de um imprescindível ao outro.

O sistema funcionava, em última instância, baseado no endividamento prévio e contínuo do seringueiro em relação ao patrão-seringalista.

Essa dependência do extrator para com o estabelecimento extrativista tinha início logo que ele era contratado em sua terra natal, quando lhe eram feitos os primeiros adiantamentos para a viagem, agravando-se quando, já no barracão, recebia os utensílios e gêneros para a coleta, geralmente estimados para os primeiros três meses de trabalho.

Isso vem demonstrar que o seringueiro, antes mesmo de iniciar sua atividade produtiva no interior da mata, já se achava definitivamente amarrado, pela dívida, ao proprietário do seringal. A prisão pela dívida era um expediente destinado a imobilizar a força de trabalho, vencer sua resistência pela aplicação impiedosa dos regulamentos, torná-la crescentemente dependente do patrão e perpetuar sua utilização e exploração na atividade extrativa<sup>51</sup>.

Tais relações de produção, baseadas no endividamento prévio e contínuo, tornavam praticamente impossível ao seringueiro libertar-se do patrão, transformando-o num prisioneiro do próprio trabalho. Sua condição social, portanto, era ambígua e mesmo paradoxal: socialmente era livre, porém sua condição real era a de um escravo. Escravizado pela dívida, pelo isolamento e solidão, pela rotina de trabalho e de vida na floresta. O seringueiro era uma espécie de assalariado de um sistema absurdo. Era aparentemente livre, mas a estrutura concentracionária do seringal o levava a se tornar um es-

51 OLIVEIRA, Luís Antônio Pinto. *O sertanejo, o brabo e o posseiro*: a periferia de Rio Branco e os cem anos de andança da população acreana. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1982, p. 32. (Mimeo).

cravo econômico e moral do patrão. Endividado, não conseguia mais escapar<sup>52</sup>.

A exploração a que estava sujeito o seringueiro transparecia, de fato, muito mais na forma de vida a que se achava subordinado, pelo isolamento em que se desenvolvia o seu trabalho, pelas peculiaridades técnicas do extrativismo, enfim por estar entregue talvez à mais desumana estrutura de exploração, jamais concebida numa sociedade livre. Foi Euclides da Cunha quem, melhor que qualquer outro, resumiu a filosofia e as condições de vida imperantes nos seringais. Referindo-se à filosofia de trabalho que norteou a empresa gumífera, define-a como a mais imperfeita organização de trabalho que engendrou o egoísmo humano. E sobre as condições de trabalho, afirma: O sertanejo emigrante, realiza ali, uma anomalia, sobre a qual nunca é demasiado insistir: é o homem que trabalha para escravizar-se<sup>53</sup>.

Os custos sociais desse empreendimento foram, sem dúvida, proibitivos. Um observador da época, o Sen. Eloy de Souza, assim descreve as condições de trabalho do seringueiro e as consequências delas resultantes:

(...) nunca em parte alguma do globo houve exemplo de tamanho sacrifício, nem indústria alguma custou jamais em país de civilização ocidental, um tão crescido número de vidas pelo abandono criminoso dos governos, despercebido como estamos de qual ali se perde o mais valioso capital da nação. Os dois relatos firmados pela autoridade do Dr. Oswaldo Cruz, um referente à defesa sanitária na construção da Madeira-Mamoré, e o outro, mais recente, indicando o plano geral da campanha de salubridade a ser empreendida no Vale do Amazonas, permitiriam avaliar os claros abertos no efetivo da população brasileira com a exploração da borracha, se porventura pudessemos conhecer ao menos o número de retirantes deslocados por ocasião da grande seca de 1877 e das que lhe seguiram até 1904 (...).<sup>54</sup>

52 SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p. 100.

53 CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Porto: Lello Brasileira, 1967, p. 51.

54 SOUZA, Eloy de. *A crise da borracha*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p. 3.



## 1.2 A CONCORRÊNCIA DAS PLANTAÇÕES ASIÁTICAS E A FALÊNCIA DO EXTRATIVISMO DA BORRACHA

Vimos como a Amazônia, enquanto se desenvolvia o ciclo da borracha, conheceu um desenvolvimento ímpar.

O povoamento acelerou-se, atingindo pontos afastados da calha do grande rio, como os vales do Madeira, Purus e Juruá, abrangendo mesmo áreas situadas além das nossas fronteiras e posteriormente acrescidas ao território nacional.

Os governos locais tiveram à sua disposição grandes recursos e puderam expandir o setor de serviços. Desencadeou-se o processo urbano, muito embora restrito às grandes cidades como Belém e Manaus.

Vivia-se, então, o esplendor da indústria gumífera. Quando Augusto Plane visitou a Amazônia, nos primórdios do século, registrou encantado o lendário progresso e vitalidade que se operava no epicentro da exploração gumífera. Belém era a grande porta de saída do produto, com 125.000 habitantes e um vasto conjunto de casas comerciais. Manaus, que, de aldeia de índios se transformara em cidade da noite para o dia, já contava com 50.000 habitantes e, apresentava-se, segundo o viajante pasmo, como le Paris des selves, dont les banques, les églises, les théâtres et les cafés s'alignent à deux pas de la forêt<sup>55</sup>.

Em 1878, 100% da produção mundial de borracha era brasileira. Em 1890, a participação decresceu para 90%. Entre 1895 e 1909 a Amazônia contribuíra para o consumo mundial com 443.200 toneladas. A África, a América Central e Malásia, com 374.510t. Havia, portanto, um saldo para o Brasil de 68.960 toneladas<sup>56</sup>.

A crescente demanda mundial, impulsionada especialmente pelo desenvolvimento da indústria automobilística, assegurava o aproveitamento de toda a borracha produzida na região. A economia da Amazônia parecia lançada na via da prosperidade. Era difícil imaginar que aquela euforia fosse passageira, pois a Amazônia possuía o maior reservatório de borracha natural de que se tem notícia e, além disso, o domínio do mercado<sup>57</sup>.

55 PLANE, apud REIS, 1953, p. 67.

56 REIS, 1972, p. 65.

57 SOARES, José C. de Macedo. *A borracha*. estudo econômico e estatístico. Paris: L. Chauny/L. Quinsac, 1927, p. 35.

Pelo quadro da exportação brasileira de borracha, entre 1821 e 1947, podemos apreciar a contribuição deste importante produto na economia brasileira. Como podemos observar, o apogeu da produção foi alcançado em 1912, com 42.286 toneladas.

**QUADRO 1. EXPORTAÇÃO DE BORRACHA SILVESTRE AMAZÔNICA, 1821-1947**

ANO	QUANT. (t)	£/T	ANO	QUANT. £/T	(T)
1821/1830	329	67	1921	17.493	72
1831/1840	2.314	72	1922	19.855	72
1841/1850	4.693	45	1923	17.995	100
1851/1860	19.383	116	1924	21.568	90
1861/1870	37.166	116	1925	23.537	206
1871/1880	60.225	183	1926	23.263	145
1881/1890	110.048	152	1927	26.162	107
1891/1900	213.755	209	1928	18.826	76
1901	30.241	283	1929	19.861	75
1902	28.632	256	1930	14.138	54
1903	31.717	308	1931	12.623	32
1904	31.866	350	1932	6.224	34
1905	35.393	420	1933	9.453	43
1906	34.960	401	1934	11.150	50
1907	36.490	374	1935	12.370	50
1908	38.206	308	1936	13.247	88
1909	39.027	484	1937	14.792	90
1910	38.547	655	1938	12.064	44
1911	36.547	412	1939	11.805	63
1912	42.286	380	1940	11.835	97
1913	36.232	285	1941	10.734	126
1914	33.531	206	1942	12.204	179
1915	35.165	200	1943	14.575	191
1916	31.495	240	1944	21.192	255
1917	33.998	224	1945	18.887	270
1918	22.662	174	1946	18.159	190
1919	33.252	188	1947	14.510	186
1920	23.587	106			

**Fonte:** BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Col. Amazônia, V. I. Manaus: Umberto Calderaro, 1977, p. 252.

A expansão da economia da borracha, entre 1880 e 1920, foi imensa, e sua participação na economia brasileira crescente. Entre os anos de 1889 e 1897 a borracha responde, em média por 11,8% da exportação total brasileira; entre 1898 e 1910, por 25,7%; entre 1911 e 1913, por 20%; entre 1914 e 1918, por 12%. Esse significativo volume exportado é acompanhado, também, pelos excepcionais preços internacionais do produto. Em 1840, 45 libras por tonelada; em 1850, 41 libras; em 1860, 125 libras; em 1870, 182 libras; em 1905, 512 libras, preço que perdura até 1911<sup>58</sup>. Não havia, portanto, nada a temer. A riqueza da região parecia inesgotável.

No entanto, esta prosperidade e semi-monopólio amazônico da borracha tinham os seus dias contados.

As razões dessa intervenção do capital monopolista obedeciam à lógica de sua política imperialista, visando tanto a uma mais alta produtividade como maiores facilidades à livre distribuição do capital em nível mundial.

Assim, introduzir o plantio racional em suas colônias asiáticas era expediente decisivo da consolidação do capital internacional, sedento de mercado bem como de fontes de matérias-primas e novas áreas de inversão.

A história dessa verdadeira burla à economia brasileira foi simples, não lhe faltando pitadas de romântico e rocambolesco; bem ao gosto da época.

Foram os ingleses que com maior rapidez e vontade se lançaram a esta empresa, tornando-se os pioneiros da coleta e aclimação das sementes e da experimentação da cultura da hévea em forma racional e sistemática das *plantations*.

Na década de 1970, uma bem articulada coordenação entre o Índia Office, o jardim botânico de Kew, na Inglaterra, e os Royal Botanic Gardens, na Índia, poriam em ação o plano da coleta de sementes<sup>59</sup>.

As primeiras tentativas foram feitas por Mr. Cross, que enviara do Panamá e do Brasil, respectivamente, 1.000 mudas de castilhoa e

58 VILLELA, Annibal V.; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975, p. 50.

59 SANTOS, 1980, p. 239.

1.000 da *Hevea Brasiliensis*. Mas, coube a Henry Wickham a missão de uma coleta mais numerosa e seletiva da tão cobiçada planta<sup>60</sup>.

Na região situada entre o Tapajós e o Madeira, nas imediações do Monte Alto, escolheu ele, dentre espécimes de *Hevea Brasiliensis*, os mais desenvolvidos e ali procedeu à coleta e seleção de mais de 70.000 sementes<sup>61</sup>.

Osiris da Silva assim descreve as peripécias do aventureiro inglês:

Henry Wickham foi o encarregado da secreta e delicada tarefa de roubar-nos as sementes da árvore de ouro. Chegou à Amazônia como um excêntrico colecionador de orquídeas, à procura de tubérculos raros. Internou-se livremente pelo vale e, nas margens do Tapajós iniciou suas experiências, plantando grande quantidade de seringueiras (sic!). O local era solitário e ninguém tomou conhecimento do que estava ocorrendo. Em breve, estavam as plantas em floração, produzindo as cobiçadas sementes. “Casual e providencialmente” passa nas proximidades das plantações, sem carga de retorno, um navio de Sua Majestade Britânica: ‘o Amazonas’. Nele foram embarcadas como se fossem preciosos pacotes com orquídeas, milhares de sementes da árvore da borracha. Em Belém ainda foi oferecido às autoridades lauto banquete, zarpando, o navio em seguida, com sua missão cumprida. Das estufas londrinas, onde foram plantadas, as mudas foram levadas para o Ceilão, onde silenciosamente, preparariam os britânicos a grande surpresa.<sup>62</sup>

Roberto Santos, à luz do direito internacional, tem palavras de severa condenação ao procedimento de Wickham, e consequentemente para as autoridades britânicas, em torno de todo este *affaire*, já que a transação em si não fugiria à pecha de fraude e contrabando. Outros autores são, porém, bem mais benevolentes com o aventureiro inglês, não faltando mesmo quem o considere *O maior pioneiro da borracha*<sup>63</sup>.

60 SANTOS, 1980, p. 230.

61 Idem, p. 230.

62 SILVA, Luiz Osiris da. *A luta pela Amazônia*. São Paulo: Ed. Fulgor, 1962, p. 99-100.

63 MENDES, José Amando. *A crise amazônica e a borracha*. Belém: Typographia do Instituto Lauro Sodré, 1908, p. 15.

Seja como for, o fato é que, com as sementes transladadas por Wickham, da Amazônia, por volta de 1876, os ingleses deram início ao cultivo de seringueiras em bases racionais em suas colônias do Oriente. Estas, alguns anos mais tarde, viriam pôr em cheque a economia extrativista.

Era o capital procurando organizar a produção

Em suas colônias asiáticas, o capital inglês penetra no processo produtivo da borracha, revolucionando e introduzindo a sua lógica, sua disciplina, seu ritmo, sua especificidade, e será justamente a causa da perda da hegemonia brasileira. Enquanto a produção asiática far-se-á a partir de métodos capitalistas, sendo o excedente gerado no processo mesmo da produção, a produção brasileira continuará a se dar a partir do capital mercantil que, para obter seus lucros do fato de ter o monopólio do borracha e o poder de estabelecer os preços da compra da borracha do seringueiro, não se interessará em transformar o processo da produção, não interferindo no processo extrativo que não se modificará substancialmente ao longo do tempo.<sup>64</sup>

Ao iniciar-se o século XX a presença da borracha de cultivo não chegava ainda a preocupar. Não podia ser considerada, então, uma ameaça. De fato, em 1905, quando a produção brasileira já atingia a casa de 35.000 toneladas, a borracha cultivada registrava uma produção de apenas 145 toneladas. Mas, já em 1910, a produção do Oriente comparecia nos mercados consumidores com a inquietante quantia de 8.200 toneladas. O ano de 1912 registraria o clímax da produção natural da borracha, mas também assinalava o fim da hegemonia brasileira como principal fornecedor daquela matéria-prima nos mercados mundiais. De fato, em 1913, a borracha cultivada no Oriente superava a produção amazônica, com quase 48.000 toneladas, enquanto a brasileira decrescia para 39.560 toneladas<sup>65</sup>. Estava definitivamente quebrado o monopólio brasileiro da goma elástica.

Depois é a degradingolada! A borracha explorada nas condições que vimos, não resistirá à concorrência do produto oriental, que, em

64 Paula, José Antônio de. *Notas sobre a economia da borracha no Brasil*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1978, p. 10 (Mimeo).

65 SANTOS, 1980, p. 237.

poucos anos, a substituirá quase inteiramente nos mercados mundiais<sup>66</sup>.

Apesar da visão embotada e curta dos governantes do Amazonas e do Pará e dos próprios comerciantes e seringalistas, que ainda acreditavam na viabilidade do seringal nativo frente ao de cultivo, não haveria mais acasos, invenções felizes ou outros fatores que fossem capazes de devolver à Amazônia a posição semi-monopolística do passado, restabelecendo os preços a um nível que cobrissem os elevados custos da borracha no regime do extrativismo e do aviação<sup>67</sup>. A mudança desta vez era irreversível. Em 1920, a produção asiática já era de 304.816t, contra apenas 30.790, extraídas nos seringais nativos, correspondendo a apenas cerca de 10% da borracha cultivada. Em 1926, a borracha brasileira representava apenas 4,5% do total. Em 1930, já eram 800.808 toneladas dos seringais cultivados contra 17.137 dos seringais nativos, quando a produção destes passou a representar apenas 2% daqueles<sup>68</sup>.

A perda da supremacia brasileira da borracha foi motivada, entre outros fatores, pelos altos custos da extração do produto, que impossibilitavam a competição com as plantações do Oriente, pela inexistência de pesquisas agrônômicas em larga escala, devidamente amparadas pelo setor público, pela falta de visão empresarial dos brasileiros ligados ao comércio da goma elástica, pela carência de uma mão de obra barata da região, elemento de fundamental importância no caso, pela insuficiência de capital financeiro, aliada à distância e às condições naturais adversas da região.

A primeira dessas circunstâncias, e que mais salta à vista, era a supremacia do sistema de produção oriental sobre o amazônico. Enquanto na Amazônia se cortavam 1,5 pés por hectare em exploração, na heveicultura oriental, a densidade média era de 200 pés por hectare. Uma outra vantagem dos plantadores orientais estava na mão de obra abundante e mal remunerada da qual podiam lançar mão. Homens e mulheres da Malásia, de Java, além de chineses e indianos, recebiam salários que variavam de 0,50 a 1,80 francos por dia. Na Amazônia, por volta de 1913 e 1914, um trabalhador agrícola

66 PRADO JR., 1976, p. 239.

67 SANTOS, 1980, p. 237.

68 SILVA, Adalberto Ferreira da. *Raízes da ocupação recente das terras do Acre: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1982, p. 85. (Mimeo)

percebia a diária de 2\$050 réis, incluindo 850 réis *in natura*, o que representava 2,80 francos por dia<sup>69</sup>.

Quanto ao custo da produção e do preço do mercado: enquanto na Amazônia, para cada quilograma de borracha, tínhamos um dispêndio calculado em 7,50 francos, os ingleses gastavam apenas 3,48 francos, praticamente a metade. Apesar dessa enorme vantagem, os ingleses colocavam a borracha no mercado por um preço minimamente inferior ao nosso: 6,60 francos contra 6,30 francos. Destarte, com todas essas vantagens foi possível sustentar qualquer concorrência, seguindo-se um verdadeiro massacre<sup>70</sup>.

A perda da supremacia brasileira, portanto, deveu-se fundamentalmente à ausência do progresso técnico no extrativismo, ao sistema arcaico empregado na extração do látex, com baixa produtividade do trabalho e, por conseguinte, elevados custos da produção. Uma atividade produtiva que só se tornou possível em condições de monopólio e que, submetida à concorrência, seria fatalmente suplantada.

Se formos atentar para a extensão da crise em nível nacional, nesse período, podemos ver que outros produtos, como o café, o açúcar e o algodão, também tiveram um desempenho pouco favorável, principalmente no que diz respeito à exportação. O açúcar e o algodão foram os mais atingidos. Mas toda essa situação desfavorável não aflora com a mesma gravidade da borracha, devido à política de *valorização do café*. A situação da borracha se torna ainda mais grave em relação aos demais produtos de exportação, uma vez que ela dependia exclusivamente do mercado externo para se sustentar. Com relação a um consumo interno, não somente inexistia um parque industrial capaz de absorver uma produção excedente, como também não se formou na Amazônia, a exemplo do que ocorria em São Paulo, um mercado mais diversificado que pudesse ter atraído os capitais provenientes do comércio da borracha.

Além disso, deve-se ressaltar ainda que o interesse pela produção da borracha provinha de setores absolutamente alheios às necessidades da população, pois estava ligado ao desenvolvimento da indústria automobilística, que nada tinha a ver com as reais necessidades da Amazônia.

69 SANTOS, 1980, p. 283.

70 Idem, p. 233-234.

Por isso, essa atividade em quase nada contribuiu para fixar o homem à terra – já que era uma economia com características do imprevisto e do contingencial – assim, pouco contribuiu para a melhoria das condições sociais na área explorada, fato que se deu tanto com o algodão, quanto com o café. E como não se pode constituir, na Amazônia, uma classe social poderosa, que conseguisse, a exemplo dos cafeicultores do Centro-Sul, pressionar o governo no sentido de oferecer proteção à borracha, as condições de sobrevivência desta economia foram-se tornando cada vez mais precárias e difíceis<sup>71</sup>.

Embalados pela ilusão da inesgotabilidade da borracha nativa e na falsa convicção da imensa superioridade da mesma em relação à de cultivo, ninguém atentou para a substituição do extrativismo pela cultura racional da seringueira, única maneira de fazer frente ao crescimento constante da demanda mundial e enfrentar a competição com outros produtores que fatalmente apareciam no mercado.

As exortações clarividentes e quase proféticas de homens, como Pimenta Bueno, que, já em 1882, defendiam a necessidade de se fomentar a cultura da seringueira em bases racionais, pois que, segundo ele, todo *aquele progresso do Vale era fictício e sem fundamento*, caíram em um deserto<sup>72</sup>. Assim, nada foi feito nesse sentido, e a Amazônia continuou a praticar a enganosa política do avestruz: esconder a cabeça na areia para não ver o perigo. Resultado: *A Amazônia descapitalizada pela exploração estrangeira, abandonada pelo poder central, manietada pela falta de poupanças locais, presa a uma estrutura econômica retrógrada, viu passar, desse modo, sua chamada fase áurea*<sup>73</sup>.

A crise acutizou-se ainda mais com a queda dos preços a partir de 1914, quando as demandas passaram a ser menores que os estoques colocados à disposição dos países consumidores. Ocorrendo a super-produção, deu-se a queda de preços da exportação, baixa que permaneceu mesmo nos anos subsequentes à Primeira Guerra Mundial, em decorrência da incapacidade de absorção do mercado mundial e da desorganização do transporte. De 206 libras por tone-

71 TEIXEIRA, Carlos Correia. *O aviamento e a borracha na sociedade do seringal*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1980, p. 61-65. (Mimeo).

72 BUENO, M. A. Pimenta. *A borracha: considerações*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de Villeneuve, 1882, p. 19.

73 SILVA, Luiz Osiris da. *A luta pela Amazônia*. São Paulo: Ed. Fulgor, 1962, p. 97.



lada, em 1914, a borracha caiu para 174 libras por tonelada, em 1918, e para 172, em 1920-21<sup>74</sup>.

Atônitos e surpresos com o que estava se passando, ninguém parou, na Amazônia, para aquilatar a profundidade e extensão da derrocada.

Somente na praça de Belém, uma estimativa da época referia que as falências pronunciadas alcançaram o valor de 100.000.000 de francos, ou seja, 59.524 contos de réis, e que boa parte do passivo – 20.000.000 de francos (11.905 contos) – representava débitos para com o Banco do Brasil<sup>75</sup>.

A praça de Manaus não foi menos estremecida pela debacle. Estima-se que a renda interna da região tenha caído em cerca de 1/3 do que fora a preços correntes. De 485.833 contos, em 1910, caiu para 153.568, em 1915<sup>76</sup>.

Não menos catastróficos foram os efeitos da derrocada sobre as finanças públicas. A receita do estado do Pará, que era de 20.255 contos de réis em 1910, reduz-se a 8.887, em 1915. A do Amazonas, que era de 18.068 contos de réis, cai para 5.888 em 1920. E a do Acre, que era de 19.868, baixa para 5.610, em 1915, menos que 1/3 do que fora<sup>77</sup>.

A quebraadeira era geral. As falências e concordatas estavam na ordem do dia. Seringais eram desativados sem saldarem seus débitos para com as casas aviadoras. E, como afirmava na época um relatório da Associação Comercial do Estado do Pará: *Nesse calamitoso ano (de 1913) desapareceram as mais antigas firmas da praça de Belém... nossos estabelecimentos de créditos, impotentes para socorrê-las, foram forçados a limitarem suas operações*<sup>78</sup>.

As medidas que foram tentadas para debelar, ou ao menos contornar a crise, foram poucas e na maioria inócuas e de minguados efeitos.

Em 1911, quando os primeiros efeitos da crise começaram a ser reais, foram tentadas algumas medidas, por meio da Liga dos Aviadores, associação que defendia os interesses dos comerciantes e

74 PETEY, Beatriz Célia de Mello. *Aspectos da economia amazônica à época da depressão, 1920-1940. Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, v. 31, n° 229, jun./ago. 1972.

75 SANTOS, 1980, p. 237-238.

76 Idem, p. 238.

77 Ibidem, p. 386.

78 Ibidem, p. 388.

produtores regionais. Entretanto, isso comprova o mundo irreal em que viviam, quando caíram num terrível equívoco, pois, ignorando o fato de os preços serem manipulados pelos ingleses, pretenderam valorizar a produção da borracha amazônica retendo o produto, a fim de forçar sua alta. Não obtendo nenhum resultado favorável, viram-se na contingência de liberar os estoques, sendo obrigados a vendê-los a preços baixos e sofrendo, desse modo, grandes prejuízos<sup>79</sup>.

Os governos, em nível regional, esboçaram alguma ajuda à Ação dos Aviadores e até chegaram a estabelecer um convênio com o intuito de captar recursos externos e promover a reorganização do setor gumífero. Entretanto, tal iniciativa malogrou irremediavelmente, por não dispor de aval próprio e por não o ter obtido junto à União<sup>80</sup>.

Na esfera federal, destacou-se a criação do Plano do então Ministro da Agricultura de Hermes da Fonseca, Dr. Pedro de Toledo (1913). Tal plano, porém, levava muito mais em conta o desenvolvimento geral da região do que a recuperação da borracha propriamente dita. Em relação à borracha, o Plano propunha a redução de impostos sobre a exportação e o incentivo à cultura da seringueira. Não destacava, porém, o problema essencial, que era a caduca estrutura das relações de produção e a situação social vigente no extrativismo, que continuava a privilegiar internamente as classes dominantes e a servir internacionalmente ao capital monopolista<sup>81</sup>.

O plano tentava ainda promover medidas eminentemente técnicas, como a emigração de mão de obra (inclusive a estrangeira), a ampliação da frota fluvial, construção de ferrovias etc. Medidas desta ordem, por parte dos planejadores, só faziam reacender na Amazônia uma ideia falsa e irreal de grandeza, elevando a borracha à condição de verdadeiro mito. Além disso, para provar a ineficiência desse Plano face à magnitude do problema, basta atentar para a dotação orçamentária que foi destinada à Superintendência da Borracha, no primeiro ano: 8.000 contos. Tal cifra, como se vê, achava-se em completo divórcio com a envergadura dos objetivos<sup>82</sup>.

79 PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da borracha no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1984, p. 45.

80 PINTO, 1984, p. 46.

81 TEIXEIRA, Carlos Correia. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringa*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1980, p. 65-66. (Mimeo).

82 SANTOS, 1980, p. 250.

A Defesa da Borracha, que tantas esperanças alentara, nascendo a 13 de junho de 1912, desaparecia a 31 de dezembro de 1913. Precisamente um ano, cinco meses e dezoito dias após vir à luz, foi a Superintendência extinta, na discussão do orçamento para 1914, quando lhe recusaram dotação para a manutenção de seus serviços, apenas começados<sup>83</sup>. Abortava assim a tentativa mais séria de resolver o problema da borracha.

Os governos federais sucessivos viriam sepultar por completo a possibilidade de viabilização das medidas preconizadas no plano, pois, além de nada fazerem para a sua implementação, por uma série de medidas infelizes, se encarregaram de liquidá-las. Um exemplo disto foi a resolução do governo federal na administração de Eptácio Pessoa que, ao invés de incentivar um plano de valorização da área, resolveu fornecer passagens aos nordestinos para que regressassem às suas regiões de origem.

Estabeleceram-se assim correntes migratórias em sentido inverso ao das que se formaram entre o Nordeste e o Norte, no tempo do grande *boom*. A Amazônia se tornaria, em pouco tempo, uma zona de repulsão, ao contrário do que fora no tempo do El-Dorado<sup>84</sup>.

Segundo Roberto Santos, no período de 1910 a 1920, as perdas de população do estado do Pará se fizeram em termos absolutos. O estado do Amazonas cresceu ao ritmo baixíssimo de 0,1%, constituindo-se o Acre na única surpresa da década, com um crescimento de 2,2%<sup>85</sup>.

Os que abandonavam os seringais e não tiveram a ventura de retornar a seus Estados de origem, devido às múltiplas dificuldades, não contando nas regiões de extração com núcleos populacionais que os pudessem abrigar, oferecer mercado de trabalho e assistência médico-hospitalar, dirigiram-se para as capitais estaduais, mormente Belém, Manaus e Rio Branco, que literalmente intumesceram<sup>86</sup>.

Com a brusca interrupção de sua vida comercial, sem dispor dos lucros das exportações da borracha, esses centros só puderam

83 FONSECA, Cássio. *A economia da borracha: aspectos internacionais e defesa da produção brasileira*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva da Defesa da Borracha, 1950, p. 15.

84 PETEY, 1972, p. 121.

85 SANTOS, 1980, p. 261.

86 PETEY, 1972, p. 125.

oferecer miséria, desemprego ou subemprego a toda essa população desesperada, que chegava a essas cidades em levadas de retirantes.

Ao êxodo realizado em direção aos grandes centros sucedeu-se um movimento de fuga da população citadina, sobretudo das classes mais abastadas, que haviam aplicado suas economias em imóveis no Rio de Janeiro e outros centros e que, ao emigrarem, desviavam da região suas rendas, empobrecendo-a ainda mais<sup>87</sup>.

Uma das causas que fizeram com que essa situação de descalabro e semi-calamidade não degenerasse em insurreições generalizadas, intensa animosidade separatista ou mesmo numa grande fome epidêmica, foi a alternativa de emprego rapidamente oferecida na região, pela agricultura e outras atividades extrativas próprias da área e que tiveram uma revalorização providencial na época da crise<sup>88</sup>.

Ao entrar em colapso o extrativismo da borracha, entrou em crise também o sistema de aviação que organizava as forças produtivas e as relações de produção do Vale. Isso significa que entrou em colapso o sistema do suprimento de armas, ferramentas, utensílios domésticos, medicamentos, bebidas, vários outros produtos e inclusive os gêneros alimentícios. Assim, o retrocesso e a estagnação das atividades econômicas e sociais na Amazônia foram acompanhados por um rearranjo geral das forças produtivas e das relações de produção<sup>89</sup>.

Ao mono-extrativismo da borracha sucedeu uma economia diversificada, ainda que voltada principalmente para o consumo dos próprios produtores e secundariamente para o consumo local. Culturas de subsistência surgiram nas várzeas, onde a mandioca, o arroz, o feijão e o milho se achavam sempre presentes. Colônias agrícolas foram fundadas ao redor das cidades, na maioria, um aglomerado de agricultores sem organização.

O então Território do Acre, que no verão ficava isolado, devido à baixa do rio, forçou o aparecimento de colônias agrícolas ao redor de Rio Branco, visando ao seu abastecimento; sendo, porém, uma região essencialmente extrativista, mesmo na área desses núcleos coloniais continuou com uma certa exploração vegetal<sup>90</sup>.

87 PETEY, 1972, p. 12

88 SANTOS, 1980, p. 238.

89 IANNI, Octávio. *A luta pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 67.

90 PETEY, 1972, p. 121.

O seringueiro, já familiarizado com a floresta, e acostumado, no inverno (período da entressafra), a se deslocar para a coleta de ouriços nos castanhais, demonstrou maior interesse pela exploração de *Bertholletia Excelsa*. A castanha foi, de fato, ao menos em certas áreas, a atividade que mais contribuiu para a sustentação da economia amazônica, quando ocorreu o fim do monopólio da borracha. O Amazonas, em 1919, conseguiu produzir 557.000 hectolitros desse produto; o Acre, no período de 1920 a 1924, 231.930kg; 413.730kg, no período de 1925-29, e 3.727.460kg de 1930 a 1934, o que prova um avanço considerável na exploração dessa riqueza<sup>91</sup>.

Já a produção paraense não experimentou tão grande incremento, devido principalmente ao problema de transporte, verdadeiro gargalo de estrangulamento dos castanhais primitivos.

Diferentemente da borracha, cuja extração e defumação eram feitas principalmente por homens, a castanha envolvia em grande parte o trabalho de mulheres e até de crianças, principalmente na operação de quebra<sup>92</sup>. Dada a distribuição espacial das castanheiras, a sazonalidade da coleta e o tipo de mão de obra utilizada na quebra, a produção de castanha desenvolvia-se dentro dos seringais como atividade complementar à produção da borracha. Ao seringueiro permitia que não aumentasse em demasia a sua dívida no barracão, durante o inverno. Ao seringalista proporcionava um produto que podia ser comercializado sem paralisar o sistema de aviação, responsável, aliás, pela permanência das relações de trabalho pré-capitalistas da época da borracha.

Embora a castanha não tenha, tal qual a borracha, provocado a melhoria ou a estabilidade do trabalhador rural, de seu comércio especulativo resultou o desenvolvimento de núcleos populacionais tais como Marabá, no médio Tocantins, Faro e Oriximiná, no médio Amazonas, e de outros núcleos no Solimões e Madeira<sup>93</sup>.

As madeiras e as oleaginosas ajudaram também a manter as finanças da população na época da depressão.

Sem capital, sem técnica, sem equipamentos, sem base industrial, a exploração da madeira para as pequenas usinas de beneficiamento

91 ALMEIDA, Rômulo. O Acre na economia amazônica. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. 8(92). Rio de Janeiro, abr. 1942, p. 169.

92 Idem, p. 169-170.

93 PETEY, 1972, p. 122-123.

operantes na época tornava-se, além de irregular, cara e incapaz de competir, em preços, nos mercados externos e mesmo nos nacionais. As madeiras principais eram o aguano (mogno) e o cedro. A extração era feita por turmas de madeireiros e roladores em ranchos nômades. As toras eram arrastadas por engenhocas primitivas até os igarapés ou rios, por onde desciam em balsas até Manaus. Assim, a extração das madeiras não se realizava, via de regra, dentro da unidade familiar do seringueiro<sup>94</sup>. Os seringalistas podiam ganhar algum lucro pela venda da madeira mas, na verdade, quem se beneficiava mais era o madeireiro e os intermediários, que inclusive atuavam em áreas remotas, onde não havia seringueiras.

O aproveitamento de plantas odoríferas (como o pau-rosa) atraiu número elevado de trabalhadores, provocando mesmo um movimento expressivo de mão de obra e alimentando numerosas e pequenas destilarias à beira dos rios, em pequenos núcleos populacionais espalhados pelo grande Vale. Mas o primitivismo com que se processava a exploração, implicando no sacrifício das árvores, determinou o deslocamento constante dessa população para novas áreas de reservas e a consequente transferência das destilarias. De qualquer forma, a importação da essência do pau-rosa pelos EUA e França, onde é usado na confecção de perfumes, foi expressiva na época e representou uma outra opção de ocupação na Amazônia<sup>95</sup>.

Um outro produto de exportação que proporcionou algum sustento à economia da Amazônia, no período da crise, foi a exploração das peles e couros; em áreas onde esse produto era abundante, sua importância econômica chegou a ultrapassar a das madeiras. Levando-se em conta que a maioria dos animais abatidos para esse fim tinham aproveitadas as suas carnes, conclui-se que essa atividade representava um subproduto da atividade de subsistência<sup>96</sup>.

Outras atividades, como a pecuária e a exploração da maçaran-duba, sorva, balata e timbó, passaram também a dar, com mais frequência, ocupação à população amazônica, contribuindo para minorar os efeitos da crise.

94 CEDEPLAR (UFMG). *Migrações Internas na Região Norte - o caso do Acre*. V. I. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte, 1979, p. 48 (Mimeo).

95 PETEY, 1972, p. 123-124.

96 CEDEPLAR (UFMG), 1979, p. 118.

Enquanto tudo isso acontecia no Brasil, no Oriente o excesso de produção de borracha foi tão grande que se esboçou uma crise de perspectivas alarmantes, devido ao aviltamento dos preços. Tal estado de coisas era depois agravado ainda mais pela rivalidade entre plantadores orientais e industriais americanos e recrudescia sobremaneira nos momentos de crise, acusando-se mutuamente como responsáveis pela situação: eterna querela entre produtores altistas e consumidores baixistas. A crise atingiu tais proporções que, em 1921, das 138 empresas de capital esterlino da Malásia, apenas 38 conseguiram distribuir dividendos, caindo a média desses para o patamar mais baixo que se conhece: 2,14. Em decorrência de tudo isto foi concertada, entre os produtores, a criação do assim chamado *Plano Stevenson*, que iria perdurar dos fins de 1922 a 1928<sup>97</sup>.

Com o fim da vigência deste Plano estabeleceu-se um período de liberdade de comércio, até 1933. Nova crise se delineou no horizonte, e desta vez mais séria e preocupante, pois seguiu-se verdadeiro colapso no mercado. As empresas asiáticas, responsáveis pelas *plantations*, não conseguiram mais lucros; os dividendos por elas emitidos deixaram de ser pagos, levando-as a sofrer queda brusca na bolsa de Londres e interrompendo-se praticamente os investimentos neste setor<sup>98</sup>. Dessa forma, durante quatro anos, a partir de 1930, a borracha apresentou as menores cotações da sua história, chegando a ser vendida no Brasil a Cr\$ 1,20 o quilo, em 1932, ou seja, a 34 libras por tonelada. Diante de tão calamitosa situação, o *International Rubber Regulation Agreement* (1934-1944) passou a controlar o mercado, obtendo uma certa estabilidade nos preços, mesmo que não tenha conseguido anular as flutuações<sup>99</sup>.

## **2. A BORRACHA AMAZÔNICA, PRINCIPAL ALTERNATIVA DE ABASTECIMENTO DOS ALIADOS DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Para uma melhor compreensão e abrangência do tema enunciado procuraremos, antes de mais nada, remontar a certos aconte-

97 FONSECA, 1950, p. 78-79.

98 Idem, p. 88.

99 Ibidem, p. 89.

cimentos históricos, políticos e econômicos, concentrando a nossa atenção na ação das duas potências então em franca ascensão no cenário mundial – os EUA e Alemanha – que viriam ocupar no continente um papel de primeira grandeza, lançando-se ambas numa cartada decisiva para a conquista da hegemonia no Hemisfério Sul.

Os anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial levariam ao clímax a tendência existente na política exterior brasileira a uma mais estreita aproximação e cooperação com os EUA, tendência esta que remonta à reformulação da política externa brasileira operada, no início do século, pelo Barão do Rio Branco, Ministro do Exterior brasileiro de 1902 a 1912<sup>100</sup>.

Por essa época, o Brasil estabeleceu com os EUA uma aliança não escrita como um passo decisivo para se livrar do domínio econômico da Grã-Bretanha, assegurar fronteiras definitivas para o país e garantir suas próprias pretensões hegemônicas na América Latina<sup>101</sup>.

A diplomacia brasileira foi sempre a mais agressiva na consecução desses laços políticos e em perseguir uma maior aproximação com os EUA.

É verdade que os americanos foram os primeiros a reconhecer a independência do Brasil, mas, em contrapartida, emprestou este um caloroso apoio à Doutrina Monroe, propondo inclusive, na IV Conferência Pan-Americana de 1910, o reconhecimento de todas as nações americanas à contribuição de tal Doutrina para a paz e segurança do Hemisfério.

A formulação de tal aliança se efetivava pelo apoio brasileiro à política norte-americana do Caribe, Europa e Ásia, em contrapartida do respaldo *ianque* às pretensões hegemônicas do Brasil na América Latina. Assim, quando em 1917 os EUA declararam guerra à Alemanha, o Brasil esteve firme ao seu lado. Quando Washington negou-se a participar da Liga das Nações, o Brasil emprestou todo o seu apoio ao parceiro do Norte. Por sua vez, os EUA foram sempre os maiores compradores do Brasil, não só o distinguindo com o privilégio de nação mais favorecida em termos de direitos aduaneiros,

100 HILL, Laurence F. *Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1947, p. 344-356. Cf. também HERRING, Hubert. C. *Good Neighbors Argentina Brazil Chile and Seventeen Others Countries*. New Haven: Yale University Press, 1941, p. 105-107.

101 BURNS, E. Bradford. *The unwritten alliance: Rio Branco and brazilian-american relations*. New York/London: Columbia University Press, 1966, p. 146-147.



mas também proporcionando ao parceiro do Sul saldos altamente compensadores na balança comercial.

Se, por um lado, o apoio americano, real ou imaginário, foi útil ao Brasil para dissuadir a Argentina de seus propósitos hegemônicos, na América Latina e, economicamente, uma escapatória para o domínio britânico, a diplomacia brasileira atuou muitas vezes como uma intermediária de peso entre as demais nações sul-americanas e os EUA, estabelecendo uma base estável para a política de Washington, diante das constantes mudanças de rumo das políticas latino-americanas<sup>102</sup>.

Em relação à Alemanha, o fato de ter ela assumido o *status* de nação soberana somente no início do século XIX tolheu-lhe a chance de participar da partilha do mundo neocolonialista. Em consequência disso, seu desenvolvimento econômico se deu também tardiamente, beneficiando-se então de mudanças estruturais profundas, como elevadas taxas de crescimento, além de uma tecnologia moderna avançada.

Mas, antes do *boom* industrial, muitos alemães, insatisfeitos com a condição econômica e social de seus estados de origem, deixaram sua terra natal em busca de oportunidades no exterior. Grandes levas emigratórias, partindo da Renânia e do Esse, foram se estabelecer, parte, nos EUA, e parte no Sul do Brasil, onde fundaram numerosas e prósperas colônias<sup>103</sup>.

Pode-se constatar, portanto, que diferentemente do desenvolvimento das relações comerciais com a Grã-Bretanha e mesmo com os EUA, as trocas comerciais com a Alemanha foram precedidas de fluxos de emigrantes com certa tradição cultural, que se esforçariam sempre em favorecer o posterior intercâmbio com a Alemanha<sup>104</sup>. Banqueiros alemães, comerciantes e financistas começaram a ocupar posições proeminentes à frente dos negócios do país, habilitando-se, graças a seu tino e operosidade, a se situarem firmemente no mundo das finanças brasileiras e nos círculos do comércio exterior.

102 A III Conferência de Chanceleres, realizada no Rio de Janeiro, em 1942, é a prova mais cabal de tal afirmação.

103 OBERACKER JR., C. H. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In: *História geral da civilização brasileira*. T. II, V. 3. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969, p. 223.

104 BARRETO, Antônio Emílio Muniz. *Relações econômicas e novo alinhamento internacional do Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da USP, 1977, p. 49.

Segundo Pedro Moacyr Campos, o início dos vínculos comerciais com os estados alemães resultou da missão especial liderada por Miguel Calmon, Visconde de Abrantes, em 1844<sup>105</sup>.

Certos produtos tipicamente tropicais já eram, porém, conhecidos e apreciados antes mesmo da formação do Império Alemão. Era o caso do café, do açúcar e do algodão. Depois da formação do Império Alemão, tal comércio, que antes se dava graças à intermediação da Grã-Bretanha, passou a ser direto.

Por sua vez, a penetração dos produtos alemães no Brasil, particularmente após a queda do Império, passou a se acentuar em ritmo crescente, ameaçando inclusive a liderança britânica, graças ao expediente habilmente usado pelos germânicos de estudarem e se adaptarem às exigências dos consumidores, enquanto os ingleses em nada mudaram os padrões de suas manufaturas, desde os primeiros anos do século XIX<sup>106</sup>.

Aliás, a natureza complementar do comércio teuto-brasileiro (produtos manufaturados em troca de matérias-primas) foi a principal responsável pelo grande surto de comércio entre os dois países, antes da Primeira Guerra Mundial.

Em 1913, a Alemanha já ocupava o terceiro lugar entre os principais parceiros comerciais do Brasil, superada apenas pelos EUA e Grã-Bretanha.

A Primeira Guerra Mundial forçou uma pausa nessas relações comerciais, reativadas imediatamente após 1920, permanecendo durante toda essa década em situação privilegiada. A grande Depressão de 1929 viria, mais uma vez, arrefecer e prejudicar esse intercâmbio, mas apenas por pouco tempo, como veremos adiante.

No tocante aos EUA, pode-se constatar que o interesse americano em relação ao Brasil cresceu sobremaneira na década de 1930 e isso por duas importantes razões: pela política da Boa Vizinhança, propugnada por Roosevelt e pela emergência do nazismo alemão. O desejo de F. Delano Roosevelt de criar a política da Boa Vizinhança no hemisfério significava que os EUA renunciariam a uma forma de intervenção mais direta no continente, em favor de uma política mais sutil de dominação. Na sua incessante busca de mercados, após

105 CAMPOS, Pedro Moacyr. Brasil-Alemanha. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. T. II, V. 4. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971, p. 218.

106 MANCHESTER, A. K. *British preeminence in Brazil – its rise and decline*. Chappel Hill: University of North Carolina Press, 1933, p. 280.

a recessão de 1929, os EUA se voltaram para a América Latina, como uma área natural em que pudessem se ressarcir de suas perdas comerciais em outras partes. Os negociadores americanos falavam em termos de oportunidades iguais no mercado latino-americano, mas, o que eles realmente tinham em mente eram oportunidades iguais, baseadas nas regras e nos interesses estadunidenses<sup>107</sup>.

Os governantes brasileiros não se opuseram a esse tipo de comércio, porque estavam convencidos de que tinham mais a ganhar do que a perder com esse tipo de relações. Estavam seguros de que o Brasil poderia manter a sua posição de domínio na América Latina.

Quando a Argentina começou a se constituir no principal oponente da política da Boa Vizinhança no continente, a administração Roosevelt cogitou usar o Brasil para contrabalançar as pretensões dos argentinos. Principalmente quando os líderes americanos começaram a se preocupar mais pela força do crescimento do Nazismo e Fascismo, na Europa, e a temer que essas ideologias se infiltrassem celeremente pela América Latina, Washington procurou estreitar ainda mais suas relações com o Brasil, para compensar a atitude ambígua da Argentina em relação às potências do Eixo<sup>108</sup>.

No que diz respeito mais especificamente às relações comerciais, foi precisamente na década de 1930 que as duas potências em apreço lançaram-se na cartada decisiva para a conquista do mercado brasileiro.

As políticas que mais se encontravam em voga, na época, no âmbito do comércio internacional eram: *o livre comércio e o comércio bilateral ou compensado*.

O livre comércio era advogado, em especial, pela política do *New Deal*, de Roosevelt, nos EUA, dadas as condições peculiares de sua produção industrial e capacidade financeira, baseada no liberalismo econômico, que exigiam o uso de divisas correntes ou moedas vivas como pagamento das mercadorias comercializadas.

Já o comércio bilateral ou compensado era o aplicado pela Alemanha, a qual propunha a troca de suas manufaturas e produtos industrializados por matérias-primas de que tanto carecia a sua voraz indústria de guerra. Não dispondo de divisas fortes para o pagamen-

107 McCANN JR., F. D. *The brazilian-american alliance, 1937-1945*. New Jersey: Princeton University Press, 1973, p. 5.

108 Idem, p. 6.

to imediato de suas importações e intercâmbio, o governo alemão lançou mão de um arsenal de medidas alternativas, como: a desvalorização da moeda para facilitar as exportações, *dumping* e, acima de tudo, os acordos bilaterais de compensação<sup>109</sup>.

Os grandes lances dessa luta sem tréguas em que se empenharam essas duas potências pelo domínio do comércio brasileiro foram: o Tratado Comercial Brasil-EUA (setembro de 1935), o Ajuste Comercial Brasil-Alemanha (6 de junho de 1936) e a Missão Souza Costa aos EUA (1937).

Os EUA deram a impressão de ter vencido o primeiro *round*, em 1934-1935, quando o Brasil pareceu rejeitar um tratado alemão de comércio bilateral, em favor de um tratado americano nos moldes de nação mais favorecida. E isso, apesar da oposição cerrada de um bem orquestrado *lobby* dos adeptos da indústria paulista, no Congresso, que rejeitavam tal acordo de nação mais favorecida, por ser lesivo aos interesses da incipiente indústria nacional<sup>110</sup>.

Apesar disso o mercado alemão, cada vez mais agressivo em busca de matérias-primas, não foi absolutamente alijado da disputa; e sendo o que mais complementava as necessidades brasileiras, já que tanto o Brasil como a Alemanha sofriam de aguda escassez de divisas, o governo alemão passou a exigir a assinatura com o Brasil de um acordo formal de comércio. Diante, porém, da reação americana alegando que um acordo formal de comércio com a Alemanha feriria os termos do Acordo Comercial anteriormente assinado com os EUA, foi acordada entre os dois países (Brasil e Alemanha) a assinatura, não de um Tratado Oficial, mas de um *Ajuste Comercial de Compensação*. Daí para frente, o governo brasileiro manobrou as coisas de tal forma que o comércio crescesse, principalmente nas exportações, com ambas as potências, mas mantendo, em relação às mesmas, uma equidistância pragmática<sup>111</sup>.

109 WIRTH, J. D. *A política do desenvolvimento na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973, p. 3-51. Também tratam do mesmo assunto: HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências, 1930-1939*: os aspectos políticos da rivalidade comercial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 149-175; e MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 69-101.

110 SIMONSEN, Roberto C. *Níveis de vida e a economia nacional*. São Paulo: S. C. P., 1940, p. 22. Do mesmo autor, *Evolução Industrial do Brasil e Outros estudos*, São Paulo: Cia. Editora Nacional/Edusp, 1973, p. 80-83. O autor, um baluarte da indústria no Congresso, condena os acordos baseados nos moldes de nação mais favorecida e defende a política de compensação como a mais adaptável aos interesses nacionais.

111 Cf. Gerson Moura (1980) - O autor defende por toda a obra esta tese da equidistância pragmática.

O governo brasileiro procurou sustentar esse equilíbrio a todo o custo, durante toda década de 1930. E isso, apesar das constantes investidas diplomáticas dos americanos para que o Brasil rompesse, de vez, com suas relações de comércio compensado com a Alemanha, prática veementemente condenada pelos *policy makers* de Washington<sup>112</sup>.

Mesmo quando, em 1937, o ministro da Fazenda foi instado por Oswaldo Aranha e pelas autoridades americanas a discutir, em Washington, o comércio compensado com a Alemanha e a dívida externa do Brasil, não houve qualquer mudança na atitude das autoridades econômicas brasileiras em relação ao comércio bilateral teuto-brasileiro. O ministro, de fato, após ouvir uma entusiástica preleção de Cordell Hull, sobre as excelências do comércio-livre, e estudar as queixas mais práticas e objetivas de Summer Welles sobre o *dumping* alemão, acabou também ele por fazer sua profissão de fé no liberalismo econômico, mas pragmaticamente fez ver às autoridades americanas que, naquele momento, era impossível uma ruptura do comércio compensado com a Alemanha<sup>113</sup>.

Razões de sobra tinha o realista ministro das finanças de Vargas ao assumir tal postura. Primeiro, porque o comércio Brasil-Alemanha cresceu sem interrupção entre 1935-1937, detendo o Brasil uma fração significativa do comércio exterior alemão. Em 1937, o Brasil era o responsável por 3,4% de toda a importação alemã, enquanto os EUA importavam 5,2%; no mesmo ano, o Brasil comprava 3% das exportações alemãs, enquanto dos EUA, 3,5%<sup>114</sup>. Depois, pela pressão dos produtores regionais, já que por essa época a Alemanha era a responsável pela compra de boa parte do algodão de fibras curtas do Nordeste, por 75% da produção da borracha de tipos inferiores da Amazônia, pelo tabaco da Bahia e do Rio Grande do Sul, pela madeira do Paraná e pelos citros de São Paulo<sup>115</sup>.

Os dados do quadro que segue fornecem-nos uma ideia do percentual das importações e exportações brasileiras, de 1933 a 1938,

112 DEPARTMENT OF STATE. Foreign Relations of United States. V. 5. Washington: Government Printing Office, 1942, p. 259-261.

113 O *Arquivo Souza Costa* (FVG-CPDO, 37.05.21) contém um relatório da Missão Souza Costa em Washington. Cf. também HILTON, 1977, p. 246-248, em que o autor faz uma descrição minuciosa das negociações.

114 BETTELHEIM, C. *L'économie allemande sous le nazisme*. V. II. 2ed. Paris: Maspero, 1971, p. 122-129.

115 WIRTH, 1973, p. 38-39.

podendo-se observar a participação sempre crescente da Alemanha no comércio do Brasil.

**QUADRO 2. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DO BRASIL COM OS ESTADOS UNIDOS, ALEMANHA E GRÃ-BRETANHA – 1933-1938**

IMPORTAÇÕES						
ANOS	1933	1934	1935	1936	1937	1938
ALEMANHA	11,95	14,02	20,44	23,50	23,88	24,99
GRÃ-BRETANHA	19,44	17,14	12,43	11,26	12,09	10,38
ESTADOS UNIDOS	21,18	23,67	23,36	22,12	22,99	24,2
EXPORTAÇÕES						
ANOS	1933	1934	1935	1936	1937	1938
ALEMANHA	8,12	13,13	16,51	13,23	17,05	19,06
GRÃ-BRETANHA	7,48	12,10	9,26	11,93	9,07	8,77
ESTADOS UNIDOS	46,71	39,17	39,44	38,85	36,18	34,32

**Fonte:** BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Comércio Exterior do Brasil 1937-1939*, p. XIV, XVI, XX e XXII.

Apesar das pressões do Departamento de Estado americano para que o Brasil renunciasse às práticas do comércio compensado, o ministro das Finanças de Vargas foi intransigente em sua negativa. Somente a guerra viria romper em definitivo com essa prática, forçando o Brasil a abandonar a política da equidistância pragmática no campo comercial.

Mesmo quando o governo Vargas enveredou pela senda do autoritarismo, com a decretação do Estado Novo (1937), o governo Roosevelt não deixou de lhe prestar ajuda política e econômica. Porque o Brasil representava para os EUA uma posição ímpar e essencial, não só para os seus interesses comerciais, na época, fortemente contrastados pelo agressivo comércio de compensação da Alemanha, mas, acima de tudo, porque o Brasil representava um enorme trunfo para os planos de defesa do Hemisfério Sul em caso de guerra, os EUA não tinham outra alternativa senão apoiar Vargas, mesmo que seus métodos de governo não lhes agradassem<sup>116</sup>.

116 DULLES, John W. Foster. *Vargas of Brazil: a political biography*. Austin: University of Texas Press, 1967, p. 181.

Estrategicamente o Brasil era, de fato, de uma importância decisiva nas previsões de um conflito global. Sem a estreita cooperação do Brasil, muito do que aconteceu poderia ter sido diferente.

Entre 1938 e 1940 os estrategistas do Pentágono viviam sobressaltados com o espectro do Brasil se aliar ou mesmo cooperar com a Alemanha nazista. Especialmente durante os dias negros de 1940, quando a queda da Grã-Bretanha se afigurava iminente, os diplomatas e planejadores de Washington trabalharam febrilmente para assegurar o apoio e o concurso do Brasil<sup>117</sup>.

Ainda que, nessa altura dos acontecimentos, os EUA fossem neutros, era evidente para o Departamento de Estado que as Américas deveriam estar unidas. Se eventualmente o Brasil se juntasse às potências do Eixo, a América seria vulnerável, e o Atlântico Sul fechado à navegação aliada. Com isso, além do risco que corriam as partes vitais e mais populosas do continente, seria impossível continuar suprindo as já debilitadas forças inglesas da África e evitar uma crescente influência alemã no Oriente Médio. Por isso, a proteção à Saliência no Nordeste brasileiro contra uma possível agressão alemã passou a ser, nos anos que antecederam a guerra, a pedra de toque dos estrategistas militares americanos para a defesa do Atlântico Sul<sup>118</sup>.

Por fim, após não poucas tergiversações e sobressaltos, o Brasil se decidiu pelos Aliados e o Atlântico Sul não somente permaneceu aberto, mas também se tornou a principal rota de abastecimento de matérias-primas para a indústria aliada, como também de suprimentos aos exércitos das Nações Unidas, na África e Oriente Médio.

Tais tergiversações e dúvidas por parte dos brasileiros tinham suas justificativas, não apenas pelo filonazismo de certos segmentos das nossas forças armadas, mas também, porque, ao contrário dos americanos, que até então só haviam oferecido promessas e ilusões, os militares brasileiros tinham na Alemanha a sua mais segura e eficiente fonte de armamentos<sup>119</sup>.

A quebra da resistência das forças armadas brasileiras que, ao invés de homens e soldados, solicitavam armamentos para defen-

117 CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. *The framework of hemisphere defense*. Washington: Department of the Army, 1960, p. 265.

118 CONN; FAIRCHILD, 1960, p. 265.

119 Idem, p. 266.

der, com suas próprias forças, suas costas e territórios, só aconteceu quando as forças armadas se aperceberam que as chances de reequipamento de seu exército passaram a depender unicamente da indústria bélica americana, já que a guerra e o consequente bloqueio imposto pela Grã-Bretanha impediam qualquer carregamento de armas para o Brasil, liquidando praticamente com o ativo comércio de compensação entre os dois países. Somente então os planejadores do Pentágono puderam pôr em prática seus planos de defesa da costa nordeste brasileira, transformando Natal (RN) na mais importante e movimentada base de suprimentos e tropas para os Aliados<sup>120</sup>.

Essas concessões, porém, como a quebra da equidistância pragmática que a política brasileira se havia imposto antes da guerra, foram feitas a um custo bastante elevado para os norte-americanos. Custou-lhes, nada menos, que o completo reequipamento militar do parceiro latino-americano e, no plano econômico, principalmente o financiamento da principal indústria de base do Brasil, de há muito acalentada pelas lideranças brasileiras – o complexo siderúrgico de Volta Redonda<sup>121</sup>.

A contrapartida brasileira a essas concessões americanas seria, porém, bem mais abrangente e generosa.

Uma vez que se assegurou da boa vontade e aquiescência de Roosevelt em armar e proteger o seu território de eventuais ataques, a ação do Brasil no campo político e diplomático foi decisiva, principalmente pela atuação da diplomacia brasileira na III Conferência de Chanceleres, realizada no Rio de Janeiro, no início de 1942. Ali, graças à intermediação do Chanceler Oswaldo Aranha, foi quebrada a resistência da diplomacia argentina e chilena, e acordada uma fórmula comum para uma declaração conjunta de ruptura de relações diplomáticas com as potências do Eixo<sup>122</sup>.

A estratégia global que os EUA traçaram para a América Latina e que se reflete muito bem nas resoluções da III Conferência de Chanceleres (janeiro de 1942) era a seguinte: enquanto os EUA arcam com o ônus da guerra, envolvendo-se diretamente no conflito, o

120 DULLES, 1967, p. 236 e CONN; FAIRCHILD, 1960, p. 225-226, asseveram que a cidade de Natal foi transformada na base militar mais importante para o suprimento das forças aliadas na África, constituindo-se no verdadeiro trampolim da vitória aliada.

121 WIRTH, 1973, p. 55-72. Trata exaustivamente de todas as *démarches* e lutas do governo brasileiro para obtenção da siderúrgica de Volta Redonda.

122 WELLES, Summer. *The time for decision*. New York: Harper & Brothers Publishers, 1944, p. 205-208.



resto da América devia: a) integrar-se economicamente ao esforço de guerra, em especial pelo fornecimento de matérias-primas à indústria bélica americana; b) manter a qualquer custo a ordem interna, para se evitarem alterações nos compromissos políticos e econômicos assumidos com os EUA<sup>123</sup>.

Tal política os EUA procuraram difundir na América Latina com uma bem orquestrada ofensiva ideológica, através de largo uso dos princípios da Boa Vizinhança e do Pan-Americanismo, com o intuito principalmente de contrabalançar a ativa propaganda do nacional-socialismo, que cada vez mais conquistava terreno entre as camadas de elite da sociedade latino-americana. Princípios que se baseavam na fé das instituições americanas, lealdade à democracia como ideal, aceitação da dignidade e dos direitos do indivíduo, aversão à força como instrumento da política internacional e promessa de paz duradoura para todas as nações<sup>124</sup>.

Ingentes foram os esforços e recursos dispendidos pelos norte-americanos para difundirem a filosofia e os valores do pan-americanismo. Além da ênfase às instituições pan-americanas já existentes, criou-se o O.C.I.A.A. (Office of the Coordinator of Inter-American Affairs), entregue à direção de Nelson Rockefeller, mais conhecido no Brasil como Birô Inter-americano. Esse Birô, que atuou no Brasil sob o patrocínio de um Comitê composto por representantes da General Electric, Standard Oil, Metro Goldwin Mayer, Light and Power Co., The National City Bank of New York, além do apoio aberto da Embaixada americana, propunha-se a contribuir em tudo que pudesse aumentar a compreensão mútua entre o Brasil e EUA e no que pudesse ser útil no combate à influência do Eixo no Brasil<sup>125</sup>.

Vultosos recursos foram despendidos para desenvolver um programa extraordinariamente complexo de persuasão ideológica e penetração cultural, gastando-se milhões de dólares na imprensa, no rádio e principalmente no cinema, onde se fazia questão de alardear o *american way of life* e as boas relações dos EUA com o sul do Continente. Em 1942, já estávamos inundados de jornalistas, radielistas, editores, professores, *scholars*, cientistas, artistas, escritores, mú-

123 MOURA, 1980, p. 167.

124 HAINES, G. K. *Under the eagle's wing: the Franklin Roosevelt administration forges an american hemisphere. Diplomatic History*. Washington, 1977, p. 374.

125 MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 31.

sicos, diplomatas, empresários, técnicos, estudantes e pesquisadores de mercado, oriundos do Norte, o que levou o ministro Oswaldo Aranha à tirada bem-humorada de que *mais uma missão de boa vontade e declaramos guerra aos EUA*<sup>126</sup>.

O sucesso desses esforços foi incontestável; rapidamente o pan-americanismo passou a ser a pedra de toque da política externa da maioria dos Estados latino-americanos.

Parte do discurso de Oswaldo Aranha, na III Conferência de Chanceleres, parece expressar um quase consenso hemisférico:

nenhuma nação faz sua a vontade de outro povo, mas todas as nações da América só têm uma vontade. (...). A união da vontade das nações não se alcança pela subordinação e sim através de um processo de persuasão e de evolução política, religiosa e espiritual (...). Assentamos bases definitivas para a nossa defesa (...). Iniciamos a construção de uma estrutura econômica americana que atravessará os tempos como afirmação concreta do valor das ideias quando se transportam para o campo das realizações práticas (...). Pela primeira vez, todo um continente se declara unido para a ação comum, em defesa de um ideal comum, que é de toda a América.<sup>127</sup>

Até os chefes militares brasileiros, cujos pendores e entusiasmo para com as potências do Eixo eram cada dia mais difíceis de camuflar, lembravam em seus arrazoados e ordens do dia, a necessidade da cooperação do Brasil na defesa do Continente, com o fito de assegurar a nossa solidariedade continental<sup>128</sup>.

Aliás, no âmbito estratégico-militar, a cooperação do Brasil com os Aliados foi também extremamente importante, não tanto pela mal equipada e reduzida força expedicionária que enviaria a Itália, à revelia dos próprios estrategistas americanos, mas, sobretudo, pelas bases e aeroportos instalados a toque de caixa no Norte e Nordeste do país e que se constituíram no maior entreposto de tropas e suprimentos que se destinavam aos campos de batalha da África.

126 MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 49.

127 MICHELANA, J. A. Silva. *Crise do sistema mundial: políticas e blocos de poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 212-214.

128 FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – CPDOC. *Arquivo Getúlio Vargas*, 42.01.27.

Mas, foi no campo da cooperação econômica que o Brasil mais iria se destacar, especialmente como fornecedor de matérias-primas estratégicas, como o ferro, o manganês e principalmente a borracha.

## **2.1. PEARL HARBOUR E A CRISE DE BORRACHA NOS ESTADOS UNIDOS**

Já foi ressaltado o papel relevante desempenhado pela borracha em tempo de paz e sua aplicação industrial em produtos como calçados, isolantes, cinturões, peças para rádio, telefones, automóveis e um sem número de outros produtos manufaturados.

A civilização moderna, baseada em grande parte nos veículos motorizados, transformou a borracha em produto de primeira necessidade. É fácil, pois, calcularmos as necessidades da indústria de guerra, baseada principalmente em três produtos básicos: o aço, o petróleo e a borracha. Para os dois primeiros, os Aliados não tiveram problemas de suprimento, como veremos mais adiante. Restava, porém, o problema da borracha natural, que se apresentava, dentre todos, como o mais crítico, já que, à época, não se podia ainda esperar muito da borracha sintética, por razões de produção e de qualidade<sup>129</sup>.

Visto que a borracha, devido aos seus múltiplos usos, era considerada como o verdadeiro *nervo da guerra*, pode-se entender o alvoroço e mesmo o pânico que tomou conta dos planejadores militares americanos, quando, bruscamente, 97% de suas fontes de suprimentos foram cortadas, pela invasão japonesa da Malásia, Borneo etc., logo após Pearl Harbour<sup>130</sup>.

Certas críticas, porém, que se exacerbaram mais tarde, só podem ser entendidas à luz de alguns precedentes, que procuraremos historiar brevemente. Na verdade, somente após 1939, quando a guerra já havia se alastrado na Europa, é que o governo americano preocupou-se com as matérias-primas que poderiam vir a faltar na indústria, entre as quais a borracha. De fato, por um ato votado pelo congresso americano, a 7 de junho de 1939, foi aberto um crédito de 100.000.000 de dólares para armazenagem de materiais considerados de importância estratégica, cujo prazo deveria perdurar de 30 de junho de 1939 a 30 de junho de 1943. Também em 1939, a *Junta de*

129 KNORR, K. E. *World Rubber and its regulation*. Stanford: Stanford University Press, 1945, p. 183.

130 Idem, p. 176.

*Armamento do Exército e da Marinha*, encarregada do levantamento destes materiais estratégicos indispensáveis, informou ao Senado que um dos artigos de maior necessidade que deveriam ser mais urgentemente estocados era a borracha. A quantidade estimada não podia ser inferior a 500.000 toneladas<sup>131</sup>.

Após a aprovação, pelo Congresso Americano, do *Strategic Materials Act*, em junho de 1939, várias *démarches* foram feitas entre os governos americano e britânico para a permuta de borracha crua com produtos agrícolas e outros, como o algodão, mas, inúmeros contratempos concorreram para que tais trocas não fossem formalizadas.

Com o início das hostilidades, a estocagem de matérias-primas produzidas no exterior sofreu grande atraso, e os montantes de borracha nos EUA caíram para 125.800 toneladas, quando, anteriormente à guerra, perfaziam 245.356 toneladas<sup>132</sup>. Tal queda se deveu à alta de preços do produto que, de 17 cents por libra, passou para 24 cents, e à consequente resistência dos industriais em aceitar tais preços, o que os levou a lançar mão dos seus estoques.

Com a guerra fazendo estragos na Europa e os alemães conquistando sucessivas vitórias, o alarme entre o governo e o povo americano foi enorme. Em maio de 1940, o Presidente dos Estados Unidos pediu ao Congresso a aprovação de um crédito especial para atender aos propósitos de Segurança Nacional. Um dos objetivos do crédito era precisamente a aquisição de matérias-primas no exterior.

Enquanto isso, o Departamento de Estado fazia sondagens junto à indústria de artefatos, e o resultado foi levado ao Presidente pelo subsecretário Summer Welles, em forma de carta, informando-lhe que as matérias-primas continuavam causando apreensão, principalmente o estanho e a borracha, que provinham em sua grande parte do Extremo Oriente. Se a guerra eclodisse nessa área, seria impossível atender às necessidades da produção por mais de três meses, quando, segundo os estrategistas, o estoque de borracha armazenada deveria ser suficiente para atender à demanda de, no máximo, doze meses<sup>133</sup>.

131 CORRÊA, Luiz de Miranda. *A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1967, p. 30-31.

132 W.H. RICKINSON & SON (ed.). *The world's rubber position*. London, july, 1942, p. 9.

133 Reconstruction Finance Co. (RG. 234); Rubber Development Co. Entry 271; *General Country File (Brazil)*; Report on the Brazilian Rubber Program, part I; jan. 1941 to apr. 1942, p. 15.

Diante, porém, das grandes somas que deveriam ser destinadas para tal fim e pressentindo as resistências do Congresso para a aprovação das mesmas, o subsecretário Welles propõe mais uma vez acordos de reciprocidade com a Inglaterra e Holanda, pelos quais, em troca da borracha necessária, os americanos ofereciam produtos de primeira necessidade aos britânicos e batavos.

Em decorrência da carta enviada ao Presidente, pelo subsecretário Welles, três pontos foram acordados pelo governo americano:

a) O início de conversações entre os funcionários da Reconstruction Finance Corporation<sup>134</sup>, do Departamento de Estado, e das indústrias de artefatos de borracha, com a finalidade de encontrar os meios para adquirir e armazenar o produto;

b) Negociações com o *International Rubber Regulation Committee*<sup>135</sup> para as necessidades de armazenamento, não apenas de particulares, mas também do governo americano;

c) Mobilizar congressistas para a aprovação de uma lei que permitisse à Reconstruction Finance Corporation criar corporações, com o fim de adquirir e estocar produtos considerados estratégicos ou críticos, inclusive a borracha.

Tais resoluções foram altamente eficazes, pois, a partir delas, o governo americano atacava de frente o problema da borracha e, por meio de negociações internacionais e batalhas no Congresso, foi implementado o plano de dotar os EUA de estoques desse produto, suficientes para enfrentar o período da guerra.

De fato, no final de ano de 1941, os estoques de borracha do governo norte-americano montavam a 517.708 toneladas, subindo para 578.000, em junho de 1942, soma esta proveniente de programas de aquisição no exterior, permutas com a Inglaterra e controle das utili-

134 A Reconstruction Finance Corporation (R. F. C.) foi criada por um ato do governo americano de 22 de janeiro de 1932, e começou a operar em 2 de fevereiro do mesmo ano. Organizada como uma Agência do Governo para se engajar no mundo dos negócios e do comércio, estava autorizada ainda a estender sua ajuda financeira à indústria e à Agricultura, com a finalidade de financiar a reconstrução da economia americana, que saía da depressão, com o advento da Segunda Guerra Mundial. O Congresso estendeu à R. F. C. a responsabilidade de estimular e financiar a construção de materiais bélicos (aviões, tanques e armas), estocar materiais estratégicos e equipar e financiar a indústria bélica dos EUA. Cf. ZAID, Charles (Comp.). *Preliminary inventory of the records of the Reconstruction Finance Corporation, 1932-1964*. Washington: National Archives & Records Service, 1973, p. 1-2.

135 O International Rubber Regulation Agreement foi assinado em Londres, em 7 de maio de 1934, e o esquema de Regulamentação que começou a vigorar a partir de 1º de junho de 1934 permaneceu em vigência até 31 de dezembro de 1938 com um período mínimo. O acordo foi prorrogado, de 6 de outubro de 1936 até 31 de dezembro de 1943, outra vez como período mínimo. Os governos do Reino Unido, da Holanda, da Índia e outros signatários, decidiram continuar depois o International Rubber Regulation Agreement até 30 de abril de 1944, data em que, tanto o "Regulation Scheme", quanto o "International Rubber Regulation Committee" forem cancelados. Cf. McFADYEAN, Andrew. *The history of rubber regulation. 1934-1943*. New York: Norton & Company Inc., 1944. p. 8-10.

dades que dependessem do uso deste produto<sup>136</sup>. Somente no decurso de 1941 foram importadas 1.029.176 toneladas de borracha, quase o dobro das importações em época normal. Esse sucesso deveu-se não somente às medidas governamentais já aludidas, mas também às organizações particulares e à participação ativa das indústrias que foram arregimentadas para a aquisição e estocagem de borracha<sup>137</sup>.

Faz-se importante salientar aqui o papel decisivo desempenhado pela Inglaterra na aquisição do montante desse estoque. Conforme asseverava o próprio embaixador inglês em Washington, Lord Halifax, em nota à Secretaria de Estado, duas razões levaram a Inglaterra a satisfazer as necessidades de borracha da indústria americana: 1ª) a borracha era uma fonte importante de divisas para a Inglaterra enfrentar a guerra; 2ª) os ingleses não ansiavam, antes, tentavam evitar com isto que os americanos enveredassem para a construção de um poderosa indústria de borracha sintética, em evidente detrimento da borracha nativa<sup>138</sup>.

Além desses motivos de ordem comercial, outro, talvez mais determinante e de ordem estratégica, estava em jogo. Ainda na fase de neutralidade, o governo norte-americano não via com bons olhos a vitória da Alemanha na Europa e muito menos a hegemonia japonesa no Pacífico. Os Estados Unidos só poderiam ver, com bons olhos, uma unificação da Europa sob os moldes clássicos do capitalismo, em que a participação de seu capital fosse admitida; sob o forte nacionalismo alemão isso não seria possível. Daí que, ainda na fase da neutralidade, quando a maioria do povo americano se mantinha alheio ao conflito que se desenrolava na Europa, os altos escalões da administração pública e da indústria não só simpatizavam com a causa anglo-francesa, mas sub-repticiamente tudo faziam para apoiá-la.

Contando com a boa vontade dos ingleses e holandeses, com facilidades de transportes, tarifas etc., pode o governo dos EUA, durante o período de neutralidade ou de defesa, como era também chamado, acumular um respeitável estoque de borracha.

136 KNORR, 1945, p. 178.

137 CORRÊA, 1967, p. 35.

138 Reconstruction Finance Corporation (RG. 234); Rubber Development Co. Entry, 271; *General Country File (Brazil)*; *Report on the brazilian rubber program*, part I; jan. 1941 to apr. 1942, p. 2.

As críticas que posteriormente foram endereçadas ao programa de aquisição e armazenamento de borracha, no chamado período de neutralidade, deveram-se à imprevidência do governo em não coibir as indústrias particulares de produzir uma quantidade tão grande de utilidades e derivados de borracha para a população civil, deixando de armazenar uma tonelagem maior para os fins de defesa.

Com a tragédia de Pearl Harbour e a consequente extensão do conflito, no Pacífico e no Índico, uma das consequências mais devastadoras para os Aliados, em especial para os EUA, foi a perda dos ricos seringais de plantio da Malásia, Borneo etc, responsáveis pelo suprimento da quase totalidade da goma elástica nos mercados ocidentais. Já no início de 1942, os japoneses tinham se apoderado de 97% das zonas produtivas da borracha, pondo em sério risco o esforço de guerra dos Aliados.

Os EUA acusaram o golpe e, já três meses após Pearl Harbour, o *Office of Production Management* proibia a venda de pneumáticos. A 5 de janeiro, decretou-se o racionamento de borracha em todo o território dos EUA<sup>139</sup>. A própria produção e venda de automóveis e caminhões foi suspensa em janeiro e, a 12 de fevereiro (1942), foi proibida a fabricação de artefatos de borracha, com exceção de um pequeno número de artigos indispensáveis. Uma série de outras medidas limitativas ao uso desse produto alertaram o povo americano para a gravidade do problema da borracha. No final de 1942, os estoques não eram superiores a 500.000 toneladas<sup>140</sup>.

Com o aumento da fabricação de armamentos e com o pacto assinado com outros Aliados, todos enfrentando séria crise de borracha, a situação agravou-se ainda mais. Com os britânicos reduzidos a 100.000 toneladas de estoques, os canadenses com suas 50.000 toneladas, os australianos com 20.000 toneladas e, até os russos necessitando urgentemente de estoques de borracha natural para fortalecer sua produção da sintética, o problema se tornava ainda mais crítico, pois tais estoques poderiam perdurar por um ano, no máximo<sup>141</sup>.

Diante dessa situação alarmante, o Presidente Franklin Delano Roosevelt nomeou uma comissão especial para estudar o fornecimento e estoques de material de guerra e, quando em 10 de no-

139 KNORR, 1945, p. 179.

140 CORRÊA, 1967, p. 39.

141 Idem, p. 39, p. 39

vembro de 1942 ela apresentou o relatório final, apontava a borracha como o problema mais urgente a ser resolvido e como o produto mais crítico a ameaçar os esforços de guerra dos Aliados. A Comissão, que era composta por homens de ciência, de larga experiência e saber, e por políticos de proa, passou a ser conhecida como *Comissão Baruch*, herdando o nome do político que a presidiu. Em seu relatório final chegava esta Comissão à alarmante constatação a respeito da borracha:

De todos os materiais críticos e estratégicos, a borracha é aquele que apresenta a maior ameaça à segurança de nossa nação e ao êxito da causa Aliada. A produção do aço, do cobre, do alumínio, das ligas ou da gasolina de aviação pode ser inadequada para conduzir a guerra tão rápida e eficientemente como o desejaríamos, mas ao menos estamos certos de suficiente abastecimento desses produtos para operar nossas forças armadas em poderosíssima escala. Se porém falharmos na consecução rápida de um novo e volumoso suprimento de borracha, haverá o colapso ‘de nosso esforço de guerra e da nossa economia interna. Assim sendo, a situação da borracha constitui o mais crítico dos nossos problemas. Consideramos a situação presente tão perigosa que, se não se tomarem medidas corretivas imediatas, este país entrará em colapso civil e militar. A crueza dos fatos é advertência que não pode ser ignorada.

#### **Posição da borracha bruta nos Estados Unidos**

(1º de junho de 1942 a 1º de janeiro de 1944) toneladas  
Disponível em 1º de junho de 1942 (estoque de reserva)  
587.248

Estimativa das importações de 1º de junho de 1942 a 1º de janeiro de 1944..... 53.848  
Total da borracha bruta.....641.096

Estimativa das exigências essenciais e militares, de 1º de junho de 1942 a 1º de janeiro de 1944, exclusive pneumáticos de automóveis .....855.472

Déficit que deve ser coberto pela produção de borracha sintética,



antes de 1º de janeiro de 1944 .....214.376

Se não forem assegurados a tempo novos suprimentos (naturais ou artificiais), as exigências totais militares e de exportação esgotarão nossos estoques de borracha bruta antes do fim do próximo verão...

Os pneumáticos dos veículos civis se estão gastando em proporção oito vezes maior que aquela em que estão sendo substituídos. Se esta proporção se mantiver a maioria dos automóveis deixará de circular e, em 1944, haverá completo abandono de 27 milhões de automóveis na América. Temos diante de nós a certeza do consumo; a grave insegurança quanto ao abastecimento. Portanto, esta Comissão considera como primeiro dever a conservação de uma reserva de borracha que sustente as nossas forças armadas na luta e mantenha em movimento os mecanismos civis essenciais. O único meio de consegui-lo é pela realização urgente do nosso gigantesco programa de borracha sintética e pela zelosa salvaguarda de cada onça de borracha existente no país.

Ao mesmo tempo, achamos que a borracha distribuída para usos civis tem sido insuficiente. Mais borracha deve ser dada para a reposição e o reencapamento de pneumáticos. Esta é uma das partes do programa de conservação que apresentamos. Mais borracha para aqueles que dela precisam; menos para aqueles que não precisam.

Não haja dúvidas que só necessidades verdadeiras não fantasiosas, podem, ou devem ser atendidas. Dissipar nossos estoques de borracha é destruir uma das principais armas da guerra.

Cabe-nos escolher:

Desconforto, ou derrota. Não há meio termo.

Portanto, recomendamos:

Que não seja permitido aos automóveis e caminhões velocidade superior a 35 milhas horárias. (Deste modo se prolongará em 40% a vida dos pneumáticos).

Que o percurso médio anual por carro estimado em 6.700 milhas se reduza a 5.000 milhas; seja uma redução de 25%. (Não quer isto dizer que cada um tenha direito a 5.000; aplica-se ao tráfego necessário).

Que seja liberada mais borracha do que presentemente para o uso público, a fim de manter integralmente, pelo reencapamento dos nossos pneumáticos, o tráfego civil necessário.

Que seja estabelecido um sistema de racionamento de gasolina, baseado em 5.000 milhas anuais, para poupar pneumáticos.

Que as restrições de gasolina e de percurso sejam de âmbito nacional.

Que seja levado a efeito um programa voluntário até que possa estabelecer-se o racionamento de gasolina.

O único meio de poupar a borracha é o racionamento de gasolina. Foram examinados todos os meios de dispensar este método, porém, se concluiu ser inevitável. É preciso ter isto em mente: a limitação do uso da gasolina não se deve à escassez deste produto: é exclusivamente uma providência para economizar borracha.

Eis porque as restrições devem abranger toda a Nação. Qualquer medida local seria injusta e fútil.

Esta nota de otimismo é permissível: se o programa de borracha sintética aqui delineado corresponder a uma expectativa razoável, será possível diminuir esta restrição antes do término de 1943. Mas até lá qualquer negligência é um serviço prestado ao inimigo.

Para responder às perguntas de quanta borracha temos e aonde iríamos buscar mais, o país depende, finalmente, da produção de borracha sintética que, esperamos, atingirá sua plenitude em 1944.

Porque não antes? Porque tão tarde? As respostas a essas indagações residem no passado. Aqueles erros oriundos de procrastinações, Indecisões, conflitos de autoridade, questões pessoais, falta de compreensão, delongas e, de início, a não adoção do uso dos processos de álcool conhecidos, não vão ser novamente narrados

por nós, nem tão pouco falaremos do fracasso na acumulação de um maior estoque de reserva de borracha bruta. Preocupamo-nos com os fatos passados somente até onde nos pareçam deitar luz nos problemas administrativos futuros ...

Não podemos correr riscos. É melhor estarmos seguros que arrependidos. Não podemos depender de usinas a construir; do aumento da regeneração da sucata; da elevação da capacidade manufatureira de pneumático ao nível de uma produção teórica de sintética; de outros fatores aleatórios.

Os membros desta Comissão confiam inteiramente na capacidade da indústria americana para solver esses problemas, mas é grave a incerteza do tempo. Sejam quais forem nossas esperanças, ou mesmo nossas razoáveis estimativas, até que as usinas de borracha sintética alcancem e superem sua capacidade, não podemos correr perigos desnecessários. Não podemos basear ofensivas militares em borracha que não temos. Todas as nossas vidas e liberdades estão em jogo nesta guerra. (...)

Talvez devamos dizê-lo: poucos acreditavam que 90% de nosso abastecimento normal de borracha bruta fossem cortados quando atacaram Pearl Harbour em 7 de dezembro. E poucos avaliaram corretamente a situação após aquela data. (...)

Quando estivermos em posição segura, libertar-nos-emos de uma fonte de novas preocupações que afeta tanto os altos círculos militares como os homens de governo. Alcançaremos esta posição com sacrifícios. Não há estrada real para a vitória.<sup>142</sup>

Como acabamos de constatar, era realmente crítica a situação da borracha nos Estados Unidos, após sua entrada no conflito. Atentando, depois, para o fato de que as estimativas das necessidades desse produto para o complexo de guerra americano montavam a mais de 800.000 toneladas e que a implantação do formidável complexo de indústrias da borracha sintética ainda se achava no início, permanecia no ar a pergunta angustiante: onde encontrar uma tal quantidade de borracha?

<sup>142</sup> O trecho que reproduzimos é do *Baruch Report on Rubber Situation. Message from the President of the United States* (v. introd., nota 16). Utilizamos tradução de Cássio Fonseca, em seu livro *A Economia da Borracha* (FONSECA, 1950, p. 97-100).

As fontes tradicionalmente produtoras, que ficaram fora da esfera da ocupação japonesa, apresentavam o seguinte quadro: Índia, Ceilão e Libéria = 135.000 toneladas; América Latina e África = 50.000 toneladas<sup>143</sup>.

Tentou-se, então, aumentar ao máximo a produção dessas áreas, cabendo aos ingleses a exploração das suas zonas de influência, como na Ásia (Ceilão, Índia, Burma) e África, exceção feita da Libéria, onde já atuava a Firestone Tire and Rubber Company, empresa americana com grandes extensões de seringais de cultivo.

Enquanto isso, os EUA se ocupavam do aumento e das compras da produção da borracha da Libéria, da América Central e América Latina.

Os esforços dos Aliados para expandir as áreas de suprimento da borracha vegetal mostraram-se apenas moderadamente viáveis. Estimulados pelos altos preços, pagamentos de bônus e com o corte destrutivo das árvores para o aumento da produção, as exportações do Ceilão tiveram um incremento considerável, passando de 88.894 toneladas, em 1940, para 105.500 toneladas, em 1943. Também o desenvolvimento de uma campanha intensiva da coleta do produto na África tropical, especialmente no Congo Belga, resultou num razoável aumento, mas o total não excedia às 20.000 toneladas entre 1942-1944<sup>144</sup>.

Alarmados pela extensão e intensidade do conflito no Pacífico e temendo um verdadeiro colapso civil e militar, em decorrência da falta do que era considerado o *nervo da guerra*, os EUA intensificaram ao máximo o seu programa de procura e compra da borracha, como também sua produção e pesquisa. Começaram pela construção de um vasto complexo industrial de borracha sintética. Financiado pela Reconstruction Finance Corporation, em estreita cooperação com as indústrias de petróleo, de borracha e da química, foram construídas mais de 50 fábricas de borracha sintética, a um custo total de 400.000.000 de dólares. Em 1940, os EUA ainda não fabricavam esse produto em escala que permitisse sua comercialização. Mas o sucesso foi tão grande que, cinco anos depois, sua produção alcança-

143 CORRÊA, 1967, p. 39.

144 KNORR, 1945, p. 180.

va a soma de 1 milhão de toneladas anuais, vale dizer, mais do que o volume de toda a borracha importada num ano, antes da guerra<sup>145</sup>.

A outra parte do programa foi o cultivo intensivo no seu território (Califórnia, Arizona, Novo México e Texas) do Guayule e de diversas espécies de árvores produtoras da borracha no México, América Central e América Latina.

Dependendo ainda demais do sucesso da implantação da sua indústria da borracha sintética, a cultura da borracha na América Latina, em grande escala, se lhes afigurava uma boa solução, principalmente dentro de uma perspectiva de longo alcance para uma política de influência e segurança. Também foi considerada um bom suporte para a implementação no hemisfério sul da doutrina da Boa Vizinhança<sup>146</sup>.

Foi nesse momento que os americanos se depararam com a Amazônia, região original da *hévea* e, de longe, o maior depósito da borracha natural.

## **2.2. A BORRACHA AMAZÔNICA: A GRANDE FONTE ALTERNATIVA DO PRODUTO PARA OS ALIADOS**

Um boletim informativo do governo brasileiro, em 1941, estimava a existência de 300.000.000 de árvores da *Hevea Brasiliensis*, espalhadas pela Amazônia, com um potencial de produção de 800.000 toneladas anuais, numa área de quase 1 milhão de milhas quadradas, compreendendo o Brasil, Peru, Bolívia, Colômbia<sup>147</sup>. Se fosse possível explorar a metade apenas dessas árvores silvestres, obter-se-ia, no mínimo, uma produção de cerca de 450 mil toneladas anuais, uma quantia capaz de debelar, sem dúvida, a aguda crise do produto, em que se achavam os Aliados.

Essa capacidade de produção, estimada pelos técnicos, estava, porém, totalmente fora da realidade, e isso por várias razões:

a) *A questão das distâncias*. Na Amazônia, em meio acre de floresta se poderiam encontrar no máximo 3 ou 4 seringueiras, em contraste com as plantações do Oriente, onde, facilmente, se encontravam de 75 a 100 pés no mesmo espaço. Trocando isso em hectares:

145 ZAID, Charles (Comp.). *Preliminary inventory of the records of the Reconstruction Finance Corporation, 1932-1964*. Washington: National Archives & Records Service, 1973, p. 2.

146 KNORR, 1945, p. 181.

147 *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, Ano V, nº 49, set. 1938, p. 148-149.

enquanto na Amazônia se contavam em média 1,5 pés por hectare em exploração, na heveicultura oriental, a densidade era de 200 pés, em média<sup>148</sup>.

b) *A desativação dos seringais amazônicos*. Desde que a borracha nativa começou a sua derrocada, suplantada que fora pelos gomais de cultivo do Oriente, iniciou-se na Amazônia um verdadeiro processo de desagregação da produção, culminando em 1932, quando a produção brasileira de borracha caiu para a insignificância de pouco mais de 6.000 toneladas, perfazendo 0,2% da produção mundial, e a um preço irrisório de 1,20 cruzeiro ao quilo<sup>149</sup>.

Durante esses anos de aguda crise e depressão do produto, milhares de trabalhadores refluíram para os seus pagos nativos, enquanto outros milhares, por falta de meios de transporte ou pelo apego aos rincões desbravados, permaneceram na Amazônia. Os matagais fecharam os varadouros e as estradas dos seringueiros. Procuraram-se novas fontes de exploração, novos produtos: agriculturaram-se extensas ou pequenas áreas, próximas aos seringais e castanhais.

A borracha, sempre decrescendo na balança comercial, acabaria por se tornar um produto secundário na vida amazônica, suplantada por outros gêneros florestais mais compensadores. Ergueu-se nos seringais a casa da farinha para a mandioca; plantaram-se fruteiras, feijão e milho. Os utensílios domésticos foram aos poucos sendo confeccionados pelo próprio trabalhador, que se transformou em oleiro e até em carpinteiro, armando suas canoas e igarapés na própria mata. Enfim, uma vida nova, outras culturas e novos hábitos começaram a aparecer nos seringais, livres agora da tirania monopolizadora da borracha<sup>150</sup>.

c) *Mão de obra*. O longo período de desorganização do aparelho produtivo estava a exigir, portanto, um esforço para recolocá-lo em ação, principalmente no que diz respeito ao fator mão de obra. Segundo os cálculos mais otimistas, um seringueiro tinha a capacidade de produzir não mais que 500 quilogramas de borracha anualmente. Para se obter 50.000 toneladas de borracha nativa, pelos processos habituais, seriam necessários então 100.000 seringueiros.

148 SANTOS, 1980, p. 233.

149 PETEY, 1972, p. 115.

150 MAIA, Álvaro. *Na vanguarda da retaguarda*: campanha da produção da borracha. Manaus: Serviço de Divulgação do DEIP, 1943, p. 63-64.

À época, calculava-se em apenas 35.000 os extratores remanescentes, em toda a área extrativa. Portanto, seria necessária a realocação, mais uma vez, de um vasto contingente de mão de obra para o projeto de se extrair no mínimo 70.000 toneladas de borracha, cota que se pensava fosse possível produzir na Amazônia durante o esforço de guerra<sup>151</sup>.

Acrescente-se a isso a fase de *adestramento* dessas levas de seringueiros para a nova ocupação, a difícil aclimação ao *habitat* amazônico, a adaptação a novos hábitos e práticas, e teremos aí o quadro completo das dificuldades e dos problemas que se deveriam superar nesse campo.

d) *O problema dos transportes*. Com o crescimento da atividade extrativa, inúmeras casas comerciais investiram no setor de transporte, adquirindo barcos com casco de ferro e movidos a vapor. Os mais comuns eram *os gaiolas*, construídos geralmente na Inglaterra, EUA e Holanda, e apropriados às peculiaridades regionais. Por meio deles, o seringal se mantinha em contato com o mundo, recebendo homens e mercadorias e exportando a borracha e outros produtos.

Coincidindo com o período de retração da atividade extrativa e com a decadência da economia regional, diminuiu sensivelmente a frota comercial amazônica, havendo inclusive a transferência de alguns barcos para outras regiões do país. Segundo o testemunho de Valentim Bouças, a frota do SNAPP (Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará), em 1942, representava um terço da frota que operava na Amazônia, em 1910<sup>152</sup>. De modo que o problema do transporte representava um outro grande *handicap* para a retomada da produção, necessitando de total reaparelhamento.

e) Outro problema que se afigurava bastante sério era de *ordem burocrática*. De fato, até 1942 não se sabia ainda qual das agências governamentais americanas deveria assumir a responsabilidade do Programa para a Borracha, não só na América Latina, mas também na África. A Rubber Reserve Company, uma subsidiária da Reconstruction Finance Corporation, vinha se ocupando das compras e da expansão do programa da borracha. Mas, nesse ano, o Board of Economic Warfare (BEW) assumiu o controle de tudo.

151 REIS, Arthur Cêzar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola – Documentário da vida rural, nº 5, 1953, p. 76.

152 BOUÇAS, F. Valentim. *Estudos econômicos e financeiros: meio século de trabalho*. V. II. Rio de Janeiro: Edit. Financieiras, 1953, p. 62.

Com a criação posterior do Rubber Director, este afastou definitivamente o BEW do Programa, resolvendo então a Reconstruction Finance Corporation criar uma nova Corporação que se encarregou do Programa da Borracha fora do país. Nasceu, então, como fruto de todos esses desencontros, a *Rubber Development Corporation*, com o objetivo de concentrar todas as atividades do Programa da Borracha, eliminando todas as áreas de atrito, criadas na administração pelos vários órgãos com programas similares<sup>153</sup>. Foi esta Corporação que atuou na Amazônia e será com ela que teremos maior familiaridade a partir de agora.

Apontadas essas dificuldades, convém salientar que mesmo antes do ingresso no conflito, começaram-se a sentir na Amazônia seus efeitos comerciais altistas. A mobilização bélica iria permitir a volta da goma elástica brasileira aos mercados do exterior.

No biênio 1936-1937, a poderosa Associação Comercial do Amazonas revelou que a Alemanha absorvia quase 75% de sua produção de borracha, constituídos pelos tipos inferiores, ao passo que os EUA e a Grã-Bretanha limitavam suas compras ao tipo *Acre-fina-superior*<sup>154</sup>.

No biênio 1937-1938, embora a borracha, pelos problemas já vistos, ocupasse um lugar relativamente menor nas exportações brasileiras, é significativo que as vendas para a Alemanha excedessem às feitas para todos os demais países em conjunto. Tanto era preponderante a participação alemã no comércio da borracha amazônica, que um retraimento das compras deste país, no segundo semestre de 1938, acarretou uma baixa de quase 20% nos preços deste produto<sup>155</sup>.

Esse comércio ativo não podia deixar de causar uma certa apreensão em Washington, não somente pela borracha, que, de per si, não seria de grande dano, dada sua exígua quantidade, mas principalmente porque o Brasil, dentro dos ajustes feitos e reiteradamente renovados com a Alemanha, continuava a exportar para esse país muitas outras matérias estratégicas. Diante disso, ainda no período da neutralidade, as autoridades americanas tinham já iniciado con-

153 Reconstruction Finance Co. (RG. 234); Rubber Development Co. Entry 271; *Summary of organization and activities*, jul. I, 1945.

154 WIRTH, 1973, p. 38.

155 MENDES, José Amândio. *Amazônia econômica, problema brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora "A Noite", s. d., p. 51. Cf. também: *Relatório da Diretoria da Associação Comercial da Amazônia*. Manaus: Tipografia Phaenix, 1940, p. 67.



versações preliminares com o Brasil, visando à compra da borracha da Amazônia.

Por essa época (1940-1941), a produção brasileira situou-se, quando muito, em 16.000-17.000 toneladas anuais. Supondo que uma quota de 40% devesse ficar retida para o consumo das manufaturas nacionais, sobrariam ainda entre 8.000 a 10.000 toneladas a serem exportadas<sup>156</sup>.

No início de 1941, o Departamento de Estado americano sugeriu que a Rubber Reserve entrasse firme no mercado brasileiro de borracha. Em março, a Rubber Reserve informava ao Departamento de Estado que estava em condições de adquirir 12.000 toneladas anuais da borracha brasileira, ao preço de 20 centavos de dólar por libra-peso, F.O.B. New York. Entretanto, essa compra não pode ser concretizada, já que os preços oferecidos pelos alemães eram mais vantajosos, continuando a Alemanha a adquirir grandes quantidades do produto<sup>157</sup>.

Disposto a afastar de vez os alemães, não apenas do comércio da borracha, mas também do acesso a outros materiais estratégicos, o governo americano firmou convênio com o governo brasileiro, em meados de 1941, limitando as exportações de materiais estratégicos a países do hemisfério.

Os principais materiais brasileiros que entraram nesse acordo foram: manganês, cromato, berilo, titânio, mica, cristais de quartzo, diamantes industriais e borracha<sup>158</sup>. O ativo comércio com a Argentina e o Uruguai, tradicionais importadores de borracha do Brasil, a demora em tornar realidade a proibição para exportar o produto para fora do hemisfério e a retenção de estoques, por parte de comerciantes particulares, para fins de especulação, criaram, por essa época, situações por vezes aflitivas e até embaraçosas ao governo brasileiro.

O desinteresse da Rubber Reserve e dos industriais americanos pela pequena produção da borracha amazônica contribuiria, ainda mais, para piorar tal situação.

Tudo isso, porém, cessou com o ataque de Pearl Harbour e à medida que a guerra foi se alastrando pelo Pacífico.

156 Idem, p. 59.

157 CORRÊA, 1967, p. 43-44.

158 FGV-CPDOC. *Arquivo Souza Costa*, 41.03.08.

O pânico que atingiu o governo e os industriais americanos, após o ataque das forças nipônicas às fontes produtoras do Oriente, foi indescritível. O Congresso começou a ouvir centenas de opiniões de especialistas, e mais de uma dúzia de agências do Executivo passaram a se interessar pelo problema da borracha<sup>159</sup>. A confusão e o tumulto que se seguiram ao pânico foram até grotescos. Bredan O'Callaghan nos fornece um testemunho eloquente a respeito:

quando se tornou patente que as nossas fontes de suprimentos do Oriente estavam irremediavelmente perdidas, as repartições do governo começaram a se abarrotar de sugestões, planos e projetos para procura e a produção de variedades de borracha. Havia uma superabundância de ideias e também muita confusão em colocar em marcha um plano nacional para a obtenção do produto. Devido a estas confusões, um programa claro para obtenção da borracha na América Latina não fora desenvolvido até março de 1942. Ainda assim, devido a problemas burocráticos e administrativos, o programa levaria ainda mais um ano para, realmente, começar a funcionar<sup>160</sup>.

Em suma, apesar das tentativas de aumento de suas compras da borracha amazônica, chegando mesmo a oferecer preços mais vantajosos que os cotados pelas bolsas internacionais, foi somente após o início da guerra com o Japão que os EUA encararam seriamente a possibilidade de organizar uma agência para orientar os trabalhos de aquisição da borracha da bacia amazônica, bem como para estimular sua produção. Assim mesmo, a administração americana se achava envolvida numa série de pequenas disputas e picuinhas, que só faziam atrasar a execução de uma política séria e eficiente para a borracha. Somente as necessidades prementes do esforço de guerra obrigariam a uma unificação de objetivos, originando-se daí a criação da *Rubber Development Corporation*, que passou a orientar e organizar os planos do governo americano para a obtenção da borracha amazônica.

159 CORRÊA, 1967, p. 46.

160 Idem, p. 45.

## CAPÍTULO II

# PREPARATIVOS E AVALIAÇÃO DO POTENCIAL AMAZÔNICO EM VISTA DA “BATALHA DA BORRACHA”

### 1. OS ACORDOS DE WASHINGTON (MARÇO DE 1942)



Em decorrência das resoluções da III Conferência de Chanceleres Americanos, realizada no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, o ajuste das posições brasileiro-americanas teve uma sequência rápida e eficaz. O cumprimento dos compromissos de Roosevelt com Vargas e as novas contribuições brasileiras ao esforço de guerra dos americanos e Aliados concretizaram-se, de modo especial, durante a segunda Missão de Souza Costa aos EUA, em fevereiro e março de 1942.

Estava o ministro da Fazenda incumbido de ajustar com as autoridades americanas as normas reguladoras do fornecimento das matérias-primas requeridas com urgência pela indústria bélica daquele país e obter do governo americano, em contrapartida, a redução dos prazos para a entrega das encomendas de material bélico, material para a construção de Volta Redonda, para transporte marítimo e rodoviário, financiamento para a produção de matérias-primas estratégicas (ferro, borracha e arranjos para a sua comercialização). Acima de tudo, se achava em jogo a questão dos suprimentos de equipamentos para as forças armadas. Vargas enfatizara que a liberação de material bélico pleiteado pelo Brasil era o mais urgente dos problemas e que a sua consecução viria a provar se, de fato, valeria a pena ser amigo e aliado dos EUA<sup>161</sup>.

A correspondência de Vargas, durante esse período, demonstrava uma grande preocupação com a preparação militar e com a defesa do Brasil. Ele achava que este era o momento mais propício para armar o país, já que tinha entendido que o Brasil representava um fator

161 FGV-CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas. *Carta de Vargas a Oswaldo Aranha*. Petrópolis, fev. 1942.

chave para os planos de defesa dos EUA, e que estes, naturalmente, estariam dispostos a pagar um alto preço pela cooperação brasileira. Por isso, repetidamente, ele recomendava a Souza Costa que fosse enérgico e totalmente franco com os americanos. *Não podemos mais perder tempo* – escrevia ele – *não podemos nos deixar iludir com festas e demonstrações de boa vontade. Temos o pessoal pronto para cumprir o seu dever. Só nos falta material. (...) Este é o momento do Brasil*<sup>162</sup>.

Desgraçadamente, Souza Costa se mostrou um negociador cauteloso demais e não soube explorar ao máximo as vantagens que as circunstâncias lhe ofereciam.

Outra coisa teria sido se o emissário fosse Oswaldo Aranha, o homem do momento, após o sucesso da Conferência dos Chanceleres do Rio de Janeiro. Certamente que, com o seu prestígio, personalidade envolvente e seu conhecimento profundo dos segredos da administração americana, poderia ter conduzido as negociações com os ianques de uma forma resoluta e exigente<sup>163</sup>. Entretanto, dois fatores contribuíram decisivamente para que ele não fosse o escolhido por Vargas para esta importante missão: primeiro, o desapontamento dos militares, após sua malograda missão de 1939, e, segundo, o hábito cultivado por Getúlio de manter um certo equilíbrio de poder no seu gabinete. Se Aranha somasse o triunfo da Conferência do Rio de Janeiro com mais o sucesso da viagem aos EUA, seu prestígio poderia extrapolar os limites do desejado e até mesmo atropelar os futuros planos políticos de Vargas. Este, então, acabou por escolher Souza Costa, não só porque confiava na sua habilidade, mas porque, ao contrário de Aranha, seu Ministro da Fazenda não aspirava à Presidência da República<sup>164</sup>.

O ministro Souza Costa, no entanto, ao invés de se portar energeticamente para pressionar os americanos, com o fim de tirar o máximo de vantagens para o Brasil, adotou uma atitude conservadora e quase passiva nas negociações. E ainda que se fizesse acompanhar de uma plêiade de assessores de reconhecido talento, nunca se sentaram para discutir seus planos, planejar as reivindicações ou para unificar as ideias.

162 FGV-CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas. *Carta de Vargas a Oswaldo Aranha*. Petrópolis, fev. 1942.

163 McCANN JR., F. D. *The brazilian-american alliance, 1937-1945*. New Jersey: Princeton University Press, 1973, p. 263.

164 Idem, p. 263-264.

Um dos mais proeminentes membros da Missão, Valentim Bouças, de há muito conselheiro econômico de Vargas, não hesitou em relatar o curso das negociações ao próprio presidente, deixando transparecer na carta toda a sua frustração e desapontamento. Bouças, a quem não faltavam acuidade e uma reconhecida experiência em lidar com os americanos, descreveu que havia no interior do governo Roosevelt dois tipos de pensamento: os partidários sinceros da New Deal, que ansiavam, de verdade, em ajudar o Brasil, e a corrente rançosa dos partidários da política do *dollar-a-yearman*, de Wall Street, que, mesmo em tempo de guerra, pensavam só em termos de lucros e em *explorar as matérias-primas de modo a deixar o Brasil com imensos buracos em seu subsolo e sem indústrias*<sup>165</sup>. E cita, como exemplo, o plano apresentado por Nelson Rockefeller, então coordenador do O.C.I.A.A. (Office of the Coordinator of Inter-American Affaire), sobre um programa para a borracha e o desenvolvimento do Vale Amazônico, que tinha sido preparado pelo Departamento de Agricultura e pelo próprio O.C.I.A.A., em setembro de 1941, e que previa ser executado em duas etapas.

A primeira fase visava incentivar a extração da borracha e sua exportação para os EUA. Em sua segunda etapa, previa a constituição de uma verdadeira Companhia de Cartel, formada por brasileiros e norte-americanos, para desenvolver a região amazônica. Tal companhia, que levaria o nome de *Corporação do Brasil para o Desenvolvimento da Bacia Amazônica*, contaria com igualdade de membros (brasileiros e americanos) em sua diretoria, mas cabendo aos EUA os cargos de Diretor-Gerente e de Tesoureiro<sup>166</sup>.

Além disso, a referida Companhia devia gozar de amplos direitos sobre financiamento, produção e estocagem dos artigos, direitos de organizar compras experimentais, expedições pelo interior, manter serviços públicos, organizar a colonização de grandes áreas, encarregar-se dos transportes etc. Em suma, uma companhia bem ao estilo de uma outra, que o capital monopolista americano e inglês tentara estabelecer no Acre, no início do século XX – o famigerado *Bolivian Syndicate* –, ameaça felizmente esconjurada, em boa hora, pelo descortino do Barão do Rio Branco.

165 FGV-CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas. *Carta de V. Bouças a Vargas*. New York, 23 de fevereiro de 1942 (42.01.30), p. 8.

166 Idem, p. 10-11.

O plano citado que, como vimos, concedia a presidência de honra a brasileiros, mas que os deixava sem nenhuma autoridade executiva, já que os americanos administrariam os serviços e o dinheiro, em nada iria ajudar a Amazônia, não levava em conta os reais interesses do Brasil e podia ser muito bem classificado, conforme a expressão de Bouças, como *imperialismo americano*<sup>167</sup>. Vindo de Bouças, um filo-americano ferrenho, tal acusação provocou profundo impacto entre os negociadores americanos, que se retraíram sobre o assunto, deixando de lado, por algum tempo, o problema da borracha.

Um segundo plano sobre borracha e desenvolvimento da Amazônia, apresentado pelo B.E.W. (Board of Economic Warfare), em 18 de fevereiro de 1942, também foi rejeitado no seu nascedouro, porque, justamente como o primeiro, atentava contra a soberania brasileira, já que depunha nas mãos de oficiais americanos as principais responsabilidades e encargos da Corporação<sup>168</sup>. Como tais planos demonstrassem uma absoluta falta de organização das diversas agências americanas que se vinham ocupando do problema da borracha e que, acima de tudo, insistiam em lidar diretamente com a região amazônica sem a intermediação dos brasileiros, Bouças propôs a Souza Costa que comunicasse aos negociadores americanos que o Brasil se encarregaria da criação de uma agência oficial para dirigir o programa de exploração e de desenvolvimento do Vale Amazônico, cabendo aos americanos entrar apenas com o financiamento de recursos para aquisição de equipamentos e com a assistência técnica<sup>169</sup>.

Souza Costa, ferido talvez na sua suscetibilidade de chefe da missão, reagiu negativamente à proposta de Bouças, advertindo-o ainda, com azedume, de que eles estavam lá autorizados a receber propostas e não para formulá-las e exigir qualquer coisa de seus interlocutores<sup>170</sup>.

Tal resposta, por si só, exemplifica muito bem a mentalidade tradicional de um povo dependente e colonizado, ou ainda o comportamento de um ministro das finanças de um país devedor, que, habitualmente, costuma usar de cautela com os seus credores.

167 FGV-CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas. *Carta de V. Bouças a Vargas*. New York, 23 de fevereiro de 1942 (42.01.30), p.10.

168 RECONSTRUCTION FINANCE CO. (RG. 234). Rubber Development Co. Entry 271. *Report on the Brazilian Rubber Program*; part I, p. 20-32.

169 FGV-CPDOC. *Carta de Bouças a Vargas*, 23.02.1942, p. 8-9.

170 Idem, p. 9.

Tal atitude provocou uma reação inusitada no impaciente Bouças, que, em sua carta relatório a Vargas, denunciava abertamente: se os métodos do Ministro eram ótimos para os tempos de paz, não os eram agora em que nos achamos em meio a um estado de guerra e quando as nossas necessidades militares requerem decisões urgentes e corajosas<sup>171</sup>.

Por isso, insatisfeito com os rumos que as negociações tomavam, Bouças resolveu, por iniciativa particular, tratar diretamente com os oficiais americanos de seu conhecimento e plena confiança. Com sua larga experiência em tratar com o mundo dos negócios americanos, ele confiava manobrar as coisas de tal modo a dobrar a claque de Wall Street, que teimava em orientar a política geral do país contrariamente à realidade do mundo moderno<sup>172</sup>.

Assim, na manhã de 17 de fevereiro, sem o prévio conhecimento de Souza Costa, Bouças expôs suas objeções e rejeição ao plano Rockefeller sobre a Amazônia e delineou sua própria proposta de uma Corporação Brasileira e dirigida por brasileiros, em um encontro com Summer Welles, Lawrence Dugan, Thomas K. Finletter e Emílio Callado, todos do Departamento de Estado.

No almoço deste mesmo dia com o ministro brasileiro, Summer Welles repetiu o plano de Bouças como se fosse seu próprio, sugerindo a Souza Costa que, na realidade, seria uma boa ideia se o Brasil criasse uma corporação com diretores brasileiros para supervisionar um compreensivo programa sobre a Amazônia e para o qual os EUA providenciariam um crédito inicial de US\$ 10.000.000. Mesmo assim, Souza Costa agiu como se a ideia fosse nova para ele, insistindo para que os americanos propusessem sugestões mais detalhadas sobre tal plano<sup>173</sup>.

As negociações continuaram, no entanto, em relação às exigências de armamentos brasileiros. Os pedidos de armas discutidos durante a Missão Souza Costa incluíam: equipamento para o núcleo de uma divisão armada (203 tanques leves, 75 tanques médios, 500 caminhões de 4 toneladas e uma variedade de caminhões de diversos tamanhos e tonelagens, num total de 1.000); material completo para uma nova divisão de engenharia; material para construção de estra-

171 FGV-CPDOC. *Carta de Bouças a Vargas*. 28.02.1942, p. 3.

172 *Idem*, p. 3.

173 *Ibidem*, p. 15.

das; armas leves, metralhadoras e munição; armas para dois batalhões antiaéreos e para quatro unidades de tanques; e produtos químicos para um completo laboratório farmacêutico. Todo esse equipamento deveria ser liberado, no máximo, até julho de 1942<sup>174</sup>.

Intensas negociações se seguiram nos Departamentos de Estado e da Guerra para reduzir a lista brasileira a proporções aceitáveis aos americanos. Finalmente, chegou-se a um compromisso que Vargas julgou aceitável, envolvendo a imediata liberação de 20 tanques leves, além dos que o exército já houvera prometido, quatro metralhadoras antiaéreas, que foram removidas das defesas do porto de New York, além da minuta de um novo acordo de Lend-Lease. Este novo acordo contemplava a liberação eventual de US\$ 200.000.000 para equipamentos militares, ou seja, o dobro da soma do primeiro acordo de Lend-Lease realizado entre americanos e brasileiros, em outubro de 1941<sup>175</sup>.

O Departamento da Guerra também prometeu liberar, até o final de 1942, 100 tanques de porte médio, 250 tanques leves e um certo número de metralhadoras antiaéreas e antitanques. Todas estas promessas deixaram em estado de euforia as autoridades militares brasileiras e foram sobremaneira gratificantes para Vargas<sup>176</sup>.

Como fruto desses entendimentos, em 3 de março de 1942, o Ministro Souza Costa e o subsecretário de Estado, Summer Welles, assinaram, não apenas o novo Acordo do Lend-Lease, mas também diversos outros convênios importantes, que passaram à história com o nome de Acordos de Washington. Estes últimos contemplavam empréstimos de US\$ 100.000.000 para o desenvolvimento da produção de materiais estratégicos e matérias-primas indispensáveis à indústria de guerra americana, tais como a aniagem, babaçu, cacau, café, castanha, pecacuanha, linters de algodão hullfiber, mamona, timbó etc. Foram destinados mais 14.000.000 de dólares para o desenvolvimento dos depósitos de ferro de Itabira e da estrada Vitória-Minas Gerais; e, finalmente, o acordo que mais nos diz respeito, sobre a borracha amazônica, para o qual foram destinados inicialmente 5.000.000 de dólares para melhorar a qualidade da produção

174 McCANN JR., 1973, p. 267.

175 Idem, p. 267-268.

176 FGV-CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas. *Carta de Souza Costa a Vargas*. Washington, 10 de fev. de 1942 e 11 de fev. de 1942; *Carta de Vargas a Souza Costa*. Petrópolis, 14 de fev. de 1942. Conferir também CONN; FAIRCHILD, 1960, p. 315-316.



da borracha vegetal encontrada na Amazônia, e outra quantia igual para financiar um programa de saúde e melhoramento das condições sanitárias da região.

Este acordo específico sobre o aumento da produção da borracha amazônica, que tinha como contratantes a Rubber Reserve Company, pelo governo dos EUA, e o Ministro da Fazenda, por parte do Brasil, estipulava as seguintes cláusulas:

1º) o Brasil concorda em vender e a Rubber Reserve Company em comprar toda a borracha excedente às necessidades do consumo interno;

2º) o preço básico fixado foi de 39 cents por libra-peso FOB Belém, para a qualidade acre-fina-lavada;

3º) a Rubber Reserve Co. concederá um prêmio de 2,1/2 cents, por libra-peso, para toda borracha exportada que exceder a 5.000 toneladas, até o limite de 10.000 toneladas; ultrapassado este limite, a importância do prêmio será elevada 5 cents por libra-peso;

4º) o produto desses prêmios será aplicado, conjuntamente com o crédito de cinco milhões de dólares concedido ao Brasil, no imediato desenvolvimento da produção, considerando-se não somente a melhora da sua qualidade como das condições gerais da região e do trabalhador, por meio de um plano sistematizado;

5º) o Brasil tudo fará para aumentar a produção e, tendo em vista as necessidades da América do Norte, lhe venderá também a produção de borracha manufaturada excedente ao consumo interno; nesse sentido já se assentaram bases para a venda de pneus e câmaras de ar;

6º) o Brasil designará uma única agência de compra e venda para adquirir no interior e colocar no exterior e nas fábricas nacionais toda a produção de goma elástica;

7º) o prazo do Acordo assinado em Washington será de cinco anos; findos, entretanto, os dois primeiros, se procederá a um

reajustamento periódico de preços, tendo-se em conta as circunstâncias que venham a afetar o custo de produção.<sup>177</sup>

De uma maneira geral, a imprensa do Rio de Janeiro teve palavras de exaltação aos acordos de Washington. O jornal *Manhã* (07.03.1942) predizia que sua execução viria a colocar o Brasil *numa posição de incontestável poder no mundo de após guerra*. O *Diário Carioca* (06.03.1942) comentava que o governo, no esforço de assegurar resultados práticos da sua colaboração com os Aliados, estava demonstrando *bom senso e prudência*.

Sobre as repercussões desses acordos da parte dos americanos, são por demais lisonjeiras as palavras do Embaixador dos EUA, Caffery, ao *South American Journal*:

O Brasil, por uma eficiente prática e entusiástica cooperação com os esforços de guerra nas esferas militares, navais e aéreas, contribuiu, está contribuindo e contribuirá para o sucesso final da guerra. Economicamente, um dos maiores efeitos da guerra sobre o Brasil foi a renovação de sua indústria da borracha. Como é sabido, a borracha que foi monopólio do Brasil e fonte de grandes riquezas para sua economia, depois que as sementes foram roubadas e aclimatadas no Extremo Oriente, a economia Amazônica entrou em franca decadência e ruína. Mas a guerra no Pacífico forçou as nações a se voltarem para a casa natural da borracha nativa para os suprimentos de uma matéria essencial da qual nos achamos em grande carência. Esquecendo os erros do passado, as autoridades brasileiras estão cooperando com todos os esforços para a extração da borracha e ao mesmo tempo na proteção dos extratores de qualquer indevida exploração. A indústria foi nacionalizada, e a política do Rio de Janeiro e Washington deverá assegurar um retorno permanente da prosperidade para as áreas produtoras da borracha.<sup>178</sup>

Em contrapartida, o governo brasileiro se tornou bem mais receptivo diante das exigências americanas. A partir daquele momento, diria o embaixador americano no Rio de Janeiro, as coisas começaram a mudar definitivamente para melhor. Ele (Vargas) tinha toma-

<sup>177</sup> *Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Financieiras, Ano VII, nº 74, 1942, p. 106. Cf. também DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of United States*. V. 5. Washington: Government Printing Office, 1942, p. 692-694.

<sup>178</sup> Brazil on the march. *The South American Journal*, 28.12.1942, v. CXXXII, nº 26.

do suas decisões; ele estava do nosso lado<sup>179</sup>. De fato, Vargas prontamente aceitou a várias das exigências americanas, como o aumento do número de tropas de manutenção nas bases aéreas do Norte e Nordeste; liberou a construção de instalações militares e navais e a permissão para que as aeronaves americanas usassem o espaço aéreo brasileiro. A boa fé e a confiança dos oficiais brasileiros chegaram a ponto de entregar o próprio comando das tropas dos dois países, sediadas no Nordeste, a mãos de oficiais americanos, que ficaram pasmos e estarecidos diante de tal fato, pois, segundo eles, isso seria impossível de acontecer nos EUA.

No tocante, porém, a alguns acordos, e em particular ao da borracha, não ficaram os mesmos imunes de certas críticas e reparos. A primeira crítica séria viria mesmo de dentro do governo americano, e mais precisamente do presidente do Board of Economic Warfare, Henry A. Wallace, que lamentava o fato de o B.E.W. não ter recebido cópias dos acordos com o Brasil, a não ser após sua assinatura; manifestava ainda sua preocupação e mesmo estranheza por não caber à Rubber Reserve Company a supervisão da aplicação dos créditos de US\$ 5.000.000, e ainda, por não ter o Brasil estipulado uma cota interna de consumo de borracha. Para Wallace, esta última lacuna era a mais grave de todas. Tanto assim que aconselhava ao subsecretário de Estado, Summer Welles, reabrir as negociações com os negociadores brasileiros, com o fito de estipular uma cota limite para o consumo interno do Brasil. Informado por Welles de que a delegação brasileira se negava a reabrir a questão, por julgar que tal medida feriria sua própria soberania, e que, em relação a uma cota limite, só se poderia contar com a boa vontade dos brasileiros, tal fato foi motivo de novo e grave estremecimento entre a Reconstruction Finance Corporation e o Board of Economic Warfare<sup>180</sup>.

Da parte brasileira, mais precisamente de órgãos especializados, esse acordo sobre a borracha não deixou de receber críticas e reparos. As mais contundentes aparecem no Boletim da Associação Comercial do Amazonas, quando nota que a missão, embora tivesse reunido em seu seio financistas de projeção e renome, era composta de elementos alheios aos problemas da borracha e da Amazônia. Na

179 Arquivo Nacional. *Relatório de Caffery ao Departamento de Estado*, 6 de fevereiro de 1943. 83200/4349.

180 Reconstruction Finance Co. (RG. 234); Rubber Development Co. Entry 271; General Country File (Brazil); Report on the Brazilian Rubber Program, part I; jan. 1941 to apr. 1942, p. 35-36.

verdade, a missão incluía um técnico em algodão, um outro em ferro, um terceiro em finanças, mas, ninguém que entendesse a fundo da economia da borracha e que fosse capaz de defender os interesses da Amazônia<sup>181</sup>.

Aliás, a grande crítica que sempre se fez ao aludido acordo sobre a borracha foi, precisamente, no que diz respeito aos preços estipulados. Mas, sobre isso nos delongaremos mais quando tratarmos especificamente da questão dos preços.

## **2. DIVERGÊNCIAS ENTRE AMERICANOS E BRASILEIROS NO TOCANTE À FILOSOFIA DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA**

À medida em que se iam delineando os Acordos de Washington, podemos ver que bem diferentes, para não dizer discrepantes, eram as intenções de brasileiros e americanos em relação ao programa a ser desenvolvido na Amazônia.

Os brasileiros, instruídos pela experiência de épocas e vicissitudes passadas que o grande Vale vivenciara no tempo da crise e da depressão de mais de três décadas, advogavam para a Bacia Amazônica um programa de desenvolvimento de longo alcance e com medidas que trouxessem em seu bojo a marca da perenidade; enquanto isso, premidos e fustigados pela emergência da guerra e com a falta quase absoluta de borracha, que ameaçava não apenas de colapso interno seu parque industrial, mas o seu próprio esforço de guerra, os americanos não atentavam para essa preocupação dos brasileiros, mas apenas, e acima de tudo, tinham os seus objetivos fixos no aumento da produção desse material estratégico, único meio de se safar das ameaças acima aludidas.

Pelo lado brasileiro eram grandes os cuidados para que esse novo surto da borracha amazônica não redundasse apenas num fugaz e passageiro momento de progresso, sem deixar rastros e efeitos duradouros.

Analisando-se alguns dos pronunciamentos de autoridades brasileiras, salta logo à vista este tipo de inquietação e cautela. Em seu famoso discurso do Rio Amazonas, pronunciado em 10 de outubro de 1940, o Presidente Vargas é bastante explícito em acentuar esse

---

<sup>181</sup> *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano III, nº 33, abr. 1944.

caráter de constância e perenidade para qualquer programa que se intentasse estabelecer para a Amazônia.

Evocando a história de passadas glórias e conquistas, afirmava então:

(...) Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta, foram as nossas tarefas. E nesta luta que já se estende por séculos, vamos obtendo vitórias sobre vitórias (...). Outras muitas nos reserva a **constância do esforço e a persistente coragem de realizar**. (grifo nosso).

Referindo-se ao futuro, que para ele, sem dúvida, seria promissor, assegura que

todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte com o desejo de auxiliar (...) seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros, também os estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nesta obra, aplicando-lhe a sua experiência e seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias.

E arremata a oração com grandiloquente retórica que a ocasião estava a ensejar:

Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas sob o impulso da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização.<sup>182</sup>

Esta convicção de não estar vivendo a Amazônia mais uma fase passageira da sua história, mas o início de um período duradouro de desenvolvimento, acha-se explícito em cada pronunciamento dos líderes regionais.

O então Interventor do Amazonas, Álvaro Maia, em saudação ao embaixador americano em visita a Manaus, assim se expressava:

<sup>182</sup> VARGAS, Getúlio. Discurso do Rio Amazonas. In: *Amazônia Brasileira, Excerptos da Revista Brasileira de Geografia*. T. 139. Rio de Janeiro: IBGE-Conselho Nacional de Geografia, 1944, p. 1-3.

Sinto-me honrado em render a V. Excia. as expressões de nossa admiração, associando-me pelos homens da Bacia Amazônica, às homenagens justamente prestadas aqui, pelas classes conservadoras do país, ao embaixador que, pela compreensão dos problemas continentais e por uma intensa irradiação pessoal, não está vendo apenas a transitoriedade do presente mas a segurança e o alicerce da amanhã. Não se trata apenas da contribuição para a vitória a que todos nos sentimos obrigados por imposição de sangue, compromissos coletivos e crença moral, e sim dos princípios assecuratórios de uma nova era fartamente documentada nas conferências pan-americanas, desde o instante imortal, ainda nas penumbras das guerras coloniais, em que imaginou o gênio de Bolívar[...] <sup>183</sup>

A preocupação para que não se repetissem os erros e imprevisões que se tinham cometido no chamado *ciclo da borracha*, era a verdadeira *pedra de toque* de todas as manifestações do início da assim chamada *batalha da borracha*.

Araújo Lima, que não regateia loas a este programa da *batalha da borracha*, caracterizado por um ‘verdadeiro esforço industrial-militar, manifestava seu firme desidério, ao dizer:

em prosseguimento a esta ação subsidiária aos problemas de tática militar, virá, indubitavelmente, no desdobramento do gigantesco plano de soerguimento da Amazônia, a obra econômica definitiva, sobre cujos alicerces se firmará uma grandeza estável e duradoura que se dará com o aproveitamento agrícola da região que exige capital e tempo[...] <sup>184</sup>

As mais enfáticas de todas são, porém, as advertências de Valentim Bouças, com a evocação dos erros e equívocos do passado para que sejam evitados no futuro:

(...) é de todo sabido como e porque fomos derrotados na competição internacional, quais as causas internas e externas que levaram à ruína a produção brasileira da borracha, ruína que trouxe consigo a decadência de quase dois terços do território nacional.

183 MAIA, Álvaro. *Na vanguarda da retaguarda*: campanha da produção da borracha. Manaus: Serviço de Divulgação do DEIP, 1948, p. 130.

184 LIMA, José F. Araújo. Exploração Amazônica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: Ed. IBGE, jun./set. 1948, p. 412.

Aferrados a um imediatismo imprudente e antipatriótico, embalados pelos sonhos de lucros fabulosos, pela crença displicente num Eldorado perpétuo, cegaram-se todos os olhos à realidade, com o seu cortejo de decepções até um despertar impotente diante dos fatos consumados, que o egoísmo não soubera prever. Hoje, em face desse exemplo histórico, não será permitido a nenhum brasileiro incidir nos mesmos erros, encorajar as mesmas tendências e alimentar as mesmas ilusões. São males que em benefício da nacionalidade, devem ser extirpados, até suas raízes últimas[...]<sup>185</sup>

Estas eram as preocupações e cautelas do lado brasileiro, isto é, que o novo surto da borracha, que então se manifestava na Amazônia por força da guerra, não repetisse os mesmos erros e imprevidências do passado, como o imediatismo e a fome de lucros, mas que se *pensasse* a Amazônia em termos de um programa de longo alcance, que subsistisse aos tempos de emergência e se prolongasse para além do após guerra.

Já pelo lado dos americanos, tudo era feito na base do afogadilho, do prazo curto e com a marca da urgência e do imediatismo. O interesse deles era o de obter o máximo da produção da borracha no mínimo de espaço de tempo possível, não se levando em conta o montante dos recursos a serem despendidos.

Tais intenções de imediatismo e oportunismo se manifestaram desde o início das negociações dos Acordos de Washington (março de 1942), quando Nelson Rockefeller quis, a todo custo, impor à Missão brasileira seu programa de desenvolvimento da Bacia Amazônica. Não fosse a veemente oposição de Bouças, este plano sinistro, com objetivos semelhantes aos de uma companhia de cartel, certamente nos seria impingido<sup>186</sup>.

Confrontados pela ação enérgica de Bouças, os americanos se dispuseram a algumas concessões táticas aos brasileiros.

De fato, no início de suas atividades na Amazônia, a Rubber Reserve Company parecia incentivar certas preocupações com um plano de longo alcance para o desenvolvimento da área. Basta citar, para a comprovação disso, o mirabolante projeto de 58 aeroportos a

185 BOUÇAS, F. Valentim. *Estudos econômicos e financeiros*: meio século de trabalho. V. II. Rio de Janeiro: Edit. Financeiras, 1953, p. 35-36.

186 FGV-CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas. *Carta de Bouças a Vargas* (42.01.30), p. 10.

serem construídos na Amazônia e a intenção de abastecer de gêneros todas as zonas de produção do Vale Amazônico.

À medida, porém, que o plano tomava formas e o esforço da extração da goma se concretizava, as intenções imediatistas e oportunistas dos ianques começaram a prevalecer.

De fato, logo que a Rubber Reserve Company foi substituída pela Rubber Development Corporation (fevereiro de 1943), a filosofia que foi traçada pela Rubber Director e pelo Conselho dos diretores da RDC, não deixava nenhuma dúvida a esse respeito, se não, vejamos algumas das medidas:

a) As nações Unidas necessitam, agora mais que nunca, da borracha natural para usar em suas manufaturas ou em seus artigos de combate ou para misturar com a borracha sintética;

b) A Rubber Development Corporation deveria se concentrar no fundamental, isto é, somente naquilo que diretamente corresponderia para a aquisição de um montante cada vez maior de borracha natural e eliminar o não essencial que anteriormente ocupou uma vasta porção do nosso tempo e energias.<sup>187</sup>

A concretização dessas medidas se daria logo em seguida quando, em 8 de fevereiro de 1944, os Estados Unidos concederam à borracha um prêmio suplementar de US\$ 0,33, 1/3 ao preço básico de US\$ 0,45 e exigindo, em contrapartida, a sua retirada incondicional do financiamento de todos os projetos de que participavam na Amazônia, transferindo tais encargos ao governo brasileiro.

Os técnicos do campo da Rubber Development Corporation, chegaram ao ponto de justificar, num relatório, o próprio sistema iníquo de domínio e semiescravidão em que viviam os índios no Equador, contanto que isso fosse de estímulo e fomento para a produção da goma.

Se todos os índios se tornassem livres nessa região, ainda se faria menor trabalho e a produção cairia consideravelmente. Eles voltariam à floresta (...) e trabalhariam somente para satisfazer as suas necessidades mais imediatas. Sejam quais forem os males que tenha o sistema de peonagem, ele apresenta suas vantagens:

187 DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of United States*. V. 5. Washington: Government Printing Office, 1943, p. 677.



- 1) Há nele alguma organização que está mantendo unidos certos grupos de índios;
- 2) A autoridade exercida pelo patrão é o único meio de induzir os índios a produzirem mais do que produziriam se deixados à sua própria iniciativa.<sup>188</sup>

Quando foi criado, depois, o Banco de Crédito da Borracha, um dos objetivos do Presidente Vargas era o de formar um fundo de reserva para o desenvolvimento do Vale Amazônico. Infelizmente, como se pode constatar da afirmação de Douglas H. Allen, presidente da R.D.C., os americanos e Vargas tinham uma visão bem diferente de desenvolvimento.

Em conexão com a utilização do fundo para o desenvolvimento, queremos enfatizar que nosso principal interesse se prende às medidas designadas para provocar um estímulo imediato da produção antes que visar os projetos de cultivo de longo prazo (...), mas talvez não seja oportuno nem sábio se opor ao uso de uma parte deste fiando para tais projetos mais duradouros, particularmente tendo em vista o interesse do presidente Vargas em tais planos.<sup>189</sup>

Portanto, está mais que claro nesses depoimentos que os americanos não se interessavam nem pelo desenvolvimento da Amazônia e nem pelo bem-estar da população, embora alardeassem isso. O que de fato lhes interessava era o aumento da produção da borracha num lapso de tempo sempre menor.

Benchimol, uma testemunha ocular da *batalha da borracha*, após presenciar esses primeiros desacertos e discrepâncias dos planejadores desse novo surto da borracha, sentenciava:

A segunda batalha da borracha iniciava-se assim, sob o signo da discórdia e do desentendimento. Iríamos assistir no seu desenrolar, a repetição dos mesmos erros e do mesmo drama, sob o comando agora de novas siglas e órgãos que passaram a dirigir as operações de guerra da selva, sob a liderança de uma nova tec-

188 HIGBEE, E. C. O homem e a Amazônia. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE–Conselho Nacional de Geografia, v. 9, n° 11, 1951, p. 469.

189 DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of United States*. V. 5. Washington: Government Printing Office, 1944, p. 613.

nocracia que começou a surgir para depois empolgar o processo decisório do nosso ulterior desenvolvimento.<sup>190</sup>

Provavelmente, essa discordância de pontos de vista não era nem proposital nem mal-intencionada.

Para os americanos, os Estados Unidos estavam mergulhados numa guerra, e todos os esforços e empreendimentos deviam ser subordinados ou mesmo justificados pelo esforço bélico. Deviam inferir, porém, que aos brasileiros cabia zelar pelos próprios interesses nacionais. Infelizmente, os brasileiros, que, de início se mostravam tão ciosos da própria soberania, foram aos poucos arrefecendo tais brios, oprimidos talvez, seja pelo peso e extensão do conflito, seja pelo crescimento constante da grandeza e potência dos EUA.

### **3. AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DO VALE AMAZÔNICO E A CRIAÇÃO DOS MECANISMOS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DA “BATALHA DA BORRACHA”**

Na época (década de 1940), a Amazônia continuava sendo, não somente para os americanos, mas até mesmo para os brasileiros, aquele mundo mítico e desconhecido.

De fato, desde que o homem branco descobriu a Amazônia, há mais de 400 anos, suas opiniões não têm sido unânimes, tanto em louvor como em condenação àquele vasto mundo de florestas e rios tortuosos. Para muitos dos grandes naturalistas do século XIX, era ela o país das maravilhas da natureza – um lugar onde eles podiam olhar com deleite uma interminável variedade de flora e fauna. Para os barões da borracha dos dias do *boom*, na aurora do século XX, era uma fonte de ouro, jorrando luxo régio e prazeres parisienses.

Para os seringueiros e peões, contratados naquela época, apresentava-se como um verdadeiro inferno terreno, brutal e aterrador como a condenação à morte. Mas, para os tecnocratas do Rio de Janeiro e Washington, a Amazônia representava, naquele momento, o país da *hévea* nativa, matéria-prima estratégica de importância vital, sem cujo emprego em larga escala a guerra moderna não poderia ser viabilizada e muito menos vencida.

190 BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Col. Amazônia, V. I. Manaus: Umberto Calderaro, 1977, 1977.

Por isso, antes que se deflagra-se efetivamente a planejada *batalha da borracha*, fazia-se mister um levantamento completo das riquezas e potencialidades do grande Vale, principalmente a localização das zonas de maior concentração de *hévea*.

Milhares de dólares foram empregados nesta empreitada e um grande número de hábeis cientistas, de comerciantes experimentados, de técnicos de campo da RDC, entre 1941/1945, viajaram pelas margens e exploraram as florestas próximas às nascentes de quase todos os tributários do Rio Amazonas, desde a Venezuela e Colômbia até o Peru, Bolívia e Brasil. Seus registros, catalogados com muita ordem nos arquivos nacionais dos EUA, incluem observações perspicazes sobre terreno, vegetação, vida dos índios, instituições comerciais, desenvolvimento agrícola, condições sanitárias, costumes políticos, fertilidade do solo, transporte fluvial e outros aspectos importantes das regiões visitadas. O que eles têm a nos contar diz mais a respeito das desvantagens que oprimem a Amazônia e outras áreas não desenvolvidas da América Tropical do que qualquer outro livro já publicado. Alguns exemplos dessas anotações nos dão a ideia exata de como os problemas eram individualizados e da justeza das soluções e medidas propostas para sua solução.

Assim, quando o técnico de campo se refere ao momentoso problema do abastecimento do Vale Amazônico, em 1943, se expressa:

o abastecimento de trabalhadores e alimentos para a Bacia Amazônica no Brasil faliu completamente este ano, e muitas regiões não receberam os víveres nesta safra; e a menos que se consiga melhor organização e melhor transporte, os abastecimentos nem chegarão aos seringueiros, em tempo, na próxima estação. Isto parece ser devido às dificuldades de remessa, às vastas distâncias em questão, falta de pessoal experimentado, má organização e à burocracia dos países envolvidos. O Brasil diz que a Colômbia não está disposta a ajustes cooperativos com ele tanto como a Bolívia e, assim, é somente através de acordos com os EUA que a exportação da Colômbia é possível. O Brasil requer papéis especiais para a exportação de muitos itens e a maioria deles deve ser procurada no Rio de Janeiro. (Brasil, 21 de setembro de 1931).<sup>191</sup>

191 HIGBEE, 1951, p. 460.

Quanto às dificuldades do intercâmbio do Brasil com outras fronteiras, inclusive a boliviana, um outro assim as descreve:

o abastecimento de borracha, de mercadorias e alimentos é muito necessário na área de Cobija (Bolívia). Os negociantes de Cobija não podem importar nada do Brasil devido às leis brasileiras; assim, seja o que for que conseguem obter, são geralmente contrabandeadas. (Bolívia, 19 de março de 1942).<sup>192</sup>

Para um terceiro, as causas do subdesenvolvimento da Amazônia não são apenas naturais, mas devem ser buscadas igualmente nas deficiências políticas e estruturais dos países que formam a Bacia Amazônica, mormente no excessivo centralismo dessas repúblicas:

na verdade o terreno áspero dos Andes e das serranias brasileiras tem entrincheirado os territórios da Amazônia contra uma fácil comunicação terrestre com os principais centros de população e atividade econômica dos países governantes. Esses territórios poderiam todos ter sido melhor integradas com suas respectivas economias nacionais se fossem ilhas marítimas e assim mais facilmente acessíveis. O isolamento sem independência tem levado à negligência política e à estagnação cultural. Quem no Rio, Lima ou Bogotá, trocaria seu conforto pelos azares e desconfortos das selvas? Que oficial do governo na capital, não considera sua nomeação para Belém, Iquitos ou Letícia, uma prova de paciência? Não acontece assim com aqueles que ali nasceram, no rio e na floresta. Para eles é o lar, seja uma vila ou uma clareira às margens de um tributário remoto.

Um peruano do Putamayo tem mais em comum com o colombiano, através do rio, do que qualquer dos dois têm com toda sua sociedade nacional além dos Andes. Mas as diretrizes nacionais com respeito ao desenvolvimento da Amazônia não são determinadas pelos residentes das selvas e das cidades à beira-rio, mas pelos cidadãos nas capitais distantes. (Colômbia, dezembro de 1943).<sup>193</sup>

192 HIGBEE, 1951, p. 460.

193 HIGBEE, 1951, p. 472-473.

Até certos tabus, como, por exemplo, o de que o baixo Amazonas não era capaz de produzir borracha, ruíram por terra diante de constatações precisas e *in loco* desses técnicos:

os operadores ao longo dos principais rios do baixo Amazonas são quase todos pequenos fazendeiros. Além de umas poucas árvores de borracha, variando de 50 a 2.000 em número, em geral eles cultivam cacau ou se ocupam de alguma forma de agricultura. A produção da borracha é somente uma parte de uma economia mal equilibrada e ocupam-se com ela somente fora das estações ou quando os preços tornam tal produção atraente. Até um ano atrás, a maioria das árvores não tinham sido sangradas nos últimos 6 a 10 anos e somente agora alguns seringais estão sendo reabertos. Mas nós cremos que através de nossos esforços e do atual preço atraente e garantido, antes do fim da presente estação quase todos os pequenos seringais do baixo Amazonas estarão produzindo. (Brasil, 30 de outubro de 1943).<sup>194</sup>

Como se pode constatar, preciosas e perspicazes são estas observações, sugestões e anotações dos técnicos de campo da RDC. Pode-se afirmar mesmo que nenhum homem, tivesse ele várias vidas e fundos ilimitados, seria capaz de cobrir tanto território como estes fizeram coletivamente, e muitos deles – botânicos, economistas, engenheiros, horticultores, silvicultores, negociantes, pedologistas e geógrafos – estavam entre os mais hábeis especialistas do seu tempo.

De valor inestimável e realmente indispensável foram os seus levantamentos sobre certas regiões, tradicionais produtoras de *hévea*, aquilatando-lhe o real potencial gumífero, detectando as carências e dificuldades locais e fornecendo sugestões deveras relevantes para viabilizar e potencializar a produção.

Em seus relatórios sobre as diversas regiões da Amazônia são descritos, com abundância de detalhes, o mapa de cada região e o roteiro de viagem, a incidência da borracha, do caucho e congêneres na área, as técnicas de coleta empregadas, o número de seringueiros na ativa e os novos que a região seria capaz de comportar, os sérios problemas que afetam esses extratores, como o alto custo de vida, a precária assistência sanitária, a falta de um serviço regular de correio etc.

194 HIGBEE, 1951, p. 472-473.

Tratam ainda do problema crucial do transporte, do abastecimento, da apatia e falta de cooperação mais efetiva dos seringalistas, do relacionamento bastante tenso entre os patrões e seringueiros, das expectativas em relação à produção anual. Pondo um fecho a esses relatórios, fornecem várias tabelas discriminativas de cada seringal, com o nome dos seus donos ou arrendatários, o número de seringueiros já atuando e os que poderiam ser engajados no futuro, além das estimativas da produção de cada seringal e da área como um todo<sup>195</sup>.

Do lado brasileiro, também não se ficou para trás no afã de avaliar as reais possibilidades do Vale Amazônico. Tanto, que, no último trimestre de 1942, apenas deflagrada a *batalha da borracha*, o Sr. interventor do Estado, Álvaro Maia, por intermédio do IBGE e do Departamento de Estatísticas do Estado do Amazonas, lançou por todo o território amazonense um questionário sobre as condições e possibilidades dos seringais do Amazonas.

Através de tais questionários, foi possível saber das sete zonas fisiográficas em que se divide o Estado, quantas estradas ou lotes de seringueiras eram exploradas antigamente, no período do 1º ciclo, e quantas se achavam ainda em exploração, quantos quilos eram exportados antigamente e quantos na atualidade, quantos quilos eram produzidos, em média, por extrator, e o total que se poderia alcançar, qual o número de extratores que trabalhavam antigamente e o número atual, que outras espécies de borracha eram exploradas além da *hévea*, qual o montante de financiamento que era exigido por extrator a ser colocado, qual a superfície, a população, a distância de Manaus e que tipo de comunicação existia com a capital amazonense e, finalmente, que outros tipos de produtos tais regiões exportavam, além da borracha.

Outrossim, são relacionados todos os produtores de borracha dos diferentes rios do estado do Amazonas, os proprietários dos seringais, dos vários rios e municípios amazonenses e sua produção de borracha, durante os últimos cinco anos, a relação das firmas aviadoras que serviam exclusivamente ao comércio ambulante, e das firmas aviadoras de artigos especializados, a relação dos principais produto-

195 Reconstruction Finance Corporation (RG 234). Rubber Development Corporation, Entry 283. *Report on Field Trips in the Amazon Area, 1943-1944*, p. 1-9.

res de borracha que consignavam seus produtos às firmas aviadoras da praça de Manaus<sup>196</sup>.

Enquanto essas providências eram tomadas para se aquilatar as reais condições e possibilidades da Amazônia, em termos da produção da borracha, premidos pela pressurosidade das circunstâncias e pela necessidade imperiosa do produto, que começava a escassear perigosamente nos principais centros da indústria bélica dos aliados, os altos escalões ministeriais dos dois governos (americano e brasileiro) passam da ação diplomática para a prática, com a montagem de um esquema institucional e de serviços de grande envergadura.

Do lado americano, estava à frente de toda a iniciativa a *Rubber Reserve Company*, substituída, em 23 de fevereiro de 1943, pela *Rubber Development Corporation* – mais simplesmente conhecida no Brasil como RDC, agência americana que, de verdade, viria liderar e implementar a batalha da borracha.

Surgida das divergências e conflitos no tocante à filosofia de ação do Board of Economic Warfare, que teimava em aplicar à América Latina a política do *laissez-faire*, sem se preocupar com os problemas sociais e de desenvolvimento dos países periféricos e a Reconstruction Finance Corporation, que advogava uma política mais favorável ao desenvolvimento destes países, ainda que controlada por Washington, foi atribuída à RDC a total responsabilidade pelo desenvolvimento das fontes de suprimento e pela aquisição de toda a borracha natural produzida fora dos Estados Unidos.

Com a nomeação de Douglas H. Allen para presidente desta corporação, o mesmo adotou uma política oportuna de conciliação, nomeando para a junta diretora representantes de todas as agências do governo americano que trabalhavam anteriormente com a borracha.

As vantagens e resultados desta junta mista foram de fato alentadores, acabando com as intrigas e picuinhas que grassavam no seio das várias agências governamentais que se ocupavam do programa da borracha, além do que, podia-se mais facilmente conseguir a cooperação necessária entre estes mesmos órgãos.

Pouco a pouco, a RDC foi aumentando, cada dia mais, seu raio de ação, passando de um órgão meramente interessado na procura

196 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DO AMAZONAS. *Condições e Necessidades dos Seringais da Amazônia*. Manaus, 1942, fls. 1-15.

e aquisição da borracha para uma corporação bem mais complexa e com múltiplas finalidades e funções.

O organograma da RDC (cf. Quadro nº 3) diz bem do leque e das atividades que incumbiam a esta agência americana, que teve realmente uma atuação decisiva na implementação da *batalha da borracha*<sup>197</sup>.

Como podemos ver pelo organograma, a organização da RDC no Brasil se constituía em Divisão para a Amazônia, com escritórios em Manaus e Belém, e a Divisão do Rio de Janeiro, também chamada não-Amazônica, que compreendia todos os outros estados que se achavam empenhados na extração da borracha.

A Divisão Amazônica tinha o seu quartel-general ou escritório central em Manaus<sup>198</sup>. As vicissitudes que ensejaram a instalação e organização deste escritório, que deveria comandar a *batalha da borracha* na Amazônia, foram complexas.

O primeiro grande obstáculo que se apresentou foi de ordem logística. Manaus, à época, apresentava-se como uma cidade velha e decadente, com poucas construções novas e adequadas para abrigar as diversas repartições e ofícios da corporação. Daí a necessidade de espalhar os diversos escritórios em edifícios separados, às vezes, distantes da administração executiva da corporação, o que ensejava a dispersão e a compartimentação de programas e objetivos. Assim, quando qualquer chefe de escritório chegava a Manaus, diante das dificuldades aludidas, era o mesmo levado a procurar seu próprio escritório e a desenvolver seu próprio programa, independente dos demais, e até à revelia da administração executiva de corporação.

Não era de estranhar, portanto, que, quando de suas intervenções nas reuniões, cada um desses encarregados tivesse suas próprias opiniões e maneiras diferentes de ver a política da procura da borracha na Amazônia.

Para se obviar tal problema foi até planejada a construção de um edifício único no aeroporto de Ponta Pelada, que viria unificar todos os escritórios e o *staff* do pessoal americano. Tal projeto, porém, foi aos poucos arquivado<sup>199</sup>.

197 RECONSTRUCTION FINANCE CO. (R.G. 234); Rubber Development Corporation, Entry 271, *Summary of organization and activities*, jun. 1, 1945.

198 RFC (R.G. 234); RDC, Entry 271. General Country File - 1942-1947. (Brazil); *Brazilian Rubber Report* (3). 6-7.

199 Reconstruction Finance Co. (R.G. 234); Rubber Development Co. Entry 271; General Country File (Brazil); Report on the Brazilian Rubber Program, part I; jan. 1941 to apr. 1942, p. 1-2.



Um outro problema, também decorrente da falta de edifícios adequados, diz respeito aos alojamentos para o pessoal da RDC. Diziam os críticos que esses alojamentos onde se achavam instalados os americanos, só de olhá-los, deixavam as pessoas doentes. As senhoras e jovens americanas engajadas no trabalho da RDC, por falta de móveis, deviam manter suas roupas em malas e em caixotes improvisados. Quarenta por cento daquilo que denominavam de camas não possuíam mosquiteiros. E pensar que o número de mortes por malária em Manaus era no mínimo de um por dia! As toaletes, cada uma das quais devia servir para 12 ou 14 pessoas, achavam-se em precário estado de funcionamento, quase todas arruinadas pelo tempo e pelo uso. Assim mesmo, as que funcionavam só podiam dar descarga depois de uma ou duas horas. Além disso, nesses alojamentos não havia água corrente das sete ou oito horas da noite, simplesmente porque ninguém se deu ao trabalho de instalar tambores de óleo vazios nos forros para prover estoques de água para as horas que a mesma não era servida em certas partes da cidade<sup>200</sup>.

Diante dessas e outras condições adversas, não era de admirar que o moral dos americanos em Manaus fosse baixo e que muitos se refugiavam no Bar Americano ou em outros cafés públicos, tentando afogar seus sentidos no álcool.

Para se obviar mais este problema foi planejada até a construção de uma *Vila Americana* em Manaus, mas a exiguidade dos prazos e a falta de espaço para transportes de material abortou também este projeto.

Cabe apontar um sério dilema que de início o pessoal da RDC teve que enfrentar: a falta de tato e de relações públicas para lidar com as populações locais. Tal falta de tato provocou vários desentendimentos com o pessoal local, o que contribuiu em muito para alienar a boa vontade e o entusiasmo da população para com o inteiro programa da borracha<sup>201</sup>.

O outro centro importante afeto à Divisão Amazônica era Belém do Pará. Inicialmente, Belém foi escolhida inclusive como o escritório central da RDC na Amazônia, mas, como Manaus se

200 Reconstruction Finance Co. (RG. 234); Rubber Development Co. Entry 271; General Country File (Brazil); Report on the Brazilian Rubber Program, part I; jan. 1941 to apr. 1942, p. 2-3.

201 Idem, p. 3.

achava mais no centro de toda a *batalha da borracha*, posteriormente lhe foi dada a preferência.

O escritório da RDC, em Belém, embora melhor organizado que o de Manaus, apresentava vários defeitos, como o excesso de pessoal. Além disso, a cidade se ressentia, a par da falta de alojamentos, da carência de condução adequada, o que levou a corporação a dispendiosos gastos no aluguel de carros para o transporte de pessoal.

Um outro problema bastante sentido foi a falta de cooperação do pessoal local para o inteiro programa em desenvolvimento. Tal fato era considerado bastante grave, uma vez que o Pará era uma das áreas de maior potencial de borracha na Amazônia<sup>202</sup>.

A Divisão não-Amazônica da RDC era chefiada pelo escritório da corporação no Rio de Janeiro. As funções deste escritório eram múltiplas e diversificadas, mas foram rapidamente unificadas num grupo principal<sup>203</sup>.

A principal função dessa repartição da RDC era a de negociar contratos e acordos para as divisões Amazônica e não-Amazônica. Uma outra função envolvia a coordenação com a embaixada e demais entidades americana, que por esta época atuavam no Brasil.

Como foi estabelecido nos acordos, a RDC deveria operar no Brasil através de agências e outras entidades do governo brasileiro. Para todos os efeitos, a RDC era apenas a conselheira, a financiadora e a exportadora da borracha produzida no Brasil.

Todas essas atividades tomavam um tempo precioso dos chefes do escritório, Mister Russell e Mister Silvester, já que o primeiro atuava também como representante da RDC junto ao governo brasileiro.

O escritório, para melhor desenvolver suas funções, estava subdividido em várias seções: a seção de produção, supervisionava a extração da borracha no Mato Grosso, Bahia etc., e a produção da maniçoba e mangabeira, no Nordeste brasileiro.

A seção de empréstimos, que trabalhava unida com a da produção, teve uma atuação destacada em prover financiamentos, tanto

---

202 Reconstruction Finance Co. (RG. 234); Rubber Development Co. Entry 271; General Country File (Brazil); Report on the Brazilian Rubber Program, part I; jan. 1941 to apr. 1942, p. 4.

203 Idem, p. 36.

para as zonas de produção quanto para algumas indústrias de manufaturados de borracha, mais carentes de recursos<sup>204</sup>.

A seção de comércio esmerou-se em adquirir borracha de todas as firmas do ramo que apresentassem alguma idoneidade e reputação, também para agir como agentes da RDC. Ela também tinha o encargo de providenciar os equipamentos e utensílios para os seringueiros e trabalhava em conjunto com o escritório de São Paulo, para a aquisição de gêneros e suprimentos encomendados pela divisão Amazônica.

Em novembro de 1942, esta seção esteve envolvida na aquisição de 1581 mulas para o Território do Acre. Cada mula foi adquirida a um preço de US\$ 69.00, o que era um custo razoável. Esses animais, que foram adquiridos em São Paulo, deviam seguir por terra até o longínquo Acre.

A última notícia que se teve sobre as mulas é que, depois de quatro meses, não haviam ainda chegado a Cuiabá. O relatório mensal, de abril de 1943, asseverava que quando os animais chegassem em Cuiabá, outras providências deveriam ser pensadas para que estes muare pudessem atingir mais rapidamente o seu destino. Em todo caso, tais aventuras deveriam ser evitadas no futuro<sup>205</sup>.

Inicialmente a seção de contabilidade era também encarregada das contas da Divisão Amazônica. Com a criação, porém, de uma seção de contabilidade, no escritório de Manaus, aquela do Rio passou a cuidar apenas de seus próprios fundos.

A seção dos manufaturados de borracha desenvolvia papel importante ao estabelecer o controle das quotas do produto para as várias indústrias do ramo. Era talvez a seção melhor organizada e a mais atuante. Mr. Korkegi, seu chefe, tinha uma excelente visão de conjunto deste campo e trabalhava em harmonia, mas com muita energia, com as agências brasileiras encarregadas desse controle<sup>206</sup>.

A seção de comunicação e publicidade possuía um rádio-transmissor que ligava diretamente o escritório do Rio com Belém e Manaus. Tal comunicação era de grande importância para uma es-

204 Reconstruction Finance Co. (RG. 234); Rubber Development Co. Entry 271; General Country File (Brazil); Report on the Brazilian Rubber Program, part I; jan. 1941 to apr. 1942, p. 36.

205 Idem, p. 37.

206 Ibidem, p. 37.

treita coordenação entre a Divisão Amazônica, o Banco da Borracha e o escritório do Rio de Janeiro.

Até então, todo o material de publicidade estava a cargo do OCIAA, sob a direta coordenação da embaixada americana, no Rio. Assim, toda publicidade sobre o programa da borracha deveria trazer a autorização da embaixada americana e só podia ser veiculada através das agências brasileiras.

Era urgente que se elaborasse um programa de publicidade que pudesse popularizar e tornar conhecido o programa sobre a borracha entre as várias camadas da população. Uma campanha visando à coleta da borracha usada, estava em curso, com bastante sucesso, e isso já poderia ser um bom começo. Mas o porquê da publicidade continuar nas mãos do O.C.I.A.A. permanecia um mistério para o pessoal da RDC<sup>207</sup>.

No geral, porém, podia-se afiançar que o escritório do Rio de Janeiro estava bem organizado e funcionava a contento.

Já o escritório de São Paulo, à diferença daquele do Rio, era constituído de apenas uma seção, que também se apresentava bem organizada e eficientemente dirigida. Mr. Newman, seu chefe, encontrava-se no negócio do café havia muitos anos e parecia ter um correto quadro dos deveres do seu escritório. Este era primeiramente uma repartição de compras para as demais unidades da RDC espalhadas pelo Brasil. Antes de ser feita qualquer compra, o mercado do Rio de Janeiro era checado, já que alguns preços eram mais vantajosos. O pessoal local era usado como compradores, já que conheciam bem os locais de compra e estavam em constante contato com a situação dos suprimentos.

Se as várias unidades do programa da borracha fornecessem estimativas adequadas e requisitassem os suprimentos em quantias necessárias, era de se esperar que as compras fossem feitas eficientemente e na justa medida, evitando-se o que acontecera um ano antes, quando 25 mil toneladas de gêneros foram perdidas por terem sido compradas equivocadamente, com prejuízos de milhares de dólares para a corporação<sup>208</sup>.

---

207 Reconstruction Finance Co. (RG. 234); Rubber Development Co. Entry 271; General Country File (Brazil); Report on the Brazilian Rubber Program, part I; jan. 1941 to apr. 1942, p. 38.

208 Idem, p. 38.

No início da atuação desta corporação no Brasil e principalmente na Amazônia, devido à pressa e inexperiência, várias outras falhas foram cometidas, mormente no tocante ao pessoal, que se apresentava abundante demais e mal preparado para lidar com o governo estrangeiro. Aos poucos, porém, os ajustes foram sendo feitos e, já em agosto de 1944, o pessoal americano havia sofrido uma sensível redução, passando de 725 membros para 440, substituídos com larga vantagem por brasileiros, tão eficientes ou mais do que os ianques, conforme reconhecimento dos próprios diplomatas daquele país<sup>209</sup>.

Indiscutível foi a influência social e econômica deste organismo na vida regional do Grande Vale, principalmente nos anos de 1943-1946. Belém e Manaus passaram a sentir os efeitos desta nova euforia econômica que ia tomando conta da Bacia Amazônica, à medida em que se implementava o esforço para a extração da borracha. O próprio mercado de trabalho cresceu, tanto no número de empregos quanto na remuneração. O aluguel das casas também aumentou consideravelmente, uma vez que era bom negócio alugar prédios para a instalação dos novos órgãos governamentais ou mesmo para os funcionários americanos. Mesmo ministrar aulas de português aos técnicos americanos e às suas famílias tornara-se uma ocupação interessante e rendosa. As próprias senhoras e moças, mesmo as das melhores famílias, com o exemplo das mulheres americanas, passaram a se engajar cada vez mais no esforço de guerra para a obtenção da borracha.

A onipresença e atuação da RDC eram sentidas em todas as atividades que envolviam a execução da *batalha da borracha*, como no financiamento, participando de 40% do capital do Banco de Crédito da Borracha; no abastecimento, provendo gêneros e equipamentos para todo o Vale, principalmente durante os anos de 1943-1944; no setor dos transportes, reaparelhando completamente o SNAPP e atuando, com seu departamento marítimo, na construção de estaleiros e na montagem de lanchas e barcos. Com o departamento aeronáutico, anteriormente a cargo da Supplies Defense Corporation, entrou na construção de aeroportos, estações de rádio e portos de atracação para anfíbios. Finalmente, envolveu-se também na construção de rodovias em Mato Grosso e na reforma da Madeira-Mamoré.

209 DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of United States*. V. 5. Washington: Government Printing Office, 1944, p. 677.

Os próprios acordos que a Corporação estipulou com as agências brasileiras eram lavrados em inglês, e posteriormente traduzidos para o português. Seu raio de influência era tão abrangente, que, por fim, até as estatísticas do Banco de Crédito da Borracha eram revisadas pelo pessoal americano. Em suma, tudo o que era feito e realizado era de sua iniciativa, e nada podia ser feito sem sua autorização.

Da parte do governo brasileiro, também não se perdeu tempo no sentido de implementar os Acordos de Washington. Para esta finalidade, foi criada, pelo Decreto-Lei nº 4.523, de 25 de junho de 1942, a Comissão de Controle dos Acordos de Washington, mais conhecida pela sigla C.C.A.W., subordinada ao Ministério da Fazenda, tendo precisamente como encargo principal coordenar, superintender e auxiliar as atividades das muitas entidades brasileiras e americanas que começavam a atuar ou seriam ainda criadas para operacionalizar a *batalha da borracha*.

A esta comissão incumbiu elaborar e submeter à deliberação do Presidente da República os planos de organização, instalação e funcionamento dos novos órgãos que se tornassem necessários para o cumprimento integral dos Acordos (art. 3º); tinha ainda a responsabilidade de administrar e aplicar os créditos concedidos ao Brasil por força dos Acordos de Washington, bem como os prêmios atribuídos à exportação de produtos brasileiros, pelo governo dos EUA, em virtude dos referidos Acordos (art. 5º)<sup>210</sup>.

Esta comissão, que iniciou imediatamente os seus trabalhos, tinha como seu presidente o Sr. Ministro da Fazenda, Arthur de Souza Costa, e, como membros da diretoria, altos funcionários do mesmo órgão, como os Srs. Garibaldi Dantas, Israel Pinheiro, Francisco de Leonardo Truda e Alberto Andrade de Queiroz. Seu Diretor Executivo era o Sr. Valentim Bouças, que havia sugerido, nas negociações com os americanos, a criação de tal organismo<sup>211</sup>.

Como se pode depreender do referido decreto-lei, tratava-se, na realidade, de um órgão de alto nível com plenos poderes do governo brasileiro para superintender e implementar os Acordos de Washington. De fato, foi através desta entidade que, durante a vigência dos Acordos de Washington (1942-1947), o governo brasileiro

210 *Diário Oficial da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Ano LXXXI, nº 174, 28.07.1942, p. 11.793.

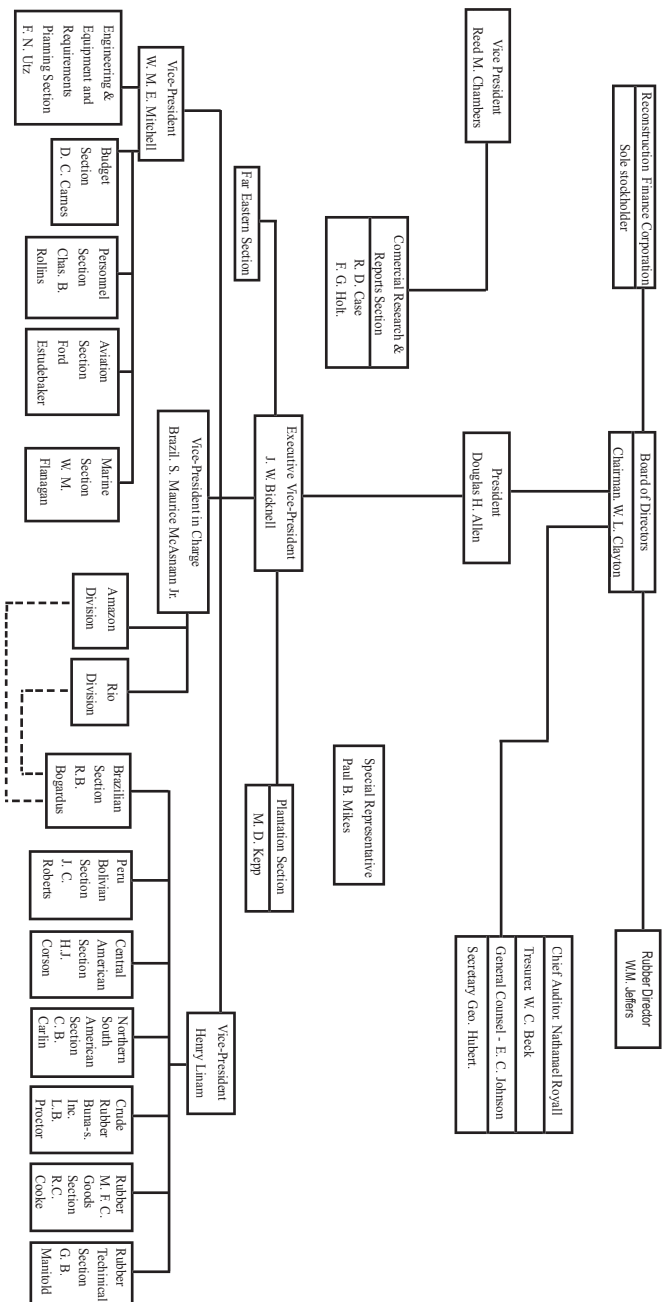
211 BOUÇAS, F. Valentim. *Estudos econômicos e financeiros: meio século de trabalho*. V. II. Rio de Janeiro: Edit. Financeiras, 1953, p. 42.

conduziu sua política de produção de borracha. Por insistência do Brasil, esta política ficou de inteira responsabilidade de seu governo, contando com a colaboração da Rubber Development Corporation, tão somente para implementá-lo, financeira e assistencialmente.

Na prática, porém, como foi visto, o que se deu foi precisamente o contrário: a RDC atuando e se imiscuindo em todas as atividades como senhora absoluta da situação, cabendo às agências brasileiras uma atuação secundária em todo esse cometimento. E, por cima, com um agravante para as entidades brasileiras: estas deviam arcar com toda a responsabilidade de possíveis fracassos das iniciativas e empreitadas em que se envolviam, enquanto a RDC, que era a verdadeira mentora de tudo, saía da liça sem ônus e responsabilidade alguma.

Mas, passemos à abordagem de como se deu a operacionalização da *batalha da borracha*, focalizando antes de tudo os resultados de toda essa empreitada, isto é, a evolução da produção e dos preços. Deixaremos para um segundo momento a análise dos mecanismos e medidas que foram ulteriormente implementados para se chegar a tal fim, como o financiamento, abastecimento, mão de obra e transporte.

Quadro 3. ORGANOGRAMA DA RUBBER DEVELOPMENT CORPORATION



Fonte: Reconstruction Finance Corporation RG. 234



### CAPÍTULO III

## A OPERACIONALIZAÇÃO DA “BATALHA DA BORRACHA”

### 1. A EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO



história da economia da borracha na Amazônia, do acordo com Costa e Capela, pode ser dividida em quatro fases: 1) monopólio natural (até 1912); 2) retrocesso e estagnação (até o estabelecimento dos Acordos de Washington, 1942); 3) transição (1942 a 1948-1951); 4) borracha como insumo de importação<sup>212</sup>.

Analisaremos, em seguida, a trajetória da produção nos três primeiros períodos, acima referidos, dedicando uma atenção especial para o 3º, que compreende basicamente a década de quarenta, ou seja, o período da emergência da II Guerra, que provocou novo surto da borracha amazônica e que se constituiu no objeto de nosso estudo.

Podemos caracterizar esses três períodos, basicamente, da seguinte maneira: 1º Período (1890-1912), representado por uma tendência de crescimento constante, tanto nos preços como na produção; 2º Período (1912-1942), representado por uma queda, tanto nos preços quanto na produção, embora o segundo quartel da década de 30 apresente certa retomada na produção e preços; finalmente, o 3º Período (1942-1951), caracterizado por uma lenta, embora constante, retomada da produção e dos preços, devido à instalação das indústrias de artefatos de borracha no Brasil e ao esforço de guerra, que provocou novo surto da borracha na Amazônia.

O primeiro período, que coincide com a fase áurea da borracha e caracterizado pelo monopólio natural, irá possibilitar a dinamização do potencial exportador da economia amazônica, significando com o seu aporte uma contribuição sempre mais crescente e marcante às exportações brasileiras.

Com efeito, entre os produtos exportados pela região, a borracha, que participou em apenas 10,7%, em 1848, passou, em 1872, a

212 COSTA, J. M. Monteiro da; CAPELA, José das Neves. Borracha vegetal: análise de oferta. *Revista Econômica do BASA*. Belém, 1(1) 42, set./dez. 1970.

71,9% do valor total<sup>213</sup>. Em termos nacionais, a borracha atingiu o terceiro lugar (atrás do açúcar e do café), no quadro das exportações brasileiras<sup>214</sup>.

Por essa época, apesar dos progressos técnicos relativos às pesquisas agronômicas, os ingleses estavam longe ainda de, num curto prazo de tempo, vencer as múltiplas dificuldades que, todavia, persistiam no sentido de se chegar ao plantio racional e em larga escala de seringueiras, e de poder, assim, suprir as próprias necessidades e as de outros centros consumidores.

Por parte dos centros consumidores, permanecem, sem solução de continuidade, as importações de borracha nativa da Amazônia e da África, o segundo maior produtor da borracha vegetal à época. Como a demanda internacional do produto, devido basicamente ao incremento da indústria automobilística, se intensificasse cada vez mais, e dada a inelasticidade da oferta, os preços, no período acima especificado, apresentaram aumentos constantes. Tal aumento funcionou, sem dúvida, como elemento indutor do crescimento da produção amazônica, para o qual contribuíram também outros fatores, como o incremento no setor do transporte, constante injeção de capital necessário ao funcionamento da produção e um contínuo afluxo de mão de obra de outras regiões. A conjunção desses fatores fez com que o crescimento da produção da borracha, no período, se apresentasse ponderável.

No princípio, a área explorada se restringia ao estado do Pará e parte do Baixo Amazonas. Entretanto, como o processo de extração se apresentasse altamente predatório, exaurindo-se em curtíssimo prazo o látex das árvores, ocorreu uma penetração rápida mais para dentro da floresta, à procura de novos mananciais da *hévea*. Daí a epopeia da conquista do Acre, seguida de exploração dos Altos Rios. Basta dizer que, por volta de 1898, o estado do Pará contribuía sozinho com aproximadamente 71,97% da produção da área, enquanto que, em 1912, ponto máximo da produção global da Amazônia, contribuía com apenas 21,76% do total. É evidente que a produção do estado do Pará diminuía, enquanto que a do Amazonas crescia, o que

213 SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1880-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 75.

214 REIS, Arthur Cêzar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola – Documentário da vida rural, nº 5, 1953, p. 46-47 e 70.

vem demonstrar a distribuição irregular das árvores na floresta e da penetração aludida<sup>215</sup>.

A virada do século assistia, no entanto, à maturação de todas as condições para o *boom* da borracha asiática. A infraestrutura agrícola malasiana aperfeiçoava-se, ao mesmo tempo em que se desenvolviam os canais necessários para o crescente afluxo de capitais europeus. Em setembro de 1906, inaugurava-se, no Ceilão, uma Rubber Exhibiton, seguida, um ano mais tarde, pela fundação da Planters Association of Malaya.

A imigração da mão de obra indiana tornou-se institucionalizada com a criação do Índia Immigration Found. A responsabilidade pela assistência médica aos trabalhadores foi transferida ao setor privado, obrigando-se as plantações a manterem hospitais próprios. Já em 1907, organizava-se em Londres a Rubber Growers Association (R. G. A.), enquanto que as *agency houses* providenciavam a captação de recursos nos mercados de capitais da Europa, para o desenvolvimento da heveicultura no Sudeste Asiático.

Estavam postas, desta forma, as condições para o extraordinário surto que a atividade gumífera iria experimentar naquela região, desde o início do século XX<sup>216</sup>.

O capital inglês, procurando organizar a produção, penetra no processo produtivo da borracha, revolucionando e introduzindo a sua lógica, sua disciplina, seu ritmo, sua especificidade, e serão justamente estes fatores as causas da perda da hegemonia brasileira.

Em 1910, a produção do Oriente já comparecia nos mercados consumidores com a inquietante quantia de 8.200 toneladas. O *Jornal do Comércio*, de 25 de abril de 1912, comentava assombrado uma informação do ex-governador do Ceilão que, em 1909, afirmava possuir a Inglaterra uma área de heveicultura superior a 202,4 mil hectares, concluindo que, mesmo na hipótese de cessar o plantio, só o já existente bastará para enviar aos mercados, em futuro bem próximo, nada menos que 47.619 toneladas<sup>217</sup>.

Na realidade, essas estimativas até que se demonstrariam conservadoras demais em face dos dados que veremos a seguir.

215 VERGOLINO, José Raimundo de Oliveira. *A borracha extrativa e a economia amazônica, 1890-1930*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 1975. (Mimeo).

216 PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da borracha no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1984, p. 40.

217 *Boletim do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, Ano I, nº 2, abr./jun. 1912, p. 90.

Foi precisamente no fatídico ano de 1912, em que a produção da borracha vegetal da Amazônia atingia o seu clímax, com a apreciável quantia de 42.386t, que a produção de cultivo da goma asiática suplantaria, de vez, a brasileira, acabando com a sua hegemonia no mercado mundial. De fato, em 1913, a borracha cultivada no Oriente superava a produção amazônica, numa proporção de 54.356 toneladas contra 36.232 toneladas. Desde então, a produção oriental só fez aumentar, enquanto a da Amazônia só fez decrescer, de que constituem evidente demonstração os dados constantes do quadro comparativo.

**QUADRO 4. COMPARAÇÃO DA PRODUÇÃO DE BORRACHA NA ÁSIA E NO BRASIL – 1900-1937**

ANOS	TONELADAS	
	ÁSIA	BRASIL
1900	508	24.302
1906	11.176	38.547
1913	54.356	36.232
1914	75.692	33.531
1930	816.864	14.136
1932	711.708	6.224
1937	1.193.292	14.792

**Fonte:** FONSECA, Cássio. *A economia da borracha: aspectos internacionais e defesa da produção brasileira*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva da Defesa da Borracha, 1950, p. 18.

Como se pode perceber pelo quadro, num período de 30 anos, a produção asiática decuplicou-se várias vezes.

Nesse sentido, foi decisiva a revolução nos meios de transporte, acima referida. A crescente difusão do transporte rodoviário transformou a indústria de veículos automotores no principal consumidor de artefato de borracha<sup>218</sup>.

Por sua vez, a suplantação definitiva e irreversível da borracha amazônica pela asiática não deveria causar nenhuma surpresa, a não ser aos incautos e imprevidentes governantes e produtores da *Hevea Brasiliensis*.

É que, de uma situação de oferta insuficiente e relativamente inelástica, porque limitada pela baixa disponibilidade de seringais silvestres, o mercado mundial evoluiu para uma situação em que a produção era proporcionada por uma atividade agrícola flexível e unicamente restringida pela elasticidade-preço do produto. Graças à heveicultura asiática, passava a prevalecer um mercado produtor cada vez mais concorrencial, frente ao qual a economia gumífera amazô-

<sup>218</sup> PINTO, 1984, p. 40.

nica foi incapaz de reagir. Na realidade, como já foi por nós sobejamente analisado nos capítulos iniciais, a Amazônia do início do século XX representava um exemplo lastimável do caráter predatório do capitalismo periférico, cujos aspectos deletérios eram agravados pela inépcia e apatia governamental.

Enquanto que, no Sudeste Asiático, se procuravam criar todas as condições para o incremento da produção, como a melhoria nos transportes, na assistência médica, na produção de alimentos, na pesquisa agrônômica, na imigração e nas condições de trabalho, na Amazônia, o excedente gerado pela atividade extrativa era, na sua quase totalidade, desviado para outras regiões ou despendido em consumo suntuário, descuidando-se por completo do aperfeiçoamento das atividades extrativistas<sup>219</sup>.

Os diversos planos de valorização intentados pelos governos estaduais e pelo governo da União, à guisa do convênio de Taubaté e outros planos de valorização, que tanto sucesso tiveram para o café, demonstraram-se completamente inócuos para a borracha, podendo-se afirmar, sem exagero, que não passaram de medidas natimortas ou meros paliativos<sup>220</sup>.

Todavia, por força das necessidades impostas pela guerra de 1914-1918, e, não obstante a concorrência implacável da produção de cultivo, a produção nacional se manteve mais ou menos nos mesmos níveis (em média 36.000t).

Terminada a guerra, durante a qual as plantações asiáticas conseguiram produzir sempre mais, formando grandes estoques por falta de transporte, o desequilíbrio econômico, que então se verificou, atingiu sobremaneira a região amazônica, e a borracha caiu a preços vis, daí decorrendo o abandono dos seringais e a consequente queda da produção.

O final da Primeira Guerra Mundial viria assistir também à definitiva transformação que se operaria no setor produtor da borracha vegetal. Além da consolidação da borracha asiática, responsável, em 1919, por quase 90% da produção mundial – o ritmo da oferta da matéria-prima passou a superar a demanda, provocando uma queda acentuada nas cotações internacionais do produto.

219 PINTO, 1984, p. 41.

220 O mais conhecido desses planos foi o do Ministro da Agricultura de Hermes da Fonseca, Dr. Pedro de Toledo. Esse plano, porém, fracassou, principalmente devido à abrangência das medidas que se propunha implementar.

Vários planos de restrição da produção da borracha vegetal começaram a ser engendrados, com o intuito de impedir o declínio dos preços.

Sob pressão crescente dos capitais investidos, o governo britânico, a despeito da não participação holandesa, adotaria, em 1922, aquilo que ficou conhecido como Plano Stevenson. Em essência, tratava-se de um esquema de restrição compulsória da produção de borracha, através do estabelecimento de quotas de exportação, atribuídas individualmente como um percentual do montante produzido por cada unidade, durante o ano agrícola de 1920<sup>221</sup>.

O Plano Stevenson, dada a sua excessiva rigidez e complexidade, ensejou um forte estímulo à produção da borracha fora dos domínios ingleses, de tal forma que, em novembro de 1928, o plano foi desativado devido a sua comprovada inoperância. Além disso, a reversão da tendência declinante nos preços da borracha vegetal provocou, nos EUA, uma reação vigorosa dos grandes conglomerados da borracha contra o *truste britânico*, estimulando um bom número de investimentos dessas empresas em atividades heveícolas fora dos EUA. São dessa época – 1926/1927 – as tentativas bem sucedidas da Firestone, na Libéria, e a mais séria, mas infelizmente desastrosa, tentativa de Henry Ford, na Amazônia brasileira, com o seu pretensioso projeto de Fordlândia e Belterra, no Tapajós.

Após a desativação do Plano Stevenson, o mercado produtor da borracha vegetal entrou num período de franca depressão. Com preços que atingiram dois pences por libra-peso de borracha, em 1932, a atividade gumífera do Sudeste Asiático chegou à beira do colapso<sup>222</sup>.

A borracha amazônica, que durante toda a década de 1920 permanecera numa média de 20.000t anuais e totalmente fora dos planos que regulavam o produto asiático, em 1932 chegou também ao *fundo do poço*, com uma produção anual de 6.000t, chegando a ser vendida, no Brasil, a Cr\$ 1,20.

Em 1934, reuniram-se os representantes das principais regiões produtoras do Sudeste Asiático, com o objetivo de estabelecer um programa de valorização do produto. Denominado *International Rubber Regulation Agreement*, esse acordo estabelecia quotas de pro-

221 FONSECA, Cássio. *A economia da borracha: aspectos internacionais e defesa da produção brasileira*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva da Defesa da Borracha, 1950, p. 80-87.

222 PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da borracha no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1984, p. 63.

dução para cada um dos países membros, ficando uma comissão central encarregada de fixar, periodicamente, em função dos preços da borracha, o percentual exportável da quota padrão. Foram signatários do IRRA os representantes da Malásia, do Ceilão, das Índias Holandesas, da Tailândia e da Indochina Francesa; a produção total dessas regiões representava 98,17% das exportações mundiais<sup>223</sup>.

O acordo, que devia expirar em dezembro de 1938, foi prorrogado até dezembro de 1943. Na prática, porém, sua vigência expirou, pela invasão japonesa no Sudeste Asiático, em 1942<sup>224</sup>.

Além de reunir a quase totalidade dos produtores de borracha vegetal, o IRRA teve a seu favor uma maior flexibilidade de operações do que o Plano Stevenson, fazendo com que quase não houvesse críticas ao seu funcionamento. Apesar disso, os preços da borracha vegetal permaneceram suficientemente deprimidos para que a indústria norte-americana não tivesse maiores inquietações<sup>225</sup>.

Embora a borracha extrativa da Amazônia permanecesse alijada desses acordos, o segundo quinquênio da década de 1930 assistiu tanto a uma retomada das atividades extrativas, quanto a uma elevação de seus preços. Os motivos para isso foram: 1) a introdução, no Brasil, das indústrias de pneumáticos e câmaras de ar, com o consequente aumento da demanda interna do produto; 2) o engajamento decisivo da Alemanha na compra do produto amazônico para o abastecimento de sua insaciável indústria de guerra e para estocagem, diante da perspectiva de um conflito iminente.

A participação alemã tornou-se tão expressiva, no biênio 1936-1937, que a Associação Comercial do Amazonas advertia aos inimigos do Comércio, compensado com a Alemanha, que tal país era o responsável pela compra de 75% de toda a produção da borracha brasileira do tipo inferior, produzida na Amazônia, limitando-se os EUA e a Grã-Bretanha a adquirir a borracha do tipo superior, a acre-fina<sup>226</sup>.

Nos anos da neutralidade – 1939-1941 – nota-se uma tentativa dos EUA de desbancar, de vez, o comércio bilateral do Brasil com

223 PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da borracha no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1984, p. 63.

224 Idem, p. 63.

225 Ibidem, p. 64.

226 WIRTH, J. D. *A política do desenvolvimento na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973, p. 38.

a Alemanha, não somente em relação com a borracha, mas também no tocante a outros materiais estratégicos. Apesar disso, em 1939, segundo a revista *Observador Econômico e Financeiro*, a Alemanha continuou a ser a maior compradora do produto amazônico, numa proporção de 6,1 mil toneladas contra 2,8 mil toneladas dos EUA<sup>227</sup>.

No ano de 1941, com a Alemanha praticamente alijada do comércio latino-americano, pelo bloqueio imposto pela Grã-Bretanha, os EUA se comprometem a comprar a borracha brasileira, pagando, inclusive, preços mais altos que os cotados na bolsa de New York. Não obstante isso, a Alemanha aparece, ainda, tanto em 1940, quanto em 1941, como o segundo e terceiro maior comprador da nossa borracha, como demonstra o quadro a seguir.

**QUADRO 5. EXPORTAÇÃO DO BRASIL DE JANEIRO A SETEMBRO DE 1940 E 1941 (POR PAÍSES DE DESTINO)**

PAÍSES	QUILOS		MIL RÉIS	
Alemanha	1.896.689	1.500.000	15.466.775	10.401.555
Argentina	382.992	2.372.958	2.661.229	25.703.097
Chile	—	17.767	—	147.856
Estados Unidos	3.594.004	3.776.565	21.956.849	26.414.237
Grã-Bretanha	1.373.834	370.120	7.798.002	3.033.365
Japão	135.680	163.000	1.082.104	1.232.595
Portugal	60.193	14.040	491.824	260.553
Venezuela	—	300	—	2.735
Rússia Asiática	—	370.000	—	2.635.756
UB. Luxemburguesa	10.240	—	59.929	—
Colômbia	80	—	800	—
França	653.906	—	3.652.055	—
Itália	279.550	—	2.454.324	—
Suécia	19.523	—	87.536	—
Suiça	10.000	—	63.164	—
Uruguai	3.400	—	22.188	—
	8.420.091	8.584.750	55.796.779	69.831.749

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-Departamento de Estatística do Estado do Amazonas. *Condições e necessidades dos seringais do Amazonas*. Manaus, 1942.

O comércio com os EUA não pode ser implementado, entre outros motivos, porque o governo brasileiro, devido às pressões imediatistas das indústrias de artefatos de borracha do Sul do país (fábricas de pneumáticos etc.), estabeleceu, o controle sobre as exportações da borracha nacional (Decreto Lei nº 3.359, de 20/06/1941).

Tal decreto abrangia três aspectos fundamentais: 1) garantia da opção de compra da borracha a ser exportada, para a indústria nacional, em condições de igualdade de preços; 2) instituição da competência do governo Federal para a fixação de preços, tanto dos artefatos

227 *Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Financeiras, Ano I, nº 1940, p. 139.



como da borracha nacional; 3) criação da Organização Permanente Reguladora do Comércio da Borracha, com o objetivo de controlar a comercialização e produção dessa matéria-prima<sup>228</sup>.

Embora relevante, por indicar de forma inequívoca o sentimento das preocupações governamentais, esse decreto logo perdeu sua razão, face à nova realidade política imposta pela Segunda Guerra Mundial.

Ao eclodirem, de fato, as hostilidades entre o Império do Japão e os EUA, em fins de 1941, as circunstâncias exigiram uma política de estreita colaboração entre os países da América, no objetivo de mútua defesa.

Com a convocação da Terceira Reunião de Chanceleres, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, e com base nos princípios de auxílio recíproco, estabelecidos na Conferência de Chapultepec, fixaram-se as condições do fornecimento mútuo de materiais críticos e estratégicos.

Às portas do fracasso militar, exclusivamente devido à falta de borracha, já que 90% de suas fontes abastecedoras caíram em poder do Japão, recorrem os EUA aos sucedâneos do produto e às antigas regiões extrativas, no Hemisfério Ocidental, de há muito abandonadas e esquecidas.

Embora tivessem iniciado, em princípios de 1942, um ambicioso e vasto programa para a obtenção do produto sintético, estava ele ainda longe de sugerir o sucesso em que posteriormente viria a se transformar, sendo que necessidades prementes e inadiáveis estavam a exigir o produto natural para o indispensável consumo na condução da guerra.

A essas circunstâncias está ligada a atuação da Missão Souza Costa, aos EUA (fev./mar. de 1942), que culminou com a assinatura dos Acordos de Washington (3 de março de 1942), entre os quais, um específico sobre a borracha. Este assegurava aos EUA a exportação de toda a produção nacional. Para incrementá-lo, os dois governos – o brasileiro e o americano – adotaram medidas que sugeriam um verdadeiro empreendimento de economia dirigida, com um plano organizacional e logístico de alta envergadura, apoiado numa orientação técnica e financeira de responsabilidade insuspeitável.

228 Pouco tempo depois, pelo Decreto-lei nº 3.547, de 22 de agosto de 1941, esse controle, era estendido à importação, à exportação e ao nível de preços internos dos artefatos de borracha.

Para a operacionalização desse acordo foram feitos contratos ambiciosos, e criaram-se instituições e organismos *ad hoc* para o financiamento, transporte, abastecimento, assistência médico-sanitária, combustível, utensílios e equipamentos.

Mobilizou-se um verdadeiro exército de extratores, arregimentados quase que militarmente nos diversos Estados da Federação, entre os quais se enfileiravam veteranos (antigos extratores) e *brabos* (calouros na atividade extrativa).

O sucesso da empreitada parecia mais que garantido, uma vez que, durante o primeiro surto, na virada do século, mesmo com falta de capitais e exclusivamente com recursos monetários conseguidos a crédito, com uma colonização improvisada, à *gandaia*, sem administração do trabalho, sem método, sem higiene e assistência médica, em suma, sem os elementos cardeais ao êxito, a produção gumífera cresceu constantemente. Como não esperar agora plenos resultados de um plano rigoroso e meticulosamente organizado?

Além da criação do Banco de Crédito da Borracha, do D.N.I., do SEMTA, SAVA, CAETA, do SESP e do SNAPP, todos coordenados pela C.C.A.W. (Comissão de Controle dos Acordos de Washington) e copiosamente financiados pela onipresente RDC (Rubber Development Corporation), outras medidas de âmbito nacional e local foram ainda implementadas para o incremento da produção.

Desencadeou-se, em nível nacional, sob o patrocínio do próprio Presidente da República, o Mês Nacional da Borracha (junho de 1943), com a finalidade de arrecadar, através do país inteiro, toda a borracha usada disponível, que seria recuperada para posterior aproveitamento na indústria.

As palavras de Vargas, na abertura dessa campanha, dão a medida do empenho do governo para a marcha e sucesso da produção:

Brasileiros, com a mesma clareza com que me habituei a falar-vos, venho, hoje dirigir-me a vós para solicitar a vossa cooperação leal e decidida em prol de uma campanha que hoje se inaugura: a campanha da borracha. Sabeis quão gigantesco é o desgaste de material na presente guerra. E entre esses materiais alguns merecem o nosso cuidado pela sua urgente necessidade. Esse é o caso da borracha que entra em quase todos os equipamentos bélicos, em vultosas quantidades. Podeis imaginar o que

é esse consumo, lembrando-vos de que somente um bombardeiro pesado consome nada menos que 826 quilos de borracha.

As armas Aliadas precisam de mais borracha, dessa borracha que existe, não só no extenso Vale Amazônico, mas em Mato Grosso e em vários pontos do território Nacional.

Extraí borracha onde puderdes, de acordo com os planos que estão, hoje, sendo lançados através de todos municípios brasileiros, com a colaboração sincera dos vossos prefeitos.

A solidariedade dos vossos sentimentos me dá a certeza prévia da vitória desta campanha que nos dará mais borracha para a Vitória.

Inauguro, pois, solenemente o Mês Nacional da Borracha, a que ficarão consagrados esses dias de junho, nos quais ides aumentar, poderosamente, o nosso esforço de produção.<sup>229</sup>

Os resultados dessa campanha, de âmbito nacional, foram surpreendentes. Graças à mobilização da Legião Brasileira de Assistência, do comércio e de entidades oficiais, dentre as quais se destacaram as empresas ferroviárias, no final de 1943, já haviam sido arrecadados, de 1.405 municípios, 1.225.204 quilos de borracha usada, 884.447 somente no estado de São Paulo<sup>230</sup>.

Enquanto isso acontecia em âmbito nacional, na cidade de Manaus, um dos epicentros da *batalha da borracha*, desenrolava-se animada programação de estímulo à produção, que tomou todo o mês de junho e na qual se distinguiram o governo do Estado, a Associação Comercial do Amazonas e as diversas firmas do comércio local e indústria da borracha da região.

Tamanho era o interesse pelo aumento da produção, que a Associação Comercial do Amazonas resolveu estabelecer um prêmio de Cr\$ 35.000,00 para ser distribuído entre os seringueiros que conseguissem o maior fabrico de borracha durante o ano. Esses prêmios seriam distribuídos da seguinte forma: para cada município do Amazonas haveria um prêmio de Cr\$ 1.000,00, que seria dado ao seringueiro que coletasse a maior quantidade de borracha fina.

229 *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano II, nº 24, 1943, p. 5-7.

230 BOUÇAS, F. Valentim. *Estudos econômicos e financeiros*: meio século de trabalho. V. II. Rio de Janeiro: Editora Financeiras, 1953, p. 78.

Vinte e oito seringueiros receberiam esse prêmio. Haveria mais cinco prêmios de Cr\$ 1.000,00 para os primeiros colocados, dentre os 28 premiados. Haveria mais um prêmio extra de Cr\$ 2.000,00 para o seringueiro que alcançasse o primeiro lugar entre os 28 concorrentes premiados.

Dessa maneira, o seringueiro que fizesse a maior produção de borracha, em todo o Amazonas, ganharia um prêmio no total de Cr\$ 4.000,00; os quatro seguintes ganhariam prêmios no valor de Cr\$ 2.000,00 cada um; os 23 restantes receberiam o prêmio menor de Cr\$ 1.000,00 cada<sup>231</sup>.

A Diocese do Amazonas, participando das comemorações por ocasião da inauguração do Mês da Borracha, fez celebrar em 8 de junho, no Estádio Nacional de Manaus, missa campal com a participação de 1.500 novos soldados da borracha. Após a missa houve um desfile destes novos seringueiros pelas principais ruas de Manaus, numa espécie de parada militar.

Na ocasião, o interventor Álvaro Maia, na presença de V. Bouças e das autoridades americanas da RDC, pronunciou eloquente discurso, terminando por sintetizar, como seringueiro nº 1, as promessas de aumento da produção da borracha. O compromisso lido pelo chefe do executivo manauara constitui solene *Decálogo do seringueiro*, que merece ser transcrito:

- 1) Cumpriremos as instruções que nos forem legalmente enviadas, sempre recebidas com entusiasmo procurando produzir mais borracha, porque a extraordinária ação do Presidente Vargas, como uma voltagem de potencial infinito tem o milagre e a força de contagiar todos os brasileiros para a unidade e a salvação da Pátria;
- 2) Cumpriremos essas instruções, ingressando alegremente nas selvas, porque a palavra do Pres. Vargas, descendo do Catete e o nosso labor, subindo dos seringais, formam o mesmo hino da raça, que distribui igualmente o seu sangue e os seus benefícios nos palácios, nas usinas e nas barracas;
- 3) Cumpriremos essas instruções, explorando e defendendo a imensidade das árvores, porque o Pres. Vargas é um apóstolo da

---

231 *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano II, nº 24, 1943, p. 8.

humanidade redimida, porque pertencemos aos 300.000.000 de americanos que transformam o seu continente num Sinai, para as novas tábuas da lei e os novos decretos do homem;

4) Prometemos convergir todos os nossos esforços na vitória da produção, certos que a nossa inércia seria uma traição aos Aliados que se batem pela liberdade, a irmãos que foram sacrificados pela vilania adversária, aos nossos aeronautas e marinheiros que exercem vigilância no litoral contra a tocaia dos submarinos;

5) Prometemos trilhar diariamente as estradas das seringueiras, porque, enquanto honramos os compromissos do Brasil, que o Presidente Vargas firmou perante o mundo, também realizamos uma outra de economia, integrando o Amazonas à economia nacional;

6) Prometemos cumprir as ordens do governo da República, porque arregimentados como soldados, trabalhamos como homens livres, à luz de contratos assinados no Ministério do Trabalho, com as garantias das leis sociais, benemerência' do Estado Nacional;

7) Juramos permanecer nos seringais para que formos designados, porque são quartéis do Brasil, e deles não sairemos, cometendo crime de deserção, como não sairíamos de uma frente de batalha;

8) Juramos viver em máxima harmonia e disciplina, ao lado de seringalistas e seringueiros veteranos, porque são soldados da mesma batalha e brasileiros dos mesmos ideais porque descendem de pioneiros e desbravadores que souberam resistir e vencer, abrindo caminhos para as investidas de hoje;

9) Queremos proclamar em juramento perante Deus, ante a Bandeira e o Hino da Pátria, o nosso espírito de sacrifício e lealdade ao Presidente Vargas de quem cumpriremos as ordens, sejam quais forem as circunstâncias;

10) Queremos tornar bem claro que, pela vida ou pela morte, tudo faremos e aceitaremos em bem do Brasil, do continente

americano, das Nações Unidas, na guerra universal contra a tirania e opressão.<sup>232</sup>

Outras programações, sempre no intuito de aumentar a produção, tiveram lugar ainda em Manaus, como palestras irradiadas pela rádio Difusora local (a R.R.F-6), em que se dava o máximo destaque à necessidade do aumento da produção, concurso de vitrinas das principais lojas da cidade, exposição de cartazes e alegorias de autoria de artistas locais, representando as diversas etapas da *batalha da borracha*. Enfim, tudo o que chamasse a atenção e servisse de estímulo à produção foi desencadeado, sob o patrocínio dos órgãos do governo amazonense, da RDC, e do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, muito ativo, sob a batuta do novo Moisés do Amazonas, o interventor Álvaro Maia<sup>233</sup>.

Não obstante todos esses esforços de propaganda e estímulos de toda sorte, as estatísticas mostram que a produção custava a corresponder às expectativas dos fautores da *batalha da borracha*.

Do sucinto quadro estatístico registrado (Quadro 6) sobre a produção da borracha, nos anos em que vigoraram em toda a sua plenitude e força os Acordos de Washington (1942-1947), podemos fazer uma ideia da trajetória da produção da tão cobiçada borracha brasileira.

**QUADRO 6. PRODUÇÃO DA BORRACHA AMAZÔNICA DURANTE OS ANOS DE VIGÊNCIA DOS ACORDOS DE WASHINGTON - 1942, 1947.**

ANOS	TONELADAS
1941 (antes dos acordos de Washington)	19.500
1942	22.369
1943	24.548
1944	29.017
1945	30.597
1946	30.072
1947	32.405

**Fontes:** FERREIRA FILHO, Cosme. *Porque perdemos a batalha da borracha*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965, p. 174; e Boletim da Associação Comercial do Amazonas. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano VI, nº 48, dezembro de 1947, p. 11.

Analisando a marcha da produção, ano a ano, nota-se uma progressão lenta do produto, refletindo as diversas vicissitudes e obstáculos que foi preciso superar para a sua decolagem. Não era nada fácil, de fato, de um ano para o outro, reaparelhar todo o aparato produtivo, depois de quase três décadas de estagnação e de nenhum

232 MAIA, Álvaro. *Na vanguarda da retaguarda*: campanha da produção da borracha. Manaus: Serviços de Divulgação do DEIP, 1945, p. 341-343.

233 *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, p. 6-7.

incentivo à produção. De início, teve-se que superar uma série de obstáculos, como a falta de transporte, de abastecimento e até de mão de obra, que começou a chegar mais abundante só em 1943. Não é de se admirar, portanto, se o biênio 1942-1943 teve um incremento de pouco mais de 2.000 toneladas.

Já o salto de 24.548 para 29.017t, que se operou na safra de 1943-1944, espelhava, sem dúvida, o envolvimento mais direto e ativo da RDC e do Banco da Borracha, no setor do financiamento, reaparelhamento e potencialização do SNAPP, no setor do transporte, a atuação eficiente da supradita corporação americana e da SAVA, no setor do abastecimento, bem como a substituição do SEMTA pelo CAETA, que veio solucionar, de vez, o problema da mão de obra.

O pequeno aumento que se verificou no biênio 1944-1945 – pouco mais de 1.500 toneladas – refletia o impacto que o progressivo desengajamento dos americanos do programa da borracha começava a provocar. Principalmente, a retirada da Rubber Development Corporation, na questão do abastecimento direto dos seringais, teve repercussão altamente negativa e imediata na produção, pois gerou sério problema de falta de víveres nas zonas produtoras, tendo em vista que os comerciantes locais não estavam aparelhados para assumir, a contento, a função de abastecer todas as atividades que se desencadearam na Amazônia.

A performance negativa (embora de apenas 500t) da safra de 1946, em relação à de 1945, espelhava o progressivo desengajamento americano, como refletia também as incertezas que começavam a tomar conta do ânimo dos produtores com a iminente carência dos Acordos de Washington (agosto de 1947).

Quanto ao desempenho positivo da safra de 1946-1947, quase 2.500t a mais, retratava a adoção da nova política do governo brasileiro em relação à borracha – em face da carência dos Acordos de Washington – com a promulgação da Lei nº 86, que estipulava a sustentação da produção pelo Banco de Crédito da Borracha e a fixação do preço de Cr\$ 18.00 por quilo de borracha.

Tais medidas concorreram, em muito, para aquietar as ansiedades dos produtores e fixar a maior parte dos extratores que ameaçavam debandar dos seringais.

As exportações deste montante produzido pela atividade extrativa do Vale, durante os anos que sofreram a influência direta da

guerra e na vigência dos Acordos de Washington, segundo quadro montado por Benchimol, obedecem a seguinte escala:

**QUADRO 7. EXPORTAÇÃO DA BORRACHA AMAZÔNICA DURANTE OS ANOS DE 1941 A 1947**

ANOS	TONELADAS
1941	10.734
1942	12.204
1943	14.575
1944	21.122
1945	18.887
1946	18.159
1947	14.510

**Fonte:** BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Col. Amazônia, V. I. Manaus: Umberto Calderaro, 1977, p. 252.

Uma estimativa extremamente conservadora da ACA (os números do BCB são mais generosos a respeito) indicam que, destas exportações, o total adquirido pelos americanos corresponde ao seguinte quadro:

**QUADRO 8. EXPORTAÇÃO DA BORRACHA BRASILEIRA AOS EUA DE 1942 A 1947**

ANOS	QUILOGRAMAS
1942	6.852,030
1943	10.459,029
1944	15.965,357
1945	16.696,105
1946	9.821,345
1947	6.880,847

**Fonte:** *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano VI, nº 49, dezembro de 1947, p. 10.

Como podemos constatar pelos minguidos resultados acima reportados, tanto a produção como o montante exportado estiveram bem aquém das mais conservadoras expectativas (70 mil de produção anual, para Reis, e 100 mil, para D. H. Allen, da RDC).

Dos quadros acima depreende-se ainda que o pico das exportações esteve entre os anos de 1944-1945, quando maior foi o esforço para a produção da borracha na Amazônia e maiores se faziam sentir também as necessidades do produto, pelas Nações Unidas. Também cooperou sobremaneira, para o aumento das exportações, o menor consumo do produto pelas indústrias no Sul do país, fazendo com que os índices da borracha exportada para os EUA aumentassem, no biênio 1943-1944, em mais de 50%.



Se as estatísticas ficaram abaixo do esperado e mesmo não corresponderam aos esforços e recursos despendidos em capital e na alocação de uma abundante mão de obra para a região, não se pode, todavia, simplesmente subestimar a importância de tais números, num momento em que, segundo a afirmativa de um graduado oficial americano, um quilograma de borracha valia mais que um general e um batalhão juntos.

O aporte da borracha brasileira para o êxito do conflito foi, de fato, por várias vozes enaltecido pelas autoridades americanas, empenhadas no programa da borracha na Amazônia.

Dos mais expressivos foi o pronunciamento proferido por Mr. E. G. Holt, administrador chefe da RDC, ao pessoal americano, reunido em Manaus, a 11 de maio de 1945.

Tal autoridade, após historiar a situação dramática em que se achou a indústria bélica americana em relação à borracha, após Pearl Harbour, revelando ainda que o Departamento de Estado tinha, naquela época, sérios indícios de que até mesmo a Índia, o Ceilão e África estavam prestes a cair nas mãos dos inimigos, concluía que a única área produtora de borracha que, com certeza, sobriaria para o mercado americano, era a América Latina, onde, em 1941, eram consumidos internamente 30 mil toneladas, enquanto produzia apenas 20 mil.

Notava também que, mesmo em 1944, quando os EUA puderam desenvolver um vasto parque industrial para a produção da sintética, podendo suprir todas as suas necessidades em tal produto, não se achava ainda em condições de prover a todas as suas requisições no tocante à borracha natural, indispensável nos múltiplos itens em que a sintética não podia ser empregada sozinha.

Outrossim, advertindo que, no período de 1943-1944, os estoques de borracha natural, nos EUA, haviam caído de 634.000 t, em 1942, para o perigoso patamar de 196.000 t, no final de 1944, e que todas as áreas sob a direta exploração americana (Índia, Ceilão, América Latina), tinham a capacidade de produzir 210.000 t anuais, afirmava que, mesmo tendo chegado bem perto deste limite (180.000 t), tal montante não era suficiente para prover as necessidades da indústria americana e as contínuas requisições, como da Rússia e países liberados, como Bélgica, França e outros, que cada dia careciam de maior quantidade de borracha para simplesmente operarem suas

atividades, no ritmo mais precário possível. Nota, em seguida, que, mesmo nos EUA, não obstante o uso da sintética, com toda sorte de restrições que se haviam imposto aos produtos derivados da borracha, o *déficit* com pneus e câmaras de ar de veículos pesados, como ônibus e caminhões, já perfazia 1.300.000 unidades, no segundo semestre de 1945.

Salientava ainda, como dado a ser relevado, que as principais zonas produtoras de borracha, como a Índia, Ceilão e mesmo alguns países da América Latina, como o México e Equador, que tinham tido considerável incremento em sua produção, sob o estímulo dos financiamentos dos Acordos de Washington, experimentavam agora, de ano para ano, uma queda sensível na produção, sob os efeitos dos mais variados fatores.

Tal situação, advertia o orador, achava-se em frontal contraste com a marcha da produção dos países do Vale Amazônico, notadamente o Brasil, Peru e Bolívia, que, muito embora tivessem custando a desencadear o processo produtivo, devido às dificuldades de mão de obra e abastecimento, acusavam um franco e constante aumento do produto.

Destacando em seguida as qualidades da borracha vegetal provinda da Amazônia, em relação ao produto oriundo das plantações de cultivo do Oriente e de outras origens, e afirmando que, devido a sua indubitável excelência e desempenho na indústria, tal produto era incontinenti consumido nas fábricas, não havendo dele sobra ou estoques de qualquer espécie, arrematava enfatizando:

Eu não sei até que ponto vocês aquilatam a importância da borracha brasileira neste momento crítico da história do nosso país. O montante de toneladas que mensalmente aparecem nas estatísticas, parecerá pequeno para vocês e existe apenas uma maneira acertada de se aferir a importância da produção comercializada pelo Brasil e carreada para os EUA: tomar como data base o ano do acordo (março 42) e anotar tudo o que foi transferido do produto para os EUA até uma outra data limite (jan. 1945), comparando-se então o total do estoque que foi acumulado no nosso país até esta data. Se vocês pudessem fazer isso como eu fiz, constatariam que no final do ano passado (1944), sem o aporte da borracha brasileira, teríamos apenas 60% do estoque que atualmente detemos. E se os nossos cálculos fossem

feitos no final de 1945, sobrariam menos de 20% das 61.000 t que se presumem ser o restante dos estoques no final deste ano.

Tal quantia não seria suficiente para o funcionamento mínimo das Indústrias de borracha nos EUA, ao que certamente se seguiria o colapso total da produção Industrial. Consequentemente, a produção brasileira, que por sinal constitui apenas a metade do total produzido pelo Hemisfério Ocidental, forneceu o estoque suficiente para manter em funcionamento a indústria de borracha americana, durante os apertados anos da guerra. Sem o total da produção do Hemisfério Ocidental que chegou até nós, graças principalmente à liderança e cooperação do Brasil, não estaríamos agora nem em condições de operar. E vocês, gente, têm uma parcela enorme no sucesso desse programa.<sup>234</sup>

Douglas H. Allen, presidente da RDC, fornece-nos uma ideia mais exata do montante da borracha natural adquirida de todas as fontes estrangeiras e importada para os EUA, no período de abril de 1942 a agosto de 1944. Das 214.148 toneladas ou de 479.691,520 pounds, 35,3% provieram da Índia, Ceilão e África; 152.949.440 *pounds* foram oriundas das zonas do extrativismo da América Latina; 73.431.680 *pounds* (15,3%), das plantações da Firestone, na Libéria, sendo que os remanescentes 17,5% provieram da borracha do Extremo Oriente que se achava em trânsito, quando estas fontes de abastecimento foram tomadas pelos japoneses.

## 2. A TRAJETÓRIA DOS PREÇOS

A análise dos preços da borracha, revelados pelas estatísticas oficiais (cf. Quadro 9) atesta que houve, desde 1890, uma oscilação, um movimento ascendente e descendente que merece investigação mais acurada, uma vez que manifesta, naturalmente, os sucessivos percalços e crises, que, desde então, se abateram sobre a economia internacional e nacional.

Assim, podemos notar que os preços nominais da borracha extrativa flutuaram de forma significativa, ao longo do período de 1890 a 1942, quando então, por força dos Acordos de Washington, foi fixado um preço padrão e constante. Depreende-se da tabela referida

234 RECONSTRUCTION FINANCE CO. (RG. 234) Rubber Development Co. Entry 270. *General Records*, 1942. Speech of Mr. E. G. Holt, p. 4-6.

que os preços do produto extrativo cresceram continuamente entre 1890 e 1899. Como se tratasse de um produto de exportação, aventa-se a hipótese de que esse crescimento constante dos preços estivesse ligado aos contínuos deslocamentos da demanda mundial em maior magnitude que os da oferta e, dada a possível inelasticidade desta última, se pudesse obter uma tendência crescente para os pontos de equilíbrio. Um fenômeno interessante que merece ser ressaltado é que a borracha foi o único produto de exportação que apresentou, no período aludido, preços nominais crescentes, verificando-se que as repercussões no mercado de borracha não se fizeram sentir, mesmo com as crises no mercado externo<sup>235</sup>.

Para os anos de 1899 a 1902, a borracha apresenta violenta espiral, declinante em seus preços, e a explicação desse fenômeno deve ser atribuída mais aos efeitos dos movimentos da conjuntura nacional do que às crises econômicas nos mercados importadores. No período de 1902-1908, os preços registraram aumentos relativamente pequenos, mercê das duas crises que se abateram nas economias capitalistas (1902-1904 e 1907-1908), que produziram resultados bastante recessivos para a borracha<sup>236</sup>. Nos anos de 1908-1910, os preços do produto em pauta passaram a crescer acentuadamente, apresentando a borracha as mais altas cotações nas praças de Belém e Manaus. Isso se deveu ao sensível desenvolvimento da indústria automobilística no exterior, que demandava sempre mais borracha vegetal, permanecendo a oferta inelástica, em termos relativos. O quadro sobre os preços da borracha fina, montado por Le Cointe, dá-nos uma ideia da média das cotações mínima e máxima, na praça de Belém, entre 1865 e 1920.

235 Eulália M. L. LOBO et al. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 26 (4): 247, out./dez. 1971.

236 Segundo Roberto Santos em *História Econômica da Amazônia* (1980, p. 209-210), a reforma Campos Sales-Murtinho, a partir de 1899, redundou numa sensível perda de câmbio decorrente da valorização externa do mil-réis, além da quebra geral no sistema bancário que atingiu sobremaneira o sistema creditício da Amazônia.

**QUADRO 9. MÉDIA DAS COTAÇÕES MÍNIMA E MÁXIMA DA BORRACHA FINA EM BELÉM - 1865-1920**

ANOS	RÉIS/KG	ANOS	RÉIS/KG	ANOS	RÉIS/KG	ANOS	RÉIS/KG
1865-66	1.590	1898	10.560	1906	5.825	1913	3.690
1870-71	2.574	1900	8.678	1907	4.985	1914	2.870
1875-76	1.448	1901	5.987	1908	4.935	1915	3.570
1880-81	2.600	1902	4.952	1909	7.960	1916	5.608
1885-86	2.538	1903	6.033	1910	10.050	1918	2.421
1890-91	2.950	1904	6.845	1911	5.705	1920	2.400
1895-96	6.450	1905	6.390	1912	4.750	—	—

Fonte: LE COINTE, Paul. *L'Amazonie brésilienne*. V. I. Paris: A. Challamel, 1922, p. 430-431.

De 1910 até 1930, exceto no período do Plano Stevenson (1922), os preços da borracha no mercado mundial apresentaram um declínio continuado. A economia regional, como já se assinalou, permaneceu praticamente estagnada durante todo esse período.

A explicação para esta queda persistente nos preços reside em fatores que também são do nosso conhecimento: entrada de novos concorrentes no mercado mundial, associada às crises econômicas nos principais centros supridores. Ainda que as primeiras exportações da borracha de plantio do Oriente se tenham verificado por volta de 1900, somente em 1910 é que começaram a causar um movimento descendente nos preços internacionais.

Após algumas medidas para a valorização da borracha nativa, que se demonstrariam completamente inócuas e inconsequentes, as áreas produtoras da borracha natural foram inapelavelmente suplantadas pelas de plantio, de vez que as primeiras operavam a custos crescentes, enquanto que estas o faziam a custos decrescentes. Por essa razão, os produtores da Malásia conseguiram suportar o longo período de preços declinantes, devido aos ganhos de escala, decorrência das plantações da hévea de forma sistematizada, que permitia uma produtividade média do extrator malasiano quatro vezes superior à do extrator amazonense. Aliás, a simples sistematização da cultura da hévea, em qualquer região, em condições ecológicas semelhantes às da Amazônia, provocaria, de per si, a decadência do extrativismo.

Não admira, portanto, que as regiões produtoras da borracha extrativa, por volta de 1922, contribuíssem apenas com minguados 5,8% da produção mundial.

Após quase uma década de preços declinantes no mercado mundial, foi criado o Plano Stevenson, no intuito de racionalizar as

exportações e estabilizar os preços. Foi então estabelecida uma quota fixa para os preços, que acabaram, de fato, por se estabilizar, nos primeiros meses do terceiro ano de sua aplicação. Tendo-se estabelecido também quotas fixas de exportação e aumentando inusitadamente a demanda do produto no mercado mundial, em decorrência da introdução dos pneumáticos de baixa pressão, a procura começou a se sobrepor perigosamente à capacidade de suprimento, ameaçando seriamente de esgotamento os estoques mundiais.

Com o alarme que surgiu, face à escassez de borracha no mercado, os preços desataram a subir vertiginosamente, sem que nada os pudesse deter, e alcançando, em 1925, um patamar raramente atingido.

K. E. Knorr nos fornece uma média dos preços da borracha de cultivo, em Londres e New York, de 1922 a 1941, em shillings e pences, em dólares por libra-peso (Quadro 10).

Como se pode constatar, com a liberação da quota de exportação, de 15% para 100%, os preços voltaram a cair pela metade, havendo novas mudanças e adaptações no Plano, que foi extinto em 1928, por pressão dos próprios produtores malasianos e dos consumidores, em especial dos industriais americanos.

Voltou, então, ao período do comércio livre, que vigorou de 1929 a 1934. Sem os mecanismos de racionalização da produção e exportação do Plano Stevenson, repetiram-se quedas no consumo, a produção disparou vertiginosamente, acarretando a acumulação de estoques e a consequente desvalorização do produto. Acrescente-se o *crash* da bolsa de New York, em 1929, seguido da crise da economia mundial, e o cenário para o aviltamento do produto estava delineado. Desceram então as cotações da borracha a preços jamais vistos. São os dois pontos máximos das cotações atingidas, em abril de 1910, 228 cents por libra-peso e, em junho de 1932, 2,5/8 cents por libra-peso.

**QUADRO 10. PREÇOS MÉDIOS DA BORRACHA DE CULTIVO  
EM LONDRES E NEW YORK DE 1922 A 1941**

ANOS	PREÇO MÉDIO	PREÇO MÉDIO	ANOS	PREÇO MÉDIO	PREÇO MÉDIO
1922	/9 d.	17.3	1932	/2	3.4
1923	1/3	29.6	1933	/3	5.9
1924	1/2	26.1	1934	/6	12.9
1925	2/11	72.5	1935	/6	12.3
1926	1/12	49.4	1936	/8	16.4
1927	1/6	37.8	1937	/10	19.4
1928	/11	22.3	1938	/7	14.6
1929	/10	20.5	1939	/9	18.3
1930	/6	10.2	1940	1/0	19.9
1931	/3	6.1	1941	1/2	22.1

Fonte: KNORR, K. E. *World Rubber and it's regulation*. Stanford: Stanford University Press, 1945, p. 251.

No Brasil, a produção despencou para a insignificância de 6.224t, chegando as cotações à média de Cr\$ 1,20 por quilograma. Foi um ano tão infeliz para a borracha que o produto natural chegou a ser comercializado mais barato que a borracha regenerada, extraída da sucata de pneus etc.

Deu-se, pois, o completo colapso no mercado mundial, reclamando os produtores novas providências que os livrassem da ruína total, o que conduziu a um novo controle, de 1934 a 1944, através do International Rubber Regulation Agreement, determinando-se quotas fixas de exportação para os principais países exportadores. O Brasil e outros produtores menores de borracha extrativa ficaram, como no caso do Plano Stevenson, completamente à margem dessas medidas.

No período em que funcionou normalmente, o IRRA, se não evitou flutuações significativas a curto prazo, provocou uma relativa estabilidade nos preços da borracha. Tanto é assim que, em 1934, o preço médio por libra-peso foi de 12.90 cents, 12.31, em 1935, com ascensão acentuada para 16.40 cents, em 1936, e elevando-se mais ainda, para 19.40 cents, em 1937. Em 1938, houve uma regressão à média de 14.60, devido à depressão mundial, mas daí para frente, seguindo as vicissitudes da política mundial, com os preparativos para a II Guerra, os preços são impulsionados para uma nova alta, atingindo os 18.30 cents, em 1939, 19.90 cents, em 1940, e 22.11 cents, em 1941, como bem mostra o Quadro 10.

Embora, como foi frisado, a borracha extrativa da Amazônia estivesse fora dos acordos de regulamentação, o segundo quinquênio da década de 30 assistiu a uma retomada na produção e nos preços, devido basicamente ao início da fabricação de pneumáticos no Brasil

pelas grandes indústrias do ramo e à produção pela Alemanha do produto amazônico, em vista dos preparativos da guerra.

O Quadro 11 espelha muito bem esta retomada dos preços. Basta constatar que os preços da borracha, que, no biênio de 1934-1935, girara em torno de 2,50, nos anos seguintes (1936-1937) dobraram suas cotações para Cr\$ 6,60 e 6,70. Após pequena flutuação de baixa para Cr\$ 5,70, que se verificou em 1938, devido à crise mundial e a problemas diplomáticos com a Alemanha, as cotações deste produto voltam a crescer para Cr\$ 7,25, em 1939, Cr\$ 8,53, em 1940, e Cr\$ 11,12, em 1941, quando os EUA, no intuito de desbancar, de vez, o comércio com a Alemanha, se prontificaram a pagar à borracha brasileira preços mais altos que os cotados na bolsa de New York.

Atendendo, porém, aos reclamos da indústria nacional, sempre mais precisada da matéria-prima, devido às recentes fábricas de pneumáticos instaladas no Sul do país, o governo, pelo Decreto-Lei nº 3.359, resolveu pôr um freio às exportações.

Tais medidas foram, porém, praticamente anuladas pelas novas injunções políticas no cenário mundial: a entrada dos EUA e, em seguida, do Brasil no conflito, e a decisiva cooperação e ajuda mútua que se estabeleceu entre as repúblicas americanas.

**QUADRO 11. COTAÇÃO DA BORRACHA NATURAL EM BELÉM, DE 1890 A 1938, E NO RIO DE JANEIRO, DE 1939 A 1956**

BELÉM						RIO DE JANEIRO				
ANO	MAX.	MIN.	ANO	MAX.	MIN.	ANO	MAX	ANO	MIN.	CR\$
1890	3,43	2,08	1907	6,25	3,72	1923	5,30	1939	3,45	7,25
1891	4,66	2,05	1908	6,45	4,08	1924	5,50	1940	2,70	8,53
1892	5,25	3,38	1909	10,25	5,67	1925	16,00	1941	3,85	11,12
1893	5,36	3,90	1910	14,97	5,13	1926	9,00	1942	3,25	18,34
1894	5,78	4,48	1911	7,79	3,62	1927	5,70	1943	3,70	25,99
1895	6,58	4,98	1912	5,28	4,22	1928	4,90	1944	2,25	25,47
1896	8,43	6,05	1913	4,69	3,05	1929	3,70	1945	2,00	25,47
1897	9,51	7,07	1914	3,39	2,35	1930	2,60	1946	1,35	25,47
1898	12,97	7,40	1915	4,75	2,39	1931	2,00	1947	1,10	25,47
1899	12,23	8,65	1916	7,60	4,40	1932	1,80	1948	1,00	25,47
1900	11,89	5,41	1917	6,00	3,20	1933	2,30	1949	1,00	26,31
1901	7,15	4,83	1918	4,20	3,50	1934	2,70	1950	1,65	34,18
1902	5,68	4,23	1919	4,00	2,80	1935	3,40	1951	2,00	40,07
1903	6,84	5,23	1920	3,20	1,80	1936	6,60	1952	3,10	41,00
1904	7,49	5,00	1921	3,00	1,55	1937	6,70	1953	3,80	41,00
1905	7,43	5,35	1922	3,50	1,95	1938	5,70	1954	3,00	41,00
1906	6,37	5,28								52,60
										80,74

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ministério da Indústria e Comércio, jan./dez. 1956, p. 23 Quadro 25.



O ajuste das posições brasileiro-norte-americanas teve uma implementação rápida e efetiva com a Segunda Missão Souza Costa aos EUA (janeiro/março 1942) e com a assinatura dos já comentados Acordos de Washington (3 de março de 1942). Sobre a borracha foram celebrados, entre 1942 e 1946, 14 acordos entre o Brasil e EUA. O acordo principal, de 3 de março de 1942, estipulava o preço básico de 39 cents por libra-peso, para o tipo acre-fina lavada. Esse preço seria acrescido ainda de US\$ 0.25 por libra-peso da borracha-exportada que excedesse 5 mil t, e de US\$ 0.05 quando o volume ultrapasse as 10 mil t, em qualquer ano da vigência do acordo<sup>237</sup>. Levando-se em conta ainda que a RRC (Rubber Reserve Company) se comprometia a estabelecer um fundo de 5 milhões de dólares para o incremento da produção de borracha nacional e cotejando-se com os preços pagos pelos EUA à borracha proveniente do Extremo Oriente, praticamente a metade do preço básico de US\$ 0,39, seríamos tentados a concluir ser este um preço bem elevado e compensador.

Não pensavam assim, porém, os produtores e comerciantes da borracha amazônica, que mais uma vez viam as decisões e interesses da Amazônia serem tratados por gente alheia à realidade local e sem a justa noção das necessidades e reivindicações regionais.

Foi de fato, precisamente no tocante aos preços da borracha estabelecidos em Washington que se originaram as críticas mais contundentes e acerbadas em relação a tais acordos. Tais críticas transparecem claramente nos órgãos da ACA, que, após registrar, não sem alguma razão, que a Missão Souza Costa havia levado para Washington um técnico em algodão, um outro especialista em ferro e um terceiro em finanças, mas ninguém que entendesse a fundo de borracha, concluía, em relação aos preços, que a quota de US\$ 0,39 era, sem dúvida, demasiadamente baixa, diante dos custos elevados da produção e da conjuntura do mercado, que permitia à Bolívia, Venezuela e outros países, onde não fora estabelecido preço-teto algum, vender sua borracha aos americanos até a Cr\$ 80,00 o quilo. E reforçando ainda mais tal argumentação, ressalta o Boletim que, na própria Amazônia brasileira, um pouco antes dos Acordos de Washington e diante da acentuada demanda do produto, inclusive o de segunda categoria, os preços se achavam francamente em alta, chegando a borracha a ser paga até a Cr\$ 13,00 por quilo, e se afigurava imprescindível a

237 *Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro, nº LXXIV, mar. 1942. Cf. também: DEPARTMENT OF STATE. *Foreign relations of the United States. Diplomatic Papers, 1944*. v. V, p. 692-694.

progressão nos preços, face à iminente paralisação dos suprimentos orientais à indústria americana, europeia e argentina<sup>238</sup>.

Valentim Bouças, o verdadeiro mentor destes acordos, contesta com inusitada veemência estas críticas, afirmando terem elas *suas raízes depositadas nos resíduos de passadas épocas de falsa prosperidade na Amazônia que teimavam em se perpetuar em época diversa e em momento excepcional*<sup>239</sup>. Tenta justificar depois que, no caso dos preços da borracha, devia-se atentar para a situação da nossa indústria e para os compromissos decorrentes da nossa solidariedade continental.

Alega ainda que justamente na ocasião em que se desenrolavam as negociações em Washington sobre a borracha, chegava junto à Missão brasileira um telegrama urgente do dr. Leonardo Truda (Diretor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil), alertando para o perigo de se elevarem em demasia os preços desta matéria-prima, pelas repercussões que tal medida acarretaria no mercado interno.

Por outro lado, sustentava ainda Bouças que se o Brasil fosse exigir, para a borracha e outros produtos de que tanto careciam os EUA, naquele momento crítico, preços de monopólio, alegando apenas a lei da oferta e da procura e não atentando para as peculiaridades da conjuntura internacional, ninguém poderia depois se queixar de possíveis retaliações de que os americanos poderiam lançar mão, como no caso do combustível, setor no qual o Brasil era, na época, totalmente dependente dos EUA.

Especificamente, tanto em relação à extração, quanto à indústria de artefatos de borracha, Bouças argumentava que era necessário considerar a cooperação emprestada ao programa de incremento à produção, como também à industrialização e absorção de artefatos. Para se conseguir o aumento da produção se faziam indispensáveis diversos itens de importação, tais como: armas, munições, folhas de flandres para a fabricação de utensílios apropriados à coleta do látex, embarcações para o transporte e chapas de aço para o seu reparo, motores, depósitos de combustível, materiais vários de construção etc. Embora esse material fosse e continuasse a ser, naquele momento, de difícil obtenção, por efeito dos Acordos de Washington, seu fornecimento foi-nos garantido, a preços de custo, pelo único país

238 *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano III, nº 33. abr. 1944, p. 11.

239 BOUÇAS, 1953, p. 40. Cf. também: *Observador Econômico e Financeiro*. Ano VIII, nº 92, 1943, p. 4-5.

então capaz de abastecer-nos: os EUA. Além disso, foi dos EUA que a indústria de pneumáticos e outros artefatos de borracha conseguia o suprimento de matérias-primas indispensáveis, ainda não produzidas no Brasil.

A conclusão de Bouças se afigurava lógica: não devemos ver a questão dos preços da borracha de maneira isolada, imediatista e interesseira, mas, no conjunto de vantagens e benefícios que efetivamente o programa da borracha na Amazônia haveria de trazer para os produtores da região<sup>240</sup>.

Na realidade, quando, em meados de 1942, uma missão americana se apresentou no Rio de Janeiro, sob a chefia de Douglas H. Allen, presidente da RRC, para a implementação dos Acordos de Washington, não foi nada fácil chegar a um acerto satisfatório no tocante à questão dos preços. Sérias e irredutíveis diferenças se originaram no seio da Comissão brasileira, constituída pelo Ministério da Fazenda e liderada por V. Bouças, quanto à maneira de se fixarem e aplicarem os preços da borracha negociados em Washington<sup>241</sup>.

O principal opositor das cotações dos preços estipulados nos acordos era o Dr. Leonardo Truda, da Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil, qualificado por Allen de competente e dedicado profissional, mas, pouco cooperativo e até hostil aos americanos.

Quanto aos preços, os americanos tencionavam estipular que, se a borracha fosse transportada de Belém para os EUA, num prazo de 30 dias de sua chegada a este porto, seu peso e preço seriam avaliados pelas cotações vigentes em New York, e se a estocagem ultrapassasse este período, seria o produto avaliado e pesado em Belém. Como Leonardo Truda se opusesse terminantemente a essas pretensões, a missão americana exigiu, para continuar a negociar, a retirada de tal técnico da mesa de negociações. Finalmente, o Presidente Vargas autorizou que toda a responsabilidade das gestões passasse para Bouças e para a Comissão de Controle dos Acordos de Washington, muito mais afinados com os interesses americanos.

À medida, porém, que o programa da borracha ia se corporificando e as atividades econômicas na Amazônia se intensificavam, o aumento do custo de vida começou a subir acentuadamente. Segundo

240 BOUÇAS, 1953, v. II, p. 41.

241 RFC (RG. 234) - RDC, Entry, 271. *General Country File (Brazil), Amazon Rubber Cronology*, p.23.

a ACA, tal aumento representou para o seringueiro a quantia de 104%, de 1939 a 1943, e 42%, de março de 1942 a outubro de 1943<sup>242</sup>.

Diante disso, a própria ACA resolveu liderar a campanha em prol de preços mais compensadores para o principal produto amazônico. Assim, como primeira reivindicação do seu memorial, levado pela Comissão conjunta das ACA e ACP à Comissão de Controle dos Acordos, de Washington, em fins de 1943, constava precisamente a majoração dos preços da borracha. Para que estes satisfizessem ao menos os custos da produção seria aconselhável que a Rubber Development Corporation adotasse, no Brasil, o sistema em vigor na Venezuela, onde a borracha era paga a US\$ 0,45 por libra-peso no porto do seringalista, visto que as despesas do transporte corriam por conta da agência americana encarregada da aquisição da borracha. Isso fazia com que se vendesse a borracha na Venezuela a Cr\$ 19,50, pagos ao seringalista em seu porto, sem a dedução de qualquer encargo ou imposto sobre transporte, umidade etc, enquanto que no Brasil a borracha era paga a Cr\$ 12,80, quando com impostos de saída a pagar, e no máximo Cr\$ 13,20 quando já pagos tais impostos<sup>243</sup>.

Foi então consertada pelos negociadores uma tabela de preços FOB. Belém obedecia a tal normativa, conforme o Quadro 12.

**QUADRO 12. PRIMEIRA TABELA DOS PREÇOS DA BORRACHA EM DECORRÊNCIA DO ACORDO DE WASHINGTON**

CLASSIFICAÇÃO	LAVADA POR LIBRA PESO	RÉIS	CRUA CLASSIFICADA POR LIBRA PESO	RÉIS
Acre Fina	US\$ 39 cents	16\$000	US\$ 32,1/2 conta	13\$200
Altos Rios	US\$ 38,5/8 cents	15\$000	US\$ 31,3/4 cents	13\$000
Fina das Ilhas	US\$ 38,5/8 cents	15\$000	US\$ 30,3/8 conta	12\$500
Sernambi-Rama	US\$ 32,1/2 cents	13\$300	US\$ 23 cents	9\$400
Sernambi-R. 1º 6ma	US\$ 35 cents	14\$300	US\$ 26 cents	10\$600
Sernambi-Cametá	US\$ 35 cents	14\$300	US\$ 16 cents	6\$550
Sernambi-1º 6ms	US\$ 37 cents	15\$200	US\$ 18,6/8 cents	7\$600
Caucho	US\$ 33,1/2 cents	13\$700	US\$ 24 cents	9\$800

242 *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano III, nº 31, fevereiro de 1944, p. 7.

243 *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano III, nº 31, fevereiro de 1944, p. 8.

CLASSIFICAÇÃO	LAVADA POR LIBRA PESO	RÉIS	CRUA CLASSIFICADA POR LIBRA PESO	RÉIS
Smoket Sheet	US\$ 42 cents	17\$200	----	
Crua do Ceará				
FOB Bahia	US\$ 19,1/2 cents	----	----	
Magabeira Crua	US\$ 19,1/2 cents	----	----	
FOB Bahia ou Ceará				

**Fonte:** Reconstruction Finance Corporation (RG. 234) Rubber Development Corporation. Entry 271; General Country File (Brazil); Amazon Rubber Cronology, p. 23.

Premidos pelas pressões dos produtores e pelo descontentamento dos extratores quanto ao custo de vida, os dois governos resolveram atender, ainda que parcialmente, às reivindicações das classes produtoras da Amazônia.

Decidiu-se então elevar o preço da borracha vegetal, que passou a ser de US\$ 0,45 por libra-peso (tipo acre-fina lavada). Tal acordo deveria vigorar retroativamente, de 1º de julho de 1943 até 31 de dezembro de 1946, conforme o Acordo Suplementar sobre a borracha, firmado em 29 de setembro de 1943, entre a Comissão de Controle dos Acordos de Washington e a Rubber Development Corporation (aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.881, de 5 de outubro de 1943)<sup>244</sup>.

Um segundo Acordo Suplementar sobre a borracha foi assinado ainda pelos dois governos, em 8 de fevereiro de 1944, pelo qual o preço básico estipulado de US\$ 0,45, moeda americana, por libra-peso da borracha acre-fina lavada, era acrescido de um prêmio de US\$ 33,3 do preço de compra<sup>245</sup>.

Tal majoração, concedida a título de prêmio, estendia-se a todos os tipos de borracha constantes das tabelas em vigor, quer o produto se destinasse ao mercado interno, quer à exportação, e era paga sobre toda e qualquer borracha negociada a partir de 9 de fevereiro de 1944 até 31 de março de 1945.

244 DEPARTMENT OF STATE. Foreign Relations of United States. V. 5. Washington: Government Printing Office, 1942, p. 669.

245 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Coleção dos Atos Internacionais*, nº 213. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 7. Acordo entre o Brasil e os EUA relativo ao pagamento do prêmio sobre a borracha (complementar ao de 8 de fevereiro de 1944). Este acordo corresponde ao Decreto-Lei nº 5.881 de 5.10.1943, publicado no *Diário Oficial de República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, de 30.11.1943.

Como contrapartida desse acréscimo, a RDC deixou de prestar assistência financeira a diversas entidades ligadas ao programa da produção da borracha, sendo substituída neste mister pelo governo brasileiro. Este passou a contar, para tal fim, com um fundo especial de 10 milhões de cruzeiros, além da diferença dos preços obtida com a venda dos estoques em mãos do Banco da Borracha na data da celebração desse convênio, e ainda com o produto dos prêmios de exportação que continuavam em vigor.

Diante disso, a nova tabela dos preços da borracha, discriminando tipo e qualidade, passou a ser a seguinte, convertida já em cruzeiros (Quadro 13).

**QUADRO 13. NOVA TABELA DE PREÇOS DA BORRACHA DO ACORDO SUPLEMENTAR DE 8 DE FEV. DE 1944**

TIPOS	CR\$ POR QUILOGRAMA	UMIDADE
<b>ACRE</b>		
Acre Especial	17,70	20%
Acre Fina	17,40	20%
Acre Entre-Fina	15,70	23%
Acre Sernambi Virgem	14,00	28%
<b>ALTOS RIOS</b>		
- Especial	17,20	—
- Fina 1º grupo	16,90	20%
- Fina 2º grupo	16,50	20%
- Fina 3º grupo	16,00	22%
- Entre-Fina 1º grupo	15,40	24%
- Entre-Fina 2º grupo	14,90	23%
- Entre-Fina 3º grupo	14,20	26%
Sernambi Virgem 1º grupo	13,70	29%
Sernambi Virgem 2º grupo	13,30	28%
Sernambi Virgem 3º grupo	13,00	30%
Sernambi Rama 1º grupo	12,10	32%
Sernambi Rama 2º grupo	10,50	27%
Caucho de 1ª	15,10	35%
Caucho de 2ª	13,30	25%
Fraca (Betbamiana-Fina)	14,80	33%
Fraca Entre-Fina	13,10	25%
Fraca (Gêneros não específicos)	9,30	30%
<b>SMOKET SHEET (LAMINADA DEFUMADA)</b>		
Tipo 1	24,80	-
Tipo 2	24,50	-
Tipo 3	24,20	-
Tipo 4	24,60	-

**Fonte:** *Diário da Assembleia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 23.08.1946, p. 4.150.

Tal aumento base, que, com o acréscimo do prêmio, beirava a média dos Cr\$ 18,60, ficou ainda abaixo do reivindicado pelas clas-

ses produtoras, que alegavam estar sendo pago a outros países preço mais alto do que vinha sendo atribuído à borracha brasileira.

Alegavam ainda, os produtores da Amazônia, que os seringais acreanos, que nunca foram totalmente paralisados, poderiam usufruir benefícios através de uma exploração rentável, mas aqueles, como os do Xingu e principalmente os do Tapajós, que tiveram que começar tudo de novo, mobilizando, para tanto, grande soma de capital, não suportariam a pressão do nível estabelecido e fracassariam. Em que pese, porém, a redução entre o que foi pedido e o que se obteve, as novas condições estabelecidas foram consideradas até vantajosas, justificando o entusiasmo e a perspectiva de um aumento considerável para a safra de 1944.

Embora não fosse a ideal, essa cotação para os preços representava, em relação aos preços da crise, uma melhora sensível; aliada ao crédito fácil e abundante fornecido pelo Banco da Borracha, provocou um novo surto da produção, apesar da permanência de todos os entraves estruturais do extrativismo retrógrado.

Tal preço base de Cr\$ 18,60 seria ainda prorrogado por mais dois acordos, o de 27 de junho e o de 14 de agosto de 1945, que o mantinham em pleno vigor até 30 de junho de 1947, data limite da carência dos Acordos de Washington<sup>246</sup>.

Apesar das constantes reclamações dos produtores e extratores da Amazônia, advogando uma majoração nos preços, os americanos sempre se opuseram a isso, por motivos básicos: primeiro, lembravam eles, uma majoração nos preços poderia significar um outro desastre econômico para a região, já que os comerciantes poderiam se habituar com preços altos e quando os EUA deixassem de comprar e subsidiar a borracha, toda a economia amazônica poderia entrar em crise novamente; em segundo lugar, asseveravam ainda eles que, dadas as condições peculiares da economia amazônica, os seringueiros trabalhavam na extração da borracha somente até economizarem o suficiente para saldar suas contas no barracão e comprarem sua passagem de volta. Como isso significava uma menor produção de borracha, eles preferiam contribuir para uma espécie de escravidão dos seringueiros aos seus padrões tradicionais.

246. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Coleção dos Atos Internacionais*. nº 213. Rio de Janeiro, 1945. Acordo Relativo à Prorrogação, por um período adicional de vários acordos existentes entre o Brasil e os EUA referentes à borracha e seus produtos. Concluído no Rio de Janeiro por troca de notas, datadas de 27 de junho e 14 de agosto de 1945

Esses pretextos não se justificavam, porém, porque os americanos adquiriram a borracha brasileira a um terço do que, durante todo o tempo da guerra, pagavam a outros países como a Bolívia e Venezuela.

### **3. FINANCIAMENTO DO NOVO SURTO EXTRATIVO DA BORRACHA**

Como vimos no Capítulo 1, quando abordamos a oferta de capital, a criação e a manutenção da indústria extrativista da borracha exigiu a mobilização de apreciável montante de capital necessário às despesas com o transporte, pessoal para as tarefas de exploração e outras, abastecimento e colocação posterior do que fosse obtido como produção.

Os riscos dessa elevada inversão de capital, pelos próprios azares e incertezas da atividade extrativista, mantiveram afastado, de início, o capital estrangeiro. A crescente procura, entretanto, dessa matéria-prima, em decorrência do *boom* da indústria automobilística, reverteu por completo tal tendência, atraindo de imediato o capital estrangeiro, que passou a se constituir no sustentáculo da atividade extrativista para toda a região, quer quanto ao crédito para as importações e exportações, quer como capital de giro e ainda para empréstimos privados e a governos locais. Foi assim que o capital monopolista internacional financiou, praticamente, toda a atividade da indústria gumífera do período áureo da borracha, seja custeando a migração da mão de obra para a região, seja arcando com o ônus da exploração das novas zonas produtoras, tentando inclusive a criação e uma companhia de cartel – o Bolivian Syndicate – na esperança de açambarcar a região mais rica dos gomais amazônicos: o Acre.

Mas, tal como se dissesse “eu criei, eu mesmo destruo”, coube também ao capital monopolista internacional a responsabilidade pelo desmantelamento da economia extrativista da borracha, substituindo-a pela exploração sistemática e racional das *plantations* asiáticas.

Duas razões principais levaram o capital monopolista a tal procedimento: 1ª) a necessidade de uma produção maior e em larga escala do produto, imperativo do *boom* da grande indústria automobilística e que, portanto, obrigava o capital a organizar-se, trocando a baixa produtividade dos seringais nativos pela alta produtividade dos seringais de cultivo; 2ª) os problemas que o capital enfrentava em nível mundial, diante do quadro dos estados nacionais. Apesar de



semicoloniais, países como o Brasil, ainda que de economias dependentes, representavam de algum modo um sério bloqueio à livre expansão do capital em escala mundial. O exemplo do Acre foi gritante nesse sentido. Assim, a introdução do plantio racional em suas colônias asiáticas era expediente decisivo para a consolidação do capital monopolista. Era o capital inglês organizando o processo produtivo, revolucionando e introduzindo sua lógica, sua disciplina, seu ritmo, sua especificidade, e provocando, como consequência, a derrocada inexorável da hegemonia brasileira da goma silvestre.

Nos albores dos anos 1940, três décadas já se haviam passado desde que aquela política do *laissez-faire* houvera provocado a derrocada da indústria nativa da Amazônia. Nesse ínterim, a humanidade passou por violenta crise econômica, na qual uma nova concepção no social e na economia tendia a reger os destinos dos povos ditos civilizados. A intervenção estatal na economia passa a ser a *pedra de toque* no receituário da crise que abalara o arcabouço econômico dos países capitalistas.

Coube precisamente a esta economia estatal a responsabilidade pelo soerguimento da economia amazônica, com o novo surto da borracha nativa durante a Segunda Guerra Mundial.

Surpreendidos pela agressão nipônica no Pacífico e com a consequente suspensão do comércio com o Oriente, de onde provinha praticamente todo o suprimento da borracha para seu parque industrial, os americanos tiveram que se socorrer de outras fontes para obter novos suprimentos do precioso produto, de largo uso e consumo da indústria bélica.

De recurso natural ultrapassado, a seringueira nativa da Amazônia passa a desempenhar, então, o papel de reserva para o momento em que a produção por métodos modernos não satisfaça mais as necessidades da economia industrial. E esta não será a última vez. Destarte, após quase três décadas de crise e depressão, volta a economia da borracha nativa, da Bacia Amazônica, a experimentar um novo surto de agitação e euforia.

Para viabilizar esse soerguimento da indústria extrativista da borracha se fazia mister, porém, reativar os antigos seringais e criar novas zonas de produção, realizar um novo deslocamento de mão de obra do Nordeste, renovar e potencializar o obsoleto e desgastado sistema de transporte, propiciar condições sanitárias para região e

até prover o Grande Vale de suprimentos necessários, sem os quais o êxito de tamanha empreitada estaria em risco.

A mobilização de todo este mundo de homens, de material e de meios de transporte, além de um esquema organizacional e logístico de grande porte, estava a exigir, naturalmente, uma somatória abundante de recursos e de capital.

Como, nesta altura dos acontecimentos, pouco ou quase nada se podia esperar do combalido capital regional, proveniente do comércio da borracha, e que durante os anos da crise e depressão mal pudera sustentar a periclitante economia amazônica, coube aos dois governos (americano e brasileiro) bancar o capital e o financiamento do novo surto da borracha nativa.

Para isso, seguindo à risca as instruções do acordo sobre a borracha, de 3 de março de 1942, firmado em Washington, que recomendava a criação de uma única agência de compra e venda para adquirir no interior e colocar no exterior e nas fábricas nacionais toda a produção da goma elástica (art. 6º)<sup>247</sup>, foi criado pelo governo brasileiro, a 9 de junho de 1942, o *Banco de Crédito da Borracha*. Tal órgão tinha como objetivo realizar operações de crédito, fomento à produção e financiamento à empresa heveícola, bem como exercer o monopólio final da compra e venda da borracha.

Tais operações tinham sido inicialmente conferidas pelo decreto-lei nº 4.221, de 1 de março de 1942, à Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil. Como o sucesso não foi o esperado – pois se fazia necessária uma maior elasticidade creditícia, não permitida e ainda não contemplada pela legislação brasileira – e levando-se em conta ainda que o Banco do Brasil não estava aparelhado para uma tarefa excepcional, sob todos os pontos de vista, como o financiamento da produção da borracha em tempo de guerra, tudo isso contribuiu para o convencimento dos altos escalões dos dois governos no sentido da criação de um órgão especial que desempenhasse com exclusividade tal atividade.

A autorização oficial foi concedida pelo Decreto-Lei nº 4.451, cujos dispositivos foram em parte alterados e completados pelos Decretos-Leis números 5.185, de 12 de janeiro de 1943; 5.651, de 5 de julho de 1943 e 5.814, de 14 de setembro de 1943.

247 DEPARTMENT OF STATE. *Foreign relations of the United States. Diplomatic Papers*, 1942. v. V, p. 692-694.

Organizado sob forma de sociedade anônima e com sede na cidade de Belém (art. 1º e 3º), o capital inicial do Banco era de cinquenta milhões de cruzeiros, dividido em ações ordinárias, nominativas, com valor inicial de mil cruzeiros cada uma, das quais o Tesouro Nacional subscreveria, no mínimo 55% (cinquenta e cinco por cento) e a Rubber Reserve Company 40% (quarenta por cento), ficando a parte restante aberta à subscrição pública, exclusivamente de pessoas físicas de nacionalidade brasileira (art.5º).

O Banco seria administrado por uma diretoria composta de Presidente, que deveria ser brasileiro, e cinco Diretores, dos quais três seriam brasileiros natos e dois norte-americanos (art. 6º). Aquela Instituição financeira prestaria assistência principalmente a firmas dos Estados produtores, diretamente interessados na extração, comércio e industrialização da borracha, em especial para o aviamento dos seringais, desenvolvimento dos transportes, saneamento e colonização das zonas produtoras, organização de cooperativas de seringueiros (art. 7º).

Ao Banco de Crédito da Borracha ficaria assegurada a exclusividade das operações finais de compra e venda de borracha de qualquer tipo e qualidade, quer se destinasse o produto à exportação, quer ao suprimento da indústria nacional (art. 8º)<sup>248</sup>.

Atentando-se bem para as operações que o Banco estava autorizado a realizar, podemos constatar que, na realidade, tal fato representava uma nova orientação políticoeconômica do governo, pois se tratava do primeiro estabelecimento de crédito especializado criado no país para o fomento à economia de um único produto, assim como vinha realçar os fundamentos de uma nova forma de cooperação internacional, envolvendo os interesses financeiros dos governos do Brasil e EUA, já que, em virtude do próprio decreto, tanto a diretoria como o capital eram constituídos por elementos e por recursos pertencentes aos dois países em apreço.

Essa característica, da especialização em um só produto, foi muito evidenciada, à época. A respeito do assunto assim se expressava o influente *Correio da Manhã*:

Notou-se que, apesar do notável desenvolvimento da rede bancária nos últimos anos no Brasil, não houve a especialização da mesma, prevalecendo ainda a tendência de fazer toda a espécie de negócios

248 *Diário Oficial da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 11 de julho de 1942, p. 10.901.63.

e da prestação de serviços a todos os ramos da economia nacional. Já na América do Norte e Europa, além da divisão entre bancos de depósitos e bancos de negócios, impostas por lei ou pelos costumes, surgiu uma outra modalidade de especialização conforme as atividades industriais e agrícolas. Assim os produtores de trigo, de algodão, a indústria mineira, a química, a têxtil e ainda outros ramos têm os seus institutos especiais de créditos.<sup>249</sup>

E os efeitos da atuação do Banco de Crédito da Borracha se fizeram logo sentir nas áreas da produção.

A primeira e a mais discutida de todas as medidas era a que atribuía ao Banco recém-fundado a exclusividade das operações finais de compra e venda da borracha para todo o território nacional.

Essa operação, que praticamente determinava o monopólio de toda a produção do Banco de Crédito da Borracha, vinha sendo executada, até abril de 1943, pela Carteira de importação e Exportação do Banco do Brasil. Uma vez, porém, que foram providenciadas as instalações de suas próprias agências nos centros mais importantes do Vale Amazônico, viabilizados os próprios armazéns para o recebimento do produto, e após a seleção do pessoal necessário à pesagem, corte e classificação da borracha, o Banco de Crédito se achou plenamente apto a realizar tais operações.

Essa medida foi sumamente controvertida, pois enquanto os oficiais brasileiros e americanos a achavam salutar porque colocava sob controle toda a produção da área, evitando-se a costumeira especulação que sempre ocorria por causa da oscilação dos preços, era, por outro lado, violentamente combatida pelo comércio e pelas classes conservadoras da Amazônia que viam nela o alijamento das *casas aviadoras* do processo de financiamento dos seringais, além de um golpe mortal nas firmas receptoras e exportadoras que viam, de um momento para o outro, suas atividades usurpadas pelas novas funções do Banco. Era mais que natural, portanto, que tais medidas provocassem as mais violentas reações dessas classes que consideravam esta ingerência do Banco como uma séria ameaça de desestabilização daquilo que eles julgavam ser o arcabouço comercial e econômico até então vigente na Amazônia<sup>250</sup>.

249 Economia e Finanças: o Banco da Borracha – transcrito do jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro pelo jornal *O Acre*, edição de 2 de agosto de 1942, p. 4.

250 *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano II. nº 33, abril de 1944, p. 11-12.

O Banco de Crédito da Borracha, logo de início, procurou fomentar essas medidas, no intuito de emprestar maior racionalidade à produção gumífera do Vale. Uma providência deveras oportuna, que visava melhorar a qualidade da goma amazônica, foi a criação de uma nomenclatura oficial uniforme para as várias espécies de borracha, fato este que, junto a várias medidas de fiscalização postas em práticas pelo próprio Banco, começou a surtir sensíveis efeitos na qualidade do produto tão depreciado e tristemente famoso pelas fraudes e impurezas que carregava em seu bojo.

A esse respeito, nada melhor que o testemunho dos técnicos do setor da produção industrial da coordenação da Mobilização Econômica:

Por uma questão de praxe mais do que de necessidade, a indústria de artefatos de borracha habituou-se a utilizar borracha acre-fina, mesmo quando esta classificação, muito dificilmente podia ser aplicada aos tipos de borracha que os revendedores forneciam, em geral, à indústria. Quando a distribuição se tornou privativa do Banco de Crédito da Borracha, não só a Indústria passou a receber tipos perfeitamente definidos, mas ainda em muitos casos, os tipos inferiores sobrepujavam de muito a qualidade dos tipos que eram outrora fornecidos à Indústria sob a designação de tipos finos.<sup>251</sup>

Tal reforma, que dependia exclusivamente do aparelho administrativo do Banco, viu-se coroada de êxito, criando este dois tipos de tabelas – A e B – nas quais se achavam discriminadas as diversas espécies de borracha com os respectivos preços<sup>252</sup>.

Outras medidas, de caráter mais tópicamente profundo, procurou o Banco ainda incrementar. A primeira foi o combate à utilização da machadinha no corte da seringueira, método predatório e de consequências irreparáveis para as árvores. A segunda foi a tentativa da utilização do processo Arantes de coagulação química do látex, em substituição ao anacrônico e pernicioso sistema de defumação. Tratava-se, como se vê, de reformas de caráter mais epidérmico do que estruturais, mas que, se postas em práticas, viriam, de qualquer forma, aperfeiçoar os meios de produção.

251 BOUÇAS, 1953, v. II, p. 46.

252 As tabelas em pauta foram devidamente reportadas quando tratamos do item "preços".

A primeira dessas medidas foi plenamente viabilizada, passando os seringueiros ao uso generalizado da chamada *faca amazônica*, um protótipo nacional da faca *jebond*, usada nos seringais do Oriente. Em consequência, a sangria das madeiras passou a ser efetuada mais racionalmente, preservando-se a árvore, sem se perturbar a produtividade.

A segunda medida preconizada pelo Banco, entretanto, talvez porque um pouco mais complexa, não conseguiu quebrar a resistência conservadora dos produtores, não logrando uma aceitação generalizada, embora tenha feito adeptos esporádicos.

Além dessas tentativas de melhoria nos meios de produção, uma das mais importantes consequências da presença do Banco de Crédito da Borracha no processo produtivo dar-se-ia, na realidade, nas relações de produção. É inegável que, devido à ação deste agente financeiro, houve uma certa melhoria nas relações econômico-sociais entre o seringueiro-extrator e o patrão-seringalista, que passaram a ter, então, um caráter mais monetário, superando aquela fase primitiva da época áurea da borracha, em que as transações eram feitas na base da troca das mercadorias pelo produto. É certo que a dependência em que se encontrava o seringalista de um órgão estatal que o controlava através do financiamento e de uma certa fiscalização, dificultava a manutenção daquele sistema Amazônico e espoliativo, o que, indiscutivelmente, representava um certo progresso nas relações de produção.

Infelizmente, tal medida, se foi capaz de provocar alguma melhoria, não alterou substancialmente o regime de crédito que vigorava nos seringais. Como reconhece Ferreira Reis, tal iniciativa não foi capaz de alterar fundamentalmente o regime de crédito para a base das atividades nos seringais, permanecendo o numerário em circulação nas mãos dos seringalistas e longe do alcance dos seringueiros que continuaram a comprar a crédito as utilidades de que careciam em troca de sua produção<sup>253</sup>.

É que o Banco, seja por inapetência para pôr em prática uma ação fiscalizadora mais severa, seja por falta de meios e pessoal, não exerceu na sua plenitude o disposto no Decreto-Lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1942, que lhe facultava intervir nos seringais (art. 3º) e regular por meio dos contratos-padrão, aprovados pelo Banco, as relações entre proprietários de seringais, seringalistas e seringueiros<sup>254</sup>.

253 REIS, Arthur César Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola – Documentário da vida rural, nº 5, 1953, p. 76, p. 91-92.

254 *Diário Oficial da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, edições de 20.10.1942, nº 224 e de 20.10.1943, nº 244. p. 18.801.

O sucesso do Banco como agente financeiro foi, porém, inconteste. Fundado com um capital inicial de 50 milhões de cruzeiros, diante do desenvolvimento que vinham tomando suas operações, foi elevado tal montante, pelo decreto-lei nº 5.651 de 5 de julho de 1943, para Cr\$ 150.000.000, sendo que 87.500 ações foram subscritas pelo Tesouro Nacional, 60.000 pela RDC e 2.500 por pessoas físicas ou jurídicas de nacionalidade brasileira<sup>255</sup>. Um balancete de 30 de outubro de 1943 nos dá uma ideia do movimento do Banco e do tipo de operações por ele realizadas, pouco mais de um ano após sua criação (cf. Quadro 14).

**QUADRO 14. BALANCETE DA SEDE E AGÊNCIAS DO BANCO DE CRÉDITO DA BORRACHA S.A. EM 30 DE OUTUBRO DE 1943**

ATIVO (Cr\$)		
<b>Ativo disponível</b>		
Caixa:		
Em moeda corrente	2.408.102,50	
Em depósito no Banco do Brasil — (Agências Diversas)	22.017.136,30	
Em depósitos n'outros Bancos	201.627,20	24.626.866,00
<b>Ativo realizável</b>		
A curto prazo:		
Borracha - Saldo compensado	50.462.141,20	
Gêneros alimentícios	557.101,00	
Empréstimos em conta corrente	6.732.102,40	
Títulos descontados	5.306.084,30	
Devedores e credores diversos	1.523.665,60	
Adiantamento p/c de Borracha	2.522.914,30	67.104.008,80
A longo prazo:		
Empréstimos rurais	73.811.323,60	
Empréstimos hipotecários	355.000,00	
Empréstimos industriais	205.437,10	74.371.760,70
Agências		10.562.412,80
<b>Ativo Fixo</b>		
Móveis e Utensílios	1.215.634,90	
Objetos de Escritórios	234.787,10	1.450.422,00
Contas de resultado pendente	7.218.274,50	
Soma — Movimento Financeiro		185.333.744,80
<b>Contas de Compensação</b>		
Empréstimos Rurais Contratados	161.125.579,30	
Empréstimos Industriais Contratados	200.000,00	
Depositários de Valores e Títulos	2.699.040,80	
Valores Depositado	19,00	
Hipotecas	341.980,00	
Valores Cauçionados	13.783.801,00	
Contratos de Câmbio	9.087.124,80	
Efeitos a Cobrança	6.378.073,20	
Cobranças nos Estados	792.788,10	194.408.406,20
<b>TOTAL — Movimento Econômico</b>		<b>379.742.151,00</b>

<sup>255</sup> *Diário Oficial da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 07.07.1943, nº 156, p. 10.355.

QUADRO 14. CONTINUAÇÃO

PASSIVO (Cr\$)		
<b>Passivo não exigível</b>		
Capital	150.000.000,00	
Fundo de Reserva	43.672,70	
Fundo para Amortização de Imóveis, Móveis e Utensílios	28.986,30	
Fundo p/ Prejuízos Eventuais	329.780,70	150.402.439,70
<b>Passivo exigível</b>		
<b>A curto prazo:</b>		
Devedores e Credores Diversos	605.742,30	
Depósitos sem Juros	6.582.132,60	
Depósitos sem Limite	5.452.338,60	
Depósitos Populares	534.674,70	13.965.569,80
Ordens de Pagamento		387.251,60
Dividendos do Banco		500.000,00
<b>A longo prazo:</b>		
Depósito com Aviso Prévio	19.367.218,50	
Depósito a Prazo Fixo	170.000,00	
Depósitos Especiais	71.180,60	9.608.399,00
<b>Contas de resultado pendente</b>		
Diversas Contas		470.084,70
Soma — Movimento Financeiro		185.333.744,80
<b>Contas de Compensação</b>		
Créditos p/ Empréstimos Rurais Contratados	161.125.579,30	
<b>Créditos p/ Empréstimos Industriais</b>		
Contratados	200.000,00	
Depositantes de Títulos e Valores	2.623.705,90	
Depositantes de Valores em Garantia	14.125.781,00	
Valores Diversos a nossa Ordem	75.353,90	
Cambio Vendido	9.087.124,80	
Cobrança de Conta Alheia	549.618,80	
Cobrança Caucionada	5.827.913,40	
Títulos Descontados em Cobrança	793.329,10	194.408.406,20
<b>TOTAL — Movimento Econômico</b>		<b>379.742.151,00</b>

**Fonte:** BANCO DE CRÉDITO DA BORRACHA S.A. *Balancete da sede e das Agências em 30 de outubro de 1943.* Publicado no jornal *O Acre*, de 19 de dezembro de 1943, p. 4-5.

No tocante à sua tarefa precípua de financiamento intensivo dos seringais, em que pese a prudência que devia cercar tais operações, já que, como vimos, era fato inédito na Amazônia um banco financiar diretamente a produção da borracha, com tudo isso, o Departamento de Financiamento deste agente de crédito estudou, somente no ano de 1943, 807 propostas de empréstimos num valor global de Cr\$ 228.518.432,60; acrescidas das que se achavam em estudo nos últimos meses de 1942, totalizavam pedidos no valor de Cr\$ 249.300.592,60. Desse total foram atendidas 583 propostas, no valor de Cr\$ 166.935.759,30 e recusadas 157, no valor de Cr\$ 51.411.600,00<sup>256</sup>.

256 BOUÇAS, 1953, v. II, p. 46.



O total do financiamento (Cr\$) a longo prazo (3 anos), ficou assim distribuído:

1º ano	98.748.150,70
2º ano	45.175.610,50
3º ano	23.011.998,10
TOTAL	166.935.759,30

Quanto ao seu movimento financeiro, no exercício de 1943, apresentou o Banco de Crédito um lucro líquido de Cr\$ 9.211.451,30, tendo a diretoria, com a aprovação do seu conselho fiscal, determinado a seguinte aplicação em cruzeiros:

Dividendos	5.000.000,00
Fundo de Reserva	460.572,60
Fundo p/prejuízos ventuais	3.750.878,70
TOTAL	9.211.451,30 <sup>a</sup>

O sucesso e expansão do Banco de Crédito da Borracha foram tão marcantes que ao cabo de 3 anos de atuação o seu fundo de valor era igual ao seu próprio capital: Cr\$ 150.000.000,00. Tal desempenho se explica facilmente, uma vez que, ao lucro normal do Banco em suas operações rotineiras, eram-lhe aditados ainda os prêmios que lhe eram assegurados pelos acordos com os EUA, além de outros lucros eventuais como os dos Salvados. Plenamente justificada, portanto, era a euforia de seus idealizadores quando se atentava que mesmo as grandes instituições econômicas, industriais ou comerciais, só depois de muitos anos conseguem usufruir resultados que correspondem a 50% do seu capital<sup>257</sup>.

As reações que este órgão de capital estatal despertou iam desde as críticas mais amargas e contundentes, como no caso dos comerciantes de Manaus e Belém, até os aplausos mais eufóricos.

Um reparo inesperado, no tocante à constituição do seu capital, partiu, por incrível que pareça, das próprias autoridades diplomáticas americanas. Pelo que consta de um telegrama do embaixador americano (Caffery) ao Secretário de Estado, parece que a desproporção do número das ações — 55% ao governo brasileiro e 40% ao

257 BOUÇAS, 1953, v. II, p. 364.

governo americano — não agradava muito ao escrupuloso diplomata. Diante, porém, da exposição de Bouças, garantindo ser esta uma exigência da legislação brasileira que regia a criação e o funcionamento das Corporações Estatais, e ainda mais diante da promessa explícita das autoridades brasileiras, assegurando que nenhum empréstimo, compromisso ou entendimento seria concluído sem a aprovação, por escrito, do diretor americano, as apreensões ianques aos poucos se desfizeram<sup>258</sup>.

Não só, mas uma auditoria relativa às perdas e ganhos das operações da RDC descartava qualquer risco de prejuízos nas suas inversões de capital<sup>259</sup>.

Diante disto, as apreensões iniciais dos comparsas dos brasileiros no esforço da produção gumífera na Amazônia foram se transmudando, aos poucos, em elogios e aprovações à performance deste órgão de financiamento. Prova disto está na declaração do cônsul americano em Belém, Edward Mc. Langhlin, dirigindo-se ao Departamento de Estado, em 6 de novembro de 1943: o Banco de Crédito da Borracha mantinha constantes contatos com as concessionárias das áreas produtoras e tudo fez para incrementar a produção, encorajando, de todos os modos, este aumento<sup>260</sup>.

Da parte das autoridades brasileiras, a criação do Banco de Crédito da Borracha foi saudada com euforia. O onipresente Bouças, principal inspirador da criação deste órgão, saudou o advento do Banco com a grandiloquente afirmativa: (...) *A criação do Banco de Crédito da Borracha exprime do ponto de vista econômico e histórico da Amazônia, um passo tão importante como o da navegação a vapor, inaugurada por Mauá em 1852 e do seu franqueio ao tráfego internacional em 1867*<sup>261</sup>.

Já as declarações do Cap. Oscar Passos, primeiro presidente do Banco de Crédito da Borracha, pareciam antever o papel mais abrangente que este órgão assumiria, quando, em 1950, foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia:

258 DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of United States*. V. 5. Washington: Government Printing Office, 1942, p. 692-694, p. 701.

259 Reconstruction Finance Corporation (RG. 234) – RDC, Entry 270. General Records, 1943-1945. Report on Examination of Financial Statements, p. 40-41.

260 DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of United States*. V. 5. Washington: Government Printing Office, 1942, p. 667.

261 A criação do Banco de Crédito da Borracha. *O Acre*. Rio Branco-Acre, 30.09.1942, p. 3.

Acaba de surgir o Banco de Crédito da Borracha destinado a amparar todas as atividades relacionadas com o incremento da produção e a extração deste produto (...). Não é mais um Banco o que temos, um organismo que representará na vida amazônica um papel de grande relevo, por isso que influirá em quase todos os setores decisivamente (...). Não se trata de dar ao Banco atribuições para executar certas providências. Mas ele deve ter a finalidade mais elevada que a de simples Banco daquela região. Ele precisa influir em toda a economia amazônica, amparando o presente e encaminhando, seguramente, o futuro. O Banco de Crédito da Borracha deve coordenar todas as atividades relativas à borracha, ponderando as necessidades de colonização, de saneamento e de transporte (...). Opinando com conhecimento pleno do conjunto dos problemas, pleiteará dos poderes públicos competentes, soluções adequadas e harmônicas em todos os aspectos dos vários problemas correlatos.<sup>262</sup>

Osiris da Silva, em que pesem as ressalvas de cunho nacionalista, que, aliás, pervadem toda a sua obra, e alguns reparos quanto à pouca abrangência das funções do Banco, acaba por reconhecer a importância deste órgão de Crédito no incremento da produção durante esse período da *batalha da borracha*:

Lamentavelmente, o órgão de comando daquela batalha econômica – o Banco de Crédito da Borracha – nascera com características perigosas e frágeis. Não era uma entidade exclusivamente nacional, já que 40% do seu capital fora subscrito pelo governo americano que designou dois dos cinco elementos da sua diretoria. Por outro lado fora criado apenas para estimular a produção de borracha para a indústria de guerra aliada, sem visar um planejamento global da economia planiciária e muito menos a sua reestruturação em bases mais progressistas. Sua missão era financiar os donos dos seringais e comprar deles toda a produção, para o que lhe foi assegurado o monopólio das operações finais de compra e venda (...). Mesmo assim, a sua tarefa era imensa e saiu-se dela relativamente bem, conseguindo fazer

262 Novos rumos para o problema da borracha na Amazônia. *O Acre*. Rio Branco-Acre, 02.08.1942. p. 1.

renascer a economia gumífera, que se deteriorara com a crise, fazendo-a entrar num período de franco ascenso.<sup>263</sup>

Concomitantemente ao Banco de Crédito da Borracha, que canalizava todo o capital estatal, generosamente posto à disposição da Amazônia pelo governo brasileiro, a Rubber Reserve Company, num primeiro momento, e a Rubber Development Corporation, a partir da metade de 1943, não ficaram atrás no afã de proporcionar recursos necessários para a plena operacionalização do Programa da Borracha Amazônica. Além de entrar com 40% do capital constitutivo do Banco de Crédito (US\$ 3.000.000), essas agências americanas proveram os fundos necessários ao financiamento de vários projetos de desenvolvimento, como a construção de estradas em Mato Grosso, a recuperação da Madeira-Mamoré; investiram nos transportes marítimos e fluviais, remodelando e potencializando o SNAPP, e nos transportes aéreos, com aviões, campos de pouso e estações meteorológicas; custearam uma nova migração de nordestinos para a zona de produção da borracha e proveram o abastecimento do Vale com toneladas de gêneros alimentícios e de equipamento para os extratores.

Um dos assuntos mais polêmicos no debate que tomou conta da imprensa da época e das sessões da Comissão de Inquérito da Assembleia Constituinte (1946), que investigava as responsabilidades da *batalha da borracha*, foi a tentativa de se estabelecer o montante das inversões e gastos dos americanos na Amazônia, no período de 1942 a 1946. Na época, os próprios elementos brasileiros, que mais intimamente cooperaram com os americanos, desconheciam ou ao menos afirmavam desconhecer o total dessas aplicações, alegando que a contabilidade desses recursos era assunto exclusivo da alçada das autoridades americanas, não tendo os brasileiros acesso algum a estas contas<sup>264</sup>.

Naturalmente, neste particular, as cifras apresentadas refletem muito os interesses dos interlocutores para provar esta ou aquela tese, este ou aquele ponto de vista.

Assim, temos desde afirmações estapafúrdias, como a do Deputado João Botelho, que, numa sessão da Comissão de Inquérito da Batalha da Borracha, afirmava, baseado numa suposta notícia veiculada pelo *Time*, terem os americanos gasto a importância de US\$

263 SILVA, Luiz Osiris da. *A luta pela Amazônia*. São Paulo: Ed. Fulgor, 1962, p. 112

264 BOUÇAS, 1953, v. II, p. 359.

300.000.000 somente com o suprimento de 2.200 toneladas de borracha, o que, convenhamos, é um *non sense*<sup>265</sup>.

Por outro lado, devemos condenar também, por conservadora e até ridícula, a afirmação de Bouças, segundo o qual a única importância entregue ao Brasil pelos ianques foi a de US\$ 5.000.000, para o recrutamento e assentamento dos trabalhadores<sup>266</sup>.

Compulsando a documentação dessas agências americanas podemos constatar que, de início, durante a gestão da Rubber Reserve Company, as projeções e estimativas, no tocante à produção e mesmo às aplicações de capital para viabilizar o programa da borracha na Amazônia, mostravam-se bastante exageradas e até irreais. Assim, tomando-se uma estimativa baseada no relatório da Comissão Baruch, depara-se com uma soma mirabolante de 350 mil toneladas de utilidades (víveres e utensílios) e 500 mil pessoas a serem removidas para a Bacia Amazônica para se ocupar da batalha da borracha.

Estimava-se ainda em 320 mil toneladas a produção da borracha, de 1942 a 1946, sendo que 200.000 somente nos últimos dois anos, enquanto as despesas montavam a US\$ 208.945.000, dos quais 16.750.000 seriam recuperados anualmente.

Especificava também que, para pôr este programa em execução, a Rubber Reserve Company necessitava de US\$ 15.000.000 no primeiro semestre de 1943, não contando com qualquer reembolso. No segundo semestre, seriam necessários US\$ 25.000.000 e no terceiro US\$ 31.000.000.

Este plano de operação para o incremento da produção indicava ainda que US\$ 288.000.000 seriam pagos ao Brasil pela borracha, US\$ 10.000.000, pelo frete marítimo e transporte, e US\$ 72.000.000 para se alcançar um nível elevado na produção<sup>267</sup>.

Uma tentativa de balancete das inversões de capital e eventuais reembolsos que os americanos estavam dispostos a efetuar na Amazônia, durante o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1943 (início da *batalha da borracha*), dá uma amostra da grande envergadura dos planos (cf. Quadro 15).

265 *Diário da Assembleia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 24.08.1946, p. 4.315.

266 BOUÇAS, 1953, v. II, p. 359

267 RFC (RG. 234) – RDC, Entry 281. *Cronology*, p. 61.

**QUADRO 15. SUMÁRIO DO CAPITAL A SER DESPENDIDO PELOS AMERICANOS NA AMAZÔNIA NO ANO DE 1943**

	APLICAÇÕES (US\$)	REEMBOLSOS (US\$)
Compra adicional de navios	5.329,00	
Custo dos transportes dos navios	2.490,00	
Custos das operações		1.000.000
Equipamento pesado para navegação	4.113.000	
Sistema de distribuição de combustível	1.315.000	
Reembolso em 1943 na razão de 25%. Amortização por conta da venda de combustível		329.000
Balanço de US\$ 906,00 para o próximo ano	1.350.000	
Programa dos Pequenos Navios		
O SNAPP pagará ao C.O.P.		
Pequenos operadores pagarão 25% ao ano		375,00
Balanço de US\$ 975.000 para o próximo ano		
ITENS DIVERSOS		
Entrada pela armazenagem US\$ 100.000		
Entradas provenientes das docas US\$ 10.000		
Entradas da Rádio US\$ 20.000 perfazendo um total e US\$ 130.000		130.000
Jeeps e caminhões	30.000	
Programa da Coleta da Borracha	20.750.000	
Reembolso de créditos dos seringalistas pelos descontos dos custos dos transportes a US\$ 30 por extrator	1.500.000	1500,00
Lucro líquido pelas vendas de equipamentos aos extratores		2.000.000
Cobranças de Terceiros		100.000
Reembolso pela assistência prestada aos extratores		500.000
Fundo de alimentos		4.000.000
Gasolina e querosene para os extratores		625.000
Gastos extras	2.809.500	
Despesas operacionais		
Transporte fluvial	3.382.500	
Passagens 60.000 a US\$ 10		600.000
Frete para os rios: 100t por dia, 300.000t por ano a US\$ 10		3.000.000
Outros fretes fluviais: 100.000t a US\$ 10		1.000.000
Fretes fluviais de 35.000t de borracha a US\$ 10		
Gastos especiais com operações de pessoal americano	450.000	
Reembolso pelo aluguel cobrado na razão de 20% por ano		90.000
TOTAL	47.710.000	15.599.000
Balanço de investimentos efetuados pelo programa no final de 1943	28.111.000	
Montante recuperável nos próximos anos	3.321.000	
Capital líquido investido	24.190.000	

**Fonte:** Reconstruction Finance Corporation (RG. 234). Rubber Development Corporation. Entry 271. Tentative Budget, jan. 1943 to december 1943.

Com a extinção, depois, da Rubber Reserve Company, e sua substituição pela Rubber Development Corporation, em fevereiro de 1943, grande parte dos projetos foram redimensionados, os custos globais do programa foram racionalizados, dedicando-se esta corporação apenas ao que realmente era essencial para os EUA: a produção da borracha.

O Quadro 16 nos fornece uma ideia das inversões, despesas e perdas eventuais que os americanos tiveram na Amazônia, de janeiro de 1942 a junho de 1945.

**QUADRO 16. INVERSÕES, DESPESAS ADMINISTRATIVAS E PERDAS DA RRC E DA RDC NA AMAZÔNIA DE JANEIRO DE 1942 A JUNHO DE 1945**

	US\$
Gêneros alimentícios e equipamentos para os seringais	9.000.000
Transportes e alocações de navios e aviões	6.777.847
Capital para constituição do Banco de Crédito da Borracha	3.000.000
Recrutamento e assentamento de trabalhadores	4.676.473
Prêmios e pagamentos de bônus para quantidades de borracha acima de 5 e 10.000 toneladas	2.017.774
Inventário de ajustes, recibos e outras contas anotados ou reservados para	1.371.429
Salários e ordenados desembolsados por Washington	1.660.653
Desembolsados pelos escritórios estrangeiros	2.410.649
Viagens e diárias	1.634.485
Aluguel, correio, telefone e telégrafo, artigos e materiais para escritórios	393.928
Equipamentos e materiais usados (inclusive gasolina, óleos e lubrificantes)	712.468
Armazém e almoxarifado	770.154
Fretes expressos e de carro	890.091
Fretes contratados e serviços marítimos	952.912
Perdas com a compra de castanha do Brasil	786.666
Custo dos serviços aéreos	1.412.205
Despesas com a construção de estradas e recrutamentos dos seringueiros no Mato Grosso	95.000
Outras despesas eventuais	2.177.217
Total	40.739.951

**Fontes:** Reconstruction Finance Corporation (RG. 234). Rubber Development Corporation, Entry 270. *General Records, 1942-1947. Report on Examination of Financial Statements*. Quadro IV, B; *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano IV, nº 48, junho de 1945, p. 43-45.

É possível que um ou outro item, essa ou aquela despesa nos tenha fugido desta computação. Mas, substancialmente, esse foi o total aproximado das aplicações e gastos dos americanos na opera-

cionalização da *batalha da borracha*. Como se pode notar, não estão computados os gastos com a compra de borracha brasileira, o que foi feito quando tratamos da produção. Como observamos, no entanto, desses gastos os americanos se ressarciram, quase que por completo, com a venda do produto às indústrias do seu país.

Em seguida, passaremos a descrever uma série de medidas que foram implementadas pela RDC com o fito de prover o abastecimento de gêneros e equipamentos para as zonas produtoras, já que o sistema de *aviamento*, após a desativação dos seringais, encontrava-se completamente falido e arruinado.

#### 4. ABASTECIMENTO DO VALE AMAZÔNICO VISANDO À “BATALHA DA BORRACHA”

Como já tivemos oportunidade de analisar mais profundamente nas páginas introdutórias deste trabalho, o sistema de *aviamento* se constituía no verdadeiro sustentáculo econômico-financeiro da empresa gumífera, corporificado nas famosas *casas aviadoras* de Manaus e Belém. A estas cabia não só o financiamento das expedições de reconhecimento da floresta e da abertura dos novos seringais, mas também, e principalmente, o abastecimento dessas células produtivas.

Reunindo, de início, o parco capital regional para permitir a *decolagem* e o impulsionamento da operação, foram essas casas, à medida em que se dava o esplendor do negócio gumífero, representantes do capital estrangeiro, que, por meio das grandes firmas exportadoras, aportara na região e que, ao invés de repudiar tal sistema (o *aviamento*), conferia-lhe ainda maior vigor.

Dirigidas quase sempre por comerciantes portugueses que se chamavam de *aviadores*, essas casas tinham suas instalações em grandes prédios das principais capitais e centros populacionais da Amazônia, onde, além dos escritórios, funcionavam também os depósitos das mercadorias a serem expedidas para os seringais<sup>268</sup>.

A relação entre a casa aviadora e o seringalista, que, como vimos, se iniciava com a descoberta e abertura da área produtiva, estreitava-se ainda mais com a implantação definitiva e a posterior manutenção do seringal, dependendo sempre, é claro, da honestidade,

268 REIS, Arthur Cêzar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola – Documentário da vida rural, nº 5, 1953, p. 85-86.



confiança e respeito que o seringalista-aviado ia angariando pelo cumprimento de suas obrigações.

O abastecimento do seringal processava-se nas épocas que precediam à coleta do látex e constava de tudo um pouco: utensílios para a extração, vestuário, alimentação, remédios, etc. Constituíam-se do essencial e também do supérfluo, que era para engrossar os lucros dos comerciantes-aviadores e dos seringalistas-patrões.

O custo do aviamento dependia muito da importância, extensão e do número de extratores de cada seringal, além de sua localização geográfica. É claro que, se o seringal fosse extenso e ocupasse grande número de *estradas* e extratores, a quantidade do aviamento deveria ser expressiva. Também, se sua localização fosse por demais afastada dos habituais centros de abastecimento – nos altos rios, por exemplo – o aviamento tinha os seus custos onerados, seja pela distância e dificuldades de navegação, seja pelos riscos inerentes a estas operações<sup>269</sup>.

Tais riscos e custos eram, no entanto, debitados nas contas do seringueiro, que, além da elevação do preço dos produtos, devia pagar pelas despesas do frete.

Na fase do apogeu da goma elástica, o *aviamento* era efetuado em grande estilo, sem limitação de quantidade, e compreendia produtos não só nacionais, mas também os importados, que eram compulsoriamente lançados nos *ranchos* dos extratores, na eventualidade de algum deles possuir saldo.

Na época da depressão e do aviltamento dos preços do produto, o aviamento tornou-se escasso, reduzindo-se ao essencial e estritamente necessário para a manutenção dos seringais, a ponto de o seringueiro-extrator precisar complementar seu sustento com pequenas culturas de subsistência.

A derrocada provocada pela crise da borracha atingiu em cheio todo o sistema de *aviamento* do Vale Amazônico, pois a desativação de numerosos seringais, sem pagarem seus débitos, levou grande número dessas *casas aviadoras* à falência.

Foi precisamente nesta situação de precariedade e de quase penúria que a Segunda Guerra veio encontrar a indústria gumífera e o sistema de *aviamento* da Amazônia. Era mais que natural, portanto,

269 REIS, Arthur César Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola – Documentário da vida rural, nº 5, 1953, p. 87.

que tanto os tecnocratas e planejadores do Rio de Janeiro, quanto os de Washington, não confiassem na capacidade de um sistema praticamente falido para abastecer, a contento, o novo surto de produção que planejavam desencadear.

Para piorar ainda mais a situação, no final de 1942, uma crítica escassez de gêneros alimentícios se abateu sobre o Vale Amazônico, originando-se daí o racionamento e violenta elevação dos preços desses produtos.

Várias foram as circunstâncias que motivaram tal estado de coisas. Uma das causas principais foi, sem dúvida, a ameaça à navegação de cabotagem por parte dos submarinos alemães, antes da entrada do Brasil no conflito mundial; e a situação se agravaria ainda mais com o decreto de Vargas, logo após a declaração da guerra (agosto de 1942), suspendendo a navegação costeira por 55 dias<sup>270</sup>.

Até então, o porto de Belém era servido semanalmente por um navio do Lloyd Brasileiro e, quinzenalmente, por um da Companhia de Navegação Costeira. O porto de Manaus também recebia, quinzenalmente, um navio da primeira companhia acima citada. Por este regime, as diversas regiões do Vale Amazônico eram abastecidas facilmente, devido ao tráfego mútuo das mercadorias entre as empresas marítimas e o Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAPP). Isso permitia também, pela armazenagem portuária e baldeação, que vários seringalistas importassem diretamente dos centros de produção as mercadorias de que necessitavam<sup>271</sup>.

No entanto, com a navegação costeira ameaçada pelos submarinos alemães, tal sistema de abastecimento entrou em colapso, gerando a crise a que já nos referimos. De fato, sendo a Amazônia autossuficiente apenas na produção de arroz e mandioca, gêneros como o açúcar, farinha de trigo, carne, café, batatas, manteiga, toucinho e sal, costumeiramente importados do Sul, começaram a escassear perigosamente nos principais centros e até nas áreas de produção.

Até em Belém, na foz do Amazonas, durante a escassez de alimentos, violentos distúrbios explodiram nas ruas por causa desses gêneros, quando os mercados eram abertos. Também em consequên-

270 RFC (RG. 234) – RDC. Entry 270. *General Records. Labor for Brazilian Rubber Program*, by M. V. R. Thayer, p. 16-17.

271 BOUÇAS, 1953, v. II, p. 55-56.

cia dessa falta de gêneros, muitos extratores dos altos rios foram forçados a abandonar a produção da borracha, dedicando-se à caça e à pesca para escapar da fome<sup>272</sup>.

Um segundo fator, que não devemos subestimar, foi o repentino aumento da população amazônica que, no prazo de um ano, se viu acrescida de milhares de pessoas, pela emigração de técnicos e funcionários das agências estrangeiras e brasileiras que se instalavam na Amazônia para impulsionar a *batalha da borracha*, além dos operários e futuros extratores que o governo trasladava de outras unidades da federação para o mesmo fim. O Sr. Valter Aleixo, antigo funcionário da RDC,<sup>273</sup> é testemunha do aumento desenfreado dos preços de Manaus, e relata que, em 1942, uma dúzia de ovos subiu de Cr\$ 20,00 para Cr\$ 200,00 em poucos meses<sup>274</sup>.

Diante desta situação e da ameaça de um verdadeiro colapso num setor tão vital como o do abastecimento, as responsáveis pelo programa da borracha resolveram agir o mais rápido possível para conjurar o problema.

A RDC preparou, então, um plano de estocagem na Amazônia de 15.000 a 20.000 t (o suficiente para 60 dias) de gêneros básicos, de um montante de 8.000 a 10.000 t, que se propusera a adquirir mensalmente no Sul do país.

Após dezembro de 1942, com o aumento das dificuldades para a obtenção de praça nos navios costeiros, pensou a RDC inclusive em importar gêneros dos EUA. Entretanto, como havia abundância destes gêneros básicos nos portos de Santos e Recife e como os vasos de guerra americanos puderam dar uma maior proteção à navegação de cabotagem, tal medida foi considerada politicamente desaconselhável.

Em junho de 1943, a quantidade de alimentos adquiridos pela RDC em São Paulo, desde setembro de 1942, era de 21.312 toneladas, das quais 15.631 toneladas já haviam sido entregues a seus destinatários, 3.870 t se encontravam nos portos esperando pelo embarque, 100 t se achavam a caminho, normalizando-se, assim, o abastecimento. Os itens principais adquiridos foram: 5.000 t de farinha, 4.612

272 RFC (RG. 234) – RDC. Entry 270. *General Records. Labor for Brazilian Rubber Program*, by M. V. R. Thayer, p. 16.

273 RFC (RG. 234) – RDC. Entry 270. *General Records. Labor for Brazilian Rubber Program*, by M. V. R. Thayer, p. 16.

274 ALEIXO, Valter. Entrevista concedida ao autor sobre a atuação da RDC na Amazônia. Manaus, fevereiro de 1982.

de feijão, 3.030t de açúcar, 3.012t de café, 3.143 de charque, 923 t de toucinho, 831t de carne enlatada e 470 t de sal<sup>275</sup>.

Mas a grande batalha pelo abastecimento do Vale Amazônico deveria ser travada não apenas pela RDC, mas também pelo governo brasileiro, que, em 4 de dezembro de 1942, criava a SAVA (Superintendência para o Abastecimento do Vale Amazônico), com a finalidade de superintender o abastecimento de gêneros alimentícios e outros de primeira necessidade. Subordinada à Comissão de Controle dos Acordos de Washington e com sede em Belém, esta superintendência tinha um vasto território sob a sua jurisdição, compreendendo os estados do Pará, Amazonas, o Território do Acre, a zona sul do estado do Maranhão e a norte dos estados do Mato Grosso e Goiás.

Além desta função principal, atendendo-se ao fomento da produção gumífera, foram conferidas ainda à SAVA as seguintes atribuições:

- 1) Coordenar as medidas a serem tomadas com os Estados da região amazônica, visando ao abastecimento e incremento da produção de gêneros para as zonas de produção;
- 2) Providenciar a aquisição de gêneros, dentro e fora do país, e seu transporte para a Amazônia, formando estoques em armazéns e frigoríficos;
- 3) Estimular a utilização de gêneros de produção local (castanha, óleo, etc.), dando ênfase à pesca, à pecuária e à indústria de alimentos da região amazônica<sup>276</sup>.

No intuito de conjugar esforços para enfrentar este problema vital que ameaçava de colapso a inteira produção do Vale, estas duas agências – a RDC e a SAVA – organizaram um plano de ação para garantir a distribuição e estoques de gêneros alimentícios e equipamentos necessários à produção a todos os extratores da Amazônia.

Tal acordo, que correspondia ao Decreto-Lei nº 5.403, de 13 de abril de 1943,<sup>277</sup> além de outras medidas, determinava:

275 RFC (RG. 234) – RDC. Entry 271. *General Records*, p. 17.

276 Decreto-Lei nº 5.044, de 4 de dezembro de 1942. *Diário Oficial da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, nº 283, 17.12.1942, p. 11.798.

277 *Diário Oficial da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, nº 89, 16.04.1943, p. 5.775.

a) A RDC esforçar-se-ia para formar e manter em seus armazéns estoques reguladores de gêneros de primeira necessidade que seriam especificados em listas anexas.

b) Tais estoques seriam formados nas localidades em que existissem compradores locais ou importadores diretos dos mercados produtores. Os locais escolhidos foram: Belém, Santarém, Manaus, Porto Velho, Boca do Acre e João Pessoa. Outros poderiam ser escolhidos, caso as exigências da produção aconselhassem.

c) A RDC venderia nos seus armazéns os gêneros especificados na lista, cujos preços não poderiam exceder o limite máximo alcançado em março de 1942, sendo calculados para cada local onde a RDC tivesse estoques, computando-se os custos dos fretes, taxas portuárias e demais despesas.

Além disso, tal acordo estabelecia ainda que:

- A SAVA devia comunicar à RDC as necessidades de consumo de cada município ou zona produtora, para a manutenção dos estoques necessários.

- À RDC era facultado exportar, para os países vizinhos, gêneros excedentes em seus estoques, contanto que não prejudicasse o abastecimento da região; devia também auxiliar a SAVA na fiscalização e controle dos preços, de conformidade com o estipulado no acordo.

A lista dos gêneros básicos necessários à subsistência dos seringueiros e demais trabalhadores do Vale Amazônico, a que se refere a cláusula primeira do acordo, era a seguinte:

<i>Açúcar</i>	<i>Fumo em folha, molhos ou corda</i>
<i>Anzóis</i>	<i>Lanternas</i>
<i>Arroz</i>	<i>Leite condensado e em pó</i>
<i>Banha</i>	<i>Linhas para pesca</i>
<i>Café</i>	<i>Machados</i>
<i>Cafeteiras</i>	<i>Manteiga</i>
<i>Canecas</i>	<i>Papel para cigarros</i>
<i>Cartuchos</i>	<i>Peixes salgados ou secos</i>
<i>Charque</i>	<i>Pirarucu</i>
<i>Chumbo para caça</i>	<i>Pólvora para caça</i>
<i>Espingardas</i>	<i>Pratos esmaltados ou de folha</i>
<i>Espoletas</i>	<i>Óleos combustíveis</i>
<i>Facas completas</i>	<i>Querosene</i>

<i>Faróis tubuladores</i>	<i>Sal</i>
<i>Farinha de trigo</i>	<i>Talheres de ferro ou estanhados</i>
<i>Farinha de mandioca</i>	<i>Tarlatana</i>
<i>Feijão</i>	<i>Tigelas</i>
<i>Foices</i>	<i>Tigelinhas</i>
<i>Fósforos</i>	<i>Toucinhos</i> <sup>278</sup>

Com esta intervenção do governo no abastecimento das regiões produtoras, o problema dos suprimentos, se não foi totalmente equacionado, sofreu uma melhora deveras sensível.

A comparação dos volumes das exportações, entre os primeiros meses de 1943 e os de 1944, demonstra que a intervenção da RDC e da SAVA no abastecimento começava a colher resultados animadores. Todos os principais gêneros alimentícios exportados pela praça de Belém registraram aumento considerável, em 1944, com relação ao mesmo período de 1943, quando ainda não se achava em vigor o acordo entre a RDC e a SAVA, firmado em abril deste ano<sup>279</sup>.

É óbvio que a melhoria do abastecimento, tanto na quantidade quanto no preço de aquisição pelos consumidores, dependia principalmente de dois fatores: a) redução da diferença entre o preço de compra nos mercados de distribuição e os de venda ao consumidor; b) aumento da capacidade do transporte marítimo e fluvial.

Quanto ao primeiro destes pré-requisitos, foi possível chegar a preços realmente vantajosos, já que a aquisição dos produtos gozava, por concessão do governo brasileiro, não somente de isenção dos direitos alfandegários como também do imposto de consumo.

O estabelecimento posterior de armazéns da Rubber Development Corporation, nos pontos de maior densidade demográfica da Amazônia — Belém, Santarém, Manaus, Porto Velho, Guajará Mirim, Boca do Acre, Rio Branco, Sena Madureira, João Pessoa, Vila Feijó, Benjamin Constant —, nos quais os seringalistas podiam obter e transportar os gêneros básicos para o suprimento dos seringueiros por preços estáveis (no custo C.I.F. Belém, em março de 1942, acrescidos de 15%), foi uma medida que, sem dúvida, trouxe reais vantagens às populações produtoras de borracha.

278 Cf. *Diário Oficial da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, nº 69, 16.04.1943, p. 5.775-6.

279 BOUÇAS, 1953, v. II, p. 59.

Várias medidas acautelatórias foram tomadas pela RDC e SAVA para prevenir e evitar eventuais especulações nos preços e possíveis violações de outras cláusulas do Decreto-Lei nº 5.403.

Assim, numa comunicação publicada nos jornais da época, a RDC advertia:

a) O espírito da lei é que nós – RDC e SAVA – devemos manter disponíveis para os produtores de borracha determinados artigos, destinados somente aos seringalistas e seringueiros e não para a população em geral que não se dedica à borracha;

b) Conforme a lei, as vendas destes produtos deve

m ser feitas através dos organismos já constituídos, importadores e seringalistas que já se dedicavam a este mister;

c) Todo Importador que se aviar nesta corporação se compromete a encaminhar estas mercadorias para as zonas de produção da borracha, proibindo-se-lhe o fornecimento para as zonas urbanas, salvo em casos de emergência, assim mesmo, excetuando-se as ferragens;

d) Somente os importadores têm permissão para a aquisição destes gêneros, ficando proibida qualquer especulação ou estocagem dos mesmos, pois gozando estes de direitos alfandegários e de Imposto de consumo, devem chegar o mais rápido possível ao seu destino.

e) Desejando que todos conheçam quais os artigos disponíveis e seus preços, a RDC fará distribuir uma tabela com uma lista de gêneros disponíveis e seus preços e que estará à disposição dos aviadores e fornecedores que cumprirem rigorosamente com as cláusulas da RDC e SAVA.<sup>280</sup>

Se, por qualquer motivo, como aumento de preço, venda à população urbana, estocagem indevida, ou especulação de qualquer espécie, as firmas licenciadas violassem este acordo de cavalheiros, infringindo as normas acima referidas, eram estas arroladas numa *lista negra* e excluídas, sem apelação, de quaisquer outras operações de revenda.

280 Abastecimentos a serem feitos pela RDC. *O Acre*. Rio Branco-Acre, Ano XIV, nº 723, 5.12.1943, p. 4.

Apesar destes apelos e admoestações, temos notícias de várias firmas que transgrediram acintosamente as cláusulas desse acordo.

O jornal *O Acre*, em sua edição de 10 de agosto de 1943, traz um comunicado da RDC, pelo qual esta corporação exclui a firma Lopes & Araripe, uma das mais poderosas firmas atacadistas de Rio Branco, de qualquer ulterior operação com a RDC. Os termos eram os seguintes:

Faz-se público que: por altos interesses da produção da borracha, a firma Lopes & Araripe, estabelecida em Rio Branco, às ruas Getúlio Vargas e Juarez Távora, não mais poderá ter, vender ou comprar quaisquer mercadorias daquelas que são distribuídas pela RDC. A firma acima, foi levada para a lista negra pelo fato de ter comprado e guardado para fins de especulação, mercadorias adquiridas à RDC, as quais foram vendidas a preços muito mais elevados que aqueles estipulados em nossas listas de preços.<sup>281</sup>

Além da questão do barateamento dos preços, o segundo fator que influenciou decisivamente na melhoria do abastecimento foi o aumento da *capacidade de transporte*.

Certamente que uma das mais importantes contribuições da RDC para o êxito do abastecimento, a partir da safra de 1944, foi a obtenção de navios fretados ao Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará (SNAPP) e o auxílio financeiro que esta corporação americana emprestou a esta entidade, além dos navios e barcos cedidos pelo próprio governo americano, que aumentaram de 10.000 para 42.000 a capacidade de transporte deste serviço, que se encontrava praticamente falido e inviabilizado no início da guerra<sup>282</sup>.

Mas não somente a navegação, tanto a marítima como a fluvial, era usada para o abastecimento da Amazônia. Também a aviação, por meio dos seus hidroaviões Catalinas, de grande capacidade de carga e facilidade operacional, aproveitando a abundância de rios, escreveu páginas gloriosas neste capítulo importante da batalha do abastecimento.

281 RUBBER Reserve Co.: Fornecimentos de ferragens e aviamentos similares aos seringueiros. *O Acre*. Rio Branco-Acre. Ano XIV, nº 684, 07.03.1943, p. 3.

282 BOUÇAS, 1953, v. II, p. 61.



Os jornais da época, devido talvez ao aspecto inusitado de que se revestia o fato, não se cansavam de realçar tal contribuição:

(...) Centenas de aviões de grande capacidade de carga, desvirginando (sic!) os céus do inferno verde e sacudindo com o ronco dos seus possantes motores a selva revolta, acordando-a para a luta, escreveram um novo capítulo na história da borracha. Víveres, utensílios, espingardas, anzóis são despejados em todos os rios às toneladas pelos aviões da Rubber Development Corporation que conduzem de volta a borracha para a vitória.<sup>283</sup>

No final da guerra, verificou-se que a RDC, apesar de todas as dificuldades de transporte marítimo e fluvial e não obstante a escassez de muitos dos gêneros e utilidades de que o Brasil carecia, foi responsável pela importação, distribuição e venda de mais de 100 mil toneladas de alimentos e utensílios, cedidos quase a preços de custo.

Além de viveres, foram carreados para a Amazônia 25 milhões de comprimidos de atebriana, 30 mil bacias galvanizadas, 30 mil espingardas e vários milhões de espoletas, cinco milhões de cartuchos para espingardas, 28 mil caixas de folhas de flandres para o fabrico das tigelinhas, 140 mil machados e machadinhas, 173 barcos e lanchas a motor no valor de 13 milhões de cruzeiros, 370 motores de popa das marcas Evinrud-Zephyr, Evinrud model 7031, Evinrud model 7032, Johnson KDL, Johnson SDL e Poir, 68 mil tambores de óleo diesel, afora outras numerosas utilidades importadas em grande escala e com isenção de direitos, concedida pelo governo brasileiro, em benefício do programa da borracha. Tais aquisições alcançaram progressivamente a importância de 10 milhões de cruzeiros, em 1942, 100 milhões, em 1943 e 140 milhões, até julho de 1944, quando a RDC foi aos poucos se eximindo do encargo de abastecer a Amazônia<sup>284</sup>.

Neste capítulo do abastecimento, como também em outras atividades da RDC, não foram colhidos só sucessos; nem tudo se realizou sem fracassos ou perdas.

No período de estruturação e montagem dos planos de ação, mormente no ano de 1942, o programa da procura da borracha

283 É titânica a batalha no front da borracha. *A Noite*. São Paulo, 22.07.1943 – transcrito pelo jornal *O Acre*. Rio Branco-Acre, Ano XIV, nº 706, p. 1.

284 BOUÇAS, 1953, v. II, p. 86.

amazônica se apresentava como algo extremamente caótico e confuso, tanto em Washington quanto no Brasil, e especialmente na Amazônia. Gritante, para não caracterizar de lastimável, era a confusão e a falta de mútua cooperação e sintonia existentes entre as próprias agências americanas que se ocupavam da *batalha da borracha*, vale dizer, a Rubber Reserve Company, a Defense Supplies Corporation e o Board of Economic Warfare e a Reconstruction Finance Corporation.

Grave, por exemplo, era a falta de sintonia que grassava entre estas agências no tocante às ordens de compra de material ou outros itens encomendados, pela Defense Supplies Corporation ou pela RDC, ao Board of Economic Warfare. Na maioria das vezes, os executivos do Board emitiam seu *placet*, sem nenhum controle ou verificação mais acurada da real necessidade destas utilidades, encomendadas e sem o prévio conhecimento e superintendência de um órgão central de controle que estivesse de fato familiarizado com as condições e o andamento do programa. Tal falha ensejou fatos que beiram as raias do anedotário.

Um dos exemplos mais típicos da encomenda expedida pelo Board of Economic Warfare e encaminhada diretamente ao fornecedor americano foi a ordem de providenciar 100t de carvão coque para o SNAPP.

Simultaneamente a esta, uma outra ordem, de um segundo executivo do Board, duplicava o mesmo pedido de 100t de coque para as outras duas corporações atuantes na Amazônia, vale dizer, a RRC e a DSC. O resultado de todo este *imbróglio* foi a aquisição e a compra de 300t do carvão que, transportadas para a Amazônia só viriam provocar transtornos e perdas, pois a ordem original era de apenas 100t deste material<sup>285</sup>.

Outras vezes os americanos tiveram que pagar caro pela falta de experiência e conhecimento da Amazônia, além dos equívocos que naturalmente surgiam em decorrência da falta de um conhecimento mais profundo do idioma e hábitos alimentares dos brasileiros.

De uma feita os americanos importaram 5 mil toneladas de farinha de trigo, que foram em grande parte inutilizadas por falta de consumo. O equívoco todo estava em que o norte-americano traduz

---

285 RFC (R.G. 234) - RDC.

farinha por *flour* (farinha de trigo), mas o que o *caboclo e os extratores* realmente necessitavam era de farinha de mandioca<sup>286</sup>.

Até as inofensivas *sauúvas* foram motivo de transtorno para os atônitos funcionários da RDC. Tendo estes, na véspera de Natal de 1943, importado um carregamento de ameixas frescas para as comemorações natalinas e não possuindo um sistema de refrigeração para resguardá-las da deterioração, resolveram abrir as caixas para uma melhor ventilação das mesmas. No dia seguinte, quando os funcionários da RDC adentraram no depósito, tiveram a desagradável surpresa de deparar com um exército de *sauúvas* que acabavam de inutilizar, por completo, toda a partida das ameixas<sup>287</sup>. E assim por diante. Fatos deste tipo se multiplicam nas crônicas da RDC e na memória das pessoas da época.

Mas o pior de tudo eram os efeitos certamente negativos que esta falta de organização e de sintonia provocava na produção da borracha. Era notório que no tocante à borracha, a organização da produção se afirmava desde a escolha das melhores regiões de produção (em quantidade, qualidade, condições de vida e de escoamento do produto) até a seleção dos novos seringueiros, seu encaminhamento, alimentação, suprimento de ferragens e utensílios, condições de trabalho etc., além da justa remuneração.

O que se notava na prática era, todavia, uma verdadeira *Torre de Babel*, com uma parafernália de organizações, tanto do lado americano quanto brasileiro, todos falando linguagens diferentes e agindo por própria conta.

Assim, no lado americano, na esfera das decisões o BEW (Board of Economic Warfare) não se entendia e até hostilizava a Reconstruction Finance Corporation e, na esfera da execução, a Rubber Reserve Company não se entendia com a Defense Supplies Corporation. Do lado brasileiro, a confusão era a mesma, pois o SEMTA (depois CAETA), a SAVA, o SESP, a SNAPP e o BANCREVEA também primavam pela falta de harmonia e cooperação entre si.

Assim, o SEMTA (ou CAETA), que trazia os nordestinos até Belém e os entregava à SAVA para alimentá-los e encaminhá-los aos

286 *Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas – Exercício 1946-1947*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1947, p. 167.

287 ALEIXO, Valter. Entrevista concedida em fevereiro de 1983, sobre as atividades da RDC. Manaus.

seringais, não sabiam se esta possuía alimentos e alojamentos disponíveis, nem esta tinha conhecimento se o SNAPP podia transportar os homens, bagagens e materiais rio acima, em tempo oportuno. Nenhuma delas, ademais, atentava para a época própria para o corte da seringa, nem para a viabilidade dos transportes que deviam ser realizados na ocasião certa, fatal e precisa a cada região, ditada pelas cheias e vazantes dos rios. Quem perdia a época certa dos transportes (o período das cheias) precisava esperar mais um ano, pois, nos restantes seis meses, os rios não davam mais nenhuma condição de navegabilidade.

Em razão desta ignorância ou imprevidência, não raro os novos seringueiros contratados chegavam atrasados ou demasiadamente adiantados a certas regiões, quando seria oportuno dispor deles em outras.

Ainda por esse motivo, era comum não haver suprimentos disponíveis, para transportar rio acima, quando a navegação era possível, e apodrecerem os gêneros em Belém e Manaus por terem chegado aí quando os altos rios estavam secos e o seu transporte impraticável. Resultado: um ano de privação nos seringais e de prejuízo total à produção<sup>288</sup>.

Além do esforço puro e simples pelo abastecimento do Vale Amazônico, uma outra iniciativa de grande envergadura, visando suplementar o problema dos gêneros, foi fomentada pelos governos brasileiro e americano.

Tratava-se de um programa bem orquestrado para o fomento da produção de alimentos, não apenas na Amazônia mas também em outras zonas mais carentes e nas áreas de atuação das tropas americanas, como no Nordeste do país.

Para tanto, foi criada uma comissão mista brasileiro-americana para assuntos de alimentação, à qual foi destinada, de imediato, uma dotação de \$ 225.000. Este programa, entretanto, do lado americano, não ficou sob a direta responsabilidade da RDC, mas sim do OCIAA, que também encampava o programa de saúde e saneamento da região amazônica<sup>289</sup>.

288 Passos, Oscar. *A batalha da borracha e o futuro da Amazônia*. Rio de Janeiro: A Rodovia, dez. 1943, p. 10.

289 McClINTOCK, J. C. A batalha do Amazonas. *Boletim do Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro, Ano 32, nº 11, nov. 1943, p. 69.

Mesmo com todos os esforços para o abastecimento do Vale Amazônico, nota-se que este problema era considerado, junto às autoridades americanas, um elemento chave e da maior relevância para o desenvolvimento da produção da borracha<sup>290</sup>.

É verdade que estes gêneros poderiam ser adquiridos e importados de outras regiões do hemisfério que os produzissem em excesso. Na época, porém, as dificuldades e escassez de transportes aconselhavam a produção local dos alimentos. Além disso, o calor e a umidade dos trópicos tornavam mais difícil o armazenamento e conservação dos alimentos do que em climas mais frios e secos. Era imperativo, portanto, aumentar a produção local de víveres, até que se pudesse dispor de um maior número de barcos e facilidades de transportes<sup>291</sup>.

Foi nesse sentido que se tentou inclusive mudar uma mentalidade que predominou largamente, na Amazônia, durante o *primeiro ciclo* da borracha, vale dizer, do seringal e dos extratores dedicados exclusivamente à produção e coleta do látex e onde a produção de alimentos era desencorajada e até proibida, por prejudicial à produção. Agora, a mentalidade que se procurava incutir era a oposta: o seringal moderno e ideal não era só o que produzia o látex, mas o que era autossuficiente em gêneros para a sua própria subsistência.

A esse respeito, o jornal *O Acre* de 31 de janeiro de 1943, traz em suas páginas a descrição daquilo que seria um seringal modelo, localizado nas cercanias de Xapuri e de propriedade do Sr. Henrique de Figueiredo. Neste seringal, além da produção normal da borracha, que ia aumentando a cada ano, o descortino do Sr. Figueiredo incentivava a lavoura e a pecuária, além de montar, perto do barracão, uma pequena fábrica de laminar borracha e que, em termos econômicos e de racionalização da produção, era de grande vantagem para os seringalistas e seringueiros. Instalou também uma fábrica de óleo de castanha, mais sadio e saboroso que o próprio óleo de oliva, e que o operoso proprietário pretendia vender como substituto do azeite e banha de porco<sup>292</sup>.

Para incentivar este esforço pela produção de alimentos criou-se, em cada Estado ou Território, o Departamento da Produção.

290 Várias autoridades americanas, como os Srs. Francis Trouslow e Carl Reed, diretores da RDC, estiveram no Brasil para discutir o problema do abastecimento. Cf. RFC (RG 234) - RDC, Entry 270. *General Records*. p. 20.

291 Passos, Oscar. *A batalha da borracha e o futuro da Amazônia*. Rio de Janeiro: A Rodovia, dez. 1943, p. 71.

292 Um seringal modelar. *O Acre*. Rio Branco-Acre, Ano XIV, nº 679, 31.01.1943, p. 6.

Num comunicado deste órgão às classes produtoras de Rio Branco enfatizava-se que: as dificuldades do abastecimento por que passava o Vale Amazônico, naquele momento, se deviam ao problema da navegação, principalmente à escassez de embarcações e também ao aumento repentino da população na Amazônia, em decorrência da *batalha da borracha*. Conclamava então a todos que não cuidassem apenas da borracha, mas também da lavoura e da pecuária em geral. E isto não somente nos seringais, mas mesmo nas cidades: deviam ser aproveitadas chácaras e quintais para todo o tipo de produção, desde as hortaliças e legumes até as pequenas roças de mandioca e milho.

Os seringalistas e seringueiros também não deviam se ocupar só da borracha, mas também se esmerar em tornar o seringal auto-suficiente com a produção tanto de gêneros alimentícios, como pela criação de suínos e aves para a produção de carne. Isto diminuiria a necessidade de importação de alimentos e concorreria para baratear a vida e fixar o homem à terra.

Ao seringalista era pedido não somente o incentivo à produção dos gêneros, mas também o esforço para conscientizar o seringueiro da situação anormal que se estava vivendo, da necessidade de mudar seus hábitos e de aliar uma maior produção da borracha com a dos gêneros alimentícios. Aos seringalistas ainda era aconselhado que utilizassem os trabalhadores dos barracões e os próprios seringueiros, na época da entressafra, para realizar grandes derrubadas para a produção abundante de alimentos nos seringais. Além disso, deviam aproveitar ao máximo os pequenos engenhos – em sua maioria ociosos nos seringais, numa época que se decretava o racionamento do açúcar –, fazer uso da castanha para produzir a gordura indispensável ao consumo doméstico, plantar mais e criar mais, tanto para o próprio sustento, bem como para o abastecimento das cidades.

Para o desenvolvimento da produção os interessados deveriam dirigir-se ao Departamento de Produção, que os auxiliaria, na medida do possível, por meio de conselhos técnicos, campos de cooperação, sementes etc.<sup>293</sup>.

Como acabamos de constatar, o que os técnicos do Departamento de Produção propunham era um programa verdadeiramente revolucionário, pois subvertia todo o modo de produção, hábitos e até a

293 O abastecimento. *O Acre*. Rio Branco-Acre, Ano XIV, nº 696, 30.05.1943, p. 6.

própria filosofia de trabalho nos seringais, já que, como vimos, no apogeu do ciclo gumífero, todos os interesses e atividades estavam voltados para o extrativismo, devido aos preços compensadores e lucros extraordinários.

Antes, no afã de não distrair o extrator de sua adstrita função de coletar o látex, proibia-se-lhe toda a produção agrícola e qualquer atividade; a produção de alimentos pelo seringueiro era considerada perigosa, pois chegava mesmo a representar sério risco para a produção e para as vendas do patrão no barracão. Agora, pelo contrário, incentivavam-se por todos os meios e com todas as facilidades a agricultura e a criação de animais nos seringais, com a certeza de que estes só poderiam subsistir e ter sucesso em adotando este expediente.

Não é outra a constatação do Sr. Interventor do Amazonas, Álvaro Maia:

O abastecimento do exército de seringueiros está sendo providenciado com absoluta ordem pelas comissões encarregadas da execução dos convênios entre o Brasil e os EUA. Os seringalistas sabem que o seringal-fazenda, o seringal agrícola, e a propriedade ideal para solucionar as dificuldades de alimentação, em épocas de prosperidade ou de crise. Na última derrocada, quando o quilograma da hévea desceu para um cruzeiro, observou-se curiosamente que os seringais com centenas de estradas, sem lavouras de espécie alguma baquearam e que os pequenos resistiram, porque sem crédito para compras exageradas, foram obrigados a restringir os seus negócios às possibilidades da produção e, abrir roçados em torno às barracas ou nos barrancos e ilhas.

A lição deve ser lembrada: plantar, aconselhar o plantio, obrigar o plantio, ao menos para o próprio abastecimento. O abandono da agricultura seria um erro gravíssimo de que nos arrependeríamos amargamente.<sup>294</sup>

Tais sugestões do interventor e de todos que se preocupavam com o autoabastecimento das zonas de produção da borracha infelizmente não se concretizaram, a não ser em escala bem reduzida.

Com a progressiva normalização do abastecimento, com a RDC e a SAVA despejando toneladas de gêneros e víveres em todos os

294 MAIA, Álvaro. *Na vanguarda da retaguarda*: campanha da produção da borracha. Manaus: Serviço de Divulgação do DEIP, 1943, p. 107.

recantos da Amazônia, com a pressurosidade e necessidade que todos tinham do aumento da produção, com a melhoria nos preços da borracha e com a resistência interposta pelo próprio seringueiro, desacostumado ao plantio e à cultura, mais uma vez o extrator triunfou sobre o agricultor.

Destarte, apesar de todos os esforços, convênios, conselhos técnicos, campos de cooperação, criação de distritos agrícolas, estações experimentais, distribuição de sementes etc., os resultados de tudo isso foram íntimos, para não dizer desalentadores.

É verdade que em outras regiões por onde se estendia o programa de alimentos, mormente nas zonas estratégicas de defesa e zonas produtoras de outras matérias de grande importância, como no Vale do Rio Doce, tal iniciativa até que teve certo êxito. Assim ficaram famosas as *hortas da vitória*, e a distribuição de sementes e ferramentas a milhares de agricultores do Norte e Leste do país. Também a fazenda do Almirante Ingram, nas cercanias de Recife, para prover víveres e carne às tropas americanas acantonadas no Nordeste, foi muito comentada na época<sup>295</sup>. Mas, na Amazônia, o estigma da monoextração continuava invicto.

Quanto às repercussões e consequências que estas medidas do abastecimento direto das zonas de produção provocaram entre as classes produtoras, da Amazônia, faremos questão de ressaltá-las num capítulo à parte.

No próximo item focalizaremos as providências que foram tomadas para reaparelhar o sistema de transporte da Amazônia, que, devido à estagnação do extrativismo, estava reduzido a 10% do que fora em 1910.

## **5. A CRÍTICA SITUAÇÃO DO TRANSPORTE FLUVIAL NA AMAZÔNIA NA DÉCADA DE 1940 E A RENOVAÇÃO E POTENCIALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARÁ (SNAPP)**

Na Amazônia, como muito bem definiu Leandro Tocantins, no título de uma de suas obras, *o rio comanda a vida*. Toda a vida amazônica, em consequência, se veio processando em função das facilidades

295 McCLINTOCK, J. C. A batalha do Amazonas. *Boletim do Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro, Ano 32, nº 11, nov. 1943, p. 72.



e dificuldades impostas pelos cursos fluviais. Basta ver que, em sua grande maioria, os núcleos urbanos que configuram a paisagem política e social da Amazônia nasceram ou foram plantados às margens dos rios.

Os seringais não podiam fazer exceção a esta regra e se acham localizados, praticamente todos, às margens dos rios.

Era de vital importância, portanto, que se tivesse em relação aos transportes e à circulação, na Amazônia, uma consciência bem nítida da situação geoeconômica e política e da fisiografia dos grandes rios e seus tributários navegáveis. A consciência destes condicionamentos era imprescindível para afeiçoar à sua navegabilidade os tipos mais adequados de embarcação e de calado, em harmonia com o caudal do rio ou tributário a ser percorrido, conseguindo-se, destarte, uma movimentação permanente e contínua dos transportes.

Outra medida necessária era a adaptação dos barcos para o consumo do combustível mais recomendável, líquido ou sólido, em conformidade com a fisiografia do meio que deviam servir e intercomunicar. Essa providência, embora de natureza técnica, era importante, dada a complexidade fisiográfica do aranhol amazônico.

Nos primórdios da exploração da indústria gumífera, o acesso ao seringal se dava pelo uso de uma embarcação ligeira, de tonelage reduzida e de origem índia, chamada de *igarité*, ou pela *coberta*, uma embarcação de porte mais avantajado, que herdou o nome da cobertura de palha que, na proa, servia de proteção aos passageiros contra as intempéries.

Com o crescimento da atividade extrativa, inúmeras casas comerciais passaram a investir no setor dos transportes, adquirindo barcos com cascos de ferro e movidos a vapor. Os mais comuns eram os *gaiolas*, construídos geralmente na Inglaterra, EUA e Holanda e adaptados às peculiaridades regionais. Por meio deles, o seringal se mantinha em contato com o mundo exterior, recebendo homens e mercadorias e exportando a borracha e outros produtos.

A tonelage desses *gaiolas* variava muito, indo de cem a oitocentas toneladas. Os *gaiolas* de maior porte e calado e de melhores acomodações denominavam-se de *vaticanos*, devido ao seu porte nobre e senhorial. Possuíam normalmente dois conveses.

A reboque desses *gaiolas*, quando a carga era maior que a tonelagem do barco, seguiam as alvarengas ou grandes batelões com as cargas que se destinavam aos seringais, principalmente inflamáveis.

Havia também os *gaiolas* de fundos chatos, que levavam por isso, e nome de *chatas*; e quando estas eram de pequeno calado, para os rios de menor volume d'água, chamavam-se *chatinhas*<sup>296</sup>.

Entre as grandes companhias de navegação que operavam na Amazônia, em função da indústria extrativa, destacavam-se: *The Amazon Steam Navigation Co. Ltd.*, e posteriormente *The Amazon River Steam Navigation Co. Ltd.*, fundada em 1911, que dispunha de 47 navios com o registro de 16.440 toneladas<sup>297</sup>.

Uma vez no porto do Pará, todo o transporte da borracha para o exterior era feito pelas Companhias: *Hamburg-Amerika-Line*, a *Boat S.S.C.* a *Read Cross Line*, a *Ligure Brasileira*, o *Lloyd Brasileiro* e a citada *The Amazon Steam Navigation Co. Ltd.* Tais companhias não só carreavam o produto para o exterior como traziam, no entanto, gêneros e equipamentos necessários à região<sup>298</sup>.

Informações sistematizadas sobre a evolução qualitativa e quantitativa do transporte fluvial na Amazônia são precárias e bastante controvertidas. Um ponto, entretanto, permanece comum entre os estudiosos, isto é, que o estudo deste item da economia amazônica, principalmente no período do apogeu – 1890/1913 –, seria de capital importância para a explicação do dinamismo da atividade extrativa.

Vergolino nos fornece alguns dados que, embora precários, como ele mesmo reconhece, dão-nos uma ideia da evolução desse setor (Quadro 17).

**QUADRO 17. FROTA FLUVIAL DA AMAZÔNIA - 1889-1916**

ANO DE CONSTRUÇÃO	TONELAGEM BRUTA
1890	331
1891	999
1896	1.100

296 REIS, Arthur César Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola – Documentário da vida rural, nº 5, 1953, p. 102-104.

297 VERGOLINO, José Raimundo de Oliveira. *A borracha extrativa e a economia amazônica, 1890-1930*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 1975, p. 52. (Mimeo).

298 REIS, Arthur César Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola – Documentário da vida rural, nº 5, 1953, p. 64-65.

ANO DE CONSTRUÇÃO	TONELAGEM BRUTA
1897	150
1898	460
1900	799
1901	349
1903	145
1904	124
1905	1.973
1906	1.682
1907	621
1908	633
1909	634
1910	2.047
1911	2.153
1912	2.222
1913	5.395
1916	160
TOTAL	21.977

**Fonte:** *Revista da Associação Comercial do Amazonas*. Anos 1929-1951.

As informações que se podem auferir da tabela são importantes, pois refletem as solicitações de transporte dos empresários ligados ao setor de exportação e importação, como também o grau de acumulação das casas aviadoras.

As taxas de crescimento da tonelagem bruta das embarcações fluviais existentes na Amazônia acompanham, na sua trajetória, a marcha da produção e dos preços.

Assim, no período de 1889-1898, a taxa de crescimento, que foi da ordem de 3,34%, reflete o crescimento relativo da produção e das exportações do produto. Já, entre os anos de 1900-1913, registra-se uma ordem de crescimento de 14,61%, espelhando o pico da produção e exportação.

Com a queda da produção extrativa e a consequente decadência da economia regional, este setor sofreu uma baixa sensível, aconte-

cendo inclusive a transferência e a venda de muitas embarcações para outras regiões do país. Segundo Valentim Bouças, a frota do SNAPP (Serviços de Navegação e Administração do Porto do Pará), em 1942, representava 1/3 da frota que operava na Amazônia em 1910<sup>299</sup>. Assim, não se pode negar o dinamismo deste setor, particularmente para o período 1890-1913, fase áurea do ciclo gumífero.

Com o desencadeamento da *batalha da borracha*, previa-se que o problema do transporte representasse um grande *handicap* para a retomada da produção, necessitando de total reaparelhamento. De fato, o SNAPP, que operava precariamente com barcos velhos e superados, não podia suportar um movimento que prometia se intensificar com o novo surto da exploração da borracha, que estava prestes a se desencadear. Cargas e passageiros, de fato, se multiplicavam e à medida que o esforço para extração de mais goma se intensificava, toda a vida econômica da Amazônia readquiriria um novo alento. Belém e Manaus despertaram de seu sono e da modorra de mais de três décadas e se transformaram, da noite para o dia, em portos estratégicos de grande importância. Os equipamentos destes portos tinham, pelo menos, 40 anos, e a maioria dos navios que trafegavam pelos rios da Amazônia se encontravam em péssimo estado. Apesar disso, portos e barcos foram recondicionados, às pressas, para a nova e urgente empreitada.

Com este quadro pouco promissor diante de si, no setor do transporte, a RDC tratou logo de entrar em entendimento com as autoridades brasileiras no sentido de assegurar o transporte necessário, a fim de dar vazão à produção.

Como o SNAPP já era do ramo, a RDC, em concordância com as autoridades brasileiras, entre outras providências, resolveu potencializar esta linha de navegação, emprestando todo o apoio e assistência para que a mesma se ocupasse de todo o transporte fluvial da Bacia Amazônica, com a condição, porém, de estender suas linhas até a Amazônia peruana, colombiana e boliviana<sup>300</sup>.

Démarches junto à United States Maritime Commission tornaram logo possível, apesar de todas as dificuldades do momento, a remessa para a Amazônia de seis barcos fluviais, alguns deles com

299 BOUÇAS, 1953, v. II, p. 62.

300 CORRÊA, Luiz de Miranda. *A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1967, p. 106.

a capacidade para 3.000 passageiros e duzentas toneladas de carga, que foram postos a serviço da navegação amazônica e entregues às responsabilidades do SNAPP. Somente na aquisição e alocação dessas seis embarcações, de grande tonelagem, a RDC gastou a soma de US\$ 4.160.430,83<sup>301</sup>. Entre estes barcos a vapor estavam o *Virginia Lee*, o *Cel. James A. Moss*, *The Westchester*, *The State of Delaware*, *The Cambridge*<sup>302</sup>. Estes barcos, como se pode aferir do quadro a seguir, tiveram uma participação ativa no transporte da borracha para os EUA.

---

301 *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano IV, nº 48, junho de 1945, p. 433-45.

302 RFC (RG. 234) - RDC. Entry 270. *Progress Report*, 1943-1946.

QUADRO 18. EMBARQUE DE BORRACHAS DE MANAUS PARA OS  
EUA, VIA BELEM, DE JANEIRO A DEZEMBRO 1945.

DATA	NAVIOS	FARDOS	CAIXAS	PELAS	SACOS	Nº OF	LAVADA	CRUA	LAVADA	CRUA	KG	POUNDS	VALOR EM MOEDA AMERICANA	Nº	DATAS
15/1	"capitão Assis"	2.291	-	-	-	4	160	-	353.692	-	160,525	353,892	202.762,57	94	16/1
19/1	"Jupiter"	-	250	3.461	-	3	-	196.355	-	432.884	196,355	432,884	201.524,43	95	23/1
21/1	"B. Horizonte"	-	750	3.293	-	2	-	270.000	-	595.242	270,000	595,242	284.288,40	96	23/1
7/2	"Virginia Lee"	1.958	500	6.863	-	5	137.033	410.000	302.103	903.886	547,033	1.205,989	603.249,86	97	8/2
15/2	"Cambridge"	782	-	-	500	2	54.740	20.000	120.680	44.092	74,740	164,772	83.239,42	98	19/2
22/2	"Westchester"	-	549	-	1.000	2	-	127.840	-	281.836	127,840	281,836	120.333,44	99	23/2
3/3	"Itacema"	-	-	3.017	-	1	-	146.384	-	322.718	146,384	322,718	151.700,48	100	6/3
3/3	"Jupiter"	1.258	-	4.030	-	6	88.190	190.000	194.424	418.874	278.190	613,298	304.051,89	101	7/3
16/3	"Westchester"	-	500	-	1.000	1	-	120.000	-	264.552	120,000	264,552	111.906,20	102	17/3
20/3	"Dist. Federal"	1.436	-	4.244	-	6	100.610	15.000	221.804	330.690	250,610	552,494	279.587,88	103	26/3
3/4	"Cambridge"	1.324	-	3.033	-	4	92.814	140.000	204.618	308.644	232,814	513,262	261.528,79	104	4/4
4/4	"Cambridge"	723	500	-	750	3	50.610	110.000	111.575	242.506	160,610	354,081	172.719,25	105	9/4
13/4	"Westchester"	-	250	-	-	1	-	40.000	-	88.184	40,000	88,184	38.218,94	106	14/4
14/4	"Vitória"	1.771	250	7.084	1.000	5	123.809	414.218	272.949	913.185	538,027	1.186,134	578.854,85	107	17/4
21/1	"S. of Delaware"	-	250	-	-	1	-	40.000	-	88.184	40,000	86,184	38.218,94	108	24/4
28/4	"James Moss"	1.540	-	-	-	4	104.001	-	229.281	-	104,001	229,281	135.312,74	109	26/4
4/5	"Cambridge"	1.220	500	-	750	4	85.552	110.000	188.608	242.506	195,592	431,114	217.274,19	110	5/5
15/5	"Virginia Lee"	936	500	5.096	-	5	65.488	330.000	144.375	727.518	395,488	871,893	427.081,24	111	16/5
24/5	"Virginia"	2.071	500	1.715	-	6	144.560	161.612	318.697	356.290	306,172	674,987	353.837,29	112	24/5

QUADRO 18. CONTINUAÇÃO

DATA	NAVIOS	FARDOS	CAIXAS	PELAS	SACOS	Nº OF	LAVADA	CRUA	LAVADA	CRUA	KG	POUNDS	VALOR EM MOEDA AMERICANA	Nº	DATAS
4/6	"Cambridge"	719	18	-	908	4	50.396	45.405	111.103	100,100	95,801	211,203	100.065,38	113	4/6
4/6	"Cambridge"	712	-	-	-	1	49.840	-	109.877	-	49,840	109,177	63.227,32	114	9/6
16/6	"Virginia Lee"	1.246	250	1.000	-	3	87.568	89.680	139.052	197,708	177,246	390,760	201.220,12	115	18/6
21/6	"Dist. Federal"	34.33	-	594	-	5	239.762	28.000	528.579	61,729	267,762	509,308	333.708,73	116	22/6
22/6	"Dist. Federal"	357	269	-	417	2	24.990	57.635	55.093	127,062	82,625	182,155	89.460,96	117	26/6
28/6	"Virginia"	4.937	494	294	1.000	8	345.951	132.922	762.063	293,040	478,873	1.005,723	556.440,28	118	30/6
13/7	"Cambridge"	-	250	-	-	1	-	40.000	-	88,184	40,000	88,184	38.218,94	119	14/7
21/7	"Virginia Lee"	4.192	250	-	-	8	294.087	40.000	684.344	88,184	334,087	736,528	407.667,18	120	23/7
17/8	"Cambridge"	2.816	-	-	-	7	197.240	-	434.835	-	197,240	434,835	241.919,06	121	18/8
24/8	"Virginia Lee"	914	-	-	-	3	63.964	-	141.103	-	63,964	141,013	77.190,62	122	30/8
31/8	"Cel. James M"	1.116	250	-	-	4	78.075	40.000	172.125	88,184	118,075	260,309	134.242,14	123	4/9
15/9	"Virginia"	2.379	500	-	-	7	166.934	80.000	368.022	176,368	246,934	544,390	283.511,59	124	17/9
6/10	"Nestchester"	-	1.000	-	-	1	-	160.000	-	352,736	160,000	352,736	167.207,85	125	8/10
23/10	"Jupiter"	-	625	3.753	-	1	-	293.392	-	646,812	293,392	646,812	302.023,85	126	22/10
6/11	"Virginia"	2.989	800	1.617	1.500	7	238.000	238.000	461.680	524,695	447,418	986,375	491.543,46	127	6/11
17/11	"Cambridge"	4.501	1.000	2.751	-	7	315.401	304.000	695.333	670,198	619,401	1.365,531	714.518,69	128	19/11
27/11	"Virginia"	-	500	-	1.500	1	-	140.000	-	308,644	140,000	308,644	132.029,06	129	28/11
18/11	"Cambridge"	1.709	1.050	2.640	1.250	5	119.734	339,000	263.966	747,360	458,734	1.011,326	496.116,80	130	18/12
22/12	"Virginia"	1.205	500	1.098	-	5	84.416	130.000	186.105	286,598	214,416	472,703	177.175,75	131	26/12
	Total	50.535	13.055	55.583	11.575	145	3.403.925	4.999.443	7.776.086	11.319.393	8.670,189	18.980,509	9.573.178,58		

Além desses barcos, foram entregues posteriormente ao SNAPP, pela RDC: 2 lanchas a gasolina, 9 lanchas de desembarque (Diesel), 8 alvarengas-tanques, 12 alvarengas de madeira, 4 rebocadores.

Afora esses barcos de maior porte, centenas de lanchas *Higgins* foram enviadas para a Amazônia, onde foram montadas e em parte construídas por trabalhadores brasileiros em estaleiros do SNAPP, sob a responsabilidade financeira da RDC.

Com o objetivo sempre de potencializar o serviço do transporte fluvial na região, evitar a dispersão de esforços e acelerar a distribuição de gêneros alimentícios e de trabalhadores no Vale Amazônico, os dois governos — do Brasil e dos EUA — firmaram um acordo, a 16 de julho de 1943, onde o SNAPP assumiu com a RDC as seguintes obrigações:

a) Transportar, preferencialmente, toda carga pertencente à Rubber Development Corporation destinadas ao interior ou dele procedente;

b) Transportar a carga pertencente à Rubber Development Corporation, ou a terceiros, destinada às regiões orientais das Repúblicas vizinhas, desde que esta carga fosse julgada necessária ao fomento da produção de borracha ou ao esforço de guerra das Nações Unidas;

c) Fretar, arrumar e adquirir embarcações pertencentes a armadores particulares, para o transporte da carga da RDC, sempre que necessário, bem como construir, por sua conta, em seus estaleiros, embarcações necessárias ao tráfego dos altos rios, e montar, também, em seus estaleiros, as embarcações trazidas pela RDC dos EUA;

d) Pagar a quantia de Cr\$ 20,00 por mês, por embarcação que recebesse da RDC; pagar 20% da renda bruta proveniente dos fretes e passagens havidos nos navios entregues pela RDC e obtidos pelo transporte de passageiros e cargas para terceiros; não incluídos os trabalhos conduzidos pela SAVA<sup>303</sup>.

Em contrapartida, a RDC assumia com o SNAPP os seguintes compromissos:

a) Entregar ao SNAPP todas as embarcações que trouxe dos EUA e as que futuramente fossem trazidas, incluindo-se as que se destinassem aos serviços de navegação explorados por outros países do Vale Amazônico e as de pequena tonelagem destinadas ao transporte de técnicos da RDC;

303 BOUÇAS, 1953, v. II, p. 63.



b) Adiantar ao SNAPP, como pagamento antecipado por conta de serviços a prestar, a importância de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), em três parcelas, de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) a terceira;

c) Pagar ao SNAPP, pela carga que fosse transportada por essa entidade em seus navios e nos fretados e arrendados, o frete das tarifas atuais, aumentado de 50% (cinquenta por cento);

d) Pagar mensalmente ao SNAPP a importância de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) por tonelada bruta de arqueação, pela movimentação das cargas; a importância de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) em viagens de cada navio, por milha navegada, para atender às despesas de operação; a importância de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) por tonelada de carga transportada para a RDC, a fim de atender às despesas com a estiva e desestiva; a importância de Cr\$ 4,00 (quatro cruzeiros) por dia, por passageiro de 3ª classe, transportado por conta da SAVA, para atender as despesas de alimentação do referido pessoal;

e) Envidar os melhores esforços para a movimentação das embarcações em tráfego, operadas pelo SNAPP, cobrando pelo carvão em Belém Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) por tonelada, em Manaus, Cr\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta cruzeiros) por tonelada e pelos produtos de petróleo, o preço de custo RDC, nos lugares de entrega do SNAPP<sup>304</sup>.

Houve em seguida, um grande esforço no sentido de se empreender uma modernização do SNAPP, começando pelos seus barcos, que, na sua maioria, ainda queimavam lenha como combustível. Recomendou-se, à ocasião, sua transformação para o uso do carvão. Este, como foi sublinhado nos contratos, provinha dos EUA e era subsidiado pelo governo americano. Depois de fevereiro de 1944, em vista do já citado acordo do prêmio de 33, 1/2 cents a mais no preço da borracha, os americanos se eximiram de fornecer tal produto ao SNAPP, passando esse encargo ao governo brasileiro.

Em relação ainda ao combustível para as operações na Amazônia, a situação se apresentava bastante crítica, no final de 1942, tanto pela falta de tanques quanto pela ameaça de torpedeamento dos navios brasileiros.

Para contornar a situação, a RDC entrou em acordo com a Companhia *Ganso Azul*, do Peru, mas controlada por capitais america-

304 BOUÇAS, 1953, v. II, p. 63-64.

nos, no sentido de fornecer o combustível necessário para as operações na Amazônia. Após sucessivos contratos, que as autoridades americanas acharam lesivos e desvantajosos para a RDC, esta corporação conseguiu evitar, não obstante, que faltasse combustível para os barcos e aviões que passaram a operar dentro do programa da borracha amazônica<sup>305</sup>.

De um sucinto relatório da RDC no Brasil depreende-se que a Companhia *Ganso Azul* forneceu ao programa da borracha 22.000t de petróleo e derivados, a um custo de Cr\$ 898.200<sup>306</sup>.

Do grande esforço feito pelo SNAPP para atender as necessidades do transporte para a Amazônia, falam melhor os algarismos que as palavras:

<i>Ano</i>	<i>Viagens</i>	<i>Toneladas transportadas</i>
1940	79	26.823
1941	95	32.060
1942	106	32.860
1943	148	45.000 <sup>307</sup>

Houve, portanto, em 4 anos, um aumento de tonelagem na ordem de 67% a 68%.

Um outro setor em que o SNAPP deveria se sobressair foi o transporte de gêneros alimentícios para o abastecimento do programa da borracha. De 1940 a 1943, o aumento no transporte de gêneros apresentou um acréscimo de 87%, conforme demonstra a comparação a seguir:

<i>Ano</i>	<i>Tonelagem</i>
1940	86.600t
1941	110.900t
1942	123.700t
1943	142.100t <sup>308</sup>

305 RFC (RG. 234) – RDC. Entry 270, *Progress Reports, Budget Estimats* - 1943-1944, p. 45.

306 *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano IV, nº 48, junho de 1945, p. 44.

307 BOUÇAS, 1953, v. II, p. 64.

308 BOUÇAS, 1953, v. II, p. 65.

A fim de atingir uma eficiência sempre maior e proporcionar ao comércio interessado na produção da borracha transporte suficiente para mercadorias de qualquer espécie, o SNAPP idealizou e fez executar para as regiões da hinterlândia e particularmente para as zonas de maior produção de borracha, como, por exemplo, o Acre, um plano da navegação que abrangesse, em especial, as bacias dos rios Acre e Purus. Organizou um *calendário* de saídas de navios de Belém, dentro do qual programou 16 viagens, levando carga controladamente para todos os portos acima de Boca do Acre, pequena cidade do Baixo Amazonas, situada na confluência dos rios Acre e Purus.

Mediante essas 16 viagens e em pouco mais de três meses, o SNAPP transportou de Belém para o Acre 4.480t de carga geral, enquanto nos meses do ano anterior havia transportado apenas 2.178t.

Tal plano demonstrar-se-ia altamente oportuno e racional, uma vez que, sendo este o tempo do regime das águas, os grandes rios da região davam plenas condições de navegabilidade às embarcações de maior calado, como os grandes *gaiolas*, *vaticanos* e rebocadores, barateando sensivelmente os fretes, que antes eram conduzidos por pequenas embarcações, sujeitas à perda de tempo e aos riscos de afundamento<sup>309</sup>.

Tal plano surtiu tão bom efeito que o SNAPP resolveu repetir aquele calendário para o período de 25 de novembro de 1944 até 4 de março de 1945, com mais 16 viagens com saídas de Belém e que obedeceram às seguintes escalas:

25.11.1944 - <i>Gaiola</i>	01.01.1945 - <i>Rebocador</i>
29.11.1944 - <i>Vaticano</i>	02.02.1945 - <i>Vaticano</i>
01.12.1944 - <i>Rebocador</i>	03.02.1945 - <i>Gaiola</i>
06.12.1944 - <i>Gaiola</i>	11.03.1945 - <i>Rebocador</i>
09.12.1944 - <i>Vaticano</i>	12.02.1945 - <i>Vaticano</i>
15.12.1944 - <i>Gaiola</i>	12.02.1945 - <i>Gaiola</i>
19.12.1944 - <i>Vaticano</i>	22.02.1945 - <i>Vaticano</i>
29.12.1944 - <i>Vaticano</i>	04.03.1945 - <i>Vaticano</i>

309 *O Acre*. Rio Branco-Acre, Ano XVI, nº 767, 08.10.1944.

Para um melhor aproveitamento da praça, cada tipo de embarcação deveria servir aos portos mais apropriados para os seus calados e capacidade de transporte<sup>310</sup>.

Nem tudo, porém, se desenvolveria normalmente e sem transtornos no campo do transporte de gêneros e passageiros.

Algumas medidas, decorrentes do novo regime de transporte, imposto tanto pela Marinha Mercante quanto pelo Lloyd e pelo SNAPP, viriam atingir em cheio o comércio aviador, principalmente pela preferência da praça, que, em virtude dos Acordos, estas companhias estavam obrigadas a ceder à RDC. Além disso, uma outra medida tomada pela Marinha Mercante, constituindo o porto de Belém como terminal único das mercadorias providas do Sul do país, pela qual obrigava o comércio de Manaus e da hinterlândia a ter aquele porto para baldeação de suas mercadorias, provocou não poucos transtornos e descontentamentos no comércio daquelas praças tradicionais, como se pode verificar compulsando a correspondência das duas mais prestigiosas Associações Comerciais da Amazônia (a do Amazonas e a do Pará).

Em 15 de julho de 1943, nos deparamos, de fato, com um longo telegrama da A.C.A. ao Presidente da República, assinado pelas mais importantes firmas de Manaus, que manifestavam toda a revolta e preocupação do comércio daquela praça, em face das medidas tomadas pela Marinha Mercante, pelo Lloyd e pelo SNAPP, julgadas altamente lesivas aos interesses comerciais da região:

A A.C.A. como órgão de classe, firmas comerciais abaixo, assinados, constituindo alto comércio praça Manaus, pedem vênias para expor Vossência, situação verdadeiramente calamitosa que atravessam nesse momento. Como causa principal dessa perturbação aponta-se suspensão tráfego direto entre o sul do país e porto de Manaus determinada pela Marinha Mercante sem desestimar outros fatores não menos prejudiciais.

Em seguida, continua o longo telegrama a apontar os fatores provocadores desse transtorno:

E tudo isso resulta situação comércio Amazonas profundamente abalada mercê seguintes fatores ostensivos: Primeiro: absoluta

---

310 O Acre. Rio Branco-Acre, Ano XVI, nº 767, 08.10.1944.

falta conexão direta portos sul do país; Segundo: impossibilidade obter fornecimentos diretos, virtude companhias de navegação impedidas emitir conhecimentos diretos para Manaus. Terceiro: insuficiência tonelagem vapores incumbidos transportes carga entre Belém e Manaus determinando acumulação ali acima 25.000 toneladas mercadorias. Quatro: Impossibilidade financeira de prosseguir suas compras porquanto fornecedores exigem liquidação duplicatas Belém onde mercadorias compradas permanecem acima 60 dias dificultando recuperação investimentos.

A.C.A. e comerciantes signatárias acreditam cumprir dever patriótico revelando Vossência essa grave situação que parece ocultar evidente propósito descontrolar e desorganizar tradicionais atividades comércio Amazonas, quando mais necessário se faz sua operosa cooperação.<sup>311</sup>

Também a sua congênere, a Associação Comercial do Pará, teve que sair muitas vezes a campo para aparar arestas e compor interesses feridos pelo novo regime preferencial da praça, que favorecia as instituições estatais, com evidentes prejuízos para o comércio de Belém e seus tradicionais aviados.

A maior preocupação do comércio aviador do Pará, além da retenção de grandes partidas de gêneros alimentícios nas docas do porto de Belém, em evidente prejuízo dos embarcadores e recebedores, era a prioridade de praça do governo do Guaporé em detrimento das mercadorias sujeitas a estragos e deteriorações e que deveriam ser entregues às regiões do Baixo Madeira e outras zonas de produção.

Em documento endereçado à autoridade local representativa da Marinha Mercante, a A.C.P. alegava:

Transmitindo a V.S. e a essa digna Subcomissão o que foi apurado, com as considerações que o caso sugere, não temos dúvidas em supor que, as prioridades concedidas reiteradamente ao Guaporé, têm suas razões de estado e por se tratar de um serviço público e por ser, evidentemente, o governo daquele território um dos mais operosos e adiantados do país em realizações de todo o gênero. Em que pesem estas razões, o comércio embar-

311 *Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas – Exercício 1946-1947*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1947, p. 169-170.

cador do Pará ficará gravemente afetado em seus legítimos interesses e desalentado na execução de seu programa de cooperação com o governo Federal para a maior produção da borracha e de outras matérias-primas necessárias ao esforço de guerra e da colaboração do Brasil às Nações Unidas.<sup>312</sup>

Embora demonstrasse boa vontade, era evidente que o organismo local representativo da Marinha Mercante não possuía suficiente autoridade para solucionar o caso. Em vista disto, não restava aos reivindicantes senão apelar diretamente à Comissão Geral da Marinha Mercante do Rio de Janeiro, como aliás nos atesta o telegrama expedido em 1º de março de 1943:

Mercantia – Rio de Janeiro – Comunicamos realização nossa sede social, numerosa assembleia interessados exportação gêneros alimentícios interior Vale Amazônico. Consequência dessa reunião solicitamos preciosa atenção ilustre operosa Comissão para seguintes casos: Desde muito comércio exportador Belém, que serve Manaus e região do Rio Madeira assim também portos Intermediários até Porto Velho, vêm sendo preteridos por Vapores SNAPP linha aquela região virtude preferência concedida ao governo Território do Guaporé. Reconhecemos respeitáveis razões legais autorizam SNAPP atender aquele governo; também reconhecemos sua operosidade dedicação desenvolvimento território. Entretanto, havendo poucos navios destinados percurso Rio Madeira onde existem seringais coparticipam melhor produção borracha Vale Amazônico, desejamos digna Comissão autorizasse fosse também comércio atendido praças navios linhas Madeira não somente governo territorial atendido navios seguidos. Seria de desejar que tendo o SNAPP apenas um navio cada mês, fosse navio mês seguinte destinado iniciativas que tais, promovendo e realizando tudo o que for necessário a uma verdadeira planificação da expansão econômica do Vale Amazônico.<sup>313</sup>

Uma outra acusação, frequentemente imputada ao Serviço de Navegação da Amazônia, era a sua má vontade e o péssimo trata-

312 *Relatório da Associação Comercial do Pará – exercício de 1945-1946*. Belém: Gráfica da Revista de Veterinária, 1946, p. 58-59.

313 *Idem*, p. 51-52.

mento dispensado ao transporte dos soldados da borracha, de seus acampamentos para o seu destino derradeiro: o seringal.

Uma vez mais, valem-nos aqui do testemunho de um grande crítico da *batalha da borracha*, o Dr. Ezequiel Burgos. Sobre o embarque dos trabalhadores e o tratamento a estes dispensado, assim se referia tal autoridade:

Aqui no Amazonas quase toda a navegação está subordinada ao SNAPP, cuja assistência a seus passageiros de 1ª classe muito deixa a desejar faltando todo o conforto a bordo.

Com os migrantes, seus passageiros de terceira classe, o descaso toca as raízes do crime, fazendo-os viajar ao relento com alimentação péssima e em quantidade reduzida.

Os nossos soldados da borracha em esforço de guerra, vão para o “front” parecendo degredados; sofrendo privações em todos os sentidos. O SNAPP demonstra ter a melhor má vontade pelo esforço de guerra, tendo cada dia uma nova exigência para os novos embarques.

Há dias passados, tivemos uma turma inspecionada e, na hora do embarque, o SNAPP recusou cerca de 60 pessoas, por se destinarem a um ponto onde teriam de perder 20 minutos no embarque, causando sérios prejuízos ao seringalista que já havia dado o dinheiro aos seringueiros. Não puderam perder 20 minutos para deixar 60 homens no seringal, quando as saídas, são adiadas normalmente por 48 horas e acidentalmente por mais horas. Para um comandante comprar uma galinha por menos de 2 cruzeiros que o preço comum, perdem duas, três horas de viagem.

Em grande parte, em vários setores o nosso esforço de guerra é negativo. Anteriormente exigiam uma lista dos migrantes a embarcar com antecedência de 24 horas; hoje exigem 48 e amanhã não se sabe.

Expliquei aqui que, no nordeste brasileiro, os navios de transporte aguardam no porto que se inspecionem os migrantes para o embarque por ser considerado um serviço importante; entretanto aqui, o transporte do migrante é relegado a um plano abaixo do secundário, sendo evitado o quanto possível.

A alegação que os migrantes são elementos de anarquia não procede; apenas, quando não podem mais, acossados pela fome e pelos maus tratos, protestam sendo considerados maus. Só quem conhece a navegação no Vale Amazônico pode avaliar o que seja viajar sem coberta junto a bois, porcos etc. numa promiscuidade de condoer os mais duros.

Aqueles que moram em lugares servidos por estrada de ferro, poderão fazer uma ideia da colocação de famílias em vagões de condução de bois, separados por tabiques, apenas com a vantagem de não serem perseguidos pelas carapanãs, borrachudos, meroins, piuns, mutucas de várias qualidades, cabas etc., que abundam pelos nossos rios.<sup>314</sup>

Mas, não somente a navegação foi usada para o abastecimento e o transporte na Amazônia durante os esforços de guerra. Também a aviação desempenhou um papel importante neste setor vital da *batalha da borracha*. As grandes distâncias amazônicas a serem vencidas eram constantes desafios aos funcionários da RDC, se desejassem manter um ritmo vigoroso de trabalho.

Além disso, a necessidade cada dia mais premente de borracha, no início de 1942, estava a exigir inclusive o transporte aéreo de víveres, equipamentos, medicamentos, pessoal etc., para as zonas mais avançadas e interiorizadas da extração, aproveitando-se o retorno das aeronaves para o escoamento da borracha armazenada nestas paragens mais remotas. Em face do esforço de guerra, era urgente, ainda, o emprego do transporte aéreo para conectar a Bacia Amazônica com as fontes de suprimentos nos EUA e com outros pontos do Brasil e América Latina, para que o esforço de abastecimento não sofresse solução de continuidade. A RDC assinou, então, vários acordos com companhias aéreas do Brasil, Peru, Colômbia e Bolívia e adquiriu alguns aviões, que passaram a ser operados diretamente pelo seu próprio pessoal. Este programa aeronáutico, que foi patrocinado pela RDC e executado através de *Defense Supplies Corporation*, outra subsidiária da Reconstruction Finance Corporation, tinha também como objetivo estratégico liberar estas companhias aéreas da América do Sul de uma provável influência alemã<sup>315</sup>.

314 *Diário da Assembleia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 23.08.1946, p. 4.

315 RFC (RG. 234) - RDC, Entry 270. *Organization of RDC*, p. 1-2.



Tais acordos previam basicamente que estas nações deviam ceder, sem mais despesas para a DSC, terrenos para a construção de aeroportos, madeiras e outras matérias-primas locais, para serem utilizados nestas construções. Outra facilidade é que não poderiam cobrar impostos ou taxas de qualquer espécie. Em retribuição, todos os bens imóveis, no final da vigência desses acordos, ficariam de posse dos governos desses países onde os aeroportos tinham sido construídos. Os bens móveis continuariam de propriedade da DSC<sup>316</sup>. Os contratos de serviço com o Brasil foram basicamente três:

- 1) Contrato DSC – A.R.A. (American Republics Aviation) p. 18, com a Panamerican Airways em favor da Panair do Brasil.  
Data da efetivação do contrato: maio, 1942.  
Termo do contrato: dois anos, com revogação negociada.  
Tipo do equipamento - 5 - 43 anfíbios (três prontos para serem usados).  
Rotas e escalas das viagens:  
Manaus ® Belém, com escalas intermediárias em Curralinhos, Guarupá, Monte Alegre, Santarém, Óbidos, Parintins, Itacoatiara.  
Manaus® Iquitos (Peru) com escalas intermediárias em Codajás, Coam, Tefé, Fonte Boa, Santo Antônio do Ica, São Paulo de Olivença, Tabatinga.  
Manaus ® Guajará-Mirim, com escalas intermediárias em Borba, Manicoré, Humaitá, Porto Velho.  
Peso a ser transportado: aproximadamente 3.000 pounds em cada viagem, com capacidade para 11 passageiros e uma sobra para 800 pounds de carga.
- 2) Contrato DSC – A.R.A. – 129, com a Panamerican Airways.  
Data de efetivação: agosto, 5 – 1942.  
Termo do contrato: dois anos com o cancelamento por negociação.  
Tipo de equipamento: Sikorsky 5. 42 anfíbios.  
Rotas e escalas Miami ® Manaus, uma viagem semanal de ida e volta com escalas em Kingston, Maracaibo, Puerto Careño, Januária, Manaus.  
Peso a ser transportado: aproximadamente 8.000 pounds com acomodação para 12 passageiros.
- 3) Contrato DSC – A.R.A. P. 25 com a Panamerican Airways em favor da Panair do Brasil. 27 de janeiro de 1943. Este contrato foi cancelado em setembro de 1943, pelo fato de tal tipo de operação não se mostrar economicamente viável a uma companhia comercial.

316 RFC (RG. 234) - RDC. Entry 270. *Organization of RDC*, p. 1-2.

Além desses contratos na Amazônia brasileira, a RDC convenciou mais dois acordos aéreos com a Companhia de Aviação Faucet, do Peru, e com a Avianca, na Colômbia<sup>317</sup>.

O plano para a construção de aeroportos se mostrou de início ambicioso demais, pretendendo a DSC construir 20 modernos campos de pouso na Amazônia, cada qual contendo uma pista de 3.000 pés, 10 casas pré-fabricadas para diversas finalidades, como estação meteorológica, rádio, aparelhagem de comunicação, armazéns, luz e força. Estima-se que seriam necessários, no mínimo 60 pessoas para operar plenamente cada um destes aeroportos.

Este projeto contava, em 1942, com o pleno endosso da DSC, principalmente por motivos estratégicos, pois, como já foi dito, os EUA temiam, por esta época, a invasão da Saliência do Nordeste Brasileiro pelos alemães, através do Norte da África. Assim, do ponto de vista militar, quanto mais aviões e aeroportos na parte norte do Brasil, mais chances tinha o exército americano de enfrentar e repelir a tão temida invasão germânica. Quando, porém, o perigo da invasão alemã passou, pela derrota sofrida no Norte da África, o programa dos aeroportos começou a ser repensado e redimensionado.

Ecos de um certo esfriamento no entusiasmo, quanto à viabilização da totalidade do programa aéreo na Amazônia, se encontram na correspondência diplomática entre a embaixada Americana no Brasil e o Departamento de Estado, em 19 de abril de 1943. Em telegrama ao Departamento de Estado, assim se referia o embaixador Caffery ao programa da aviação:

Com referência a um certo ambicioso projeto de aeroportos, estações meteorológicas e outras instalações suplementares na região Amazônica, na realidade pouca coisa de construção foi realizada. Isto é mais devido à falta de equipamentos e trabalhadores e não falta de experts.<sup>318</sup>

A resposta do Secretário de Estado, em 9 de junho de 1943, não deixava, de fato, nenhuma ilusão quanto ao corte e redimensionamento no projeto original:

317 RFC (RG. 234) - RDC. Entry 270. *Organization of RDC*, p. 4.

318 DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of the United States*. Diplomatic Papers, 1943, v. V, p. 668.

O original programa para a construção de 20 aeroportos com instalações sofisticadas deve ser reduzido a 8 aeroportos com modestas instalações. E ainda será possível um ulterior corte no programa, não afetando, no entanto, a construção dos aeroportos que envolva compromissos já firmados com os governos estrangeiros (ex. gr. Manaus e Iquitos, no Peru). A ênfase deve ser dada na maior utilização dos aviões anfíbios.<sup>319</sup>

Na realidade, apesar das diversas dificuldades e problemas que esta modalidade de operação apresentava (impossibilidade de operar durante o regime das cheias, pelos perigos dos balseiros e troncos flutuantes, dispêndio de tempo, de pessoal extra e de custos para as manobras iniciais, na fase da água, em detrimento das horas de voo etc.), foi precisamente o avião anfíbio o escolhido para realizar grande parte do transporte aéreo na Amazônia.

Construíram-se para isso portos de atracação para aviões anfíbios em diversos rios localizados em regiões as mais remotas da planície amazônica.

As aeronaves mais usadas pela RDC foram os “Lockheeds” e os *P.B.Y.-5* adaptados, chamados também *Catalinas*, que viria o a se tornar uma verdadeira marca registrada da região Amazônica. Pode-se afirmar sem exagero que o *Catalina* representou, no transporte aéreo da Amazônia, o mesmo papel que o DC3 desempenhou durante a guerra.

Para garantir a segurança de voo na região, a RDC mandou construir e equipar estações de rádio, em diferentes pontos da Bacia Amazônica. As estações até então existentes eram poucas e obsoletas, prestando relativo serviço a uma navegação aérea incipiente. Esta nova cadeia de estações passou a formar uma bem orquestrada rede de informações, que ligava os diversos núcleos da RDC, na Amazônia, tanto brasileira quanto boliviana, peruana e colombiana. A referida rede de estações tinha seu ponto central no aeroporto de Ponta Pelada, na cidade de Manaus, verdadeiro quartel general das forças americanas que atuavam na Amazônia.

Ainda para garantir a segurança dos voos, o pessoal da RDC preparava boletins meteorológicos que foram também utilizados pelo exército dos EUA e pelas companhias particulares que operavam na região. O custo total das aeronaves adquiridas e operadas pela RDC

319 DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of the United States*. Diplomatic Papers, 1943, v. V, p. 670.

montaram a \$ 2.331.748, enquanto a montagem e o equipamento do setor aeronáutico custou a soma de \$ 2.227,300.96<sup>320</sup>.

Sobre a excelência e importância do programa aeronáutico da Amazônia, assim se expressava Douglas H. Allen, presidente da RDC:

As facilidades aeronáuticas provaram ser de valor incalculável na obtenção de borracha de uma maneira mais rápida e eficiente, mas, acima de tudo, para suplementar o transporte em áreas em que o serviço de navegação fluvial era deficiente e que nunca poderiam ter sido alcançadas, senão por via aérea.<sup>321</sup>

O jornal *A Noite* assim descrevia a atuação da aviação na Amazônia:

Esse grande movimento econômico, presenciado na Amazônia, que atinge proporções de obra gigantesca, oferecendo a esta região esquecida nova fase de lutas e soerguimento, é uma destas obras soberbas que engrandecem um povo e consagram seus dirigentes.... Ontem despovoadas, hoje a Amazônia recebe milhares de homens que habitam e desbravam a selva indômita, extraindo do seu seio a matéria-prima da redenção dos povos escravizados, em contribuição decisiva à vitória das Nações Unidas (...). Possuindo o espaço rendilhado pelos rios, muito dos quais não oferecem navegação franca durante o verão, o transporte do Vale do Rio Rei era um problema seríssimo que se antepunha a qualquer iniciativa. Dezenas de aviões de grande capacidade de carga, transportando víveres, utensílios e outros materiais e conduzindo de volta a borracha, escrevem um novo capítulo na história do transporte na Amazônia.<sup>322</sup>

Além destas duas modalidades de transporte já citadas – fluvial e aéreo – e que merecem da RDC e das autoridades brasileiras atenção já descrita, outros dois projetos no setor do transporte tiveram desta corporação uma consideração especial. Tratava-se da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que, como é sabido, domina uma das

320 RFC (RG. 234) – RDC. Entry 270. *Organization of RDC*, p. 4. Cf. Também: *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano IV, nº 48, junho de 1945, p. 44.

321 RFC (RG. 234) – RDC. Entry 270. *Organization of RDC*, p. 6.

322 É titânica a batalha no front da borracha. *A Noite*. São Paulo, 22.07.1943 – transcrito pelo jornal *O Acre*. Rio Branco-Acre, Ano XIV, nº 706, p. 1.

melhores regiões de látex. A RDC não só investiu para recuperar trechos abandonados da ferrovia, mas ainda dotou a região de barcos especiais para a navegação das zonas mais encachoeiradas do Madeira.

Outro projeto no qual a RDC investiu apreciável soma de recursos e esforços foi sua colaboração no plano rodoviário de Mato Grosso. Dotado de 850 quilômetros de seringueiras da melhor espécie, equivalente à densidade de látex dos altos rios e do Acre, além de um clima mais favorável e livre de endemias, o estado do Mato Grosso mereceu atenção especial dos planejadores americanos e brasileiros.

Tentaram, antes de tudo, dotar o Estado de um plano rodoviário eficiente, onde se sobressaíam os três troncos rodoviários mais importantes da região: a estrada que liga Cuiabá a Vilhena, que seguia as pegadas da rodovia projetada por Rondon, em 1914; a que articula a região de Pedro Dantas, no Alto Xingu, a Cuiabá e, finalmente, a rodovia que estabelecia o intercâmbio entre Cáceres e Cuiabá<sup>323</sup>.

Mas o plano mais arrojado era o da rodovia que ligava Cuiabá a São Paulo e que iria abastecer a indústria paulista de borracha de ótima qualidade pelas vias interiores, sem os percalços dos transportes marítimos, além da diminuição dos custos dos fretes e seguros.

Infelizmente todo este plano, como também o da aviação, foi apenas parcialmente implementado, já que pelo acordo suplementar sobre os preços da borracha, de abril de 1944, os ianques se eximiram de continuar a financiar tais projetos.

## **6. A MOBILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA NORDESTINA PARA A AMAZÔNIA OU A EPOPEIA DO ARIGÓ**

### **6.1. O PAPEL DOS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA MOBILIZAÇÃO, MIGRAÇÃO E ASSENTAMENTO DOS NOVOS SERINGUEIROS (DNI, SEMTA E CAETA)**

Um dos maiores problemas que se apresentavam às autoridades brasileiras e norte-americanas, para a implementação da *batalha da borracha*, consistia na crônica falta de mão de obra apta e suficiente

323 *Observador Econômico e Financeiro*. A borracha: passado, presente e futuro. Rio de Janeiro, Ano VII, nº 84, jun. 1943.

para enfrentar as novas exigências que o renovado surto do produto estava a reclamar.

Após o colapso da produção amazônica da borracha, provocado pela emergência do produto oriental, a migração externa e interna diminuiu sensivelmente nas zonas de produção, chegando praticamente a se extinguir. Tal constatação é corroborada pelo fato de a taxa do crescimento demográfico, que se apresentou da ordem de 4,0% ao ano para a região amazônica, no período de 1890-1900, ter baixado para a insignificância de 0,20%, no período de 1900-1920<sup>324</sup>.

Este decréscimo demográfico explica os dois fenômenos mais significativos ocorridos na estrutura econômica da região, ou seja: no período de 1900-1910, a região apresentou o maior nível de produção da borracha até então registrado, atingindo o seu ápice em 1912. Já no decênio seguinte, principalmente após 1912, ocorreu o fenômeno inverso, com a queda da produção.

Parece lógico concluir que, no período 1900-1910, a região apresentou um crescimento significativo, decorrente dos altos índices de migração para a região, devido à intensa demanda da borracha no mercado internacional. Já entre 1910 e 1920 teria havido uma taxa de crescimento demográfico baixa, como consequência da queda da produção e dos preços. Tal fato corrobora a tese de Celso Furtado, segundo o qual o aumento da população segue o aumento da produção.

Para o período de 1920-1940, a taxa de crescimento demográfico da Amazônia chega ao nível irrisório de 0,05%. A população do Pará decresceu 0,01% ao ano, a do estado do Amazonas cresceu à taxa de 0,1% ao ano, enquanto que no antigo território do Acre a população decresceu à taxa de 8,08% ao ano, transformando-se numa zona de repulsão demográfica<sup>325</sup>.

Os dados referentes ao período 1920-1940 mostram a intensidade da perda de população:

	1920	1940	Perda de habitantes
Pará =	983.507 habitantes	944.744 hab.	38.763
Acre =	92.379 habitantes	79.768 hab.	12.611

324 SANTOS, 1980, p. 261.

325 VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. *A borracha, extrativa e a economia amazônica: 1890-1930*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 1975, p. 40. (Mimeo).

Somente no estado do Amazonas é que a população aumentou nesse período, passando de 363.166 habitantes, em 1920, para 438.008, em 1940. Tal aumento se explica pelo fato de as populações que viviam no Acre e nos Altos Rios demandarem Manaus e a calha do Grande Rio para fugir da crise<sup>326</sup>.

Nesse período (1920-1940) aconteceu um outro fenômeno que merece registro em relação à população nordestina que se via na contingência de emigrar, devido às estiagens cíclicas ou pelas crises econômicas que afetavam a região.

Enquanto que, no final do século XIX e início do XX, os nordestinos que emigravam demandavam quase que exclusivamente os seringais da Amazônia, pelos motivos já assinalados nos primeiros capítulos deste trabalho, à medida que os Estados sulinos e do Centro-Oeste iam se firmando e aumentando seu potencial econômico, passaram a se constituir em polos de atração desta população, em seus movimentos migratórios.

Destarte, o Nordeste que antes se caracterizou como o grande fornecedor de mão de obra para os seringais da Amazônia, passa agora a se constituir numa verdadeira *oficina gentium* para o povoamento e força de trabalho do Sul do país.

Fernando Mibielle de Carvalho ressalta que, em cinco anos (1934-1939), entraram em São Paulo 211.858 imigrantes nordestinos, assim distribuídos, segundo sua origem:

<i>Bahia</i>	151.236
<i>Alagoas</i>	26.307
<i>Pernambuco</i>	21.976
<i>Sergipe</i>	5.256
<i>Ceará</i>	5.195
<i>Rio Grande do Norte</i>	1.325
<i>Paraíba</i>	556
<i>TOTAL</i>	211.851 <sup>327</sup>

326 BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Col. Amazônia, V. I. Manaus: Umberto Calderaro, 1977, p. 848.

327 Idem, p. 316.

Somente nos anos das grandes secas de 1915, 1919, 1932, 1936 e 1942, é que contingentes significativos de retirantes procuravam ainda a Amazônia, não obstante a crise de produção que se abatera sobre a região.

Como consequência de todos esses fatores, estimava-se que o número de seringueiros que sobraram na região, no início da década de 1940, não ultrapassava a 34.000 extratores, com uma produção média anual de 16.000 a 18.000 toneladas de borracha.

Para aumentar a produção anual para 45 mil toneladas, em 1942, 60 mil, em 1943, 100 mil toneladas, em 1944, como era desejo dos americanos, seria necessário pelo menos quintuplicar o número deste contingente de extratores<sup>328</sup>.

Desde o início de 1942, que a Rubber Reserve Company vinha trabalhando, em conjunto com as entidades brasileiras do ramo de imigração, no sentido de prover o aumento da mão de obra necessária às novas exigências do fomento da produção para a indústria bélica americana e aliada.

Houve inclusive, da parte das autoridades americanas, um grande empenho para convencer a administração brasileira no sentido de que se pudesse importar mão de obra de outros países, mormente de Porto Rico. A tanto, porém, se recusou terminantemente o governo brasileiro, que preferiu aproveitar a mão de obra necessária, trasladando-a de outras regiões do país.

Coincidindo com esta necessidade premente de uma nova e abundante força de trabalho para a região, a seca de 1941-1942, que castigou sem piedade o sertão nordestino, veio reunir de 20 a 30 mil flagelados em Fortaleza, ensejando uma mão de obra farta para os seringais da Amazônia.

A RDC e o Departamento Nacional de Imigração assinaram um convênio pelo qual, mediante o financiamento da primeira entidade e sob a supervisão do órgão brasileiro encarregado da imigração, todo este potencial de mão de obra, que se achava disponível no Nordeste, seria desviado para a Amazônia.

Essa operação, que ocupou todo ano de 1942 até fevereiro de 1943, fez com que 14.484 pessoas, entre as quais se incluíam 7.435 homens, se deslocassem para a Amazônia<sup>329</sup>.

328 RFC (RG. 234), Entry 271. General Country File. Report on *Brazilian Rubber program*. Part I, p. 2.

329 CORRÊA, Luiz de Miranda. *A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1967, p. 90-91.



Este primeiro movimento migratório da *batalha da borracha* retratava as grandes levas de flagelados nordestinos, que, tangidos pela seca, demandavam, à maneira tradicional, a Amazônia e os Altos Rios. Constituíam-se, na sua maioria, de cearenses, homens do sertão, do agreste e das caatingas que, escoraçados pela estiagem e já no limite de suas forças e da própria sobrevivência, deslocavam-se com a família para a capital, Fortaleza, no intuito de emigrar. Tratava-se, portanto de uma imigração familiar. Os homens chegavam, acompanhados de suas esposas e filhos e, embora tivessem maiores dificuldades para se integrarem na Amazônia, eram os que tinham as menores chances de retornar.

Seu principal movente para migrar, portanto, não era o sabor da aventura, nem as miragens de um novo El-Dorado e nem as promessas de um enriquecimento fácil. Emigravam por questão de sobrevivência e porque a seca já não lhes havia deixado nenhuma outra alternativa.

Os diversos testemunhos e depoimentos, colhidos aqui e ali pelo prof. Benchimol, corroboram, de sobejo, esta realidade.

Joaquim Moreira de Souza, de Russas (CE), assim se justificava: *A seca me cutucou: ou corre ou morre.*

A explicação de José Lino de Araújo, de Campos Sales, pouco difere da primeira: *Eu vim veranear na seringa. Quando chover, volto que nem ovelha a procura dos pastos. Ou então: Eu só vim para juntar uns recursozinhos para comprar uma bomba para as minhas bananeiras* (Antônio de Oliveira, de Limoeiro, CE). Ou ainda os três depoimentos seguintes, que, além de revelar a tristeza de deixar sua terra natal, denotam as suas intenções para o futuro:

Trouxe minha família, mulher e meus treze filhos; não havia mais como sustentá-los. É a primeira vez que tenho necessidade de deixar a minha terra. Mas não tenho medo de sofrimento (Joaquim Laurentino, de Cachoeira);

Sou perdido pela plantação. Vim à procura de um lugar que chova todo o ano para poder criar e plantar (João Garcia de Medeiros, (Caraúbas);

Vou para a seringa mas o meu destino é criar gado. A seca matou as minhas reses. Fiquei na miséria. Eu não queria pedir para

quem já tinha dado (Antônio Ribeiro da Mota, de Jaguaribe-Mirim).<sup>330</sup>

Como se pode depreender desses depoimentos, a migração desta primeira leva de novos extratores obedecia mais a um movimento externo à vontade desses retirantes, que somente como último recurso, quando a própria sobrevivência se encontrava ameaçada, chegaram à decisão extrema de emigrar.

Não foi fácil ao DNI viabilizar um plano para a colocação de dezenas de milhares de flagelados na Amazônia.

Até então a migração para a Amazônia havia sido feita em grupos mais ou menos reduzidos e por iniciativa particular, interferindo o governo, no máximo, com o abono das passagens. Agora, não: tratava-se de levar e mais levar de milhares de flagelados que, de um lado, constituíam uma mão de obra abundante para os seringais, por outro lado, criavam sérios e quase que intransponíveis obstáculos para a sua locomoção e colocação nas zonas produtoras.

É verdade que, entretanto, o chefe da Nação, ponderando o alcance social de sua ação e as novas oportunidades que se abriam para a Amazônia, lançou mão de duas medidas altamente benéficas para a concretização dessa nova transumância de nordestinos para o grande vale. A primeira foi a concessão de um crédito para 4.000 (quatro mil) passagens nos navios do Lloyd e do SNAPP, em favor destes imigrantes. A segunda foi o Decreto-Lei nº 4.509, de 23 de julho de 1942, assinado pelo próprio presidente, concedendo um crédito de 7.736.190\$000 para a localização de trabalhadores no Vale Amazônico<sup>331</sup>.

Apesar desta ajuda do governo brasileiro e do financiamento da RRC, que se comprometia a pagar US\$ 100,00 por imigrante trasladado, subsistiam ainda sérios entraves para a operacionalização do plano do DNI. Os mais agudos se localizavam na área dos transportes e de alojamentos.

O problema dos transportes dizia mais respeito àquele interno da Amazônia do que propriamente à capacidade do Lloyd de trasladar essa massa humana de Fortaleza a Belém. Se o Lloyd estava plenamente capacitado para esta missão, não o estava o SNAPP e

330 BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Col. Amazônia, V. I. Manaus: Umberto Calderaro, 1977, p.310-311

331 *Diário Oficial da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Ano LXXXI, n.º 172, 25.07.1942, p. 11.657.

a navegação interna da Amazônia, que, por força da crise, se achava completamente desarticulada.

Várias foram as medidas aventadas pelo Diretor do DNI, Dr. Dória de Vasconcelos, e pela direção da rede de navegação da Amazônia, o SNAPP, para a solução deste problema, que ameaçava de estrangulamento todo o plano de colocação dos novos trabalhadores na Amazônia. Entre outras medidas, foram sugeridas: o fretamento de navios, mediante a concessão de créditos; a substituição de algumas linhas do SNAPP pelo Lloyd; e até a construção de navios de menor calado, tipo *chatinha*, para a navegação dos altos rios<sup>332</sup>.

Tal problema, porém, só seria resolvido a contento no ano seguinte (1943), quando o RDC resolveu investir maciçamente na potencialização do SNAPP e na navegação da Amazônia, em geral.

Um outro problema sério, que demandava solução urgente e impostergável, era o dos alojamentos. Anteriormente, quando a migração se dava em pequenos grupos, as acanhadas e precárias instalações e hospedarias bastavam para acolher e abrigar este pessoal, não obstante todas as deficiências e inconvenientes que apresentavam. Agora, porém, a realidade era outra, e o problema deveria ser encarado em toda a sua seriedade e amplitude.

Trinta mil sertanejos flagelados pela seca, encontravam-se aglomerados nos pontos iniciais à espera da possibilidade de viajar, e não seria com um aparelhamento tão precário que se poderia manter um ritmo de escoamento compatível com tamanha massa humana e em consonância com as últimas normas da migração.

Uma série de sugestões e medidas de ordem prática foram aventadas para pôr cobro a mais este problema: construção, no prazo máximo de três meses, de uma hospedaria modelo, em Fortaleza, que viesse substituir os antigos alojamentos da polícia marítima, onde não mais se deveria permitir a hospedagem dos imigrantes, pelas contraindicações de ordem sanitária e higiênica; adaptação da hospedaria dos japoneses, no Bairro do Curro, em Belém, de modo a poder servir de ponto de trânsito para os nordestinos; construção de uma nova hospedaria em Manaus, de preferência na chácara do *Pensador*; instalações imediatas de pequenas hospedarias nos altos rios etc.<sup>333</sup>.

332 *Observador Econômico e Financeiro*. Homens para a Amazônia. Rio de Janeiro, nº 88, maio de 1942, p. 89.

333 *Idem*, p. 38.

Apesar da pressurosidade dos prazos e da precariedade dos meios à disposição, este problema de alojamentos até que teve uma solução relativamente satisfatória, Em lugar dos galpões imundos da polícia marítima, foi construída em Fortaleza uma hospedaria moderna, de acordo com todos os requisitos e medidas das técnicas de imigração. Sua lotação comportava 1.200 pessoas, com serviços de saúde, escritórios de administração com a ficha de cada imigrante, campos para lazer etc. De um modo geral, em Belém a antiga hospedaria dos japoneses, no Bairro do Curro, permitiu uma solução apenas relativa e, dado que a tendência natural era de o imigrante estacionar ali por mais tempo, devido à grande alteração de tonelagem nos meios de transportes, os técnicos do DNI cogitavam seriamente em construir uma pousada nova, semelhante à de Fortaleza<sup>334</sup>.

Um outro ponto importante, e que pela primeira vez foi alvo das atenções oficiais, era o problema das despesas dos imigrantes.

O DNI observou que era notória a pobreza das populações rurais do Nordeste, mormente dos que eram forçados a abandonar suas terras em decorrência das estiagens.

Apesar das passagens do Lloyd e do SNAPP serem gratuitas, o retirante nordestino endividava-se com os gastos nos albergues de Fortaleza, Belém e Manaus, Boca do Acre e em outros pontos de baldeação e com outras despesas extraordinárias feitas durante o trajeto.

Pois bem, com a premência da mão de obra para a coleta da borracha, o DNI, por sugestão do CIC (Conselho de Imigração e Colonização), resolveu estabelecer um plano de assistência por conta da verba daquele conselho e que viria em muito aliviar a penúria desta massa humana de semi-indigentes.

Pelas cifras divulgadas abaixo e sua discriminação, pode-se ter uma ideia da extensão do auxílio em tela:

a) Vestuário:

- Homens: 3.000 a Cr\$ 20,00 por 2 calças e camisas	=	Cr\$ 60.000,00
- Mulheres: 3.000 a Cr\$ 20,00 por 2 vestidos	=	Cr\$ 60.000,00
- Meninas: 5.000 a Cr\$ 10,00 por 2 vestidinhos	=	Cr\$ 50.000,00
- Meninos: 5.000 a Cr\$ 10,00 por 2 roupinhas	=	Cr\$ 50.000,00

334 *Observador Econômico e Financeiro*. Homens para a Amazônia. Rio de Janeiro, nº 88, maio de 1942, p. 38.

## b) Alimentação:

- Café e pão de Cr\$ 0,30

- Almoço: arroz, feijão e farinha

- Jantar: feijão, carne e farinha para 6.000 maiores de 12 anos por 15 dias

a Cr\$ 3,50=Cr\$ 52,50 = Cr\$ 315.000,00 10.000 de 1-12 anos a Cr\$ 2,50

por 15 dias Cr\$ 375,50

= Cr\$ 375.000,00

## c) Transportes:

- Do porto de Fortaleza se não puderem ser fretes grátis

= Cr\$ 30.000,00

- Medicamentos

= Cr\$ 30.000,00

- Material de higiene (sabonete, creolina)

= Cr\$ 5.000,00

- Esteiras, 1.000 a Cr\$ 2,00

= Cr\$ 2.000,00

- Extra numerários (Cr\$ 350,00) e eventuais

= Cr\$ 23.000,00

TOTAL

Cr\$ 1.000.000,00<sup>335</sup>

Uma outra preocupação, que pela primeira vez se constituiu em alvo das atenções do DNI, foi a questão das relações de trabalho nos seringais. Em princípio, pensou-se criar um escritório central de trabalho, espécie de bolsas de trabalho, em Belém e Manaus, com o fito de se conseguir um maior controle sobre as relações empregador-empregado.

Cogitou-se, em seguida, inclusive num contrato-padrão de trabalho entre o patrão-seringalista e o seringueiro, para que se evitasse a tão estigmatizada *compra de homens*, já duramente denunciada no passado por escritores ilustres. O advento de uma forma nova de contrato trabalhista nos seringais só poderia beneficiar tanto ao patrão quanto aos seringueiros, permitindo ao poder público intervir em defesa de um e de outro toda vez que se tornasse necessário.

O contrato que foi redigido à época e que contou com a anuência da classe patronal, apesar de simples nas suas linhas gerais, representava, na realidade, um marco importante nas relações de trabalho na Amazônia. Nele já se fala em horas de trabalho, no direito do seringueiro de comprar fora do barracão do patrão, na supressão das multas aos seringueiros pela danificação das árvores etc.<sup>336</sup>

Apesar de todos os entraves, prazos curtos e precariedade dos meios, a atuação do DNI vinha se desenvolvendo a contento, mes-

335 *Observador Econômico e Financeiro*. Homens para a Amazônia. Rio de Janeiro, nº 88, maio de 1942, p. 38

336 *Idem*, p. 43-44.

mo porque, com larga experiência no ramo, este órgão procurava, de todas as formas básicas respeitar as normas da imigração. O seu desempenho – colocação, num prazo de um ano, de 14.484 pessoas, das quais 7.435 homens aptos ao trabalho da seringa – poderia ser considerado, no mínimo, razoável.

As coisas estavam se desenvolvendo neste pé, quando um fato novo e imprevisto veio provocar uma verdadeira revolução no capítulo da imigração de trabalhadores para a Amazônia.

Apesar do empenho do DNI, já no final de 1942, ficava claro, pelas declarações dos oficiais americanos encarregados do programa da borracha, que o fluxo de trabalhadores recrutados e trasladados para a Amazônia pelo órgão estatal brasileiro encarregado da imigração não era suficiente para agilizá-lo o novo surto da borracha.

A declaração de Douglas Allen, em 27 de novembro 1942, é mais que evidente a esse respeito.

A Bacia Amazônica é capaz de produzir uma grande quantidade de borracha, dependendo sempre do número de mão de obra que seja possível transportar. Até o presente momento a carência de mão de obra não se constituía num problema de imediata importância porque não dispúnhamos de gêneros e equipamentos necessários para suprir esta força de trabalho. Estes gêneros de primeira necessidade e equipamentos, de toda espécie, foram agora providenciados em grande quantidade, de modo que um ativo programa de mão de obra, em larga escala, pode ser imediatamente iniciado.<sup>337</sup>

É neste momento que entra em cena a figura patética do recém nomeado Ministro da Mobilização Econômica para o esforço de guerra, Ten. Cel. João Alberto Lins de Barros.

Fazendo eco às palavras de Allen e percebendo que os Aliados careciam desesperadamente de mais borracha – e mais borracha equivalia a um número bem mais elevado de trabalhadores para as zonas de produção –, Ministro João Alberto entra em contato com as autoridades americanas para a criação de um novo organismo, com o fito de promover o recrutamento e alocação de novos trabalhadores para a Amazônia.

337 RFC (RG. 234). RDC. Entry 271. *Report of the Brazilian Rubber Program*. Part. I, p. 68.

Temendo o embaixador Caffery que futuros choques de personalidade e conflito de poder pudessem ameaçar o programa da borracha amazônica já em curso, o atento diplomata convoca uma reunião entre Bouças, diretor Executivo da CCAW, e o próprio João Alberto, para se acertar um *modus vivendi*, a fim de que não houvesse qualquer solução de continuidade em decorrência de desacordos entre as diversas agências encarregadas do programa.

Nessa reunião, decidiu-se também, com a anuência de um contrariado Bouças, que seria criado um novo serviço para a mobilização de trabalhadores para a Amazônia, com a supervisão do Ministro João Alberto e financiado pela Rubber Reserve Company, desde que fosse providenciado um plano aceitável para corporação americana<sup>338</sup>.

Assim, usando das amplas atribuições que lhe conferia o novo cargo, inclusive de legislar por decreto, o Ministro João Alberto Lins de Barros criava, a 30 de novembro de 1942, pela portaria 28, o Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia<sup>339</sup>.

Foram atribuídas a este serviço as seguintes prerrogativas:

a) Proceder imediatamente aos estudos necessários para transportar, por vias interiores, os trabalhadores nordestinos para a Amazônia;

b) Organizar um sistema de recrutamento, de tal forma que merecesse a confiança dos trabalhadores, protegendo-os e assistindo-os convenientemente durante a viagem e dando a suas famílias assistência médica e econômica;

c) Articular-se com o DNI no sentido de assegurar uma colaboração harmoniosa nos respectivos setores da atividade;

d) Organizar, ao longo de todo o trajeto a ser percorrido, pontos de pouso, com recursos adequados para atender às necessidades dos trabalhadores;

e) Organizar um sistema de comunicação rápida e eficiente entre as autoridades encarregadas de proceder à mobilização e ao transporte, de tal forma que pudessem ficar funcionando perfeitamente os imprescindíveis serviços de subsistência, assistência médica e ligação entre os trabalhadores e suas famílias<sup>340</sup>.

338 RFC (RG. 234). RDC. Entry 271. *Report of the Brazilian Rubber Program*. Part. I, p. 78.

339 RIBEIRO, Paulo de Assis. A organização de um serviço de guerra. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, Ano VI, v. III, nº 3, set. 1943, p. 13-20.

340 GOMES, Anápio et al. *A batalha da borracha e a coordenação da mobilização econômica*. Rio de Janeiro: Coordenação da Mobilização Econômica de Guerra no Brasil. O que fez..., v. VI, 1943, p. 10.

Para a chefia deste Serviço, o Ministro João Alberto nomeou o Dr. Paulo de Assis Ribeiro, que, em tempo recorde, fixou as linhas mestras deste trabalho e traçou a orientação geral a ser seguida na propaganda a ser feita, nos métodos de seleção e recrutamento, nos tipos de alojamento a adotar e a construir, nas vias e meios de transportes a estabelecer e a utilizar, nos sistemas de equipamentos e manutenção dos trabalhadores em marcha, nas formas de assistência aos dependentes dos trabalhadores e, finalmente, no financiamento dos trabalhos a executar<sup>341</sup>.

João Alberto garantiu ainda ao embaixador americano que a partir deste momento (nov. de 1942) até o final de 1943, mais de 50.000 trabalhadores poderiam ser recrutados e transportados para a Amazônia, a um custo aproximadamente de US\$ 100 por cabeça<sup>342</sup>.

Tais planos, tão categoricamente reafirmados e tão seguramente defendidos, chegaram a impressionar positivamente o diplomata americano, que, na ocasião, começou a defender que se deveria imediatamente destinar um crédito de US\$ 350.000 para que o SEMTA pudesse o quanto antes se estruturar. Desde que o João Alberto atuava com tanta presteza em tal assunto, também nós nos devemos mover de maneira semelhante para estabelecer o crédito, ainda que estivesse implícito que tal crédito só seria entregue depois que um plano fosse formulado e aceito por nós<sup>343</sup>.

Aproveitando-se da boa receptividade e da confiança que o novo Serviço de migração começava a angariar entre os oficiais americanos, em início de dezembro, o Ministro João Alberto voa para Washington, onde, em grande estilo, tentaria expor seu mirabolante plano de imigração aos oficiais de Washington e conseguir mais recursos para concretizá-lo. Em 10 de dezembro, de fato, o Ministro reúne-se com Mr. Chambers, Vice-Presidente da Defense Supplies Corporation, e com Mr. Douglas H. Allen, representante da RRC, com a finalidade de expor a estas autoridades americanas o seu novo plano para a movimentação de trabalhadores para a Amazônia e que viriam do sul do Brasil, do Ceará e do Marajó (sic! deve ser Maranhão), descendo pelo Tocantins até o Amazonas.

<sup>341</sup> RIBEIRO, 1943, p. 14.

<sup>342</sup> RFC (RG. 234) - RDC. Entry 271. *Report on the Brazilian Rubber Program*. Part I, p. 78.

<sup>343</sup> Idem, p. 79.



Com a ajuda de mapas, o Ministro expôs seu plano, nos mínimos detalhes; basicamente, constituía-se no seguinte:

Um grupo de trabalhadores devia ser organizado em cada comunidade onde seria constituído um Comitê dos Três: o chefe, um comerciante de renome e o Padre vigário que se responsabilizariam pela seleção destes Indivíduos que desejassem tomar parte no programa amazônico para produção da borracha. As famílias dos selecionados deveriam permanecer nas próprias casas, recebendo um pagamento de US\$ 0.25 por dia, além da assistência do Comitê. Os voluntários, desde o momento da seleção, deveriam se considerar empregados, percebendo US\$ 0.50 por dia. Seriam organizados em grupos de 20, sob a supervisão de líderes que receberiam um salário um pouco maior e que, sob uma suave mas firme disciplina militar, pudessem liderar a marcha para os pontos previamente designados, até o embarque no Tocantins. Ao longo da rota da marcha, deviam ser construídos 40 pontos de pouso para alimentação, banhos e dormida, além da Inspeção e assistência médica<sup>344</sup>.

Segundo Mr. Chambers,

a viabilidade de tal plano não foi minimamente contestada pelos participantes da reunião, porque o Ministro frequentemente afirmava ter pessoalmente percorrido a área da marcha, conhecendo, portanto, por experiência, que a mesma era viável e que, além do mais, já havia efetuado, com 10.000 homens, uma distância bem maior que a estipulada que era de 600 milhas.<sup>345</sup>

Para a questão do financiamento, o Ministro João Alberto propôs que fosse feito um adiantamento à sua organização de 1 conto de réis ou US\$ 50.00 por pessoa, no ato do embarque para a Amazônia, e de 1 conto de réis ou US\$ 50.00 por pessoa colocada nas zonas de produção<sup>346</sup>.

Enquanto o ministro negociava o seu plano e obtinha de atônitos e inexperientes funcionários americanos a garantia de financiamento para executá-lo, o chefe do SEMTA, Dr. Paulo de Assis

344 RFC (RG. 234) - RDC. Entry 271. *Report on the Brazilian Rubber Program*. Part I, p. 79

345 Idem, p. 82.

346 Ibidem, p. 84

Ribeiro, procurava organizar e estruturar tal serviço, fixando os regimentos e normas para os departamentos, serviços e superintendências regionais e que basicamente obedeciam a esses princípios:

a) A necessidade de manter a unidade de orientação por meio de um programa de trabalho que evitasse a dispersão de esforços e facilitasse a ação coordenadora, de modo a manter a força de trabalho, permanentemente, no sentido das finalidades fixadas pelo SEMTA;

b) A organização devia ter características que permitissem, por vários meios, a ação contínua dos chefes responsáveis pela direção geral, numa permanente atitude de presença, direta ou representada;

c) A hierarquia administrativa devia ser mantida por meio de normas e comunicações de coordenação das atividades, sempre dirigidas numa ordem e escala constante, por degraus previamente estabelecidos;

Para completar o seu quadro organizacional (cf. Quadro 19), o SEMTA propunha-se ainda a desenvolver os seguintes serviços e atividades:

a) Fazer a propaganda e divulgação dos objetivos da mobilização; divulgar os resultados das observações de ordem social e antropológica da massa de trabalhadores;

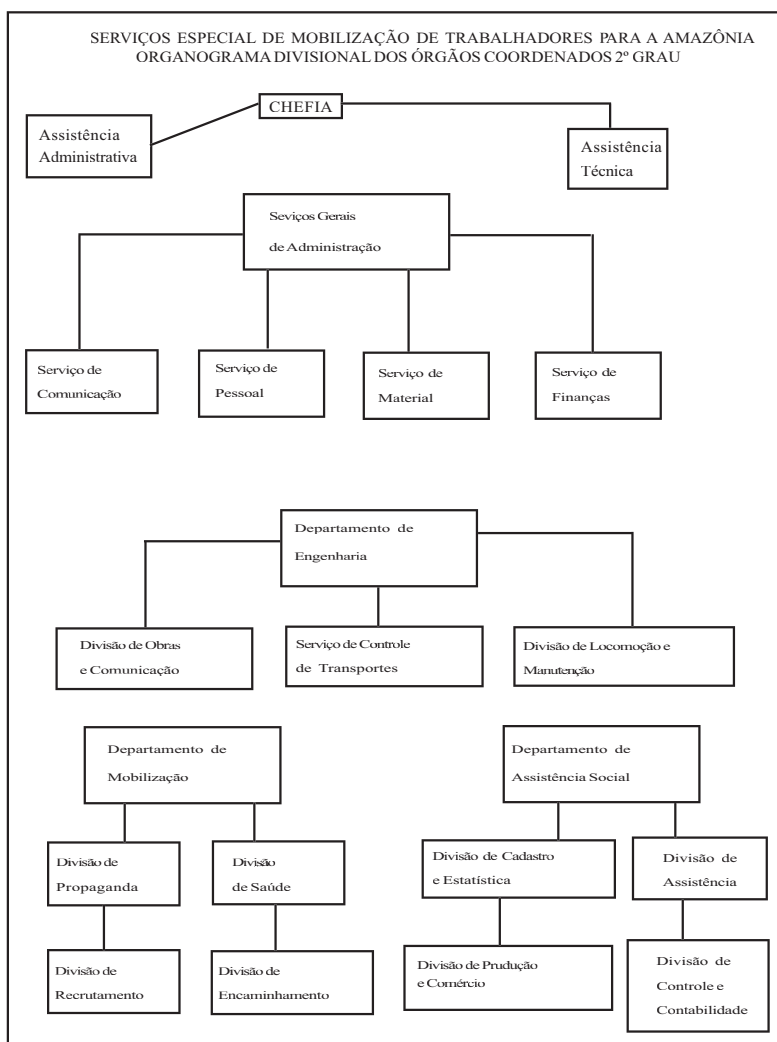
b) Organizar serviços de recrutamento e encaminhamento para o registro e controle dos trabalhadores; organizar um serviço especial de comunicação; um serviço de saúde e assistência médica; um serviço de planejamento e execução de obras para a execução dos alojamentos e um sistema próprio de transporte;

c) Organizar um sistema de abastecimento e manutenção, uma rede de cooperativas e núcleos de produção, indústrias domésticas, agricultura e criação de aves nos diversos pousos para obtenção de alimentos<sup>347</sup>.

A ninguém, com um pouco mais de bom senso, escapava que um tal Serviço de Imigração, dado o acúmulo de problemas e dificuldades que deveria enfrentar, principalmente devido à imensa área em que se propunha atuar, à pressurosidade dos prazos em que prometera cumprir sua tarefa e ao amadorismo e inexperiência que norteava toda a sua ação, estava fadado ao mais inglório dos insucessos.

#### QUADRO 19. ORGANOGRAMA DOS SERVIÇOS DO SEMTA

347 RIBEIRO, Paulo de Assis. A organização de um serviço de guerra. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, Ano VI, v. III, n° 3, set. 1943, p.16-17.



**Fonte:** RIBEIRO, Paulo de Assis. A organização de um serviço de guerra. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, 3 (3):16, set. 1943.

Só para se ter uma ideia geral do que representava a sua organização e a tarefa a que se propunha, basta lembrar que o número de trabalhadores a selecionar, equipar, alimentar e transportar era de 50.000 homens e que os dependentes a assistir nas zonas de recrutamento, guardadas as proporções dos trabalhadores a encaminhar, eram, no mínimo, da ordem de 50.000 pessoas. E a distância que cada trabalhador devia percorrer em média, até ser apresentado na

Amazônia, era de 2.500km, sendo que alguns milhares deveriam percorrer até chegar a Belém, uma distância de mais de 5.000 km.

De um sucinto exame deste movimento de trabalhadores, como vinha sendo planejado pelo ministro da Mobilização Econômica, saltam logo à vista três problemas seríssimos:

a) Como era possível movimentar 2.000 pessoas por semana de São Luís a Belém, uma viagem de duração de alguns dias, numa costa reconhecidamente exposta aos ataques e ameaças dos submarinos?

b) Como era possível, em tempo tão escasso, deslocar milhares de trabalhadores pelas vias interiores do Brasil até o Tocantins e construir 40 pontos de pouso, 6 dos quais de maior porte e melhor equipados para propiciar algum tipo de lazer e quebrar a monotonia da marcha dos voluntários?

c) Como faria a RDC o transporte destes voluntários do Tocantins ao Amazonas?

Poderiam ser acrescentadas também duas dúvidas que frequentemente povoavam as mentes dos responsáveis pelo esforço da borracha na Amazônia:

d) Ainda que transportados para as remotas regiões da Amazônia, seriam estes trabalhadores, solteiros ou desacompanhados de suas famílias, aceitos pelos patrões seringalistas?

e) O trabalhador, que praticamente era levado para as zonas de produção, quase que contra a sua vontade, submeter-se-ia ao trabalho duro da coleta do látex ou só permaneceria nos seringais porque lhe era negada a passagem de volta?

Não durou muito tempo, de fato, para que começasse a aflorar o ceticismo dos americanos a respeito da viabilidade deste plano de imigração.

A primeira manifestação partiu de Mr. D. Allen, em 13 de janeiro de 1943. O Diretor da RRC escrevia então que:

Em relação ao aspecto prático sobre a viabilidade de recrutar e transportar 50.000 trabalhadores em poucos meses e se a rota interior pelo Tocantins era possível, tudo o que se podia afirmar era que o Ministro João Alberto alegava ter atravessado esta área a pé, pessoalmente. Meu ponto de vista é que tudo isso não passava de um blefe de mau gosto do qual não podemos nos livrar,

desde que a falta de mão de obra continua sendo o ponto mais crítico do nosso programa da borracha na Amazônia.<sup>348</sup>

Em relação, depois, ao preço combinado de US\$ 100 por cada homem colocado em Belém, é impossível afirmar que esta quantia seja pequena ou grande, porque ninguém, até agora, se propôs a cumprir um projeto semelhante. Mr. Allen advertia ainda a Mr. Clayton, Mr. Chambers e Mr. Bisknell

(...) que o deslocamento de um número tão grande de trabalhadores, num espaço de tempo tão curto e numa empreitada tão apressadamente organizada, poderia atrair séria, críticas sobre todo o programa da borracha, caso o projeto redundasse em fracasso. O projeto, além disso, envolvia problemas diplomáticos de considerável delicadeza entre as agências do governo brasileiro e a Rubber Reserve Company, dos quais podiam se originar atritos e dificuldades para o futuro (...)

A opinião de Mr. Allen, no entanto, era que “estes riscos, em tempo de guerra, deviam ser corridos”, mas que o mesmo queria deixar bem claro, a título de registro (jan. 1943), que tais riscos eram inerentes ao projeto. Como para garantir-se ainda mais, Mr. Allen fazia questão de frisar que “o projeto houvera sido aceito e endossado por todos os presentes, incluindo-se os representantes da Rubber Reserve Company, do Board of Economic Warfare e pelo Departamento de Estado”<sup>349</sup>.

Não tardou muito para que as primeiras manifestações de reconhecimento sobre a inviabilidade de tão temerário projeto comesçassem a ser admitidas pelas próprias autoridades brasileiras que o haviam concebido e planejado. Em 20 de janeiro de 1943, de fato, em uma reunião organizada em Belém e presidida pelo Ministro João Alberto, com as presenças de Valentim Bouças, Mr. Allen, Mr. Chambers e outros diretores de agências que atuavam no programa da borracha, foi comunicado pelo ministro que o plano de migração por ele concebido sofreria modificações substanciais. A primeira modificação estava na rota da marcha, reconhecendo o ministro que as vias internas até o Tocantins eram inviáveis, devendo o escoamento ser feito todo ele pela rota do Nordeste: Fortaleza-São Luís-Belém.

348 RFC (RG. 234) - RDC, Entry 271. *Report on the Brazilian Rubber Program*. Part I, p. 90.

349 RFC (RG. 234) - RDC, Entry 271. *Report on the Brazilian Rubber Program*. Part I, p. 90-91.

O itinerário pelo Tocantins deveria ser mantido apenas para casos de emergência, na eventualidade de grande necessidade, e assim mesmo para fornecer um número limitado de trabalhadores.

Dr. Paulo de Assis Ribeiro, chefe do SEMTA, garantiu que para transportar o número combinado de trabalhadores pela rota interna, o Serviço deveria dispor de pelo menos 100 caminhões, que simplesmente não existiam (notar que no plano original do Ministro João Alberto, nem se cogitou da necessidade deste meio de transporte).

Nesta mesma reunião, Dr. Chambers, Diretor da Suplies Defense Corporation, concordou em ceder três Catalinas, esperando-se transportar por via aérea, ao invés da via marítima, aproximadamente 300 trabalhadores por dia, de Bragança a Belém<sup>350</sup>.

Para o assentamento dos trabalhadores pelos rios e seringais, uma vez que estes se encontrassem em Belém e Manaus, o Ministro confiou este encargo à SAVA (Superintendência de Abastecimento de Trabalhadores para a Amazônia) e ao D.N.I., ambos sob a direção do Dr. Dória de Vasconcelos, e do SNAPP do comandante Coimbra, a quem fora dado pleno controle de toda a navegação amazônica<sup>351</sup>.

Em 21 de janeiro de 1943, após se inteirar da situação de verdadeira penúria em que se encontravam os dependentes dos soldados da borracha recrutados pelo SEMTA, Mr. Allen notificou a Dr. Bouças que a RRC estava tentando estabelecer imediatamente um crédito adicional de US\$ 250.000,00, para que o SEMTA pudesse prestar alguma assistência às famílias desses trabalhadores que haviam permanecido no Ceará ou outros estados<sup>352</sup>.

Apesar de todos esses ajustes e dos esforços do chefe desse serviço para transformá-lo, no mínimo, num arremedo de uma agência de imigração, o fato é que o SEMTA teria poucos meses mais de vida.

Do lado americano, o ceticismo e a desconfiança que as autoridades encarregadas da *batalha da borracha* nutriam desde o início pelo projeto logo se transformariam em aberta hostilidade. O fato é que, já em meados de 1943, sua reputação era péssima, tanto que corria, à boca pequena, uma frase que era atribuída aos americanos: *Preferimos perder a guerra a continuar a financiar o SEMTA*<sup>353</sup>.

350 RFC (RG. 234) - RDC, Entry 271. *Report on the Brazilian Rubber Program*. Part I, p. 99.

351 RFC (RG. 234) - RDC, Entry 271. *Report on the Brazilian Rubber Program*. Part I, p. 99

352 RFC (RG. 234) - RDC, Entry 271. *Report on the Brazilian Rubber Program*. Part I, p. 100.

353 MELLO, Alcino Teixeira de. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e

Da parte das agências brasileiras que atuavam na Amazônia, todas elas sob a jurisdição da C.C.A.W., o ressentimento e a má vontade para com o SEMTA não era menor. Ninguém perdoava a afoiteza e temeridade do Ministro João Alberto, adjudicando-se uma atividade que bem ou mal já vinha sendo desempenhada por uma outra organização que era do ramo: o DNI. Em decorrência de tudo isso, como já era de se esperar, a falta de cooperação e de sintonia entre os órgãos encarregados desta tarefa da imigração eram alardeadas por todos. As palavras do chefe do SEMTA são mais que evidentes a esse respeito: *o SEMTA, tentava fazer o seu trabalho, a SAVA cuidava do abastecimento, e o SNAPP tratava do transporte, mas não havia cooperação de trabalho*. Asseverava ainda o Dr. Paulo de Assis Ribeiro que a esse respeito já havia escrito uma carta ao Dr. Bouças, sugerindo mesmo a supressão do serviço, e que se reunisse tudo num só órgão, que fizesse o transporte do trabalhador até ao seringal. Só assim haveria um responsável único por este serviço.<sup>354</sup>

Já que a prática havia demonstrado ser inviável à execução dos serviços de imigração em dois ou mais setores, foi alvitrada então a criação de um único órgão que viesse estabelecer uma espécie de conjugação dos trabalhos do SEMTA e da SAVA, numa só administração, originando-se daí um novo acordo, realizado entre a Comissão de Controle do Acordos de Washington (CCAW) e a Rubber Development Corporation, substituta da RRC.

Destarte, pelo decreto-lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, foi criada a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA), sob a jurisdição da CCAW, que continuou agora absoluta e cada vez mais prestigiada pelos americanos. O Ministro João Alberto e sua comissão da Mobilização Econômica tiveram que se sujeitar a um encargo meramente decorativo e secundário fora da Amazônia: o controle das cotas de borracha para as fábricas nacionais do Sul do país<sup>355</sup>.

Com relação às características da migração do SEMTA, esta segunda corrente migratória tinha, em relação à primeira (a patrocinada pelo DNI) uma diferença flagrante. Enquanto a primeira, como já foi acentuado, tinha como motivação principal o flagelo da seca, esta

---

Colonização, 1956, p. 124.

354 *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Ano I, nº 3, 26.09.1946, p. 38.

355 GOMES, Anâpio et al. *A batalha da borracha e a coordenação da mobilização econômica*. Rio de Janeiro: Coordenação da Mobilização Econômica de Guerra no Brasil. O que fez..., v. VI, 1943, p. 9-26

segunda, que se formou a partir de 1943 e que foi aliciada e recrutada pelo SEMTA, provinda dos mais diversos pontos do país, inclusive dos centros urbanos, era formada, na sua maior parte, de homens solteiros ou desgarrados de sua parentela, muitos deles desempregados ou sem profissão definida.

Enquanto o primeiro movimento migratório havia sido organizado, de início, à maneira tradicional, com os sertanejos do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, este novo contingente ampliou-se e enriqueceu-se com outros elementos regionais, desconhecidos e estranhos ao próprio meio e à história econômica e demográfica da Amazônia. Cariocas, do morro e da cidade, fluminenses, de Niterói e do interior do Rio, capixabas, de Vitória do Espírito Santo, baianos de Ilhéus e de Salvador, pernambucanos, de Recife, mineiros da Capital e das serras. De todas as classes, cores, profissões e idades. Ferreiros, carpinteiros, engraxates, choferes de caminhões, operários de fábricas e usinas, cansados das máquinas e seduzidos pela oportunidade de conhecer, à custa do governo, terras e paisagens distantes; trabalhadores braçais e agricultores, cujo sedentarismo não podia vencer a emoção psicológica da aventura, há muito recalcada e comprimida, eis a grande *arca de Noé* que formava esta segunda leva de *soldados da borracha*<sup>356</sup>.

O Boletim da Associação Comercial da Amazônia, citando artigo do jornal do Comércio, reporta uma descrição dura e dramática sobre as qualidades do elemento humano que demandou a Amazônia, nesta segunda leva migratória patrocinada pelo SEMTA.

O que a Amazônia, naquela oportunidade viu, constituindo a maioria das levas de soldados da borracha que aqui chegavam, não foi a fina flor dos sertões, nada disso, e sim a lama do asfalto, o rebutalho das grandes cidades, egressos de presídios, inclusive, e que, aqui chegados, roubando e matando, saqueando e ferindo, usando de todos os processos de violência, iniciaram uma etapa de terror e crime gravando seriamente os hábitos pacatos da população. O que a Amazônia viu, salvo pequenas e honrosas exceções, foi o malandro dos morros cariocas, foi o sangrador das caatingas, foi o assassino que cumprira pena em Fernando de

356 BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Col. Amazônia, v. I. Manaus: Umberto Calderaro, 1977, p. 376.



Noronha ou na Ilha das Flores, enfim, o lodo das ruas, a escória social brasileira.<sup>357</sup>

Certas organizações policiais do meio norte e do Centro-Sul do país, não se pode contestar, aproveitaram o ensejo para se livrar dos elementos mais perniciosos à suas respectivas sociedades, vagabundos e desordeiros, assaltantes e batedores de carteiras, alistando-os compulsoriamente no exército da hévea, esse exército que deixava atrás de si, por onde passava, a desolação e o pavor<sup>358</sup>.

O movente principal deste novo contingente que demandava a Amazônia não era mais a fuga do flagelo, que forçosamente obrigava os nordestinos a deixar os sertões, mas sim o simples sabor da aventura, estimulada pela passagem de graça dos navios do Lloyd.

Este espírito de aventura está bem delineado nas histórias de vida desses novos migrantes, como no caso de Elias Ferreira, de Macau: *Me deu apetite de conhecer a Amazônia. Sou um cabra de pé solto, o meu destino é andar.*

Quando as facilidades e promessas estimulavam a aventura, como no caso de Milton Dias de Joazeiro, assim se exprimia:

Aos dez anos fugi de meu pai, andei virando os sertões, bolando aqueles mundos da Paraíba ao Pernambuco, até que resolvi voltar para casa. Eu sempre tive vontade de conhecer a Amazônia para poder contar como é que era, pois cada um conversava do seu jeito. Não sei ficar parado em canto nenhum. Vim mesmo por safadeza e animação.<sup>359</sup>

Esses aventureiros, que, durante o percurso já haviam provocado as maiores desordens e arruaças, desacatando a autoridade dos encarregados do serviço e violando reiteradamente as cláusulas dos contratos, chegados a Belém e Manaus continuaram a provocar sérios problemas. Ao invés de seguir para os seringais, preferiram ficar nas cidades, fugindo dos pousos e debandando dos seus companheiros de regimento. Soltos, andavam ao léu pelas ruas das cidades com o seu uniforme típico de *soldados da borracha*, calça frouxa de mescla,

357 *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano VIII, nº 91, fevereiro de 1949, p. 42.

358 MELLO (1956, p. 1956) refere que na Hospedaria de Migrantes *Eduardo Ribeiro*, em Manaus, foi descoberta, em 1945, uma quadrilha de ladrões disfarçados no meio das levadas de trabalhadores

359 BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Col. Amazônia, V. I. Manaus: Umberto Calderaro, 1977, p. 276-377.

chapéu de palha virado, blusa larga de algodão, mochila às costas, alpercatas de rabicho, barba grande e a infalível *peixeira* à ilharga. Debandando dos acompanhantes, andavam aos bandos à procura de empregos, de uma pousada para morar, da birosca para saciar a fome, ou infernizando os bairros periféricos à procura de diversões baratas e transformando as festas e *forrós* em cenas de bebedeiras e “pegas-para-capar”.

Talvez por essa sua característica de “vagabundos”, o povo logo os apelidou de *arigós*, apelativo que na versão folclórica se dava a uma ave de arribação típica do Nordeste, que vivia vagando de uma lagoa para outra<sup>360</sup>. Este apelido se estenderia, depois, a todos os *soldados da borracha* que demandavam a Amazônia por esta época. Com a fama já criada de arruaceiros e farristas inconsequentes, passaram a ser temidos e evitados pela população local e a se constituir em manchetes das crônicas policiais dos jornais daquelas cidades<sup>361</sup>.

A cidade inteira de Manaus entrou em polvorosa pelas estripulias e escorribandas destes estranhos elementos, e a quadrinha publicada no *Diário da Tarde*, de 23.10.1943, reflete esta sensação de insegurança e medo:

*Manaus — cidade menina  
Quem te conheceu como nós.  
Hoje adormece inquieta  
Pensando nos arigós*<sup>362</sup>.

Com essa imagem formada de desordeiros, passaram a ser homens marcados e estigmatizados pela própria população. Somente o tempo e a convivência viriam atenuar o mito e facilitar a assimilação destes elementos que, aos poucos, foram tomando conta de inteiros bairros de Manaus, impondo um estilo de vida e de atividades que se lhes tornaram peculiares.

Todo esse quadro que acabamos de pintar em relação a esta segunda leva de imigrantes, somado aos motivos anteriormente adu-

360 A origem do termo *arigó* foi muito controversa à época, passando a se constituir inclusive em objeto de tertúlias eruditas por parte dos pseudo-filólogos da região como o Dr. Adriano Jorge e João Leda.

361 A imprensa de Manaus, em 1944, está repleta de ocorrências policiais relatando as proezas e desordens dos *soldados da borracha*. Cf. *Diário da Tarde*, Manaus, 25.10.1944 e *O Jornal*, Manaus, edições dos dias 28.10 e 12.11.1944.

362 BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Col. Amazônia, v. I. Manaus: Umberto Calderaro, 1977, p. 379.

zidos, contribuíram em muito para que a imagem já desgastada do SEMTA se tornasse de fato insustentável, apressando ainda mais a criação da CAETA. O Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, além de criação da CAETA, ratificava o acordo celebrado pelo coordenador da Mobilização Econômica e pelo presidente da CCAW com a RDC, de 6 de setembro do mesmo ano.

Tal acordo, em vista das obrigações já assumidas com as organizações extintas (o SEMTA e a SAVA) estipulava o seguinte:

a) A RDC se compromete a pôr à disposição do governo brasileiro a importância de US\$ 2.400.000,00 dois milhões e quatrocentos mil dólares), além da importância de US\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil dólares), devidos ao DNI;

b) O governo brasileiro se compromete a aplicar toda a importância de US\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil dólares), mencionados acima, no recrutamento e encaminhamento de aproximadamente 16.000 (dezesesseis mil) novos trabalhadores, antes do início de 1944, além da assistência às famílias dos trabalhadores já recrutados pelo SEMTA;

c) Para a execução do presente acordo, o governo brasileiro designará uma comissão, indicada pelo Presidente da C.C.A.W. e pela Coordenação da Mobilização Econômica, à qual caberá movimentar a conta, administrar e fiscalizar a aplicação de US\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil dólares);

d) Caberá ao governo brasileiro continuar os serviços de recrutamento e encaminhamento de trabalhadores por intermédio do SEMTA e SAVA ou de outra forma administrativa dos Serviços de que é objeto o presente acordo;

e) Com a entrada em vigor do presente acordo ficam canceladas, satisfeitas e liquidadas todas as responsabilidades financeiras e demais obrigações assumidas pela RDC com o SEMTA, o DNI e SAVA, relativos ao recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores e assistência às respectivas famílias destes<sup>363</sup>.

Na realidade, a primeira providência que coube a este novo Serviço de Imigração foi o recebimento do acervo do SEMTA e da SAVA. Pelo balanço abaixo, o acervo do SEMTA, em 1.10.1943,

363 *Relatório da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia*. Rio de Janeiro, dezembro de 1945, p. 45.

compunha-se de um ativo de Cr\$ 8.408.337,20 e de um passivo de Cr\$ 2.067.530,40.

As grandes cifras do ativo compreendiam:

<i>Almoxarifado</i>	<i>Cr\$</i>	<i>2.639.632,70</i>
<i>Bens móveis</i>	<i>Cr\$</i>	<i>857.185,70</i>
<i>Veículos</i>	<i>Cr\$</i>	<i>2.038.754,70</i>
<i>Bens Imóveis</i>	<i>Cr\$</i>	<i>793.490,30</i>
<i>Benfeitorias</i>	<i>Cr\$</i>	<i>1.226.202,60</i>

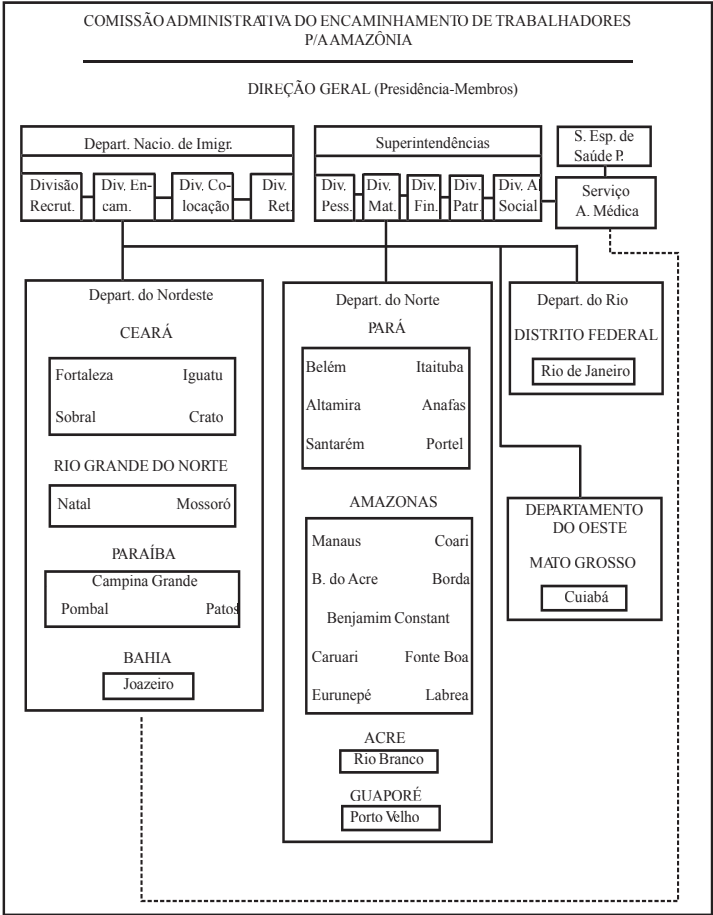
A bem da verdade, este saldo de Cr\$ 2.067.530,40 não era real, pois, no recebimento, os bens móveis e imóveis foram considerados pelo preço de compra e construção. Depois de utilizados pelo CAETA, estes acervos apresentariam um *deficit* em lugar de um *superavit*, o que se verificou por não terem sido levadas em conta a amortizações do material permanente e também por terem contado como ativo as benfeitorias que depois de terminados os Serviços não representavam mais valor algum. Assim, na realidade a incorporação dos acervos do SEMTA e da SAVA à CAETA apresentava a seguinte situação:

<i>Valores passivos</i>	<i>7.974.051,20</i>
<i>Valores ativos</i>	<i>2.858.461,20</i>
<i>Déficit</i>	<i>5.115.580,00</i> <sup>364</sup>

A orientação seguida pela CAETA, quanto às partes administrativas, financeira e técnica, pode ser analisada, em suas linhas gerais, pelo seu organograma (Quadro 20).

<sup>364</sup> *Relatório da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia*. Rio de Janeiro: CAETA, dezembro de 1945, p. 79.

**QUADRO 20. ORGANOGRAMA DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DO ENCAMINHAMENTO DE TRABALHADORES PARA A AMAZÔNIA**



**Legenda:**  
 — Subordinação Administrativa  
 - - - Subordinação Técnica

**Fonte:** *Relatório de Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia*. Rio de Janeiro, dezembro de 1945, p. 10.

Como se pode observar, a CAETA conservou para si as funções administrativas, financeira e de assistência social e contratou com o D.N.I. (Departamento Nacional de Imigração) e com o S.E.S.P. (Serviço Especial de Saúde Pública) os serviços específicos da imigração e da parte sanitária e de assistência médica (Quadro 20).

No intuito de se aproveitar da quase secular experiência do D.N.I., do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a

CAETA estipulou, em 19 de janeiro do 1944, um acordo com este Departamento para a execução de todos os Serviços de Imigração. Este convênio, que foi sancionado pelo Decreto-Lei nº 14.535, estipulava o seguinte:

1. A Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA) confiará ao DNI (Departamento Nacional de Imigração) a direção dos serviços de recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores nos seringais da Amazônia, com o fim de incrementar a produção da borracha, a que se refere o acordo de 14 de setembro de 1943, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.813, da mesma data, de conformidade com o previsto na parte final da cláusula V do referido acordo;

2. O Departamento Nacional de Imigração incumbir-se-á de intensificar o recrutamento, o encaminhamento e colocação de até 16.000 trabalhadores durante o ano de 1944, utilizando o pessoal e instalações dos outros órgãos anteriormente encarregados da imigração;

3. O Transporte estará a cargo da CAETA, ficando a cidade de Fortaleza como sede do recrutamento no Nordeste e a cidade de Belém como local de recebimento;

4. Caberá à CAETA ainda a organização da contabilidade, pagamento e controle das despesas efetuadas, contratação de funcionários etc.<sup>365</sup>.

Ainda dentro do princípio da divisão do trabalho em setores especializados, todos sob a jurisdição da onipresente CCAW, foi efetuado entre a CAETA, o DNI e o SESP um outro convênio, pelo qual este último órgão se encarregava da assistência médica e sanitária aos imigrantes. Este acordo, que se constituía de 38 artigos, estipulava como incumbência deste serviço:

a) Dar assistência médica aos trabalhadores imigrantes nos seguintes postos médicos, ora pertencentes ao SEMTA e à SAVA: Fortaleza, Sobral, Teresina, Caxias, São Luís, Belém e Manaus, de setembro de 1943 e janeiro de 1944 (artigo IV). Tal assistência consistirá de: imunização contra varíola, febre tifoide, paratifoide, tétano, assistência médica e geral e cirurgias emergenciais, assistência dentária;

b) Providenciar o saneamento dos acampamentos e vigilância dos hospitais e serviços sanitários, exames completos dos trabalha-

365 *Relatório da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia*. Rio de Janeiro: CAETA, dezembro de 1945, p. 40-43.

dores, dispensa dos incapazes e doentes, fiscalização das cozinhas e da alimentação;

c) Caberá ainda ao SESP organizar uma escola de guardas medicamentos escolhidos entre os trabalhadores<sup>366</sup>.

Respalhada generosamente por quase três milhões de dólares da RDC e contando com o aparelhamento logístico das extintas SEMTA e SAVA, além da experiência e organização do DNI e do SESP, a CAETA conseguiu recrutar, encaminhar e colocar 16.235 imigrantes, tendo sido encaminhados, também, 8.065 dependentes, perfazendo um total de 24.300 pessoas.

Esses trabalhadores, de preferência, foram recrutados do Nordeste, das zonas atingidas pelas secas e eram encaminhados ao Vale Amazônico acompanhados de suas famílias, evitando-se, portanto, a experiência malograda e de tristes consequências do SEMTA, que enviara para a Amazônia trabalhadores solteiros e desgarrados de suas famílias.

Levando-se em conta os encaminhamentos de Fortaleza (centro de arregimentação) para Belém, o movimento desta rota foi o seguinte:

CEARÁ		RIO GRANDE DO NORTE		PARAÍBA		BAHIA		TOTAL GERAL
Fortaleza	2.856	Natal	1.158	Campina Grande	4.086	Juazeiro	924	
Sobral	1.389	Mossoró	1.105	Patos	402			
Iguatu	1.107							
Crato	2.078							
Total	7.430	Total	2.263	Total	4.488	Total	924	15. 105

**Fonte:** *Relatório da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia*. Rio de Janeiro, dezembro de 1945, p. 51.

A esse total devemos acrescentar ainda mais 506 trabalhadores recrutados pela Fundação Brasil Central, em sua maioria de Minas Gerais, e que se destinavam para os seringais do Mato Grosso, no Vale do Tapajós, perfazendo, portanto, um total de 15.611.

O destino desses trabalhadores pode ser verificado pelos Quadros 21 e 22.

<sup>366</sup> *Relatório da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia*. Rio de Janeiro: CAETA, dezembro de 1945, p. 43-47.

**QUADRO 21. TRABALHADORES CHEGADOS A BELÉM – OUTUBRO/1943 - SETEMBRO/1945**

DESTINO	QUANTIDADES	% SOBRE O TOTAL
Manaus	9.875	63,2
Seringais	1.625	10,4
Rio Branco	537	3,5
Retornados	521	3,4
Porto Velho	376	2,3
Boa Vista	61	0,4
Falecidos	20	0,1
Outros	2.090	13,4
Subtotal	15.105	96,7
Vale do Rio Tapajós	506	3,3
Total	15.611	100

**Fonte:** RELATÓRIO da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia. Rio de Janeiro: CAETA, dezembro de 1945, p. 65.

**QUADRO 22. DESTINO DOS 9.875 “SOLDADOS DA BORRACHA” TRANSFERIDOS PARA MANAUS DE OUTUBRO DE 1943 A SETEMBRO DE 1945**

DESTINO	QUANTIDADES	% SOBRE O TOTAL
Seringais	4.312	43,6
Porto Velho	2.345	23,7
Rio Branco	988	10,0
Boa Vista	203	2,0
Retornados	172	1,7
Falecidos	4	0,3
Outros	1.851	18,7
Total	9.875	100,0

**Fonte:** RELATÓRIO da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia. Rio de Janeiro: CAETA, dezembro de 1945, p. 65.

O Quadro 23 nos dá uma ideia geral do encaminhamento de trabalhadores e dependentes para a Amazônia, entre 1943/1945, sob a responsabilidade da CAETA, por força do Decreto-Lei nº 5.813, de 14.9.1943, e pelo Decreto-Lei nº 14.535, de 19.1.1944, além de uma pequena migração espontânea, independente desses serviços. O quadro em apreço reporta ainda o número de trabalhadores e de dependentes, discriminando-os mês por mês.



QUADRO 23. DESTINOS DOS 9.875 "SOLDADOS DA BORRACHA" TRANSFERIDOS PARA MANAUS DE OUTUBRO DE 1943 A SETEMBRO DE 1945

PERÍODOS	CAETA - DECRETO LEI 5.813 DE 14/09/1943				CAETA E DNI - DECRETO LEI 14.535 19/01/1944				REGIMES				ESPONTÂNEO				TOTAL			
	TRABALHADORES		DEPENDENTES		TRABALHADORES		DEPENDENTES		TRABALHADORES		DEPENDENTES		TRABALHADORES		DEPENDENTES		TRABALHADORES		DEPENDENTES	
	TOTAL	354	1.174	-	TOTAL	311	-	-	TOTAL	311	-	-	TOTAL	311	-	-	TOTAL	1.131	354	1.485
1943	820	354	1.174	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outubro	337	-	337	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	337	-	337
Novembro	-	107	107	-	-	-	-	-	-	200	-	-	-	200	-	-	-	200	107	307
Dezembro	483	247	730	-	-	-	-	-	-	100	-	-	-	100	-	-	-	583	247	841
1944	1.499	-	1.499	-	11.529	7.061	18.590	-	549	549	-	-	549	13.577	-	-	13.577	7.061	20.638	-
Janeiro	1.499	-	1.499	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.499	-	1.499
Fevereiro	-	-	-	-	296	427	723	-	149	149	-	-	149	445	-	-	445	427	872	-
Março	-	-	-	-	950	734	1.684	-	147	147	-	-	147	1.097	-	-	1.097	734	1.831	-
Abril	-	-	-	-	1.114	798	1.912	-	2	2	-	-	2	1.116	-	-	1.116	798	1.914	-
Maior	-	-	-	-	1.033	765	1.798	-	82	82	-	-	82	1.115	-	-	1.115	765	1.880	-
Junho	-	-	-	-	1.059	851	1.910	-	47	47	-	-	47	1.106	-	-	1.106	851	1.957	-
Julho	-	-	-	-	1.179	250	1.429	-	-	-	-	-	-	1.179	-	-	1.179	250	1.429	-
Agosto	-	-	-	-	1.351	672	2.023	-	34	34	-	-	34	1.385	-	-	1.385	672	2.057	-
Setembro	-	-	-	-	762	496	1.258	-	36	36	-	-	36	798	-	-	798	496	1.294	-
Outubro	-	-	-	-	416	223	639	-	8	8	-	-	8	424	-	-	424	223	647	-
Novembro	-	-	-	-	1.007	766	1.773	-	21	21	-	-	21	1.028	-	-	1.028	766	1.794	-
Dezembro	-	-	-	-	2.362	1.079	3.441	-	23	23	-	-	23	2.385	-	-	2.385	1.079	3.464	-
1945	-	-	-	-	1.470	650	2.120	-	57	57	-	-	57	1.527	-	-	1.527	650	2.177	-
Janeiro	-	-	-	-	568	164	742	-	12	12	-	-	12	580	-	-	580	164	744	-
Fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	763	359	1.122	-	45	45	-	-	45	808	-	-	808	359	1.167	-
Abril	-	-	-	-	139	117	256	-	-	-	-	-	-	139	-	-	139	117	256	-
Total Geral	2.319	354	2.673	-	12.999	7.711	20.720	-	917	917	-	-	917	16.235	-	-	16.235	8.065	24.300	-
Porcentagem	86,76	13,24	100,00	-	62,77	33,23	100,00	-	100,00	100,00	-	-	100,00	66,81	-	-	66,81	33,19	100,00	-

## 6.2. RECRUTAMENTO DOS “SOLDADOS DA BORRACHA”

Além dos motivos já vistos nas duas primeiras leva, isto é, a fuga do flagelo das secas, que compulsoriamente obrigava o nordestino a emigrar, e do espírito de aventura e das promessas mirabolantes, que animaram o engajamento dos *arigós* do SEMTA, outros expedientes e atrativos foram ainda usados no aliciamento dos incautos *soldados da borracha*.

O expediente mais usado pelos aliciadores foi o de apresentar o engajamento no *exército da borracha* como a única alternativa para fugirem da convocação para a Força Expedicionária Brasileira, que lutava nos campos da Itália.

Vários depoimentos de *soldados da borracha* corroboram, na verdade, tal assertiva. Assim, João Avelino, em entrevista que nos concedeu a 21 de janeiro de 1982 (em Rio Branco – AC), ao ser indagado sobre o que falavam para convencê-los a ir para a Amazônia, respondeu prontamente: *Bom, para nós era dois tiros: ou vinha para a Amazônia ou ia para a linha de frente.*

Em outra entrevista, prestada por Raimundo de Oliveira, em fevereiro de 1982, à pergunta: *Como os recrutadores lhes apresentavam a Amazônia?* Este foi ainda mais específico:

Bem, geralmente eles não diziam como era a Amazônia ou Acre. Só apenas diziam que a gente vinha trabalhar na produção da borracha porque o produto estava sendo empregado como esforço de guerra, então, que nós poderíamos vir para a produção da borracha, como também ir para a guerra. Aqueles que viessem para a produção da borracha, não iriam para a guerra. Como eu tinha muita vontade de conhecer a região amazônica, me alistei para vir. Já próximo à minha vinda, fui sorteado para o exército.

Em versos simples e capengas, *seu* Raimundo registra esses acontecimentos da seguinte maneira:

A origem da minha viagem  
A esta santa terra  
É porque em quarenta e três  
O Mundo estava em guerra  
Foi a causa de tudo  
Que nesta História se encerra

Eu já ia para a guerra  
Já estava sorteado  
Mas havendo necessidade  
Para a borracha fui tirado.  
O bem da Pátria também era  
Um bom serviço prestado.  
Foi grande a minha tristeza  
No meu pobre coração.  
Mas trabalhar pela defesa  
Era minha obrigação.  
Ou entrava na bandeira verde  
Ou seguia no batalhão.<sup>367</sup>

Aliás, esse sentimento de também estar servindo à pátria, cooperando com o esforço da borracha, era uma constante em seus depoimentos. Nesse sentido, uma propaganda intensa e dirigida era veiculada pelos meios de comunicação da época, de modo que cada novo trabalhador da seringa se sentisse um genuíno soldado de um novo *front*, empenhado numa batalha não menos árdua: a *batalha da borracha*.

A imprensa estampava, em suas manchetes, títulos como: *Construindo a vitória e reerguendo a Amazônia – a grande tarefa do seringueiro do Brasil*. Ou então: *Eles estão lutando como os melhores soldados da democracia em prol da vitória comum*<sup>368</sup>.

Nos textos dessas manchetes eram comuns as exaltações ao patriotismo e à contribuição dos *soldados da borracha* para a vitória final:

Cada trabalhador brasileiro que se dirige para os nossos seringais, tem sobre seus ombros uma imperiosa tarefa, grande sob dois aspectos: é a contribuição vital e imprescindível para a vitória que não nos interessa menos que os Estados Unidos e Inglaterra e é contribuição igualmente patriótica e construtiva para a nossa grandeza econômica. É um trabalho de brasilidade. Compreendeu-o muito bem o governo brasileiro quando isentou do serviço militar os seringueiros, considerando-os já mobilizados, pois a batalha da borracha é tão necessária para a vitória, como a que está sendo travada em nosso litoral pelos

367 OLIVEIRA, Raimundo Alves de. *O soldado da Borracha que se tornou professor*. Rio Branco: Gráfica Maia, 1980, p. 2-3.

368 *O Acre*. Rio Branco-Acre. 25.09.1943; p. 4, 28.09.1943. p. 3.

nossos aviadores e marinheiros contra a pirataria submarina ou as que estão senão travadas na Ásia ou na Europa pelos demais soldados das Nações Unidas.<sup>369</sup>

M. L. Fernandez, diretor comercial da RDC, assim se expressava a respeito:

Quando se escrever a história desta grande luta em que se empenham todos os povos livres, é preciso reservar um capítulo especial para a contribuição anônima desses trabalhadores admiráveis que não medem sacrifícios e que se embrenharam pelas florestas com uma coragem extraordinária e cujo labor incansável vem assegurando às Nações Unidas, o suprimento da borracha indispensável para as nossas necessidades.

E após reconhecer os esforços dos dois governos para tornar menos dura esta tarefa dos *soldados da borracha*, conclui:

Nada diminuirá, no entanto, o valor da contribuição pessoal, o sentido do idealismo, a extraordinária bravura desses trabalhadores magníficos que, enfrentando todas as dificuldades, estão retirando, no seio da floresta virgem, instrumentos preciosos, para a vitória comum para o estabelecimento definitivo da democracia entre os povos.<sup>370</sup>

E não faltaram a este labor do *soldado da borracha* notas de incentivo e mesmo de patriótica e duvidosa poesia, produzidas nos gabinetes confortáveis e refrigerados do Rio de Janeiro, como esta do então ministro da Agricultura, Apolônio Sales e que levava o rótulo de *soldado desconhecido*.

Sozinho com tua renúncia, seringueiro amazonense, de nascimento ou coração, és bem um gigante maior que a floresta que ainda não te abateu o ânimo.

Vejo-te, machadinha em punho, alta manhã, beijar teus filhos e tua companheira, para a saída pelas estradas sem meta, pelos caminhos basilados por heveas, seculares. Nesta hora, és um ga-

369 Construindo a vitória e reerguendo a Amazônia - a grande tarefa do seringueiro do Brasil. *O Acre*. Rio Branco-Acre, 25.09.1943, p. 4.

370 Eles estão lutando com os melhores soldados da democracia em prol da vitória comum. *O Acre*. Rio Branco-Acre, 28.11.1943, p. 3.

rimpeiro de nova estirpe à cata, nos troncos das árvores, da selva branca roubada da terra pela alquimia misteriosa das raízes...

O quadro da tua atividade ajusta-se bem à moldura verde dessa floresta interminável, lançada pela providência na Amazônia Imensurável. Talvez nem saibas o que significa hoje para o mundo, que na ânsia de libertar-se da tirania ameaçadoramente organizada se deixa envolver nas faixas das mais tormentosa, das guerras... Seringueiro da Amazônia, és bem um soldado desconhecido a quem não se levantou ainda um monumento. Eu te Saúdo.<sup>371</sup>

Além desses dois moventes – a alternativa do *front* e o dever moral de servir à pátria, mesmo labutando numa frente diferente como a *batalha da borracha* –, a propaganda solerte se encarregou ainda de difundir outros atrativos para o aliciamento dos incautos futuros extratores. A mais chocante, porque mentirosa e desonesta, era a maneira como apresentava a coleta do próprio látex. Conforme testemunho de João Avelino da Silva, um dos *soldados da borracha* por nós entrevistados, o mister da coleta da borracha era-lhes assim apresentado:

Em Recife, tinha retratos de seringueiras em todas as esquinas com a tigela embutida em um pote como se fosse uma mangueira d'água. Mas deixa que quando a gente vai cortar a seringa o leite sai devagarinho. É tanto que a gente sai às 3 horas da manhã, às vezes às 2 horas corta a estrada todinha no período de 4 ou 5 horas de corte e depois de terminar a derradeira madeira a gente retorna à primeira para colher o leite. Às vezes tem madeira que tem um dedal de leite no fundo da tigela<sup>372</sup>.

Em outras capitais como Fortaleza, João Pessoa e Natal, foram afixadas fotos de seringueiros em meio a infindáveis fileiras de árvores de *hévea*, colhendo o *látex* em grandes tambores, carregados por caminhões e *jeeps*. É claro que não se tratava dos seringais da Amazônia, mas retratos das plantações da Firestone na África ou das *plantations* da Malásia e Ceilão.

371 Soldado Desconhecido. *O Acre*. Rio Branco-Acre, 07.03.1943, p. 1.

372 Entrevista concedida ao autor. Rio Branco, 21 de janeiro de 1982.

Outras promessas mirabolantes, contidas nos próprios contratos de encaminhamento, concorreram em muito como engodo e chamariz para os desavisados futuros seringueiros.

O Sr. João Avelino, na entrevista já referida, foi bastante explícito a respeito, quando perguntado sobre o que o animou a vir para a Amazônia:

Isso foi um contrato que houve, né. E esse dito contrato foi da seguinte forma: Aqui no Amazonas era muito bom de se ganhar dinheiro. Dinheiro aqui se arrastava a rodo. E então nós viemos no tempo da guerra em 1941, a arigozada toda. Viemos atrás da riqueza, mas quando chegamos aqui foi a pobreza, né.

Nesta altura seria interessante aprofundar o que estabelece este contrato de encaminhamento, analisando algumas de suas principais cláusulas:

Cláusulas 1ª e 2ª - O SEMTA fornecerá gratuitamente ao trabalhador: meios de transporte e equipagem de viagem do ponto de recrutamento aos pontos de apresentação; alojamento e assistência médico-sanitária durante a viagem; alojamento e assistência médico-sanitária e financeira para as suas famílias e dependentes; alimentação adequada para os trabalhadores e seus dependentes;

Cláusula 4ª - A assistência financeira ao trabalhador sem dependentes será de Cr\$ 6.00 se não prestar serviços e de Cr\$ 10.00 se prestar serviços ao SEMTA. Para as famílias e dependentes e nas condições anteriores a assistência será de Cr\$ 7.00 a Cr\$ 11.00;

Cláusula 9ª - Se por qualquer motivo não for possível o aproveitamento do trabalhador, o SEMTA se obriga a reconduzi-lo até ao ponto do recrutamento, cessando, então, as condições assumidas com o trabalhador.<sup>373</sup>

Se, na verdade, tudo o que o contrato estatuiu tivesse sido rigorosamente cumprido, até que se teria dado um grande passo no processo de transmigração do nordestino e, nesse caso, também de elementos de outras procedências. Tanto os depoimentos quanto as

373 *Relatório da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia*. Rio de Janeiro: CAETA, dezembro de 1945, p. 76.

histórias de vida dos diversos nordestinos por nós entrevistados mostram que tal contrato não foi observado.

As cláusulas mais comumente burladas eram aquelas que empenhavam precisamente as responsabilidades do Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, ou seja, a 4ª e a 9ª, que tratavam respectivamente da assistência devida aos dependentes dos recrutados e do retorno dos mesmos a seus pagos de origem.

Principalmente a primeira delas foi tão acintosamente desrespeitada por esse Serviço que chegou até a provocar a revolta dos americanos, fato este que contribuiu, em muito, para a extinção deste órgão<sup>374</sup>.

Se nos ativermos, porém, aos depoimentos e testemunhos dos migrantes, as evidências se tornam ainda mais palpitantes.

Começemos com a viagem que se efetuava da maneira mais precária possível. Seu Raimundo Alves, que foi recrutado em Mossoró, perfez o trajeto seguinte:

De Mossoró fomos para Fortaleza. Em Fortaleza fomos hospedados no pouso do Prado, daí encaminhados para o pouso de Sobral, porque naquela época os submarinos estavam torpedeando os navios, então por segurança eles enviavam a gente por terra, até São Luís do Maranhão. Do pouso Sobral éramos encaminhados ao pouso de Teresina, no Piauí, sendo que de Teresina para o Maranhão a gente viajava por trem. No Maranhão, distante duas horas da capital, tinha o pouso do Maracanã e lá a gente ficava hospedado até aparecer o navio para viajar com destino a Belém.<sup>375</sup>

O medo e o pavor de os navios serem afundados na travessia não eram menores do que os sobressaltos que tiveram que enfrentar na viagem por terra.

Inquirido se tiveram muito medo de serem afundados na travessia de São Luís a Belém, Seu Raimundo assim respondeu:

Bem, eu tive. Todos tiveram porque a primeira coisa que aconteceu foi que passamos oito dias a bordo esperando dois caça-mi-

374 (RG. 234) - RDC. Entry 27. *Report on the Brazilian Rubber Program*. Part I. p. 99.

375 Entrevista do Sr. Raimundo Alves ao autor. Rio Branco, 3 de fevereiro de 1982.

nas e um avião para acompanharem o navio. Nós saímos de S. Luís às 18 horas do dia 14 de setembro de 1943, viajamos a noite toda sem direito a fumar um só cigarro. Alguns fumavam no porão. No outro dia, pelas 9 horas, apareceu o avião que acompanhava os navios com dois torpedos debaixo das asas. Depois de umas horas começamos a avistar um sinalzinho ao longe que foi seguido atentamente pelos marinheiros, todos de binóculos. Como todos pensavam nos submarinos alemães, o alvoroço foi enorme. Depois, encostaram duas embarcações, chamadas de caça-minas, que nos acompanharam até o Rio Amazonas.<sup>376</sup>

O então jovem *soldado da borracha*, Antônio Madeira de Matos, hoje próspero comerciante em Rio Branco-AC, confirma mais ou menos esse depoimento, acrescentando outros detalhes:

Em outubro de 1944 fui alistado em Sobral no Estado do Ceará, como soldado da borracha na época da guerra. De Sobral segui viagem por conta do governo para Fortaleza, capital do Estado do Ceará, onde permaneci por vários dias devido ao meu estado de saúde que me obrigou a permanecer na enfermaria do Pouso do Prado, local destinado à hospedagem dos “soldados da borracha”. Era eu chefe da turma S. 35. Depois de recuperar a saúde, por ordem dos chefes embarquei no navio Poconé com destino a Belém do Pará, cuja viagem foi de completo sofrimento. Devido à guerra, tivemos que viajar em completa escuridão, pois não nos era dado o direito de acender sequer um cigarro. O navio era acompanhado por um caça-minas que rondava o navio constantemente. A alimentação dos soldados da borracha era a pior possível. Depois de aproximadamente três dias, chegamos a Belém do Pará onde fomos levados para o Pouso do Tapanã, sendo o chefe do pessoal um cidadão que não me recordo o nome, mas o médico chefe da enfermaria do Pouso era o Dr. Bevilacqua, da Bahia. O Pouso de Tapanã era situado no município de Pinheiro, hoje Icoaraci.<sup>377</sup>

A vida nos pousos, à espera de que os seringalistas viessem para contratá-los finalmente para os seringais, o verdadeiro e derradeiro *front* desta batalha, era cheia de mazelas, conturbações e enervante

376 Entrevista do Sr. Raimundo Alves ao autor. Rio Branco, 3 de fevereiro de 1982.

377 Entrevista concedida pelo Sr. Antônio Madeira de Matos. Rio Branco-AC, 6 de janeiro de 1982.



como todas as esperas. Construídas no período da guerra e com a urgência que a situação exigia, estas hospedarias, salvo raras exceções, não obedeceram a técnica de construção necessária para prédios dessa natureza, situadas, por vezes em zonas malarígenas, como foram as de Belém e Manaus<sup>378</sup>.

A promiscuidade de homens, mulheres e crianças, decorrente da agregação em comum em barracões sem tabiques divisórios, provocava situações vexatórias, quando não concorria para a degradação moral das índoles infantis.

A assistência médico-sanitária, apesar dos esforços do Serviço Especial de Saúde Pública, deixava muito a desejar.

Segundo o depoimento do Dr. Ezequiel Burgos, encarregado das enfermarias da hospedaria de Manaus, o mês em que não houve óbitos naquelas repartições de saúde foi motivo de intensa comemoração entre o corpo médico<sup>379</sup>.

A insensibilidade das autoridades encarregadas desses serviços chegava, por vezes, às raias do absurdo, como no caso da propagação de um surto de meningite no pouso de Belém. Instado o Dr. Burgos, então chefe do serviço de saúde do SESP, em Belém, junto ao Diretor da Saúde Pública do Pará, a promover uma reunião com todos os médicos locais, a fim de que fossem cientificados do surto de meningite que grassava na enfermaria dos migrantes, respondeu tal autoridade ser de todo impossível essa comunicação, pois semelhante fato, se fosse propalado, seria objeto de exploração política por parte dos inimigos do Cel. Barata (interventor do Pará)<sup>380</sup>. Assim, inúmeras mortes foram ocasionadas por motivos meramente políticos e irrelevantes, não se podendo cientificar a classe médica da ameaça que pesava sobre uma população inteira.

Ainda sobre este surto de meningite, continua essa testemunha:

Uma vez constatado o foco, fazia-se mister a suspensão incontinente da corrente migratória. Apesar de todas as recomendações médicas e sanitárias neste sentido a imigração não foi suspensa e

378 Em Manaus, onde es achava situada a hospedaria dos migrantes *Eduardo Ribeiro*, foram encontrados focos de *darlingi*, o maior vetor da malária na Amazônia.

379 *Diário da Assembleia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 23.08.1946, p. 4.281.

380 Idem, p. 4.283.

até que se conseguisse diagnosticar de todo a moléstia já haviam perecido 12 pessoas.<sup>381</sup>

As próprias instalações dessas enfermarias se constituíam em verdadeira ameaça de transmissão de endemias, como atesta o médico citado:

Nossa enfermaria estava infestada de moscas, era uma coisa horrível. Certa vez, passando por ali o Cel. Mc. Kay que ia de inspeção às tropas americanas sediadas no Nordeste e na África, apesar de não ter ele nada a ver com o nosso serviço, convidei-o a visitar as nossas instalações ficando ele alarmado com o que presenciou. Chegou mesmo a afirmar que Manaus estaria desgraçada se uma epidemia ali se alastrasse. Graças à interferência do citado coronel, várias melhorias foram levadas a efeito nas instalações destas enfermarias pela RDC, entre as quais o telamento de todas as unidades sanitárias.<sup>382</sup>

Desses depoimentos pode-se aferir, ao menos em parte, a quantas iam os serviços de assistência à saúde prestados aos futuros seringueiros.

Quanto à alimentação dispensada aos imigrantes nesses pousos e nos navios, as coisas não se apresentavam melhores. Todos os inquiridos são unânimes em qualificá-la de péssima. Todos registram também que era abundante, mas mal preparada e intragável.

É verdade que, como nota a CAETA em seu relatório, foi preciso lutar muito contra a idiossincrasia dos nordestinos em relação ao consumo de verduras, frutas e legumes, que os mesmos preferiam o charque e a farinha a qualquer alimentação e que, quando misturados estes ingredientes com a carne e arroz, assistiam à paciência com que os migrantes procuravam separar os legumes e verduras, afirmando que: *só cavalo é quem come capim*<sup>383</sup>.

Mesmo assim os depoimentos sobre a alimentação só fazem qualificá-la como a pior possível. Inquirido se a alimentação a bordo era boa, o seringueiro Sebastião Severino dos Santos assevera:

381 *Diário da Assembleia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 23.08.1946, p. 4.283.

382 *Diário da Assembleia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 23.08.1946, p. 4.264.

383 *Relatório da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia*. Rio de Janeiro: CAETA, dezembro de 1945, p. 53.

Péssima! Tanto nos navios como nos pousos. A comida era em abundância mesmo, mas não prestava, era cozida na água e no sal. Se fosse no pouso, não lavavam nada e jogavam no camburão (da cozinha) a toureiro. Se fosse no navio eles descosturavam o saco do feijão e jogavam dentro do camburão sem lavar, sem verdura nenhuma. No pouso de Itapanã, no Pará, tinha 9 camburões de lixo cheio de restos de comida na hora do almoço. Tinha cabra que pegava o prato de comida e jogava na cara do cozinheiro e aqueles que tinham boa atenção pegavam e jogavam no camburão do lixo.<sup>384</sup>

O depoimento, já citado, de Antônio Madeira de Matos, só faz corroborar essas afirmações. *No navio a alimentação dos soldados da borracha era a pior possível.* E nos pousos:

No pouso de Tapanã (Belém) adoeci logo que cheguei devido à péssima alimentação e fui obrigado a baixar à enfermaria onde se encontravam vários companheiros de desdita. As crises que sofria no estômago, forçaram-me a gritar de dores... Em Manaus, fomos bem recebidos pelo capitão Guedes, muito bom capitão, mas a comida era péssima a ponto de provocar diarreia nos “soldados da borracha”. Crianças morriam muitas.

Em carta escrita ao Dr. Edmundo Levi, Delegado Regional do Trabalho em Manaus, o conhecido Dr. Burgos reafirma e corrobora tais declarações.

É com profundo pesar que venho a presença de V. Senhoria reiterar meus constantes pedidos de referência à péssima qualidade e insignificante quantidade de alimentos distribuídos ao migrante na hospedaria do Pensador do DNI, em Manaus. Sempre que reclamo, consigo que as providências tomadas por V.S. sejam adotadas durante alguns dias. Agora, entretanto, vem piorando dia a dia.

Como talvez não seja do conhecimento de V. S., comunico que se vem distribuindo um feijão duro, um arroz mais duro ainda, sem qualquer tempero. As verduras praticamente desapareceram, sendo a ração de carne distribuída apenas no almoço, in-

384 Entrevista concedida ao autor pelo *soldado da borracha* Sebastião Severino dos Santos. Rio Branco, 22 de janeiro de 1982.

suficiente para um homem que recebeu 60 gramas de pão com 120 gramas de café no 1º almoço. Às 16 horas, como última refeição, essa pobre gente recebe um baião de dois sem tempero, que mesmo com excesso de fome não pode ser tragado, resultando ter sobras de comida, onde o pessoal está passando fome. Creio que também não será do conhecimento de V. S.<sup>a</sup> que a administração da hospedaria vem restringindo o fornecimento da enfermaria, cortando frutas, verduras, manteiga (indispensável à clínica das crianças), pão etc. em proporções vertiginosas. Pelos mapas do movimento das enfermarias V. S. poderá verificar que tem aumentado consideravelmente o número de hospitalizados, em grande parte devido à subalimentação.

Informado por V. S. da existência de 400 pratos na hospedaria, fico admirado de só serem utilizados 100 para a distribuição de refeições aos migrantes, em número superior a 400 ficando uma turma esperando que a outra sala para serem lavados os pratos e talheres.<sup>385</sup>

A própria vida nesses pousos, à medida que os dias transcorriam, se tornava insuportável para esses *soldados da borracha*. Sem trabalho ou tarefa fixa a desempenhar, sem campos para atividades esportivas onde distrair suas energias, sem um simples aparelho de rádio para espiaçar a melancolia do sertão e a saudade dos entes queridos que por lá se quedaram, estes acampamentos mais pareciam campos de concentração do que hospedarias de imigrantes.

Para confirmar isso parece-nos oportuno reproduzir aqui uma reportagem do *Daily News*, jornal americano de larga circulação, que na época fazia a cobertura da *batalha da borracha*. Afirmo o citado órgão:

Em Belém nós vimos cerca de 4.000 homens em um campo de concentração da SAVA. Em Manaus, em outro campo, vimos perto de 2.000. Alguns deles, durante o longo período de sete meses tornaram-se preguiçosos entre estas cercas de arame farpado e costumavam brigar entre si ou a lutar contra os seus guardas. Tratavam-se de meninotes e mesmo homens fortes com um pouco mais de trinta anos de idade. Um dos jornalistas que falava português, conversou com muitos desses homens e descobriu

385 *Diário da Assembleia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 23.08.1946, p. 4.263.

que todos estavam desgostosos e ansiosos para retornar a seus lares. Dados procedentes de fontes fidedignas mostram que, de todos os 10.000 homens que o SEMTA trouxe para Belém e Manaus, apenas 900 homens foram encaminhados aos seringais. Os outros ficaram nos pousos ou foram espalhados em campos menores em outras cidades. Alguns deles tiveram permissão para arranjar emprego. Muitos desses homens são prisioneiros involuntários, preguiçosos e inúteis que custam aos contribuintes de impostos nos EUA dinheiro real para sua manutenção.<sup>386</sup>

Alguns depoimentos de *soldados da borracha* por nós entrevistados só fazem confirmar denúncias. Seu Raimundo de Oliveira assim se expressa a respeito: *Eu já estava um pouco aborrecido de estar na hospedaria como um come-e-dorme. Havia confusão por todo o lado, principalmente dos cariocas com a polícia, e às vezes até a gente era punido também*<sup>387</sup>.

O Dr. Ezequiel Burgos, em seu já citado depoimento à Comissão de Inquérito da Assembleia Constituinte, sobre a *batalha da borracha*, é pródigo em denúncias e com relatos pouco abonadores da vida que os *arigós* levavam nestes acampamentos. Perguntado pelo Dep. Agostinho de Oliveira, se não era da opinião que tal regime (o que vigorava nos pousos) se assemelhava muito com o dos campos de concentração, sua resposta foi peremptória:

Considero muito pior. O soldado da borracha só tinha direito à comida ruim e ao carapanã. O preso não tinha direito de sair. Certa vez tive sério desentendimento com o Cel. Barbato, chefe do Paredão, quando usava de medidas drásticas, querendo prender a torto e a direito. Julgava até certo ponto a medida justa. Entretanto, lembrei-lhe ser de todo conveniente fossem construídos campos de football e instalados rádios. Disse ao Cel. Barbato que prendendo essa gente, os distúrbios se repetiriam como sucedia no Pará. Não os tínhamos na Amazônia porque o pessoal quando queria, saía.<sup>388</sup>

386 *Anais da Assembleia Constituinte* - 1946. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949, v. XVII, sessão 98ª, p. 360.

387 Cf. Nota 373.

388 *Diário da Assembleia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 23.08.1946, p. 4.285.

Foi precisamente devido a este regime de opressão e arbitrariedades que vários motins e levantes eclodiram nestes acampamentos dos *arigós*, entre eles e seus guardas ou contra os funcionários do DNI. O mais comentado desses motins aconteceu em Belém, no dia 5 de abril de 1943. O Dr. Burgos o qualifica como sendo uma luta de metralhadoras contra homens desarmados e indefesos. Já na versão do Dr. Péricles de Carvalho, Diretor do DNI o levante teria outras motivações:

Segundo o que me consta, o falado levante de trabalhadores, ocorrido naturalmente dentro do acampamento onde havia 4.000 homens recrutados, entre as mais diversas espécies de gente, com elementos de toda a natureza, terá sido um conflito, no qual foi ferido mais gravemente um guarda da própria polícia do acampamento. Esse em virtude do ferimento, ficou com um defeito que mais tarde melhorou, tendo sempre recebido auxílio. Nesse conflito houve talvez 2 ou 3 mortos, tendo sido muito felizes todos por não ter assumido maiores consequências o inevitável desentendimento entre tantos homens reunidos num acampamento.<sup>389</sup>

---

389 *Diário da Assembleia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 23.08.1946, p. 4.215.

## CAPÍTULO IV

# REPERCUSSÕES DA NOVA ONDA MIGRATÓRIA NA VIDA E REGIME DE TRABALHO DOS SERINGAIS E A REAÇÃO DAS CLASSES PRODUTORAS DA AMAZÔNIA AO NOVO SISTEMA DE FINANCIAMENTO E ABASTECIMENTO DO VALE

## 1. A VIDA E O REGIME DE TRABALHO NOS SERINGAIS



e a travessia era tão arriscada e cheia de peripécias e se a vida nos pousos era assim tão cheia de vicissitudes pouco animadoras quando esses serviços eram executados e fiscalizados pelo pessoal dos inúmeros órgãos encarregados do esforço de guerra na Amazônia, podemos imaginar o que estes migrantes tinham que enfrentar longe das vistas e da tutela destas entidades de fiscalização e controle. Referimo-nos aos lugares menores, no interior da Amazônia, distantes de Manaus e Belém, onde havia pequenos pousos e enfermarias com serviços precários, e às dificuldades que tiveram de enfrentar nos seringais, último *front* dessa batalha e local onde se consumaria de vez o cativeiro desses novos degredados.

Antônio Madeira de Matos, em sua já citada entrevista, narra um episódio que dá a exata dimensão do descaso a que eram relegados *os soldados da borracha*, quando longe da ação fiscalizadora desses órgãos dos Serviços de Migração. Foi durante a viagem de Manaus a Rio Branco que este fato se deu:

Perto de minha dormida estava deitado um homem branco e decente (sic), pai de muitos filhos, era paraibano e não trazia a família. De repente, apareceu-lhe uma febre; eu chamei a enfermeira do pessoal, dando ciência que o homem estava doente e

inquieto. Ela atendeu de maneira brusca, alegando que ele era manhoso e que aquilo não passava de uma gripe. Dois dias depois faleceu com os olhos fitos para mim. Eu e o Antônio da Luz é que pusemos um toco de vela em suas mãos frias. Foi sepultado, se não me engano, no seringal Caçaduã, de propriedade do falecido “Major” João de Barros da Silva, filho de Pernambuco. Cavamos a sepultura na sombra de uma árvore e cobrimos a sepultura com flores silvestres apanhadas no campo. Morreu também no vapor uma criança que também foi sepultada nas ribanceiras do rio.

E conclui, peremptório, o improvisado cronista de viagem: *Vale adiantar que não recebemos a mínima assistência da parte dos órgãos encarregados da mobilização; apenas humilhação e desprezo.*

Em Benjamin Constant, no Amazonas, o major médico americano, Dr. Mortimor A. Rosenfeld, presenciou um fato que depois denunciou até ao interventor do Estado, Dr. Álvaro Maia: *Nesta localidade, quando chega o migrante, ele lançado fora da hospedaria, quarenta e oito horas depois, não se atentando para o estado do tempo e nem se cogitando em saber se existem crianças*<sup>390</sup>. O major médico assistiu ainda, neste local, *aos soldados da borracha* remexendo as latas de lixo à cata de restos de comida para saciar a fome.

Se as dificuldades nas capitais (Manaus, Belém, Rio Branco etc.) eram grandes, imagine-se nos seringais, onde a lei era a do mais forte!

Já tivemos oportunidade de analisar, no capítulo introdutório, a natureza do trabalho do seringueiro e as relações de produção nos seringais, cuja marca característica era o trabalho compulsório. Citando Euclides da Cunha, dizíamos que o seringueiro-extrator, *desde o momento que deixava sua comunidade, começava a dever ao patrão. Devia a passagem do navio até o Pará e o dinheiro que recebia para se preparar para a viagem. E daí sua dívida aumentava constantemente*<sup>391</sup>. Portanto, antes mesmo de começar sua atividade extrativa no interior da mata, achava-se o seringueiro definitivamente amarrado pela dívida ao proprietário do seringal. Era, em última análise, um escravo da dívida, que o tornava crescentemente dependente do patrão, perpetuando esta sua utilização e exploração nas atividades

390 *Diário da Assembleia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 23.08.1946, p. 284.

391 CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Porto: Lello Brasileira, 1967, p. 51.



extrativistas. Ainda que socialmente fosse livre, sua condição real era, no entanto, a de um escravo. Escravo da dívida, do insulamento, da solidão e da rotina da vida que levava.

Razões de sobra tinha Euclides da Cunha, quando concluía: *O seringueiro migrante realiza ali (nos seringais) uma anomalia sobre a qual nunca é demasiado insistir: É o homem que trabalha para escravizar-se*<sup>392</sup>.

Muitas vezes, este estado de coisas não pode e nem deve ser debitado apenas à exploração imposta pelo seringalista, mas sim à própria natureza do sistema extrativista que era intrinsecamente injusto e iníquo.

Nesse sistema, de fato, não havia nenhuma imperatividade técnica, exigindo um tipo específico de relações de trabalho. De um ponto de vista teórico, estas poderiam variar regressivamente, desde a relação de emprego até a escravidão pura, e os exemplos históricos mostram que, no passado, estas relações estiveram mais próximas de um regime escravista do que de um salariado livre. Desta realidade estavam profundamente conscientes os executores da *batalha da borracha*, e uma das preocupações deles foi a de evitar que tal situação se repetisse nos seringais durante a guerra.

Tanto os funcionários da RDC, quanto os diplomatas e até mesmo os jornalistas que aqui vinham cobrir o desenrolar da *batalha da borracha*, estavam convencidos de que a prática da escravidão era, sem dúvida, comum entre os seringalistas menos escrupulosos da Amazônia, muitos anos antes do programa da borracha, e que eles deveriam concorrer, de algum modo, para a extinção da exploração do homem nos seringais.

Boa parte das autoridades brasileiras também se achava imbuída desta necessidade. Assim, quando o novo interventor do Acre, Cel. Silvestre Coelho, se dirigia para o território, em 1942, a fim de assumir o governo em substituição ao Cel. Passos, suas declarações à *Folha do Norte*, em Belém, soavam categóricas: *O tempo do cativo nos seringais não voltará mais*<sup>393</sup>.

Precisamente para terem certeza de não participar deste sistema de escravidão, funcionários do governo americano pressionaram o governo brasileiro para que fosse criado um contrato-padrão de

392 CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Porto: Lello Brasileira, 1967, p. 61.

393 O tempo do Cativo nos seringais não voltará mais. *O Acre*. Rio Branco-Acre, 4 de outubro de 1942, p. 5.

trabalho a vigorar nos seringais, estabelecendo novas relações de trabalho entre o produtor-seringalista e o seringueiro-extrator e que assegurasse a este último, no mínimo, 60% do lucro da produção.

As cláusulas gerais deste contrato-padrão de trabalho nos seringais, assim rezavam:

1<sup>a</sup>-2<sup>a</sup>) O seringalista se compromete a:

- entregar ao seringueiro as estradas arrendadas em estado que permita sua exploração e auxiliá-lo na construção da barraca e defumador;

- adiantar ao seringueiro: gêneros alimentícios, peças de roupa e medicamentos até a importância de Cr\$ 150,00 por mês;

- fornecer utensílios e ferramentas necessárias aos serviços de extração, inclusive armas e munição;

3<sup>a</sup>) O seringueiro se compromete a trabalhar 6 (seis) dias por semana na extração do látex; no período da entressafra poderá ocupar-se de outros misteres do seringal, mediante salário de no mínimo Cr\$ 7,00 com comida ou Cr\$ 10,00 sem comida.

4<sup>a</sup>-5<sup>a</sup>) Toda a borracha produzida deve ser entregue ao seringalista. A infração desta cláusula importa em fraude, sujeita a ação penal.

6<sup>a</sup>) A borracha produzida pelo seringueiro ser-lhe-á creditado o valor correspondente a 60% sobre o preço oficial das praças de Belém e Manaus, não se computando qualquer despesa ou frete, seguro ou impostos.

7<sup>a</sup>-8<sup>a</sup>) O seringueiro poderá cultivar um hectare de terra; poderá caçar e vender as peles dos animais.

Se formos comparar este contrato de trabalho com os famosos *regulamentos dos seringais*, definidos por Euclides da Cunha como *desastrosos contratos unilaterais (...) dolorosamente repressivos*<sup>394</sup>, impostos pelos patrões e elaborados de comum acordo entre os proprietários dos seringais, com o fito de subjugar os seringueiros e manter o direito de ação plena e absoluta em seus domínios, veremos que este novo instrumento da justiça do trabalho até que se apresentava vantajoso e com alguns aspectos positivos para o seringueiro-extrator.

Principalmente a cláusula 6<sup>a</sup>, que estabelece boa margem de lucro para o seringueiro (60% de toda a transação da borracha) constituía-se em profunda alteração no sistema de produção e ganhos,

394 CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Porto: Lello Brasileira, 1967, p. 24-25

já que anteriormente, como vimos, não havia absolutamente nada estipulado nesse sentido, tudo dependendo do arbítrio do seringalista prepotente, que mantinha totalmente a sua mercê o seringueiro-extrator.

Simultaneamente, porém, esta cláusula 6ª se constituiu em verdadeiro *canto de sereia* para engodar e iludir o pobre rurícola do sertão nordestino, pois, diante de promessas dessa ordem, não somente os sertanejos seriam atraídos para a seringa, mas até comerciantes e operários de categorias mais elevadas se aventuravam a fazer fortuna nos seringais da Amazônia.

Apesar disso, muitos dos resquícios do autoritarismo primitivo permaneceram ainda neste contrato. O mais claro e contundente deles é o que se relaciona à liberdade do seringueiro, sabido que a primeira autonomia de um vendedor é a de selecionar os candidatos a comprador do seu produto, e a segunda, a de aceitar o melhor preço ou ao menos a de propor um certo preço. Pois bem, tanto na primeira pretensão quanto na segunda, o seringueiro era tolhido na sua liberdade e autonomia.

Quanto à primeira, pela cláusula 4ª, permanecia para o seringueiro a proibição de vender a borracha, a não ser para o seringalista-patrão, e a só exportá-la devidamente marcada pelo barracão ou pelo porto que o seringalista determinasse. Aí não havia apelação.

Quanto à segunda reivindicação, dizia respeito aos preços que eram estipulados exogenamente à vontade do seringueiro e, no caso, à do próprio seringalista, pois estes eram estabelecidos pelos dois governos – o americano e o brasileiro. E neste particular, pela manutenção de baixos preços, os americanos, com a anuência de seus comparsas brasileiros, contribuíram decisivamente para que os seringueiros se mantivessem sujeitos a seus patrões, pois, se aumentassem os preços a um nível ao menos razoável, mais rápido e facilmente os extratores poderiam saldar suas dívidas e se livrarem dos domínios dos patrões. Esta, sem dúvida, foi uma das razões pelas quais os americanos, a quem interessava uma produção sempre mais elevada de borracha, não elevaram mais os preços do produto, na Amazônia brasileira, durante a guerra.

Mesmo com esses pontos negativos, tal regulamento das relações de trabalho nos seringais provocou a maior grita e celeuma por parte dos antigos beneficiários desse sistema de autoritarismo e

mando, vale dizer, das tradicionais classes aviadoras e exportadoras de Manaus e Belém e das classes produtoras, os seringalistas. Tais reações irromperam, em particular, nas Associações Comerciais dessas duas capitais que sempre se constituíram no *forum* principal das reivindicações dessas classes.

Inúmeras matérias foram publicadas nas Revistas e Boletins, tanto da ACA quanto da ACP, todas profligando a insensatez da mudança de regime de trabalho nos seringais e o perigo que as mesmas representavam para o secular arcabouço econômico da região, tão *sábia e justamente* construído pelas gerações passadas e que agora se achava ameaçado pelas inovações que vinham no bojo de uma emergência de guerra.

O economista Pedro Chermont de Miranda, velho e conhecido defensor dessas classes e do antigo regime de trabalho que imperou nos seringais da Amazônia, no primeiro ciclo, publicou um artigo no Boletim da ACA, em junho de 1944, onde, após descrever todo o mecanismo do sistema de produção que tinha vigorado no extrativismo, e por considerá-lo o mais justo e equânime dos regimes, advertia que essa realidade é inseparável de uma base segura e racional para determinar novo regime de trabalho na exploração dos seringais silvestres. Nestes, com efeito, a parceria fundada na repartição proporcional do produto da colheita, *in natura*, ou do valor desta em moeda, é impraticável, ninguém se iluda; por isso mesmo, sua adoção compulsória, dará causa a subversão da ordem econômica na Amazônia. E concluía enfático:

Na verdade e embora sua antiguidade e seu aspecto aparentemente primitivo, aqueles métodos representam, na sua estrutura essencial, o que existe e pode ser praticado de mais equitativo e garantidor, quer para o obreiro, como para o seringalista, exploradores dos seringais nativos.<sup>395</sup>

No afã de se tentar desmistificar o espírito preconcebido de uma literatura impressionista e demagógica, que tentou, no passado, exagerar as explorações desumanas e as práticas de atrocidades e injustiças que se cometeram nos seringais, surgiu, na época, uma outra literatura de encomenda, tentando demonstrar que *a Amazônia sem-*

395 *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano III, nº 36, junho de 1944, p. 31-32.

*pre foi e será a terra da liberdade, que ali nunca medrou nem a escravidão negra, nem o cangaço, nem o caudilhismo e que a tão decantada e solerte acusação da escravidão dos homens de trabalho pelos patrões não passava de exageros próprios de espíritos preconceituosos*<sup>396</sup>. Para justificar tudo isso, aduzia-se o fato de ambos,

seringalistas e seringueiros provirem de uma origem comum: o sertão nordestino e em particular do Ceará e de que os ganhos e explorações que se imputavam aos seringalistas deviam-se aos riscos e azares da natureza mesma do extrativismo, pois neste sistema é o seringalista quem banca os fretes, taxas de seguros, despesas de distribuição e varejamento das mercadorias, impostos por vezes onerosos e outros prejuízos eventuais tão comuns na empresa gumífera, como a morte dos próprios seringueiros..., justo era, portanto, que ganhassem também, em troca de seu trabalho, dos graves riscos que expunham seu capital e dos compromissos que assumiam com as casas aviadoras de Manaus e Belém, algo que compensasse esse trabalho e riscos.<sup>397</sup>

Não foi necessário gastar muita tinta, nem engendrar outras justificativas e racionalizações para inocentar o seringalista e demais aproveitadores da cadeia do aviamento. O próprio andamento natural das coisas, coadjuvado pela geografia amazônica de distâncias impraticáveis, mais a falta de competência e apetência dos órgãos encarregados da fiscalização, inviabilizaram por completo a aplicação e o cumprimento desse contrato nos seringais, durante a guerra. Basta passarmos aos depoimentos para nos convenceremos disso.

A apreciação do Dr. Burgos, no seu já citado depoimento à Assembleia Constituinte, em relação aos contratos de trabalho e à vida que estes novos extratores levavam nos seringais, é mais que elucidativa a respeito:

Ultimamente, tem regressado dos seringais um certo número de homens, fazendo as piores referências ao modo de serem recebidos e tratados nos seringais.: Ao que dizem, falta a comida, passando o dia com um pouco de café puro e às vezes carne podre de Cr\$ 16,00 ao quilo. Não existe remédio, sendo a atebрина

396 RAMOS, Mário Barroso. *Borracha*. São Paulo: Imprensa Ipsi, 1949, p. 77-79.

397 Idem, p. 78.

vendida a Cr\$ 1,50, quando existe<sup>398</sup>. Quando pedem remédio para algum companheiro, dizem que podem morrer pois isto não interessa ao seringalista... Do seringal Corá, pertencente a um português, tenho ouvido horrores, tais como: promessa de extermínio pelos capangas dos seringalistas, venda da atebрина, informação de que os contratos nada valem, servindo apenas de engodo para os bestas, recusa de qualquer assistência em caso de doença, já tendo morrido vários trabalhadores à míngua de tudo, pagamento de Cr\$ 4,00 para outros serviços que não a extração da borracha.<sup>399</sup>

E conclui desalentado, o mais impiedoso crítico da *batalha da borracha*:

Parece que os seringalistas não cumprem 20% do que prometem. Estamos com um trabalho caríssimo para ser anulado por gente deste quilate. A vida do trabalhador para os seringalistas, salvo raríssimas exceções, nada vale. Parece que esta gente (os seringalistas) é a encarregada do quinta-colunismo na Amazônia. O problema é seríssimo porque amedrontam esses homens de todo jeito. Na nossa enfermaria tem alguns que regressaram unânimes nas acusações. A miserabilidade dos que regressam é atroz. Pelo que contam são verdadeiros assassinatos algumas mortes naturais. O Dr. Dória<sup>400</sup> ainda vai ter muita dor de cabeça com o problema amazônico. Os trabalhadores vão para os seringais antes que os responsáveis cuidem do abastecimento, ficando numa situação de constante penúria, passando fome. Felizmente não passam sede.

E arremata realista: *As dificuldades aqui na capital são grandes; imagine-se nos seringais, onde a lei é o mais forte*<sup>401</sup>.

Indagado depois se a observância destes contratos estava sujeita a alguma fiscalização por parte das autoridades, sua resposta foi imediata: *Julgo que não. Eram unânimes os que diziam que os contratos*

398 Note-se que a atebрина era fornecida gratuitamente pelos americanos, devendo ser distribuída igualmente grátis aos seringueiros.

399 Deve-se notar que o contrato-padrão de trabalho, em seu art. 3º estatuiu que quando o seringueiro no período de entressafra se ocupasse de outros misteres dentro do seringal, a juízo do seringalista, receberia salário mínimo de Cr\$ 7,00 com comida e Cr\$ 10,00 sem comida.

400 O Dr. Dória de Vasconcelos era, na época, Superintendente do Departamento Nacional de Imigração e Superintendente da SAVA.

401 *Diário da Assembleia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 24.08.1946, p. 4282,

*eram tomados ou desapareciam quando os trabalhadores chegavam aos seringais*<sup>402</sup>.

Mas vamos ouvir o que tem a dizer ainda sobre esses contratos o então Diretor do Departamento Nacional de Imigração, Dr. Péricles de Carvalho. Observando o presidente da Comissão de Inquérito sobre a *batalha da borracha*, Dep. Fernando Távora, que, se o pagamento da passagem era feito integral, pelo governo, até os seringais, o seringalista não tinha direito de cobrar mais nada do seringueiro, assim responde o diretor do órgão:

Ocorreu que muitos seringalistas vindos a Manaus, a fim de procurar trabalhadores por conta própria, terão feito contratos particulares, com os quais nada temos a ver. Não obstante, vedamos os aliciamentos clandestinos e procuramos agir contra os próprios seringalistas. Agora mesmo tivemos um caso que está sendo apurado em Manaus, de um seringalista que foi buscar seringueiros em Fortaleza e depois largou os homens no caminho, alegando que não tinha obrigação de lhes pagar o transporte.<sup>403</sup>

Inquirido, em seguida, pelo Dep. Agostinho de Oliveira, se havia fiscalização do cumprimento destas cláusulas, o Dr. Péricles responde:

Nós não tínhamos uma fiscalização efetiva neste sentido mas procuramos cercar o trabalhador de todas as garantias, porque os contratos foram elaborados com a cooperação do Banco da Borracha. Qualquer notícia que tivéssemos do não cumprimento do contrato por parte do seringalista, através dos depoimentos tomados dos que retornavam ou de queixa, dava lugar a um processo. Podíamos então agir, solicitando providências do Banco da Borracha, para, no caso de ter sido o seringalista financiado por este instituto, ser obrigado por ele a efetuar os pagamentos devidos em razão do cumprimento dos contratos firmados. Aliás, previamente, não encaminhávamos os trabalhadores sem antes ter obtido do Banco da Borracha, informações acerca do seringalista, inclusive quanto ao adimplemento de seus contratos.<sup>404</sup>

402 *Diário da Assembleia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 24.08.1946, p. 4283.

403 *Idem*, p. 4216.

404 *Ibidem*, p. 4216.

Tal afirmação é, todavia, contraditada por dois diretores do Banco, o Sr. Rui de Medeiros e o Sr. Firmo Dutra, que garantem nunca ter o Banco de Crédito da Amazônia exercido, na sua plenitude, esta função fiscalizadora, seja por falta de meios ou de pessoal disponível para tanto<sup>405</sup>.

Mas, para nos convenceremos realmente de que estes contratos não eram observados nos seringais e que, apesar das cláusulas favoráveis aos seringueiros, seus lucros não aumentaram por nada, basta atentar para as contas correntes de diversos seringais nas mais diferentes regiões da Amazônia, durante o período da guerra, quando a borracha teve seus preços majorados e o aviamento era pleno em toda a região amazônica. Apesar de todas essas circunstâncias, que, ao menos em tese, eram favoráveis aos seringueiros, os saldos lhes são sempre desfavoráveis, como mostra o quadro abaixo.

**QUADRO 24. SALDOS CREDITORES E DEVEDORES DOS EXTRATORES DO SERINGAL ITU. RIO BRANCO-AC, DE 1941 A 1945.**

ANO	Nº DE FREGUESES CREDITORES	VALOR EM Cr\$	Nº DE FREGUESES DEVEDORES	VALOR EM Cr\$
1941	3	2.464,15	6	4.031,40
1942	5	4.872,60	3	4.760,78
1943	4	6.365,65	3	4.659,90
1944	6	4.668,00	7	19.094,29
1945	8	4.872,10	6	9.459,53
TOTAL		23.242,50		41.906,50

**Fonte:** Livro de registro de contas correntes do seringal Itu. Rio Branco - Acre, 1941-1945 (manuscrito)

Apesar de estarmos lidando com uma série de cinco anos apenas, o quadro demonstra de maneira categórica o que acima afirmamos: a contabilidade do barracão resulta no endividamento crescente dos seringueiros.

Mesmo quando o seringalista era cordato e até se condoía de seus fregueses, o que às vezes acontecia, como no caso do seringal Barão de Rio Branco (Cruzeiro do Sul - AC), onde o Cel. Mâncio Lima fornecia leite aos seus seringueiros que viviam ao redor do barracão ou cedia uma vaca aos que viviam no centro

<sup>405</sup> *Diário da Assembleia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 24.08.1946, p. 4216.



do seringal, mesmo nestes casos os extratores não se livraram do espectro da dívida.

A professora Eunice M. Coelho procedeu a um levantamento do referido seringal do Alto Juruá, mediante o qual pode constatar que durante o período de 1939-1944, portanto, em plena vigência dos *Acordos de Washington*, apesar de todas as facilidades de crédito e aviamento que as circunstâncias do esforço de guerra proporcionavam, e levando-se em conta o paternalismo do referido patrão, que devia respeitar os contratos dos seringueiros, 19 (dezenove) trabalhadores se mantiveram endividados e apenas dois conseguiram saldo; assim mesmo, por terem vendido um grande número de peles e objetos ao seringalista.

Temos ainda em nosso poder uma amostra dessas contas correntes, gentilmente cedida pelo *ex-soldado da borracha* Francisco Antônio de Souza, vulgo *Chico Perna*. Conforme atestado do Sr. escrivão de Tianguá, Luís Nogueira Lima, Francisco Antônio de Souza foi encaminhado à Amazônia no dia 11 de junho de 1943, por intermédio do SEMTA. O número de sua caderneta de soldado da borracha era 11.215 e a sua turma a S.31. Quem o aliciou e o recrutou foi o médico do SEMTA, Dr. Conejo. Seu Francisco, que em dezembro de 1944, trabalhava com a firma J. R. Aguiar, de Tarauacá, forneceu um exemplar de conta corrente que merece ser apreciado.

**QUADRO 25. EXEMPLAR DA CONTA CORRENTE DE FRANCISCO ANTÔNIO DE SOUZA FORNECIDO PELA FIRMA J. R. AGUIAR, DE TARAUCÁ-AC. ANO DE 1944.**

J. R. AGUIAR		
31/12/1944 - JANEIRO, 1944	DÉBITO	CRÉDITO
Recebi do Sr. Francisco Antônio de Souza 42 pelas borracha de marca FS 2.235kgs.		2.682,00
Sernambi 185kgs.		111,60
55 dias serviços prestados 5,00		275,00
TOTAL: .....		Cr\$ 3.068,60
Seu DÉBITO em 05/01/1944 a 1/12/1945 de acordo com nota em seu poder.....	3.218,00	
PRODUTO LIQUIDADO NA FIRMA 31/12/1945 saldo devedor.....	3.218,00	
31/12/1945 SEU CRÉDITO.....		149,40
DEMONSTRAÇÃO DE SUA CONTA		

**Fonte:** Livro de Registro de Contas da Firma J. R. Aguiar, Tarauacá-AC, 1944, p. 230.

Inúmeras irregularidades, ferindo frontalmente os acordos sobre os preços da borracha, vigentes à época, e o próprio contrato-padrão, podemos determinar, de um simples exame desta folha de conta corrente:

1º) Houve uma depreciação inexplicável na avaliação dos preços. Nunca 2.235kg de borracha, a Cr\$ 18,00 o kg, poderiam render apenas Cr\$ 2.682,00; nem 186kg de sernambi renderiam apenas Cr\$ 111,50 – menos que Cr\$ 1,00 o kg, quando era sabido que cada kg de sernambi valia mais do que Cr\$ 10,00. Mesmo que ao seringalista tocassem 40% dos lucros e mais os descontos de taxas, fretes etc., não poderia ser aquela do quadro a quantia que sobrava ao seringueiro;

2º) Além disso, há nesse quadro a mais palmar e clara violação do contrato-padrão de trabalho que deveria vigorar nos seringais. Segundo o contrato-padrão, o mínimo a que um seringueiro teria direito por um dia de trabalho era Cr\$ 7,00, quando o patrão fornecia a comida, e de Cr\$ 10,00, quando o seringueiro entrasse com o seu sustento. Pois bem, por 55 dias de trabalho, seu Francisco foi pago apenas a Cr\$ 5,00 por dia, em frontal violação do contrato-padrão. Como se vê, tais contratos serviam apenas para inglês ver, ou melhor, para americano ver!

Inúmeros outros casos registram ainda que, não obstante todas as circunstâncias favoráveis do momento, provocadas pelas condições excepcionais de uma emergência de guerra, quase toda a contabilidade dos barracões apresentava saldo devedor ao seringueiro.

Segundo os registros da conta corrente do seringueiro Antônio Ferreira, do Seringal Itu (Rio Branco-AC), seu haver em 1944 era de Cr\$ 5.173,70 e no final do mesmo ano seu débito atingia a soma de Cr\$ 9.884,40. Durante dois meses deste mesmo ano ele pagou ainda uma comissão de 20% e 12% sobre o valor da sua produção, em virtude de não *apresentar saldo*. Tal cobrança não era de maneira alguma autorizada por nenhuma cláusula dos contratos, tomando o seringalista tal medida a seu arbítrio<sup>406</sup>.

Folheando ainda as cadernetas do seringueiro, onde se deviam anotar os saldos credores e devedores dos extratores, constatamos que também aí a constante é uma só: a dívida do extrator. Temos em mãos a caderneta do Sr. Juventino Bastos, do seringal Independência, vizinho a Rio Branco. Seu saldo devedor, em janeiro de 1945, era de Cr\$ 7.441,60. Em dezembro do mesmo ano, seu saldo negativo já havia aumentado para 11.354,60<sup>407</sup>.

A exploração a que estavam sujeitos os seringueiros em relação aos preços das mercadorias nos seringais era gritante sob todos os aspectos.

O técnico de campo da RDC, Frederick H. Vogel, em seu relatório sobre as condições de vida dos seringueiros no Alto Purus, atesta que em quase todos os seringais da área, exceto no *Macapá e Livre-nos-Deus*, todos os extratores estavam descontentes com a elevação constante do custo de vida. Nota ainda que, apesar do quilo da borracha ter sido reajustado a um preço satisfatório, em função dos últimos acordos, o poder aquisitivo do seringueiro desceu mais rapidamente ainda, fazendo com que, em muitos casos se devesse usar o dobro do peso da borracha para se comprar uma mercadoria que antes era adquirida pela metade do preço. Assim, em relação ao toucinho, que deveria valer quilo contra quilo (e o toucinho se constituía em parte importante da inadequada dieta do seringueiro), eram então necessários dois quilos de borracha para se adquirir um desta

406 *Livro de Registro de Contas Correntes do Seringal Itu*. Rio Branco-Acre, 1941-1945, p. 240.

407 *Caderneta de Débitos e Créditos de Juventino Bastos* (R.G. 380). Seringal Independência. Rio Branco-Acre, 1948.

gordura. Igualmente as armas e munições tiveram uma majoração escandalosa em seus preços. A espingarda, fornecida pela RDC, era vendida a Cr\$ 600,00 nos seringais, enquanto que na cidade seu preço de tabela era de Cr\$ 229,00; o café e açúcar custavam Cr\$ 10,00 ao quilo nos seringais, enquanto que no comércio eram vendidos a Cr\$ 2,50. O leite condensado valia de Cr\$ 7,00 a 10,00 nos seringais, e na cidade era vendido a Cr\$ 3,80.

Finalmente, conclui o desolado técnico, não era de admirar se, com tamanha exploração, tanto os seringueiros quanto os caucheiros não tivessem interesse em aumentar a produção<sup>408</sup>.

Além da exploração em suas contas e saldos, inúmeros são ainda os registros de maus tratos e humilhações infligidos pelos patrões seringalistas aos indefesos extratores.

Por exemplo, o caso em que foi protagonista o seringueiro Antônio Pereira da Silva (RG. 1.792), que trabalhava no seringal Peneri, no Baixo Amazonas. Tendo-lhe morrido um filho, colocou o corpo numa canoa pertencente ao patrão e rumou para uma localidade próxima, a fim de fazer o enterro. Sabedor do fato, o seringalista, na suposição de que a canoa estivesse sendo roubada, mandou o seu filho apreendê-la, já longe do barracão, o que foi feito, tendo sido seus ocupantes – seringueiro, sua mulher, um filho de um ano e o cadáver – abandonados, sem condução, no barranco no rio<sup>409</sup>.

Acreditamos que estes fatos e registros mostram, à saciedade, a que tipos de exploração, coações morais e humilhações estavam expostos os seringueiros em sua vida do dia-a-dia, nos seringais. E isso numa época em que havia um certo esforço das autoridades para que tal regime de exploração fosse extirpado.

Pensa-se, quase sempre, que, devido ao atraso de vida a que estavam relegados e a sua condição de semianalfabetos, os seringueiros cumpriam a sua sina calados e resignados com esta sua condição.

Inúmeras são, porém, as evidências que atestam ter o seringueiro plena e total percepção e consciência desta sua condição de explorado.

O professor Benchimol, em sua já citada obra, no capítulo intitulado *O Cativo da Babilônia: a fala de um escravo branco*, reporta

408 Reconstruction Finance Corporation (RG 234). Rubber Development Corporation, Entry 283. *Report on Field Trips in the Amazon Area, 1943-1944*, p. 67.

409 MELLO, Alcino Teixeira de. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956, p. 95.

uma longa carta manuscrita de um seringueiro cearense, onde relata a seu patrão, de um seringal do Envira (AC), as injustiças que padecera nas mãos do gerente do seringal, um tal de João Arthur<sup>410</sup>.

É possível que a carta deste seringueiro, depois expulso do seringal sem o pagamento do seu saldo, não tivesse nunca recebido resposta, mas a tragédia se consumaria alguns anos mais tarde, quando o seringueiro injustiçado, juntamente com outros colegas, armaram uma cilada a João Arthur e alguns de seus capangas, tocaiando-os na passagem de um igarapé, após ter serrado a ponte.

Outros depoimentos colhidos aqui e ali, são também testemunhos eloquentes da consciência que possuíam estes seringueiros de sua condição de seres explorados e da repulsa que isto lhes inspirava.

O seringueiro Antônio Ribeiro da Mata, natural do Ceará, assim se expressava: *Eu não dou para viver alugado, gosto de trabalhar para mim. Quem se freta é navio*<sup>411</sup>.

Miguel Bertulino, valente paraibano, hoje remediado fazendeiro nas cercanias de Rio Branco, que chegou ao Acre nas últimas levas patrocinadas pela CAETA, asseverou-nos que preferiu desbatar um sapezal terrível – e ter a sua própria roça – a continuar no corte da seringa, enricando apenas o patrão<sup>412</sup>.

Francisco de Almeida, de Fortaleza, prestava o seguinte depoimento, na época da batalha da borracha:

Agora não volto mais para o seringal. Não gosto de opressão. Esse negócio de amarrar o freguês no tronco não é comigo. Me disseram que quem manda por lá é o patrão, o preço do produto é imposto por ele, a mercadoria ele que vende pelo preço que quiser. Quem manda é o rifle por lá e eu não gosto disso<sup>413</sup>.

Mesmo o seu Raimundo Alves, que aparentemente não guardava mágoas maiores dos seus patrões, assim se expressava em seus versos:

410 BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Col. Amazônia, V. I. Manaus: Umberto Calderaro, 1977, p. 326.

411 Entrevista concedida ao autor em março de 1983, Rio Branco-AC.

412 Entrevista concedida ao autor em março de 1983, Rio Branco-AC.

413 BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Col. Amazônia, V. I. Manaus: Umberto Calderaro, 1977, p.278.

Alguns patrões são bons.  
Mas o que estou narrando,  
É o que sempre acontece,  
O seringueiro vive trabalhando,  
Perdendo a sua saúde.  
E os patrões enricando.<sup>414</sup>

Quais então os sistemas de luta e de resistência que os seringueiros paulatinamente foram desenvolvendo para se livrar desta condição, ou ao menos burlar, de alguma maneira, o sistema anti-humano a que estavam sujeitos?

Um dos artifícios usados para subverter a vigilância e o monopólio do patrão era a venda sub-reptícia do produto vegetal ao regatão, qualificativo atribuído ao indivíduo que regateia ou desenvolve um comércio ambulante ao longo dos rios e igarapés da Amazônia. Embora este personagem usasse de meios escusos para engodar o incauto seringueiro, oferecendo-lhe quinquilharias de baixo preço em troca do produto natural, o extrator se prestava a este tipo de transação porque via nele, não apenas uma forma para satisfazer suas necessidades e pequenas vaidades mais imediatas, mas principalmente para vingar-se, de alguma forma, do próprio patrão. *Enganado por enganado, o seringueiro desviava o produto para o regatão como forma de se vingar, a seu modo, do patrão*<sup>415</sup>.

Levantes e amotinamentos propriamente ditos não temos notícias de terem acontecido nos seringais: talvez, porque a distância de léguas e léguas entre um seringal e outro, e entre as próprias colocações, impedissem os aglomerados e a organização dos seringueiros.

No Livro do Tombo da Prelazia do Acre e Purus temos, porém, o relato de um fato por demais eloquente da revolta que as duras condições de vida nos seringais começavam a despertar no ânimo dos extratores. O incidente ocorreu às vésperas da festa de São Sebastião, no ano de 1943, quando duas centenas de seringueiros *arigós* pensaram em apresentar um abaixo-assinado ao então interventor do território, Cel. Silvestre Coelho, reclamando das péssimas condições de vida e de trabalho a que estavam sendo submetidos nos seringais próximos a Rio Branco. Não tendo com quem contar, di-

414 OLIVEIRA, Raimundo Alves de. *O soldado da borracha que se tornou professor*. Rio Branco: Gráfica Maia, 1980, p. 4.

415 REIS, Arthur César Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola – Documentário da vida rural, nº 5, 1953, p. 128.

rigiram-se ao Pe. José Carneiro de Lima, jovem padre cearense, que prontamente lhes redigiu os termos das reivindicações. Percebendo o governador a procedência da carta, convocou os Padres José e seu irmão Peregrino ao Palácio, onde, após acalorada altercação, os padres foram ameaçados de serem entregues às autoridades da República e levados a uma corte marcial por sabotarem os esforços de guerra do Brasil. Como o desdobramento do caso ameaçasse enveredar para o desforço pessoal entre as partes, os superiores religiosos resolveram intervir de imediato, transferindo os voluntariosos padres para um clima mais temperado e ameno, o sul de Santa Catarina, onde permaneceram até o final do mandato do esquentado e truculento interventor<sup>416</sup>.

O técnico de campo da RDC, Frederick H. Vogel, em seu já citado relatório sobre o Alto Purus, manifestava-se altamente apreensivo pelo estado de surda tensão que reinava por aquelas paragens, envolvendo os seringueiros e seringalistas. Era tal o estado de ânimo dos primeiros, que falavam abertamente em revolta armada contra os seus patrões. Foram necessários muita força e poder de dissuasão e ainda muita ameaça para acalmar os primeiros e convencer os segundos (os seringalistas) para que cumprissem integralmente as cláusulas do contrato-padrão<sup>417</sup>.

Destes fatos podemos deduzir que, embora, já em 1943, houvesse ainda nos seringais maus-tratos e injustiças gritantes e que os seringueiros, se fossem liderados por alguém, eram capazes de denunciá-los e até de se rebelar contra este estado de coisas, embora o momento histórico já não se apresentasse tão permissivo para a repetição da tragédia humana que ocorrera nos seringais no início do século, os seringueiros continuavam escravos desse sistema de exploração. Foram eles de novo explorados no preço e na sua atividade, embora os patrões, talvez agora por estarem negociando os seus produtos com órgãos oficiais que lhes fiscalizavam as atividades, se abstivessem, em parte, dos desmandos e dos abusos, que tanto caracterizaram seu comportamento no primeiro ciclo.

416 PRELAZIA DO ACRE E PURUS. *Livro do Tombo da Prelazia do Acre e Purus, 1920-1970*. Sena Madureira/Rio Branco, p. 45 (manuscrito).

417 Reconstruction Finance Corporation (RG 234). Rubber Development Corporation, Entry 283. *Report on Field Trips in the Amazon Area, 1943-1944*, p. 89.

## 2. VIOLENTA REAÇÃO DAS CLASSES CONSERVADORAS E PRODUTORAS DA AMAZÔNIA AO NOVO SISTEMA DE FINANCIAMENTO E ABASTECIMENTO DO VALE

Como já foi anteriormente enfatizado, as mais importantes consequências da presença do Banco de Borracha, da Rubber Development Corporation e da SAVA na vida econômica da Amazônia foram o afastamento do comércio aviador e exportador do processo de financiamento e de *aviamento* dos seringais e das operações de recebimento e exportação do produto, tarefas que tradicionalmente incumbiam às firmas aviadoras-exportadoras de Belém e Manaus.

Tais ingerências, consideradas gravíssimas, à época, pois ameaçavam seriamente fazer soçobrar o secular arcabouço e a própria autonomia econômica sobre a qual estava ancorada a vida comercial da Amazônia, provocou violenta reação das classes conservadoras do Vale, ameaçadas de verem subtraído não só o seu poder político e econômico, mas também de assistirem à concretização de medidas que punham em sério risco a sua própria sobrevivência.

Por isso, desde que se iniciou na Amazônia a operacionalização da *batalha da borracha*, profundas reações de descontentamento e de inconformismo começaram a brotar no seio dessas classes que se consideravam não só injustamente marginalizadas por este novo processo de planificação da economia do Vale, mas, o que era pior, substituídas, sem apelação, por outros órgãos e entidades, criados à sua própria revelia, pelo governo<sup>418</sup>.

De fato, asseveravam os dirigentes classistas, com a criação destes novos órgãos estatais, criados para operacionalizar o novo surto da borracha, restava uma intervenção secundária e insignificante às tradicionais entidades econômicas da Amazônia, seja no processo de produção e comercialização do produto, além de diminuta participação no campo das demais atividades, porquanto umas e outras haviam sido atingidas pela nova planificação, que doravante se encarregaria tanto da produção como da distribuição final da borracha.

Com efeito – insistiam eles – a Rubber Development Corporation e a SAVA substituíam o comércio importador e os aviadores nas suas

<sup>418</sup> *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano III, nº 31, fevereiro de 1944, p. 6



atribuições peculiares; o Banco de Crédito da Borracha S/A chamava para si o recebimento, a classificação, a consignação obrigatória do produto e a exportação da borracha, retirando dos agentes comerciais que normalmente exerciam tais funções qualquer atuação nestas operações, e até as próprias usinas de beneficiamento de borracha foram submetidas a um regime de intervenção em seus processos de trabalho. Não bastasse isso, em benefício do fomento da produção da borracha impunha-se, de um modo geral, a limitação das restantes indústrias extrativas do Vale Amazônico, como a proibição de extrair a essência do pau-rosa, de produção da castanha etc., para que todos os braços e esforços convergissem para a produção do látex<sup>419</sup>.

A esta posição de inconformismo e mal-estar, seguiu-se uma bem orquestrada ofensiva dessas classes conservadoras, no intuito de defender seus supostos direitos e prerrogativas, tão solertemente ameaçados pela onda intervencionista do capital estatal. Tal ofensiva teve como seus promotores as prestigiosas Associações Comerciais do Amazonas e do Pará (esta num segundo momento), representantes que eram destas classes, e os próprios governos regionais, que normalmente tinham que se submeter ao prestígio dessas Associações.

Dessa maneira,

a fim de conseguir que os poderes públicos encarassem o nosso problema pelo prisma de sua empolgante realidade e não através de preconceitos e de noções errôneas, que se haviam largamente difundido em todo o país, e com especial intensidade nos altos círculos administrativos federais, apressou-se este instituto (a ACA) em enviar ao Rio de Janeiro o Sr. José Nunes de Lima, então presidente desta Associação, para tentar retificar os rumos desarrazoados que vinham sendo admitidos e empregados, pelas autoridades federais, na nova planificação da economia planificada.<sup>420</sup>

Esta primeira tentativa de sensibilizar as autoridades federais encarregadas do programa da borracha na Amazônia e mais precisamente os coordenadores da C.C.A.W. (Comissão de Controle dos Acordos de Washington) redundou em completo fracasso, seja pela

419 *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano III, nº 31, fevereiro de 1944, p. 6.

420 *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano II, nº 24, 1943, p. 69.

pouca credibilidade dos pleitos – pois tanto estas classes quanto o comércio avião em geral eram vistos como eternos exploradores dos produtores e extratores – seja pela falta de cooperação e sintonia que neste momento grassava entre as duas maiores associações comerciais da Amazônia: a do Amazonas e a do Pará.

De fato, esta última, embalada talvez pelas vantagens que pareciam sorrir para Belém, convertida, num primeiro momento, no epicentro da *batalha da borracha*, com a instalação dos novos órgãos e entidades encarregados da operacionalização e condução deste programa, não atentou, num primeiro momento, para a alegada expropriação dos direitos e prerrogativas que se pretendia levar a cabo na Amazônia, sob o pretexto de orientar e controlar a produção e comercialização da borracha<sup>421</sup>.

Com efeito, ao instalar-se o programa da borracha, a ACP não só se opôs a ele, mas também mostrou-se largamente predisposta à cooperação, ao invés de *profligar os malefícios da nefasta política de produção, cujos desdobramentos ameaçavam destruir a autarquia econômica da Amazônia e fazer soçobrar toda a engrenagem e o entrosamento comercial da região*<sup>422</sup>.

Ainda não se havia dado a conjunção de esforços e de ideais entre as duas grandes entidades Amazônicas, quando coube à A.C.A. tentar uma segunda iniciativa para repor nos seus *justos termos o programa da borracha, através da proposição de medidas e soluções capazes, por si sós, de restabelecer o equilíbrio na vida comercial na Amazônia e realizar os altos objetivos do governo em favor do aumento da produção heveícola*<sup>423</sup>.

O ensejo para esta segunda tentativa ofereceu-se com a convocação da conferência do Vale Amazônico, entre 13 e 16 de abril de 1943, patrocinada pelo Ministro da Mobilização Econômica, João Alberto Lins de Barros, que tencionava imprimir ao programa da borracha uma maior coordenação e que, além da presença do Ministro, contou também com a participação dos Interventores do Pará, Amazonas, Acre, do Diretor executivo da C.C.A.W., Valentim Bouças, o Diretor da RDC, Douglas H. Allen e demais diretores dos

421 *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano II, nº 24, 1943, p. 69.

422 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS (ACA). *Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas - Exercício 1943-1944*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1944, p. 70.

423 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS (ACA). *Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas - Exercício 1943-1944*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1944, p. 71.

órgãos que já atuavam na Amazônia, como o SEMTA, SNAPP etc. O secretário da A.C.A., o Sr. Cosme Ferreira Filho, foi admitido para participar do conclave, mas apenas nas reuniões preliminares.

No decorrer dos trabalhos aproveitou-se para fazer um balanço dos resultados obtidos através da atuação dos diversos órgãos criados pelos dois governos, mas o único a fazer alguma ressalva ao programa, pela sua não absorção e aproveitamento das atividades normais do comércio amazônico, foi precisamente o Sr. Ministro. Isto, porém,

não foi o suficiente para conduzir os responsáveis pela boa execução do programa da borracha à melhor orientação, prosseguindo-se na política de desagregação da estrutura econômica regional, em proveito de organizações passageiras e de permanência insustentável, após a guerra<sup>424</sup>.

Diante desta atitude de pouco caso e de aberta hostilidade às classes conservadoras da Amazônia, e em particular ao comércio, resolveu a ACA enviar, em forma de memorial, substancial exposição ao coordenador da Mobilização Econômica, através do qual aviadores, seringalistas, importadores, exportadores, agentes comerciais, despachantes e corretores aduziam argumentos decisivos em favor da preservação de suas atividades no panorama comercial da Amazônia.

Para expor essas reivindicações ao Sr. Ministro João Alberto, as classes interessadas credenciaram a Sr. Bartolomeu Pessoa Guimarães, presidente da A.C.A. que, uma vez no Rio de Janeiro, além desta sua missão específica, desenvolveria intensa atividade em prol dos interesses das classes produtoras da Amazônia.

Apesar de toda essa arregimentação de forças e das promessas ouvidas, também esta missão não obteria os resultados concretos que eram de se esperar<sup>425</sup>.

De muitos defeitos e mazelas pode-se acusar o comércio e as tais classes conservadoras da Amazônia, mas, certamente, virtudes como a tenacidade e poder de arregimentação não lhes faltavam. Foi precisamente graças a isto, que se planejou um terceiro e decisivo movimento destas associações de classe, sempre coordenadas pela A.C.A., para nova e talvez derradeira tentativa de reajustamento das

424 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS (ACA). *Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas - Exercício 1943-1944*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1944, p. 72.

425 Idem, p. 72.

suas condições de vida, cujo verdadeiro sentido vinha sendo ostensivamente desvirtuado.

Neste terceiro e mais recente capítulo, a A.C.A. mobilizou recursos inusitados dentro de sua própria organização, conclamando, inclusive, elementos da cultura local e especialistas no ramo da borracha, cujo concurso e cooperação não tinham sido solicitados nas lutas preliminares.

Convencidos realmente de que o ambiente de opressão ao comércio da Amazônia, por parte das organizações estatais que lhe disputavam o espaço e a primazia, tinha chegado a limites extremos e insuportáveis, e temendo por um grande vexame do governo brasileiro, face aos compromissos assumidos com a administração americana (já que – segundo eles – a produção não havia experimentado qualquer aumento), deliberou a A.C.A. levar mais uma vez o seu apelo e inquietação aos membros do C.C.A.W., e se necessário até ao Presidente Vargas, no intuito de lhes demonstrar, à luz de dados incontestáveis, a justeza de seus pleitos e os vícios e malefícios presentes e futuros que o plano da borracha, que vinha sendo executado, trazia em seu bojo<sup>426</sup>.

Entre as *démarches* preliminares que se tentaram para aparar as arestas em vista do desejado diálogo, a A.C.A. enviou a Belém o seu secretário, Sr. Cosme Ferreira Filho, para um entendimento prévio com o Dr. Valentim Bouças, Diretor Executivo da C.C.A.W.. Este, sem ter como se livrar do assédio, propôs um encontro da Diretoria da C.C.A.W. com uma Comissão das Associações Comerciais da Amazônia para a primeira quinzena de novembro (1943), no intuito de se efetuar um profundo exame do programa da borracha.

Animados com este primeiro acerto, procederam a uma grande arregimentação de esforços no seio da A.C.A., tendo esta convidado vários peritos a participar da comissão única que se encarregaria das futuras negociações no Rio de Janeiro. Neste ínterim, juntou-se a este movimento uma outra reivindicação da parte dos seringalistas: pleiteavam um aumento dos preços da borracha, que se haviam defasado pelo brutal aumento do custo de vida.

Compulsando a correspondência da A.C.A. podemos constatar as negociações que se estabeleceram por esta época entre as duas

<sup>426</sup> ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS (ACA). *Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas - Exercício 1943-1944*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1944, p. 74.

principais entidades de classe da região, no sentido de se comporem para uma ação comum, já que as ameaças e os efeitos da intervenção estatal atingia a todos, indiretamente<sup>427</sup>.

A composição se deu, de fato, e à Associação Comercial do Amazonas e ao representante da Interventoria do governo deste Estado se juntaram, então, representantes da Associação Comercial do Pará e um membro da Interventoria deste mesmo Estado.

Uma vez no Rio de Janeiro, a delegação, composta por umas dez pessoas, entre diretores das Associações, representantes dos governos locais e peritos, representando agora a Amazônia na sua totalidade, debateu e reestudou os termos do memorial que pretendiam apresentar à Comissão de Controle dos Acordos de Washington e ao Sr. Presidente da República, cujas conclusões podem ser resumidas nos seguintes itens:

1. O preço atual da borracha, devido ao aumento do custo de vida, não cobre o custo da produção. Para isso aconselha-se a RDC a pôr em prática, no Brasil, o sistema empregado na Venezuela, onde a borracha é paga ao seringalista a US\$ 0.45, livre de despesas;

2. A insuficiência e irregularidade do abastecimento aos seringais, devido à intermitência da navegação de cabotagem, tem prejudicado a safra de borracha, de 1943. Para corrigir este problema as Associações Comerciais do Amazonas e Pará sugerem a obtenção de navios costeiros, que, em caráter permanente e preferencial, trafeguem entre o Sul e os portos da Amazônia;

3. Não há razão que justifique o ter a RDC substituído o comércio local no abastecimento dos seringais. Sugere-se que esta Corporação se restrinja à importação de artigos estrangeiros, deixando o resto a cargo do comércio atacadista regional, medida essa indispensável à solidez econômica e ao futuro da Amazônia;

4. O Banco de Crédito da Borracha tem a função de financiar a produção e o comércio, mas sem o caráter de exclusividade que se atribui. Conservará o controle das operações finais de compra e venda, como lhe concede a lei, mas deve permitir a liberdade de produção, comércio, transporte e beneficiamento ao avultado número de instituições comerciais e individuais que, do contrário, ficariam excluídas do negócio da borracha;

<sup>427</sup> Carta do Sr. Waldemar Pinheiro Souza, presidente da A.C.A., ao Sr. Octávio Oliva, presidente da A.C.P. Manaus, 8.11.1943.

5. Além disso, aconselha-se o Banco a proceder a novo exame de seus esquemas de funcionamento para torná-los mais adaptáveis à região e a diversificar seus créditos para os trabalhos agrícolas, produção da borracha e às produções de inverno.<sup>428</sup>

Durante a exposição destes motivos – que aconteceu em reunião, quando se deu a interferência do próprio gabinete da Presidência da República para que a mesma fosse realizada, já que V. Bouças, além de contrariado, pretextava viajar aos EUA para não atender a delegação – travou-se um debate franco e quase ríspido entre os reivindicantes e a diretoria da C.C.A.W..

Bouças, que estava bem a par do andamento da *batalha da borracha* e do que acontecia na Amazônia, asseverava que, se fosse possível proceder à verificação do movimento de compra e venda das casas aviadoras e importadoras, durante os anos de 1942, 1943 e 1944, constatar-se-ia, certamente, sensível aumento no movimento de vendas destas firmas durante estes anos, precisamente o período da vigência do acordo de abastecimento do Vale, firmado pela RDC e a SAVA<sup>429</sup>.

Também – alegava ele – as praças de Belém e Manaus, sedes tradicionais do comércio importador e aviador da região, já não exerciam, como em passadas épocas, a exclusividade da distribuição das mercadorias importadas do Sul do país, preferindo muitos dos produtores-seringalistas fazer suas transações diretamente com os abastecedores do Sul.

Às acusações, depois, de que a safra de 1943 não havia correspondido ao que dela se esperava, rebatia o Sr. Bouças, afirmando que

(...) O aumento do abastecimento, em consequência das medidas tomadas durante o ano de 1943 que quer pela Comissão da Marinha Mercante, quer pela SAVA ou pela RDC, não poderia influir retroativamente na safra de borracha de 1943, nas zonas dos altos rios, principais fontes da produção da borracha, pois os estoques de mercadorias deveriam estar em Belém ou Manaus no máximo até dezembro de 1942, de modo a permitir

428 *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano III, nº 31, fevereiro de 1944, p. 7-10.

429 BOUÇAS, F. Valentim. *Estudos econômicos e financeiros*: meio século de trabalho. Rio de Janeiro: Edit. Financeiras, 1953, v. II, p. 30.

embarques regulares e contínuos para aquelas regiões até março de 1943.

As encomendas e compras para o abastecimento das safras de 1943 dependiam, portanto, da iniciativa do comércio aviador e dos próprios seringalistas importadores. Portanto, o colapso do abastecimento, acontecido em 1943, se devia não às medidas intervencionistas do governo, mas ao bloqueio submarino e à própria imprevidência do comércio aviador, que havia encomendado quantidades inferiores às necessidades<sup>430</sup>.

Uma outra prova a confirmar que, na verdade, o Banco de Crédito da Borracha e a RDC não eliminavam, de vez, os intermediários comerciantes, e que estes, muito menos se atinham ao percentual do lucro estatuído pela RDC na transação de suas mercadorias com seringalistas e seringueiros, nos é fornecida por uma testemunha ocular da época, o Cap. Oscar Passos. Explicando que o material necessário ao trabalho nos seringais estava sendo importado com a isenção de direitos dos EUA pela Rubber Developmept Corporation, o capitão, que havia sido o primeiro Presidente do Banco de Crédito da Borracha, fazia a seguinte constatação:

Uma espingarda de caça chega a Belém por Cr\$ 180,00 e a Rubber fornecia aos comerciantes por este preço. Oficialmente o intermediário não pode ganhar mais do que 15% na revenda da mercadoria. Pois bem, esta arma está sendo vendida aos seringueiros por mais de Cr\$ 600,00, levando o pobre extrator na transação um prejuízo de Cr\$ 420,00. É incrível que o material de toda a espécie, inclusive gêneros, fosse adquirido e importado e fornecido aos comerciantes sem a prévia anuência e controle do Banco ou outra entidade qualquer e sem a interferência dos mesmos na distribuição pelos seringais.<sup>431</sup>

Apesar de todas essas ressalvas e muitas outras mais, que, certamente, Bouças tinha em estoque, a Diretoria da C.C.A.W., seguindo a tradicional política de acomodação de Vargas, resolveu acatar, ao menos aparentemente, as reivindicações apresentadas em plenário pelas Associações de classe da Amazônia, subordinando apenas a

430 BOUÇAS, F. Valentim. *Estudos econômicos e financeiros: meio século de trabalho*. Rio de Janeiro: Edit. Financeiras, 1953, v. II, p. 39.

431 PASSOS, Oscar. *A batalha da borracha e o futuro da Amazônia*. Rio de Janeiro: A Rodovia, dez. 1943, p.16.

questão do aumento dos preços da borracha às indispensáveis conversações prévias com o governo de Washington.

Para reforçar ainda mais as aparências, Vargas brindou toda a delegação com uma audiência de cortesia, no Catete, assegurando que todas ou quase todas as reivindicações feitas seriam atendidas, mercê de sua oportunidade e incontestável procedência<sup>432</sup>.

Festiva e calorosa foi a recepção dos membros da delegação, nas capitais amazonenses, pelas corporações que representavam e pelas classes conservadoras em geral, unânimes todos em reconhecer a dedicação, o esforço e a competência com que se haviam desempenhado na histórica missão.

Passado, no entanto, a primeira euforia, quando se cogitou seriamente de pôr em prática as medidas discutidas, notou-se que subsistiam sérios entraves para sua concretização.

Analisando-se os objetivos capitais do movimento reivindicatório, podemos constatar que os mesmos se resumiam a três itens principais:

a) Aumento do preço da borracha.

No tocante a este pleito, embora houvesse a delegação amazonense reivindicado à C.C.A.W. e ao governo americano a elevação de mais Cr\$ 6,30 ao preço anteriormente estipulado, baseada na elevação do custo de vida e no fato de a borracha estar sendo paga em outros países em bases superiores ao produto brasileiro, o aumento de fato concedido foi de apenas Cr\$ 4,50 por quilograma<sup>433</sup>.

Não obstante, as condições oferecidas aos produtores se apresentavam consideravelmente mais vantajosas, justificando até um certo entusiasmo destes no reaparelhamento dos seringais e a perspectiva de uma safra de 30.000t.

b) Recuperação das liberdades do comércio.

Nesse item subsistiam sérias indefinições quanto aos novos limites traçados à participação do comércio no programa da borracha. Por isso, novas *démarches* foram necessárias junto ao Banco da Borracha e junto ao Dr. Bouças, a fim de que as promessas da C.C.A.W. fossem observadas.

432 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS (ACA). *Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas - Exercício 1943-1944*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1944, p. 81-82.

433 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS (ACA). *Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas - Exercício 1943-1944*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1944, p.81-82



Pela visita de dois diretores do Banco de Crédito a Manaus foi, de fato, anunciado que persistiam severas limitações à ação do comércio no seu mister de receber e financiar a produção da borracha não negociada pelo Banco. Na verdade, este estabelecimento de crédito insistia no propósito de receber, através de consignação direta à sua matriz e agências espalhadas pelo interior, toda a borracha produzida na Amazônia, o que equivalia a manter o comércio amazonense afastado das possibilidades de reencetar o seu trabalho de financiamento, retirando dos seringalistas as conhecidas facilidades que lhes adviriam da faculdade de consignar sua produção às firmas aviadoras de Belém e Manaus.

c) Afastamento da Rubber Development Corporation da importação e distribuição de mercadorias.

A progressiva intervenção desta corporação americana no suprimento das mercadorias destinadas ao consumo dos seringais foi vista, desde o início, como objeto de sérias apreensões e descontentamento por parte das firmas importadoras e aviadoras, que tinham precisamente nas atividades da importação e aviamento a sua razão de ser.

Em tais circunstâncias, via-se o comércio impossibilitado de prosseguir nas suas atividades habituais, sobretudo com receio de que seus pedidos de mercadorias coincidissem com o recebimento de artigos idênticos por parte da RDC, o que lhe dificultaria a colocação e o escoamento de seus estoques.

Havia outras queixas mais contra a RDC, como a preferência da praça nos vapores do Lloyd brasileiro, em prejuízo das compras realizadas pelas firmas comerciais e a importação de artigos que não correspondiam às reais necessidades da Amazônia, quer quanto ao tipo, quer quanto à natureza de cada mercadoria<sup>434</sup>.

Concordou-se, em vista disto, com a retirada da RDC desse campo de atividades, mas sem o caráter de urgência, para não prejudicar mais uma vez os suprimentos dos seringais.

Aliás, a partir de 1944, nota-se um movimento de acomodação tendente a aplacar os ânimos da combativa classe produtora amazônica. Seja, talvez, pelo desafio ocasionado pelo sucesso da borracha sintética nos EUA, ou ainda porque os ianques já planejavam se de-

<sup>434</sup> *Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas – Exercício 1947-1948*. Rio de Janeiro: Livrara Agir, 1947, p. 187.

sengajar dos mais dispendiosos projetos do programa da borracha, o fato é que, aos poucos, tal tendência de compatibilização e absorção do comércio local vai ganhando adeptos, não apenas entre as autoridades brasileiras, mas, ainda mais, entre o pessoal americano. Compulsando a documentação da RDC, verifica-se, cada vez mais, no seio das autoridades americanas, a convicção de que não foi uma boa política e nem a medida mais prática e sensata a substituição pura e simples do secular sistema de crédito local e da tradicional maneira do aviamento, pelo financiamento direto do BCB e também pelo plano de abastecimento direto efetuado pela RDC e SAVA<sup>435</sup>.

Mc. Cann, em sua obra *The Brazilian – American Alliance*, de fato afirma que

as tentativas faliram durante a guerra para acabar com o tradicional sistema comercial de relações que vigiam na Amazônia, optando pela venda de suprimentos diretamente aos seringalistas ou pelo financiamento diretamente ao próprio extrator.

O tradicional sistema de crédito e as relações sociais entre o seringalista e as casas aviadoras: e entre o seringalista e o extrator-seringueiro, eram por demais sólidas e arraigadas para que pudessem ser substituídas num passe de mágica.

A formação de cooperativas e a extensão do crédito diretamente ao seringueiro viriam eliminar o seringalista-comerciante e a segurança que ele, de qualquer maneira, representava. Ademais, tanto o caboclo amazonense, bem como o sertanejo nordestino não se achavam preparados para substituir um patrão de carne e osso por uma impessoal agência governamental. Além do mais, tais agências não possuíam dias santos, nem promoviam as festas e bailes domingueiros nos quais os seringueiros davam vasão a alguma vida social.<sup>436</sup>

O professor e antropólogo Charles Wagley, que passou o período da guerra trabalhando no Nordeste e Norte do país como um dos encarregados do programa de saúde e saneamento, após detalhado estudo deste sistema de aviamento e crédito que vigorava na

435 RFC (RG. 234) RDC. Entry 270, *General Records* – Autoridades como Francis Truslow, diretor da RDC, recomenda que não se hostilize o comércio amazonense e as autoridades locais.

436 McCANN JR, F. D. *The brazilian-american alliance, 1937-1945*. New Jersey: Princeton University Press, 1973, p. 391.

Amazônia, concluía que o mesmo poderia ter servido muito bem para introduzir inovações na vida amazônica: *Novas ideias, novas formas de tecnologia e novos instrumentos poderiam ser introduzidos*. E sugere que tais inovações se dessem

através das casas aviadoras: para os seus aviados (os seringalistas) e, finalmente, através destes para os extratores e caboclos das mais distantes áreas do Vale. Durante a guerra, porém, as tentativas governamentais para uma mudança básica no sistema foram mal concebidas e de efeitos nulos.<sup>437</sup>

No entanto, o mais contundente crítico do programa da Borracha para a Amazônia foi o segundo secretário da própria Embaixada dos EUA no Brasil, o diplomata Walter Walmsley.

Depois de percorrer toda a região amazônica e verificar *in loco* o andamento da *batalha da borracha*, ele se declarava profundamente impressionado com a futilidade das reformas empreendidas pelos forasteiros. Com este termo compreendia também os brasileiros não amazônidas, que, na verdade, eram de pouca ou nenhuma valia, em face dos problemas das distâncias, da fome, das doenças etc. Ele sabiamente observava que Belém, Manaus e até Porto Velho e Santarém eram, não a Amazônia real, mas *respectivamente luxuosas ilhas em meio a um marasmo sem fim*<sup>438</sup>.

Analisa, em seguida, os erros crassos e os mal-entendidos sem conta que os bem-intencionados, mas ignorantes forasteiros cometeram ao tentar o fomento da produção da borracha na Amazônia.

Uma das críticas mais severas e realistas é dirigida precisamente ao programa do abastecimento e aviamento que a RDC e a SAVA tentaram implantar no lugar do secular sistema de aviamento, que, desde o início da extração da goma elástica, vigorou na Amazônia.

Escrevia, então, Walmsley:

Não existe em lugar algum civilizado um quadro mais negro que se possa escolher para descrever aquilo que se costumou chamar de corrupções e exploração. Apesar disso, a sociedade, estabelecida com seus tentáculos centenares abrangendo todos os tributários, foi totalmente ignorada pelo nosso primitivo plano da

437 WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudos do homem nos trópicos*. 2 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977, p. 99.

438 DEPARTMENT OF STATE. *Foreign relations of the United States*. V. 5. Diplomatic Papers, 1944, p. 660.

borracha. O comércio fluvial é o sistema arterial desta feudal organização social. Nós tentamos cortar estas artérias na esperança de que o corpo sobrevivesse e que também fosse útil para nós.

Nós falhamos em não consultar aqueles que, através de secular experiência acumularam um singular e profundo conhecimento da região. Entramos na propriedade alheia e ignoramos o dono. Tomamos decisões não somente em Belém e Manaus, o que já era um grande mal, mas também no Rio de Janeiro e Washington o que era pior, sobre problemas acerca dos quais não tínhamos a mais leve ideia e a mínima familiaridade. Apesar das nossas recentes concessões a eles (os comerciantes etc.), seja os homens de negócios como os oficiais locais, continuam desconfiados e de sobreaviso...

A Amazônia é uma cadeia de intermediários, todos se saciando no sangue dos pobres extratores. Dinheiro nada significa para o seringueiro enterrado vivo no interior do seu esqualido barracão. O que ele necessita na verdade é de alimentos e remédios que o mantenham vivo e do álcool para livrá-lo do desespero. Que diferença faz para ele se o mesmo se levanta da rede e não pode saciar sua fome?

Se um seringueiro for creditado com um preço compensador pela sua borracha é debitado por um preço maior ainda pelos suprimentos que lhe são vendidos. Nem o Banco da Borracha, nem a RDC (Rubber Development Corporation) ou outra qualquer entidade, sem a organização dos rios das firmas comerciais aviadoras, têm alguma coisa a oferecer pelo aumento da sua borracha. O abastecimento tem que seguir a maneira tradicional através das firmas aviadoras. É inútil tentar chegar diretamente ao seringueiro como pretendíamos fazer. Assim nós planejamos no vácuo, em uma larga escala, sem sequer conhecer as condições locais e esperando que um homem, cuja mão direita foi cortada, nos ofereça a esquerda.<sup>439</sup>

Foi espelhando esta mentalidade que começava a campear entre as autoridades americanas sediadas no Brasil que, em 28 de janeiro de 1944, firmou-se um acordo em Washington, entre a RDC, pelos

<sup>439</sup> DEPARTMENT OF STATE. *Foreign relations of the United States*. V. 5. Diplomatic Papers, 1944, p. 681.

EUA, e a CCAW, pelo Brasil, no qual os americanos, em troca do pagamento de um prêmio de US\$ 0,33,1/3 (trinta e três cents e um terço), além do preço teto que já vinham pagando, exigiam a sua retirada total do financiamento de qualquer projeto que porventura estivessem desenvolvendo na Amazônia, transferindo todos os encargos e ônus ao governo brasileiro. Em especial fizeram questão de frisar que se eximiam da obrigação de abastecer a Amazônia de gêneros, como vinham fazendo, bem como de encontrar e colocar nas zonas de produção equipamentos mais baratos para os seringueiros. Outrossim, eximiam-se de fornecer carvão ao SNAPP, e se retiravam dos projetos de construção de estradas e assentamento de seringueiros em Mato Grosso<sup>440</sup>.

Como se pode notar pelo citado acordo, já no início de 1944, os EUA começam a se eximir de todos os principais encargos que haviam assumido para o abastecimento do programa da borracha na Amazônia, paulatinamente transferindo estas obrigações, que por sinal eram bem-vindas, às firmas importadoras e aviadoras, que iam recuperando, assim, suas primitivas funções.

Como a fazer eco a esta retirada da RDC dos encargos de abastecer o Vale Amazônico, também o BCB iniciava por esta época a implementação de uma política de acomodação relativamente aos pleitos do comércio amazônico, no tocante à liberdade de ação nos feitos comerciais da borracha.

Assim, em data de 17 de maio de 1944, a ACA recebia da presidência do Banco da Borracha um convite para uma reunião, em Belém, da qual participaria, além da Diretoria do Banco, a Associação Comercial do Pará.

Essa reunião foi histórica para as associações de classe da Amazônia, pois representou praticamente a capitulação do Banco de Crédito da Borracha diante das exigências das entidades que, antes da intervenção estatal, atuavam nas transações da borracha.

Por meio destas resoluções, o Banco concordava em:

- a) Conceder aos aviadores certas modalidades de financiamento dos seringalistas, embora se negasse a avalizar tais contratos;
- b) O Banco aceitava a sugestão de não permitir, dentro de cada safra, a diminuição nos preços tabelados para a borracha;

---

440 DEPARTMENT OF STATE. *Foreign relations of the United States*. V. 5. Diplomatic Papers, 1944, p. 603-65.

c) O exportador era readmitido a participar do financiamento da produção, fazendo ainda jus ao prêmio de Cr\$ 0,30 por quilograma financiado;

d) Era devolvida ao exportador a sua função anterior de embarcador do Banco, sendo-lhe ainda atribuída a remuneração de Cr\$ 0,15 por quilograma da borracha exportada.

Quanto à questão das quotas, o Banco entregaria às firmas exportadoras, para efeito de despacho, um volume de borracha, correspondente à quantidade dessa matéria-prima exportada por estas, no ano de 1942 (cf. Quadro 26, sobre as quotas que tocavam a cada firma exportadora em Manaus).

Foi atendida a solicitação dos exportadores no sentido de lhes conceder a faculdade de realizarem vendas de borracha aos consumidores nacionais que se abasteciam nos depósitos do Rio e São Paulo, sendo-lhes permitido ainda utilizar seus primitivos agentes para a efetuação das referidas vendas.

Em troca destes serviços o Banco pagaria Cr\$ 0,10 às firmas exportadoras e Cr\$ 0,05 aos agentes revendedores<sup>441</sup>.

Como podemos constatar, estes dois últimos documentos e acordos de 28 de janeiro de 1944, em que os americanos, em troca de um abono de US\$ 0.33,1/3 no preço da borracha, eximem-se praticamente de todas as obrigações anteriormente assumidas com financiamento de projetos e no abastecimento direto dos seringais e as supracitadas resoluções do BCB, devolvendo ao comércio exportador e importador parte de suas anteriores prerrogativas, são provas mais que eloquentes de que falira por completo a mais séria tentativa de desestabilizar o sistema creditício e o comércio aviador, que secularmente operavam na Amazônia.

No final deste penoso *affaire*, quem ganhou e quem perdeu com tudo isso?

— Ganhou, certamente, o comércio importador e aviador que não se arriscaria, patrioticamente, a continuar bancando os prejuízos das importações do Sul do país, como fizeram os americanos durante os anos de sua malograda tentativa de abastecer diretamente os seringais e as zonas produtivas.

<sup>441</sup> *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano III, nº 36, junho de 1944, p. 8-9.

— Saía ileso o seringalista-produtor, que, com sua experiência do comércio do barracão, sabia muito bem como se ressarcir do aumento do custo das mercadorias que lhe eram enviadas pelo comerciante-aviador.

— Como o grande perdedor de sempre, sobrava a figura patética do pobre seringueiro-extrator, que, em pouco tempo, viu triplicarem de preço os gêneros que lhe eram fornecidos, fazendo com que a exploração nos seringais fosse maior e mais brutal do que antes dos acordos.

Inúteis foram os apelos da CCAW e dos próprios americanos para que o comércio — a quem era devolvida a liberdade de atuação, em benefício da produção — operasse dentro de uma margem de lucro razoável, sem exageros de épocas passadas.

**QUADRO 26. PORCENTAGEM DAS COTAS DE EXPORTAÇÃO DAS FIRMAS DE MANAUS EM 1942**

BASE DE CÁLCULO 9000: EXPORTAÇÃO POR MANAUS - 1942						
	Procentagens Vigentes	Quota-parte Igual s/2.250t represent. 1/4 da exp. 1942 estimada em 9000	Distribuição da restante baseada nas percentagens a cada firma	Quantidade peso atribuída a cada firma	Procentagem a vigorar para cada firma	
Jacob & Cia	33%	281,25	2.227,50	2.508,750	27,875	28%
I.B. SABRA	28%	281,25	1.890	2.171,250	24,347	24%
J.C. Araújo & Cia	14%	281,25	845	1.226,250	13,402	13%
T. J. Dunn & Cia	9%	281,25	607,5	888,750	9,875	10%
Ezaqui, Irmão & Cia	6%	281,25	405	686,250	7,624	8%
Cia. Nasc. De borrachas	5%	281,25	337,5	618,750	6,875	7%
Cia. Braz. de Art. de borracha	3%	281,25	202,5	483,750	5,341	5%
Octávio Reis & Cia	2%	281,25	135	419,250	4,625	5%
	100%	2.250t	6.750	9.000,000	-	100%

**Fonte:** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA DO AMAZONAS. Condições e necessidades dos seringais da Amazônia. Manaus, 1942, p.19.





## CAPÍTULO V

# DESTINO DA INDÚSTRIA GUMÍFERA E DO SOLDADO DA BORRACHA, EM VISTA DA CARÊNCIA DOS ACORDOS DE WASHINGTON

### 1. A SITUAÇÃO DOS ESTOQUES DE BORRACHA NOS EUA E O REFLUXO DOS AMERICANOS DA AMAZÔNIA, EM VISTA DA RETOMADA DA PRODUÇÃO ORIENTAL



o início de 1945, todos os *fronts* da guerra encontravam-se ainda em intensa atividade. A demanda pelos produtos derivados de borracha, particularmente pneus para veículos pesados, era enorme. A construção de mais fábricas para manufatura de pneus foi acelerada e incentivada pelo governo dos EUA. O War Production Board forneceu à R.D.C. (Rubber Development Corporation) as estimativas das necessidades da borracha sintética para as fábricas do governo, que chegaram, em 1945, à produção de 985.000t, enquanto se previa, para 1946, um consumo de 1.178.000 toneladas<sup>442</sup>.

Com o fito ainda de acelerar a capacidade de produção da borracha sintética, um vasto programa de modificações e ampliações foi desenvolvido, nas indústrias deste produto, pela R.D.C. Além disso, este ramo da indústria estava operando em um grau altíssimo de produção, com a finalidade de acumular reservas consideráveis para antecipar a expansão do consumo, que se estimava fosse bem mais elevado nos dois próximos anos.

O consumo da borracha natural foi de 105.429 toneladas, comparado com as 144.113t, em 1944. Quanto aos estoques da borracha natural, cresceram durante o ano de 1945 de 93.650 para 118.715 toneladas. É extremamente difícil fazer estimativas seguras da disponibilidade de borracha natural para o ano de 1946. Até agora, pelo

<sup>442</sup> RECONSTRUCTION FINANCE CORPORATION (RG. 234). Rubber Development Corporation Entry 271. *Report on the Brazilian Rubber Program*. Part I, jan. 1941 to april 1942, p. 4.

que se pode estimar das estatísticas encontradas na seção de busca da Rubber Development Corporation, a situação da borracha natural, para o ano de 1946, aproximava-se do seguinte:

1) Estimativas das reservas estocadas em janeiro de 1946	61.000t
2) Estimativas de importação durante o ano de 1946	102.000t
3) Total disponível	163.000t
4) Estimativas das necessidades para 1946	175.000t
Balanço	12.000 (déficit)

As estimativas do item 2 não contam com nenhuma importação das áreas sob controle dos japoneses ou dos filipinos, agora em processo de recuperação.

Seguindo-se à capitulação japonesa, em agosto de 1945, esperava-se que uma retomada nas importações fosse de imediato implementada, principalmente depois da constatação de que existiam aproximadamente 250.000 toneladas de borracha estocada nas áreas liberadas.

A situação política no Extremo Oriente, no início de 1946, apresentava-se, porém, extremamente confusa. Problemas pertinentes ao suprimento de mão de obra e de gêneros alimentícios permaneciam insolúveis. Além disso, apesar das medidas tomadas pelos governos da Inglaterra, Holanda e França, no sentido de reabilitar suas áreas produtoras, persistiam incertezas quanto à forma de transporte da borracha para os países consumidores e em relação à quantidade que podia estar disponível. Como consequência de tudo isso, tinha-se como certo que nenhuma borracha nova seria produzida nestas áreas até o final do ano (1946), com exceção da borracha produzida no Ceilão e Índia, onde a produção não sofreu qualquer solução de continuidade durante todo o período da guerra.

Após a recuperação de 1946, esperava-se que esta situação se normalizasse, mas não havia qualquer garantia pela qual se inferisse que uma produção em larga escala pudesse ser reencetada<sup>443</sup>.

O primeiro carregamento de borracha natural das áreas liberadas do Extremo Oriente efetuou-se em 2 de dezembro de 1945, quando um montante de aproximadamente 8.000 toneladas aportou

<sup>443</sup> RECONSTRUCTION FINANCE CORPORATION (RG. 234). Rubber Development Corporation Entry 271. *Report on the Brazilian Rubber Program*. Part I, jan. 1941 to april 1942, p.11.

em New York, sendo, porém, que tal borracha provinha dos estoques já existentes.

Quanto à borracha natural produzida no Hemisfério Ocidental e principalmente na América Latina, como já foi visto, foi dado um ativo apoio para a produção e busca da borracha durante a guerra, pelo governo dos EUA. Este incentivo foi dado não apenas em forma de ajuda financeira, mas também em forma de assistência técnica.

Em seguida ao dia V-J. (Victory upon Japan), todas as agências envolvidas com o abastecimento da borracha nos EUA estavam de acordo ao considerar que uma quantidade substancial desse produto seria encontrada nestas regiões liberadas, produtoras da goma elástica no Extremo Oriente e, conseqüentemente, uma retração no programa de urgência para a obtenção da borracha no Hemisfério Ocidental devia ser, desde logo, iniciada. Levando-se em conta tal programa de desmobilização, as despesas do governo dos EUA para o fomento da produção da borracha na América Latina foram prontamente reduzidas, e medidas foram tomadas para dispor do equipamento restante.

Tinha-se como certo que as despesas do governo dos EUA poderiam ser reduzidas em 50% no final de 1945 e que o programa de retração estivesse completado, no mais tardar, em junho de 1946<sup>444</sup>.

Permaneciam de pé certos acordos para a compra de toda a borracha excedente em vários países da América do Sul e Central. A aquisição da borracha, que fazia parte destes acordos, continuaria, até que expirassem os seus prazos. Os contratos com a Bolívia e Equador expiravam em dezembro de 1946 e alguns outros programas com outros países, como o Brasil, em julho e agosto de 1947.

Durante o período da guerra foi promovido e incentivado, também pelo governo dos EUA, um programa para restringir o consumo da borracha natural nos países da América Latina. Este programa teve razoável sucesso em prover as Nações Unidas de uma quantidade adicional de borracha natural para o seu comum esforço de guerra.

Depois do dia V-J., tais restrições foram removidas e o programa para a obtenção de borracha natural, envolvendo a importação de artigos manufaturados desses países, foi igualmente abandonado.

<sup>444</sup> RECONSTRUCTION FINANCE CORPORATION (RG. 234). Rubber Development Corporation Entry 271. *Report on the Brazilian Rubber Program*. Part I, jan. 1941 to april 1942, p. 10.

Compulsando-se a correspondência da Rubber Development Corporation, podemos, praticamente, reconstruir todo o processo que levou as autoridades americanas envolvidas com a borracha à implementação de tais medidas<sup>445</sup>.

Em 31 de março de 1945, Francis Truslow, presidente da RDC, consultava o War Production Board, de quem dependia, em última instância, sobre a viabilidade e oportunidade de continuar implementando as medidas para o suprimento de gêneros e para a costureira ajuda financeira aos países da América do Sul e Central, com vistas à produção da borracha para o biênio 1946-47. Tal consulta era totalmente pertinente. Devido às características dos regimes d'água dos rios destas zonas produtoras, estas providências deviam ser aviaadas com certa antecedência<sup>446</sup>.

Em data de 3 de abril, Mr. Collier, Diretor Especial do Programa para a borracha do BEW, em resposta à consulta de Mr. Truslow, não só incentivava a concretização de tais medidas, mas louvava, inclusive, a vasta gama de conhecimentos que o Presidente da RDC demonstrava sobre as peculiaridades das zonas produtoras de borracha do Hemisfério Ocidental<sup>447</sup>.

Já em data de 13 de agosto de 1945, após a capitulação japonesa, as instruções do BEW manifestavam posição totalmente diversa. Mr. Truslow, da RDC, em carta a R. S. Wilson, Diretor para o Programa da Borracha do BEW, aconselhava que, diante da situação instável no Extremo Oriente, devia-se cancelar toda a oferta para a extensão dos contratos com os países produtores de borracha no Hemisfério Ocidental e não prorrogar tais acordos além dos prazos já anteriormente estabelecidos<sup>448</sup>.

Diante disso, o Vice-Presidente Executivo da RDC, I. W. Utz, em data de 21 de agosto de 1945, respondia a Wilson, propondo uma política de pronta e ordeira liquidação do programa de urgência da borracha para a América Latina.

Para operacionalizar tal política, Mr. Utz propunha:

---

445 RECONSTRUCTION FINANCE CORPORATION (RG. 234). Rubber Development Corporation Entry 271. *Report on the Brazilian Rubber Program*. Part I, jan. 1941 to april 1942, p. 7.

446 RFC (RG. 234) - RDC, Entry 281. *Secret Urgency of Rubber*, p. 14.

447 Idem, p. 4.

448 Ibidem, p. 5.

A) As operações da RDC, quer as conduzidas diretamente pela corporação, quer as efetuadas por intermédio dos contratadores, deviam ser reduzidas o mais rapidamente possível a uma simples operação de compra de borracha natural, que seria operacionalizada da seguinte maneira:

1 - Através dos acordos internacionais ou por contratos privados até o termo final de tais contratos.

2 - Mediante a alocação da borracha efetuada para os EUA através do Combined Raw Materials Board ou por qualquer outro departamento similar do governo do EUA.

Para que tal política atingisse os objetivos acima detalhados, as medidas seguintes deveriam ser implementadas prontamente:

a) Planos detalhados deveriam ser preparados e reapresentados aos diretores da RDC para a aprovação do Vice-Presidente a cargo dos escritórios para os assuntos da América Latina e dos Assuntos Ultra-Marinhos;

b) Um trabalho especial deveria ser conduzido pela corporação para que o plano de urgência para a borracha na América Latina fosse extinto e que fossem emanadas recomendações para o cancelamento do acordo de pneus e tubos com o Brasil, e o acordo para os produtos de borracha com a Argentina, Brasil e EUA;

c) A Rubber Development Corporation deveria recomendar a remoção das restrições impostas pelos EUA aos produtos competitivos com a borracha nos países produtores;

d) Estritos laços deveriam ser mantidos com outros departamentos do governo dos EUA e, particularmente, com o Departamento de Estado, a respeito das obrigações assumidas na cidade do México, quanto ao fornecimento do *guayule*, com o fim de extinguir tal acordo;

e) Todas as obrigações que agora recaem sobre a RDC, em virtude dos acordos e entendimentos existentes, deveriam ser implementadas, ou, então, canceladas por entendimentos bilaterais;

B) Para restabelecer os canais normais do comércio no mais breve tempo possível e para não envolver ulteriores despesas do governo dos EUA, a compra da borracha pela RDC, nos países estrangeiros, deveria ser efetuada através de companhias privadas americanas, se houvesse. Do contrário, através das companhias privadas locais, que agiriam como agentes e contratantes da RDC.

C) A fim de executar o mais rapidamente possível tal política de liquidação das agências de emergência, criadas pelo governo americano, em função da guerra, sugeria-se que a RDC fosse incorporada em outro Departamento apropriado do governo dos EUA, o quanto antes possível.

Tais medidas elencadas nos itens *A* e *B*, deveriam ser executadas o mais rapidamente possível, dentro de um prazo máximo de seis meses.

A mais séria consequência decorrente da aplicação da política do item *A* seria, provavelmente, a diminuição de aproximadamente 12 mil toneladas de borracha natural, que deveriam ser carregadas para os EUA, se tais medidas restritivas fossem mantidas e aplicadas durante todo o ano de 1946.

Mr. Utz terminava sua exposição fornecendo, a título de informação, uma estimativa das importações de borracha natural para os EUA, da América do Sul e Central, levando-se em conta as aquisições efetuadas em 1946, prescindindo-se já do programa de procura e conservação da borracha natural e da poupança pelo uso da sintética, a partir de novembro de 1945.

Fontes	Ano 1944	Ano 1945	Ano 1946
Países amazônicos	20.399	22.500	16.000
México (guayule)	6.701	10.400	7.000
Demais países da América	6.006	5.100	3.000
	33.106	38.000	26.000 <sup>449</sup>

A resposta da WPB a esta manifestação da RDC não se fez esperar. Em data de 23 de agosto de 1945, Mr. Wilson, Diretor do Programa para a Borracha, do WPB, responde às sugestões de Mr. Utz, enfatizando os pontos em relação aos quais tal departamento estava de acordo:

1) Remoção das restrições impostas pelos EUA, aos produtos competitivos com a borracha, nos países da América Latina;

2) Fim dos esforços especiais conduzidos pela RDC na América Latina, direcionados para a busca e conservação da borracha neste continente;

<sup>449</sup> RFC (RG. 234) - RDC, Entry 281. *Secret Urgency of Rubber*, p. 6-9.

3) Recomendações visando o cancelamento do acordo de pneus e tubos, com o Brasil.

Reconhecia, ainda, que tais restrições poderiam redundar numa diminuição de aproximadamente 12.000 toneladas de borracha natural que, de outra forma, proviriam da América Latina. Outrossim, o W.P.B. estava de acordo com a recomendação para que as funções da RDC fossem reduzidas o mais prontamente possível para o único mister de comprar borracha de acordo com os contratos existentes, e incentivava, também, a incorporação da RDC num departamento apropriado do governo dos EUA<sup>450</sup>.

Ainda em data de 25 de agosto de 1945, Mr. Edward Browning Jr., vice-chefe interino para Suprimentos Internacionais do BEW, oficiava a Mr. F. Truslow, Presidente da RDC, enfatizando que, à luz da situação mutável que se havia criado no cenário da guerra, tal Departamento estava revendo todos os pedidos para a compra, em regime especial, de todos os materiais provenientes do exterior.

Em relação à borracha, o pensamento do BEW era o de que a RDC continuasse a adquirir somente aquela borracha da América Latina que estivesse disponível por força dos acordos ainda em vigor. Em função disso, o BEW aconselhava que, se algum país manifestasse a intenção de cancelar tais acordos, tais solicitações deveriam ser consideradas favoravelmente.

Também se recomendava que fosse adquirida, de preferência, aquela borracha proveniente da Libéria, Ceilão e África e de outras fontes que não fossem da América Latina e que era alocada à RDC pela Combined Raw Materials Board<sup>451</sup>.

Diante de instruções tão precisas, não restou ao Presidente da RDC senão a adoção de uma política de cancelamento dos Acordos e da liquidação de todo o programa de urgência para a procura e conservação da borracha na América Latina.

Assim, em circular dirigida aos Diretores da RDC, Mr. Truslow adotava, praticamente, todas as recomendações sugeridas ao BEW por Mr. Utz, seu Vice-Diretor Executivo, a respeito da política de liquidação das atividades dos EUA em relação ao programa da borracha na América Latina, acrescentando, ainda, outras disposições

450 RFC (RG. 234) - RDC, Entry 281. *Secret Urgency of Rubber*, p. 10.

451 Idem, p. 10-11.

para a incorporação da RDC em outras agências apropriadas do governo americano.

Neste particular, as recomendações do Presidente da RDC era que a RDC deveria ser incorporada à Reconstruction Finance Corporation, pois tal incorporação apresentava como vantagens:

a) Os funcionários pessoais da RDC eram oficialmente empregados da RFC. Assim, os problemas de emprego seriam facilmente contornados;

b) Todas as minutas de secretariado, documentos legais, balanços financeiros e as contas da RDC, que eram manejados por esta corporação através da RFC, sob contrato, seriam naturalmente repassados para a RFC, eliminando-se, assim, o fechamento das contas, guarda de registros etc;

c) A RFC mantinha e operava as fábricas de borracha sintética e era a encarregada da distribuição interna da borracha comprada pela RDC. Assim, uma maior vantagem de barganha em relação à compra coletiva de borracha no Extremo Oriente e mais uma estreita coordenação de todos os interesses relativos a este produto poderia advir dessa transação<sup>452</sup>.

De toda essa reconstituição, ficava patente que, para os americanos, embora a capitulação da Alemanha e do Japão não tivesse feito aparecer imediatamente a borracha natural, tal circunstância possibilitava a exploração das vastas fontes da borracha natural no Sudeste do Pacífico, acarretando:

a) A redução ou mesmo a eliminação do estado de emergência para o programa de busca e conservação da borracha natural para fins militares;

b) Não obstante isso, a limitação e a poupança de borracha natural, para fins civis, deveriam continuar ainda por algum tempo;

c) Em vista de uma antecipada possibilidade de encontrar vastos suprimentos de borracha nas zonas recém-liberadas do Extremo Oriente, a RDC esperava não se engajar em nenhum outro programa de incremento e conservação de borracha, em qualquer área onde até então operava, reduzindo suas atividades às funções de compra deste produto;

d) A fim de implementar tal política, planos deveriam imediatamente ser postos em prática no sentido de ir se desengajando

<sup>452</sup> RFC (RG. 234) - RDC, Entry 281. *Secret Urgency of Rubber*, p. 16-18.



dos contratos e acordos sobre a borracha com os países da América Latina e desmobilizando todo o aparato financeiro-logístico e assistencial que fora montado para a efetivação do programa de busca e conservação da borracha, mormente com o Brasil e o México, além dos outros doze países da América Latina.

Os efeitos depressivos desta anunciada política de desmobilização não se fizeram esperar, principalmente nos países mais envolvidos no programa para a produção e conservação da borracha, como o Brasil, Peru e Bolívia.

As instituições de crédito, como o Banco da Borracha, passaram a relutar em fazer novos empréstimos e encorajar a produção, já que o retorno dessas inversões poderia se tornar problemático. Os produtores, por seu lado, diante da nova situação de incerteza, passaram a planejar e a desviar suas atividades para outros produtos da floresta, relutantes que estavam em continuar com a produção da borracha ou em empenhar mais capital em novas áreas produtoras da goma elástica<sup>453</sup>.

De fato, as repercussões sobre a produção, e mais ainda sobre as exportações, se fizeram sentir de imediato, principalmente no Brasil. De 30.597 toneladas, que havia atingido em 1945, a produção estacionou e até ressentiu-se de uma queda de 500 toneladas, baixando para 30.072t, em 1946. E as exportações, que em 1945 foram de 16.692 toneladas, somente para os EUA, caíram para pouco mais da metade desse montante, perfazendo 9.822 toneladas em 1946<sup>454</sup>.

O primeiro passo para o desengajamento e retirada dos americanos da Amazônia já se vislumbrou, como já frisamos, em 1944, quando, em troca de um abono de US\$ 0.33,3 no preço de compra, o governo americano se negava a prestar qualquer ulterior assistência financeira aos diversos projetos do programa da borracha na Amazônia e Mato Grosso, transferindo esse encargo ao governo brasileiro.

O segundo passo aconteceu em 29 de outubro de 1945, quando a RDC, ansiosa por aplicar a política de desmobilização, acima delineada por seus diretores, cedia ao governo brasileiro, através do

453 RFC (RG. 234) - RDC, Entry 281. *Secret Urgency of Rubber*, p. 2.

454 FERREIRA FILHO, Cosme. Porque perdemos a batalha da borracha. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965, p. 174. Cf. também *Boletim da Associação Comercial do Amazonas* Manaus: Tipografia Phaenix, Ano VI, dezembro de 1947, p. 11.

Banco de Crédito da Borracha, todo o seu acervo de bens, instrumental e maquinaria trazidos para a Amazônia.

Tal transação, que se deu mediante o Decreto-Lei nº 8.148, de 29 de outubro de 1945, demonstrava claramente as intenções dos americanos de liquidar com todas as suas atividades relativas à borracha no Brasil, como indicava, também, o início, do processo de reconversão da economia de guerra<sup>455</sup>.

Em entrevista à *Folha da Noite*, de São Paulo, funcionários da RDC justificavam tal atitude, afirmando que uma libra de borracha amazônica colocada em Belém custava US\$ 0,35, enquanto que uma libra de borracha malaia era posta nas docas de New York por US\$ 0,20 apenas. Continuava o mesmo jornal, asseverando que a partida dos americanos implicava em benefício para o Brasil, pois a RDC trouxe milhares de utensílios, máquinas e equipamentos, entre eles: motores a diesel, caminhões, tratores, barcos e ferramentas. A RDC vendeu tudo o que lhe pertencia – exclusive os seis navios de maior calado e equipamentos de rádio – ao Banco de Crédito da Borracha.

Por sinal, os funcionários da RDC mostravam-se bastante aliviados, pois a venda destes equipamentos por parcelas em leilão, ou por outros meios, constituir-se-ia numa tarefa por demais exaustiva e até ingrata. Aliás, os funcionários americanos, sem citarem cifras, afirmavam ter obtido, na venda, justa recompensa pelas inversões feitas<sup>456</sup>.

Segundo uma testemunha da época, ex-funcionário da própria corporação americana, a retirada dos funcionários e técnicos da RDC de seus postos de trabalho da Amazônia, assemelhava-se mais a uma

(...) revoada de jacus, feita na maior pressa e desordem. Tratores foram abandonados em plena floresta, barcos foram deixados incompletos nos estaleiros, os aeroportos operados por pessoal americano ficaram, de um dia para o outro, à mercê de inexperientes e atônitos funcionários brasileiros, estruturas para construções se viram abandonadas nas barrancas dos rios etc.<sup>457</sup>

Para efeito de propaganda, às vezes eram programadas cerimônias oficiais, onde apressados funcionários do governo americano

455 PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da borracha no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1984, p. 103.

456 *Folha da Noite*. São Paulo, 22.05.1946, p. 6.

457 Entrevista concedida ao autor por Valter Aleixo. Manaus, 1982.

transmitiam às *reconhecidas* autoridades brasileiras parte do espólio da Corporação, como no caso do hospital americano construído pela RDC, em Manaus.

Assim registra o fato um cronista da época:

O governo norte americano, em reconhecimento ao papel vital desempenhado pelos seringueiros brasileiros, no esforço da guerra, fez entrega ao governo do Estado do Amazonas de um moderno hospital, dotado de todos os requisitos essenciais para o seu funcionamento. Em simples mas tocante cerimônia realizada ontem, o hospital, que foi construído e dirigido durante a guerra pela United States Rubber Development Corporation, foi transferido de maneira formal ao governo brasileiro. A entrega foi feita ao Interventor do Amazonas, Dr. Julio Neri, pelo cônsul americano em Manaus, Sr. George Seaman.

Compreende-se que o Estado do Amazonas continue a dirigir o hospital em benefício dos trabalhadores brasileiros que estão presentemente – ou estiveram – associados à atividade da produção da borracha.

A Rubber Dev. Co. anunciou que o hospital foi entregue ao governo do Amazonas em cumprimento à obrigação assumida com os brasileiros, na região de Manaus, que ainda estão empenhados na produção da borracha.<sup>458</sup>

O fim da retirada dos americanos da Amazônia completar-se-ia oficialmente em junho de 1946, quando foram fechados os escritórios da RDC, em Manaus e no Rio de Janeiro, tendo como derradeiro ato o fechamento do principal escritório desta agência em Belém, em setembro deste mesmo ano, quando expiraram os Acordos de Washington<sup>459</sup>.

No entanto, o pior golpe que seria assestado contra os interesses da borracha e no ânimo de quem alimentava esperanças de melhores dias para a Amazônia, não foi a já esperada retirada dos americanos do *front* da batalha da borracha, e, sim, a decisão de Henry Ford fazendo cessão, por 5.000.000 de cruzeiros, das grandes concessões de Fordlândia e Belterra, onde, às margens do Tapajós, no Pará, plantara

458 *O Acre*. Rio Branco-Acre, Ano XIV, nº 775, 07.07.1946, p. 4.

459 *Folha da Noite*. São Paulo, 22.02.1946, p. 6.

vastos seringais, instalara modelar hospital, moderna serraria e dotara a propriedade de todos os requisitos de saneamento e habitação.

Essa transação, sancionada pelo Decreto-Lei 8.840, de 24 de dezembro de 1945, e que se consumou após longa e quase dramática negociação de Valentim Bouças com esta Companhia americana, foi financiada, por sugestão do próprio Bouças, pelo Banco de Crédito da Borracha. Este obrigava-se a transferir todo o acervo adquirido da Companhia Ford Industrial do Brasil para o patrimônio da União (art. 8º), passando a direção técnica e administrativa da concessão ao Instituto Agrônomo do Norte (IAN), pertencente ao Ministério da Agricultura (art. 9º)<sup>460</sup>.

Grande discussão e alvoroço se levantou à época sobre as razões que levaram o industrial ianque a abandonar a mais séria e dispendiosa tentativa de implantação da heveicultura na Amazônia.

Valentim Bouças, tentando justificar a decisão do magnata americano, asseverava que Henry Ford II, ao assumir a administração da Companhia Ford, em 1946, desejava concentrar todos os seus esforços na indústria de automóveis, não se preocupando mais com minas de carvão, das quais acabara de se desfazer nos EUA, e nem com a exploração da borracha<sup>461</sup>.

Outros mais realistas, como Hannibal Porto, atribuem o desânimo e a retirada de Ford da Amazônia à situação econômica insustentável da concessão e ao sucesso incontestável da borracha sintética, que acabava de mudar por completo o quadro do abastecimento da borracha no cenário mundial.

Diz-se com fundamento, que ali empregara Ford centenas de milhões de cruzeiros e, ultimamente, decorridos vários anos de exploração, enviava onze milhões de cruzeiros, anualmente, à cobertura do déficit orçamentário da propriedade. Argumentava-se ter sido a borracha sintética, cujos últimos aperfeiçoamentos determinaram melhores condições de elasticidade, preços mais acessíveis, o motivo principal da resolução de Ford.

Podendo, ele, adquirir agora, nos EUA, a matéria-prima indispensável ao fabrico de pneumáticos, sem o Inconveniente da distância a vencer para obtê-la, não lhe convinha conservar os

460 MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Superintendência da Borracha. Plano Nacional da Borracha, Anexo VI. *Legislação*. Brasília. 1971, p. 44-46.

461 BOUÇAS, 1953, v. II, p. 99.

serviços empregados para produzi-la em outras terras. Demais, há considerar a circunstância de o preço do produto artificial tender, segundo informações autorizadas, a se equiparar ao da borracha natural, senão mesmo em suplantá-lo em modicidade.<sup>462</sup>

A imprensa da época abriu largas manchetes para registrar a retirada do magnata americano de suas concessões modelares na Amazônia.

O *Jornal do Comércio*, de Recife, de 21 de agosto de 1946, reportava uma extensa matéria sobre o assunto, com o título sugestivo: *Fracassa nas selvas amazônicas o homem prático da América do Norte*. O artigo, com declarações do engenheiro agrônomo Dr. Eudes de Souza Leão Pinto, que voltava de um périplo pela Amazônia, onde visitara as concessões de Ford, começava por historiar as vicissitudes da implantação do ousado projeto em Fordlândia, o grande fracasso do empreendimento inicial (devido ao ataque da praga das folhas), a nova tentativa em Belterra, onde foi possível combater a doença das folhas com sucesso, graças ao terreno plano. Passa, em seguida, a descrever o elevado grau de assistência social dispensado aos operários a serviço da Ford, com hospitais e clínicas, assistência pré-natal e leitos para os acidentados, restaurantes, escolas em diversos núcleos, venda dos gêneros por preços abaixo do custo e – o que era mais importante – o saneamento completo da região.

Arremata o artigo enfatizando a amizade e o desprendimento (!) do industrial ianque, que devolvia agora ao governo brasileiro, por apenas Cr\$ 5.000.000, duas imensas propriedades, a de Fordlândia e a de Belterra, nas quais havia investido, seguramente, mais de Cr\$ 200.000.000 e que somente em material e maquinaria empregara mais de Cr\$ 6.000.000.<sup>463</sup>

Tanto a retirada da RDC, quanto a da Cia. Ford Industrial do Brasil da Amazônia provocou, como era natural se esperar, profundo impacto e apreensão entre os setores ligados à borracha amazônica.

<sup>462</sup> *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano VI, dezembro de 1947, p. 12.

<sup>463</sup> Cf. *Jornal do Comércio*. Recife, 21.08.1946. Sobre o destino de tal empreendimento, escreveu Lúcio Flávio Pinto: "Infelizmente, a aquisição da Cia. Ford Industrial do Brasil, que poderia ter dado um grande impulso à pesquisa heveícola, pois que dispunha de enorme variedade de clones de hévea, das mais diversas origens, de invejável infraestrutura material, ao se transformar sua direção numa entidade autárquica, o estabelecimento Rural do Tapajós constituiu-se num rosário de incompetência e desencontros administrativos. Hoje em dia, o ERT é mais um exemplo lamentável de abandono e desperdício de recursos públicos, funcionando, quase que exclusivamente, como um reservatório de sementes para empreendimentos heveícolas de outros locais". (PINTO, Lúcio F. *Ford - o império perdido no meio do vale*. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 26.03.1979, p. 38).

É que, embora a vigência do acordo suplementar sobre a borracha tenha sido estendido até julho de 1947, a perspectiva, após aquela data, era a de um mercado internacional fortemente concorrencial, que estimulado ainda pelo sucesso da indústria da borracha sintética, só poderia resultar em mais uma profunda crise para o setor gumífero amazônico.

## **2. A I CONFERÊNCIA NACIONAL DA BORRACHA NO RIO DE JANEIRO (AGOSTO DE 1946) E A LEI Nº 86, QUE ESTIPULAVA A NOVA POLÍTICA DE SUSTENTAÇÃO DOS PREÇOS DA BORRACHA**

A volta da matéria-prima oriental ao mercado mundial, em 1946, a preços bastante inferiores aos do similar nacional, circunstância esta agravada pela expansão da indústria da borracha artificial, que o governo dos EUA decidiu manter em funcionamento por motivos de segurança nacional, veio tornar completamente insignificante o montante de 30 mil toneladas de borracha brasileira em relação ao total do abastecimento mundial.

Diante, ainda, da impossibilidade de reduzir os preços da borracha ao nível em vigor nos mercados internacionais e, portanto, da impraticabilidade de acompanhar, na presente circunstância, a concorrência estrangeira, o caminho que restava ao Brasil era:

a) Alhear-se de uma concorrência impossível e praticamente suicida com os mercados internacionais;

b) Encarar a borracha como um problema estritamente nacional, já que a indústria manufatureira que se havia instalado na segunda metade da década de 30, no Brasil, havia crescido em ritmo tão acelerado que, já em 1946, absorvia cerca de 60% da produção gumífera nacional<sup>464</sup>.

Para viabilizar tais propostas seria necessário, entretanto, elaborar um novo e vasto plano que seguisse não apenas a consolidação dos resultados já obtidos, mas a abertura de novos horizontes, que resultassem em desenvolvimento maior da região amazônica em bases mais sólidas e que levasse em conta o amparo a todas as suas fontes de produção, bem como a assistência aos produtores e extratores.

<sup>464</sup> FONSECA, Cássio. *A economia da borracha: aspectos internacionais e defesa da produção brasileira*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva da Defesa da Borracha, 1950, p. 124.

Por coincidência, as transformações políticas e sociais que se operavam no país, no tempo em que se encerrava a Segunda Guerra Mundial, tinham dado novo impulso às reivindicações sociais e econômicas das regiões menos favorecidas pelo processo de industrialização do Centro-Sul, fazendo com que o regime democrático que sucedera à ditadura Vargas não tivesse como voltar as costas aos representantes do Norte e Nordeste do país.

Dessa forma, em relação ao problema da borracha vegetal e seguindo o espírito que permeava a política econômica da época, o governo da União resolveu acatar a sugestão do Sindicato da Indústria de Artefatos de Borracha do Estado de São Paulo, convocando uma Conferência Nacional da Borracha.

Esse conclave, que foi precedido por vasta consulta a todos os órgãos e associações ligadas diretamente à atividade gumífera (produção, financiamento, exportação, industrialização e comercialização), recebeu sugestões dos mais diversos órgãos do Conselho Federal do Comércio Exterior, Banco de Crédito da Borracha S/A, Comissão de Controle dos Acordos de Washington, Departamento Nacional da Indústria e Comércio, Interventoria Federal do Estado do Amazonas, Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil, Associação Comercial do Amazonas, Associação Comercial do Pará, Associação Comercial de São Paulo, Associação dos Empregados da indústria de Artefatos de Borracha do Rio de Janeiro, Sindicato da indústria de Artefatos de Borracha do Estado de São Paulo e Clube de Engenharia do Rio de Janeiro<sup>465</sup>.

A I Conferência Nacional da Borracha foi realizada no Rio de Janeiro, entre 22 de julho e 08 de agosto de 1946. Embora de caráter meramente consultivo, a importância das entidades ali representadas era de tal porte que as decisões a serem tomadas deveriam ter peso decisivo nos rumos que a política da borracha iria assumir para o futuro.

Além das representações acima mencionadas, também fazia parte da Conferência uma delegação de nove deputados e dois senadores da Assembleia Constituinte, fazendo com que os pontos de vista destas duas entidades (os da Conferência e os da Assembleia Constituinte) amiúde coincidissem ou mesmo se sobrepusessem.

<sup>465</sup> *Anais da I Conferência Nacional da Borracha - 1946*. V. II. Biblioteca Documental da Borracha. Rio de Janeiro. Ministério de Indústria e Comércio – Superintendência da Borracha, 1973, p. 20-93.

Assim, uma nova batalha – quanto à borracha e sobre a valorização da Amazônia – era travada, agora em dois *fronts*: na Assembleia e na Conferência.

Os Anais da Assembleia Constituinte, à sessão 112<sup>a</sup>, registram, por exemplo, toda uma discussão sobre a *indicação* do deputado amazonense Deodoro de Mendonça, que sugeria ao Poder Executivo a conservação e transformação do Banco de Crédito da Borracha em Banco de Crédito da Produção.

No texto completo da referida indicação, Deodoro de Mendonça sugere ao Poder Executivo a conservação e transformação do Banco de Crédito da Borracha S.A. em Banco de Crédito da Produção, visando, principalmente:

- a) a manutenção dos preços atuais da borracha, depois de findo o prazo do contrato de Washington, em 30 de julho de 1947;
- b) continuação do financiamento à borracha e aos transportes, pecuária, cereais, indústrias agrícolas, extrativas e pesca;
- c) manutenção e ampliação do Serviço Especial de Saúde Pública;
- d) ampliação dos lucros do Banco, além do dividendo de 8% no amparo à educação e assistência social ao trabalhador rural<sup>466</sup>.

Tal moção foi encaminhada ao Presidente da I Conferência da Borracha, o Ministro da Fazenda Gastão Vidigal, através da Secretaria da Assembleia Constituinte, e foi lida na 5<sup>a</sup> Sessão Plenária da Conferência, em 07 de agosto de 1946. Enquanto neste conclave se discutiam ideias idênticas às da indicação do deputado Mendonça, na Assembleia Constituinte recrudesciam os debates sobre a outra batalha, a do Plano de Valorização da Amazônia.

Intensas escaramuças parlamentares, de fato, eram travadas naquela casa, onde se distinguiram, de um lado, os representantes do Norte, como os deputados Leopoldo Peres e Cosme Ferreira Filho, e os senadores Álvaro Adolpho, pelo Pará, e Álvaro Maia, pelo Amazonas, e os opositores do projeto, principalmente os deputados do Partido Comunista Brasileiro, Carlos Marighela, Jorge Amado, Agostinho de Oliveira e o senador Carlos Prestes, que advogavam

---

466 *Anais da Assembleia Constituinte - 1946*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949, v. XXIX, sessão 112<sup>a</sup>, p. 202-205.



reformas mais profundas não só para a Amazônia, mas para todo o país<sup>467</sup>.

Após longos debates, a Assembleia Constituinte estabelecia, por proposta do deputado Leopoldo Peres (AM), que no mínimo 3% das rendas tributárias da União fossem destinadas à valorização econômica da região amazônica. Tal plano seria, em seguida, incorporado à Constituição de setembro de 1945, sob o artigo 199.

No tocante, porém, à borracha vegetal, a grande discussão que se travava, tanto na I Conferência quanto na própria Assembleia Constituinte, era sobre um preço de garantia que permitisse a sobrevivência da atividade extrativista na região<sup>468</sup>.

Era grande demais, entre os produtores da borracha e seus representantes na Assembleia Constituinte, o temor de que, após a carência dos Acordos de Washington, que estavam prestes a expirar, a economia amazônica sofresse nova *débâcle*, como a que aconteceu em 1912, quando a produção amazônica foi suplantada pela concorrência do produto asiático. Tal sobressalto, no entanto, era infundado, pois que as transformações econômicas ocorridas entre os anos de 1912 e 1946 recolocavam o problema em bases bastante diversas. Aliás, os próprios parlamentares e conferencistas reconheciam tais mudanças nas condições de comercialização do produto brasileiro, enfatizando que o Brasil era o único país que simultaneamente consumia e manufaturava grande parte de sua produção.

O Senador Álvaro Maia, num discurso de mais de trinta laudas, pronunciado no Senado da República, em 28 de agosto de 1947, em defesa de um preço fixo e estável para a borracha, após ressaltar que a borracha, por sua importância, devia ser considerada um problema de segurança nacional, citava uma constatação do então Presidente do Banco de Crédito da Borracha, Sr. Firmo Dutra:

O ano de 1946, foi muito expressivo para a história da borracha brasileira, porquanto, pela primeira vez, presenciamos o fato, altamente significativo, do consumo da indústria nacional ser superior ao da exportação para o estrangeiro. É motivo de júbilo, por apresentar não uma diminuição ou desinteresse por parte

467 *Anais da Assembleia Constituinte* - 1946. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1948, v. XXIX, sessão 161ª, p. 1832-185.

468 Cf. as sugestões das entidades nos *Anais da I Conferência Nacional da Borracha - 1946*. V. II. Biblioteca Documental da Borracha. Rio de Janeiro. Ministério de Indústria e Comércio - Superintendência da Borracha, 1973, p. 20-93.

dos mercados externos, mas uma conquista auspiciosa da indústria nacional de artefatos de borracha, cujas possibilidades vem crescendo num ritmo animador.<sup>469</sup>

Com efeito, são altamente expressivos os números relativos ao consumo da borracha pela indústria nacional, nos últimos doze anos (cf. Quadro 27).

**QUADRO 27. ÍNDICES DO CONSUMO DE BORRACHA PELA INDÚSTRIA BRASILEIRA – 1936-1947**

ANOS	QUANTIDADES EM TONELADAS (PESO SECO)	QUANTIDADES EM TONELADAS (PESO BRUTO)
1936	2.234	2.819
1937	2.759	3.448
1938	2.820	3,525
1939	3,092	3.825
1940	4.895	6.118
1941	7.976	9.969
1942	9.976	11.710
1943	10.526	13.157
1944	10.423	13.028
1945	12.529	15.661
1946	14.713	18.391
1947	17.600	22.000

**Fonte:** MAIA, Álvaro. A borracha: problema de defesa nacional. In: *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano VII, nº 74, setembro de 1947, p. 12.

Como era natural, enquanto cresciam os embarques para o sul do país, diminuía as exportações para o exterior. A comparação com os EUA, nosso maior comprador, evidencia esta relação.

**QUADRO 28. QUANTIDADE DE BORRACHA EXPORTADA PARA OS EUA E PARA O SUL DO BRASIL ENTRE 1943 E 1947**

ANOS	EXPORTAÇÃO P/ EUA (EM TONELADAS)	EXPORTAÇÃO P/ O SUL (EM TONELADAS)
1943	10.128.278	9.603.662
1944	15.965.357	7.199.337
1945	16.696.105	8.401.884
1946	9.821.345	15.086.515

<sup>469</sup> MAIA, Álvaro. A borracha: problema de defesa nacional. In: *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano VII, nº 74, set. 1947, p. 10.

1947	6.880.847	10.700.868
------	-----------	------------

**Fonte:** MAIA, Álvaro. A borracha: problema de defesa nacional. In: *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano VII, setembro de 1947, nº 74, p. 12.

Como se pode apreciar, em 1946, enquanto eram exportadas para os EUA 9.821.345 toneladas (no valor de Cr\$ 190.776.191,85), embarcavam para o Sul do país 15.086.515 toneladas (no valor de Cr\$ 340.224.331,90).

O principal embasamento, aliás, de toda a argumentação sobre a necessidade de amparar os preços da produção extrativista era o de que, se o ritmo do desenvolvimento da indústria de artefatos continuasse em tais bases, em poucos anos o consumo suplantaria a produção<sup>470</sup>.

Basta dizer que a indústria brasileira de artefatos, que em 1936 consumira 3.819 toneladas de borracha bruta, passou a utilizar 18.391 t em 1946, ou seja, um aumento de 16.572 toneladas. A estimativa para o ano de 1947 era de 22.000 t, elevando-se o aumento, portanto, para 19.181 t<sup>471</sup>.

De tudo isso, podia-se concluir que o setor produtor de artefatos de borracha, que se instalara no país no segundo quinquênio da década de 1930, havia se desenvolvido em ritmo tão acelerado que já se podia vislumbrar que, em 1950, o montante da produção não chegaria para o consumo.

Dava-se, então o fenômeno para o qual não haviam atentado os representantes dos interesses gumíferos, ao vaticinarem uma nova crise para a economia amazônica, vale dizer: o extrativismo gumífero estava praticamente se desvinculando do setor exportador, ao qual estivera sempre vinculado, e passava a depender cada vez mais do desenvolvimento industrial dos artefatos de borracha do Sul do país.

Em vista disso, e nas previsões das dificuldades que acarretaria à Amazônia uma queda brusca nos preços, produtores e industriais reuniram-se mais uma vez, desta feita, informalmente, em conferência no Ministério da Fazenda, sob a presidência inicial do Sr. Gastão Vidigal, substituído, posteriormente, pelo Sr. Firmo Dutra, Presidente do Banco de Crédito da Borracha. Nesta reunião, que

470 Roberto Simonsen, representante da indústria paulista, em aparte ao senador amazonense, afirmava, então: "Conservando este ritmo de consumo e da produção, V. Ex.ª poderá afirmar que, dentro de poucos anos, a produção da borracha nacional não será suficiente para atender às necessidades de nossa indústria" (SIMONSEN apud MAIA, 1947, p. 13).

471 FERREIRA FILHO, Cosme. *Porque perdemos a batalha da borracha...*, p. 213.

se dava no início em 1947, foram aprovados vários entendimentos e conclusões que vinham ao encontro tanto dos industriais quanto dos produtores<sup>472</sup>. O Sr. Presidente da República, em mensagem enviada ao Congresso Nacional a 15 de março, refere-se à conferência e à necessidade de ser mantido o preço atual até 1950, procurando-se, depois, ajustá-lo gradativamente aos preços internacionais.

Novos entendimentos processaram-se em conferência convocada para 27 de maio, à qual compareceram os representantes das regiões produtoras e dos industriais de São Paulo, sob a presidência de Augusto Simonsen, do Deputado Cosme Ferreira Filho e do Sr. Firmo Dutra, quando ficou assentado um projeto de lei para defesa da borracha e que viria a beneficiar tanto a indústria extrativa como a de artefatos de borracha<sup>473</sup>. *Os setores das indústrias manufatureiras e das matérias-primas se sustentarão ou cairão juntas*, vaticinara Eugênio Gudim, numa análise realista dos problemas da economia nacional<sup>474</sup>.

Aliás, apesar de alguns pontos divergentes, essa articulação entre os interesses industriais e os dos grupos regionais amazônicos, envolvidos fundamentalmente na exploração comercial da atividade extrativista, já se manifestara na I Conferência Nacional da Borracha, em agosto de 1946.

O depoimento de Manuel Garcia Filho, representante do Sindicato da Indústria de Artefatos de Borracha de São Paulo, durante a I Conferência, é bastante elucidativo a respeito:

Sr. Presidente, as indústrias de artefatos de borracha desejam expressar a esperança de que os produtores possam encontrar uma solução para os problemas da indústria extrativa da borracha, bem como que possam, aqueles produtores, ter a possibilidade de fornecer a hévea à indústria manufatureira a preços tão próximos quanto possível àqueles do mercado internacional.<sup>475</sup>

Essas eram, por sinal, as duas grandes aspirações dos industriais: que os produtores tivessem garantido um preço estável que lhes possibilitassem a continuidade da atividade extrativa e que estes preços

472 MAIA, Álvaro. A borracha: problema de defesa nacional. In: *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano VII, setembro de 1947, nº 74, p. 13.

473 Idem, p. 13.

474 Manuel Garcia Filho apud MAIA, 1947, p. 13.

475 *Anais da I Conferência Nacional da Borracha - 1946*. V. II. Biblioteca Documental da Borracha. Rio de Janeiro. Ministério de Indústria e Comércio – Superintendência da Borracha, 1973, p. 137-138.

fossem equiparados, o quanto possível, aos preços da borracha, vigentes no mercado internacional. Caso contrário, reafirmava ainda o representante paulista da indústria de artefatos de borracha, os custos dos manufaturados ou deviam ser subsidiados pelo governo, ou repassados ao consumidor final.

Toda essa articulação, entre os interesses industriais predominantes na indústria nacional de artefatos de borracha e os dos grupos regionais dedicados à atividade extrativista, resultou numa solução de compromisso, que foi a promulgação da Lei nº 86, de 08 de setembro de 1947<sup>476</sup>.

As determinações básicas desta lei, foram:

a) Continuava assegurada ao Banco de Crédito da Borracha, até 31 de dezembro de 1950, nos termos do artigo 8º do Decreto-lei 4.451, de 09 de julho de 1942, e do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 4.841, de 17 de outubro de 1942, a exclusividade das operações finais de compra e venda da borracha, quer se destinasse o produto ao suprimento da indústria nacional, quer se destinasse à exportação (art. 4º);

b) Ficava prorrogada, até 31 de dezembro de 1950, a exploração dos seringais financiados pelo BCB, reiterando-se a determinação de que o preço de compra a ser pago pelo Banco dever-se-ia repartir entre os seringueiros, seringalistas e proprietários, nas proporções fixadas pela legislação anterior (cf. o Decreto-Lei nº 4.841, arts. 1º e 4º);

c) Ficava estabelecido, até 31 de dezembro de 1950, o preço de 18,00 cruzeiros, a ser pago pelo Banco de Crédito, por quilograma de borracha acre-fina-especial, com o teor módico de 20% de unidade, servindo como padrão para a fixação dos preços das demais qualidades (art. 2º);

d) Criava-se a Comissão Executiva da Defesa da Borracha, CEDB, constituída por três membros (representantes do BCB, dos produtores e da indústria manufatureira), sob a presidência do Ministro da Fazenda.

A essa Comissão, cuja regulamentação foi dada pelo Decreto nº 23.990, de 31 de outubro de 1947, foram atribuídas as seguintes prerrogativas:

476 MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO – Superintendência de Borracha. Plano Nacional da Borracha. Anexo VI. *Legislação*, p. 51-54.

a) Assegurar, por intermédio do Banco de Crédito da Borracha, a manutenção dos estoques de borracha nos principais centros industriais, subsidiando, assim, as atividades manufatureiras;

b) Controlar, por intermédio da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, ou outro órgão incumbido dessa função, a importação e exportação de borrachas vegetais ou sintéticas, bem como os artefatos fabricados com essas matérias-primas;

c) Fixar, quando julgasse necessário, os preços de compra da borracha e os preços de compra e venda dos diversos elastômeros (vegetais ou sintéticos) de procedência nacional ou estrangeira;

d) Opinar sobre a conveniência da instalação de mais fábricas de artefatos de borracha que pretendessem estabelecer-se no país, e incentivar, através do Banco de Crédito da Borracha, a implantação e o desenvolvimento da indústria manufatureira de artefatos de borracha na Amazônia;

e) Fiscalizar e autorizar o emprego dos sucedâneos de borracha nas indústrias manufatureiras.

Essa amplitude de poderes atribuídos à CEDB contrastava com a pobreza de sua estrutura administrativa, pois, como se pode aferir da lei, essa Comissão não dispunha de quadros de funcionários, nem era contemplada com qualquer dotação orçamentária ou mesmo qualquer poder ou autorização para efetuar a mínima despesa.

Ao que tudo indica, os próprios legisladores não acreditavam muito na eficácia das prerrogativas executivas outorgadas a este órgão, como, também, parece razoável supor que a intenção governamental era a de que viesse a desaparecer grande parte das atribuições da CEDB, na medida em que se liberassem os mercados consumidor e produtor do país<sup>477</sup>.

Seja como for, o que se pode depreender da leitura da Lei nº 86, é que apenas os interesses mais imediatistas e reacionários do extrativismo amazônico foram atendidos, relegando a questão gumífera fundamental a um plano meramente secundário.

Pode-se constatar, ainda, que não se cogitou de qualquer maneira, nem preocupação alguma foi explicitada, no sentido de ao menos lembrar o problema fundamental e básico da Amazônia, isto é, o incremento da heveicultura.

---

<sup>477</sup> PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da borracha no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1984, p.110.

Na verdade, a história da produção da borracha da Amazônia já havia demonstrado, de forma inequívoca, os enormes obstáculos e desestímulos que a heveicultura enfrentava na região.

Os interesses comerciais dominantes do extrativismo não tinham quaisquer estímulos para arriscar seus capitais numa empreitada como a heveícola, que, mercê do descaso governamental, apresentava as mesmas incertezas de cinquenta anos atrás. Sabiam eles que, dado o longo ciclo vital da seringueira e sem o domínio científico e tecnológico das questões fundamentais que afetavam a heveicultura, seria temerário fazer vultosas inversões de médio e longo prazo, sem nenhuma certeza de retorno.

Por outro lado, estava ainda muito vivo na mente de todos o malogro da iniciativa da Ford, no Tapajós, na mais séria tentativa de se implantar a heveicultura na Amazônia. Pensavam eles que, se Ford, com todos os recursos de que dispunha e com todo o conhecimento e familiaridade que seus técnicos e agrônomos possuíam sobre a heveicultura, colheu tão poucos resultados, muito pouco se poderia esperar deles, sem esses recursos e facilidades e com meios tão precários à disposição.

Bem que o Instituto Agrônômico do Norte tentara, durante o período de guerra, algumas experiências e pesquisas interessantes sobre a resistência dos clones, doenças das folhas e correção de terrenos para uma maior adaptabilidade da hévea. Tais iniciativas, porém, ou foram pouco compreendidas ou sofreram até violentas críticas, como a de haverem *estas pesquisas científicas estereis e desprovidas de utilização proveitosa* sabotado a heveicultura na Amazônia<sup>478</sup>.

Não era de admirar, portanto, que esta lei espelhasse apenas os interesses mais imediatistas e periféricos do extrativismo, relegando para um plano secundário a questão fundamental: o cultivo da hévea.

O que se podia constatar de pior, porém, é que esta legislação não dedica uma palavra sequer às relações do trabalho nos seringais. Nem mesmo a tentativa de se estabelecer uma remuneração mínima para o seringueiro-extrator (por quilograma de borracha coletada), como foi sugerido por alguns dos participantes da I Conferência, conseguiu ser aprovada.

---

<sup>478</sup> *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano VII, nº 86, setembro de 1948, p. 6.

Tratava-se, segundo um dos representantes da região, de viabilizar o extrativismo através da garantia de preços e de mercado para o produto nos mesmos moldes *comprovadamente bem sucedidos em que se estabelecera há mais de cem ou duzentos anos*<sup>479</sup>.

Sentindo-se de alguma maneira protegidos, seja quanto aos preços, como em relação ao mercado – já que a Lei nº 86 lhes garantia um preço fixo de Cr\$ 18,00 por quilograma e a compra de toda a borracha pelo Banco de Crédito – os produtores se animaram, elevando a produção para 32.931 toneladas, em 1947.

Aqui, no entanto, começam os problemas e as atribulações do Banco de Crédito da Borracha. Na verdade, tratava-se de uma instituição de crédito *sui generis*. Este banco financiava o produtor e depois comprava-lhe o produto a preço estável. Financiava o aviador, comerciante intermediário. Lavava a borracha, transportava-a para os centros de consumo, pagava fretes, mantinha estoques armazenados na sede das indústrias do Sul, com aluguéis, armazenagens e seguros. Só em lavagem de borracha para uma safra de 25 milhões de quilos, despendia mais de 30 milhões de cruzeiros por ano. Ele não tinha apenas escriturários, contabilistas, caixas e datilógrafos, como os outros bancos. Tinha estivadores, motoristas, pesadores, cortadores, classificadores, fiscais de usinas e de seringais. Possuía uma usina de lavagem em Cuiabá, além de pessoal de escritório. Mantinha agências em quase todo o território nacional, desde São Paulo até Rio Branco, certamente uma proeza, na época.

Além dessa multiforme atividade, a Lei nº 86 estabelecia, ainda, em seu artigo 10, que os excedentes da borracha não consumidos pela indústria nacional deviam ser obrigatoriamente adquiridos pelo BCB, financiados com recursos que para esse fim fossem incluídos no Plano de Valorização da Amazônia.

Este Plano, porém, não foi organizado no devido tempo e isto resultou na insuficiência de fundos para que o Banco de Crédito adquirisse as safras no momento oportuno. Viu-se, então, o Banco, obrigado a investir seus próprios recursos nas operações de compra da hévea, precisando apelar, logo no início de 1948, para um empréstimo de 30 milhões de cruzeiros.

<sup>479</sup> *Anais da I Conferência Nacional da Borracha - 1946*. V. II. Biblioteca Documental da Borracha. Rio de Janeiro. Ministério de Indústria e Comércio – Superintendência da Borracha, 1973, p. 131.



Até abril de 1948, o Banco já pagara em *vales*, como financiamento da safra, a importância de 75 milhões de cruzeiros pela borracha dos seringais, na ordem espelhada no quadro que abaixo apresentamos.

**QUADRO 29. COMPRA DE BORRACHA EFETUADA PELO BCB ATÉ ABRIL DE 1948**

DISCRIMINAÇÃO	MILHARES DE CR\$
Borracha recebida nos armazéns do Banco em Manaus	39.000
Borracha recebida nos armazéns do Banco em Belém	25.681
Borracha recebida nos armazéns do Banco em Rio Branco (AC)	4.000
Borracha recebida nos armazéns do Banco em Porto Velho (Guaporé)	6.000

**Fonte:** *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, Ano III, nº 2, p. 10, fev. 1949.

Para continuar operando, além de utilizar depósitos do Tesouro Nacional, o banco teve que apelar para dois empréstimos de 40 milhões de cruzeiros, tomados ao Banco do Brasil.

A situação se tornara tão crítica, em 1948, que o Presidente do Banco de Crédito da Borracha, Octávio Augusto Meira, em reunião com os seringalistas, afirmava que, *a situação da comercialização da safra daquele ano (1948) se apresentava extremamente difícil, já que não havia verba, não havia planos e muito menos recursos*<sup>480</sup>.

Diante dessa situação, a ACA resolveu convocar para 31 de março de 1948, em Manaus, aquela que seria a II Conferência Nacional da Borracha, com a participação de todas as classes interessadas no problema da borracha na Amazônia e para a qual concorreram, também, várias outras entidades do Sul do país, envolvidas direta ou indiretamente com a borracha.

Após longos debates em que se analisaram as lacunas da Lei nº 86, cuja não aplicação era a principal responsável pela situação criada, os membros participantes da II Conferência dirigiram patético apelo ao Congresso Nacional para a liberação das verbas do Plano para a Valorização da Amazônia<sup>481</sup>.

Por meio de créditos especiais, aprovados em virtude de mensagens enviadas ao Congresso, pelo Exmo. Sr. Presidente da República, foi finalmente liberada a verba de Cr\$ 190.000.000, trazendo um momentâneo desafogo ao problema de caixa do Banco de Crédito da Borracha.

Até fins de 1948, o estoque de excedentes de borracha nos armazéns do Banco de Crédito superava os 200 milhões de cruzeiros.

<sup>480</sup> ANAIS da II Conferência Nacional da Borracha, Biblioteca Documental da Borracha, V. 5, Manaus, Ministério da Indústria e Comércio – Superintendência da Borracha, 1948, p. 6.

<sup>481</sup> Idem, p. 63-68.

Se computarmos o valor da borracha dos altos rios, ainda da safra de 1948, e o excedente das safras de 1949-1950, cujo financiamento a Lei nº 86 determinava, teríamos o seguinte movimento global:

**QUADRO 30. MOVIMENTO GLOBAL DA COMPRA DE EXCEDENTES DE BORRACHA PARA AS SAFRAS DE 1947-1950.**

SAFRA	EXCEDENTE	VALOR EM MILHÕES DE CRUZEIROS
1947-1948	9.000	153
1948-1949	6.000	90
1949-1950	6.000	90
TOTAL	21.000	315

Fonte: *Conjuntura Econômica*, Ano III, nº 2, p. 11, fev. 1949.

A isso montaria o custeio dos excedentes de borracha, durante todo o prazo da vigência da Lei nº 86.

Não tendo como colocar tais excedentes no mercado internacional, saturado de borracha oriental e de sintéticos e com um preço mais de três vezes abaixo do produto nacional (26,00 cruzeiros ao quilo, contra 7,00 cruzeiros para a borracha malaia e 6,00 para a sintética) e diante do futuro incerto que pairava sobre a atividade extrativa, após dezembro de 1950, tudo isso conjugado com a crescente elevação dos preços relativos da borracha e a falta de recursos para o financiamento dos excedentes, os interessados no extrativismo amazônico promoveram mais uma conferência, em Belém, de 07 a 10 de setembro de 1949<sup>482</sup>.

Nessa reunião foi dada grande ênfase à necessidade de se implantar a heveicultura na Amazônia, inclusive foi sugerida a criação de seringais-escolas. Foram reclamadas soluções urgentes para os problemas de habitação, alimentação, saúde, transporte e educação para as populações dos seringais. Mas, principalmente, não esqueceram as reivindicações mais imediatas do extrativismo: a manutenção do regime de monopólio, então vigente através do Banco de Crédito da Borracha, que passaria a ter prerrogativas mais abrangentes, passando a se chamar Banco de Crédito da Amazônia S.A.

Além disso, a III Conferência sugeria a ampliação das atribuições da Comissão Executiva da Defesa da Borracha, a fim de melhor salvaguardar os legítimos interesses da economia gumífera. Foi

<sup>482</sup> *ANAIIS da III Conferência Nacional da Borracha*. Belém: Ministério de Indústria e Comércio – Superintendência da Borracha, 1949, p. 237-243.

recomendada, também, a criação de uma secretaria para a Comissão Executiva da Defesa da Borracha, dotada de mais amplos serviços técnicos e administrativos, para a boa execução de suas atribuições.

Como reivindicação central, os interessados ligados ao extrativismo da região clamavam pela manutenção e reajustamento dos preços de garantia para a borracha vegetal. Os argumentos básicos deste clamor apelavam para o sentido social de tal medida (manutenção de emprego nos seringais e o sustento de dois milhões de amazônidas), além da economia de divisas que a produção da borracha significava (Cr\$ 1.000.000.000)<sup>483</sup>.

Não obstante a ampla evidência, tanto do ponto de vista social quanto econômico, contrária ao extrativismo amazônico (basta comparar os preços da borracha nacional com os da estrangeira), as pressões reacionárias dos grupos interessados prevaleceram mais uma vez.

A nova legislação – Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950 – não fez outra coisa senão referendar todas as recomendações e reivindicações das últimas duas Conferências sobre a borracha, realizadas na Amazônia<sup>484</sup>.

Em primeiro lugar, transformava-se o Banco de Crédito da Borracha numa instituição de fomento regional – Banco de Crédito da Amazônia S.A. (art. 1º), destinando-lhe 10% do Fundo da Valorização para a Amazônia, para aplicação exclusiva na região, preferencialmente no incentivo e aperfeiçoamento da produção da borracha (art. 7º).

Em segundo lugar, ficava mantido o monopólio estatal da comercialização da borracha (vegetal ou sintética, de procedência nacional ou estrangeira) (art. 3º), confirmando-se a responsabilidade do CEDB na fixação dos preços e nos controles a ela atribuídos pela Lei nº 86. Foi conferida, ainda, a esta entidade, uma importância ímpar, com a criação de uma Secretaria constituída por servidores regularmente admitidos e custeados pelo erário federal (art. 19)<sup>485</sup>.

Com a continuidade do monopólio governamental, o preço da borracha nacional passou a ser fixado pela CEDB, tendo-se em vista

483 *ANAIIS da III Conferência Nacional da Borracha*. Belém: Ministério de Indústria e Comércio – Superintendência da Borracha, 1949, p. 240-243.

484 MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Superintendência de Borracha. *Plano Nacional da Borracha*. Anexo VI, *Legislação*, p. 55-61.

485 *Idem*, 55-61.

as condições peculiares do extrativismo amazônico, ou seja, parecia líquido e certo aos defensores dessa atividade que era de responsabilidade do poder público a garantia do sucesso e sobrevivência do *aviamento gumífero*. As consequências desta medida não se limitaram à manutenção do regime de exploração que caracterizava – e ainda caracteriza – a extração da borracha na Amazônia.

O nível de preços fixados pela CEDB passaria, também, a servir de padrão de referência para a determinação de fontes alternativas da matéria-prima para a indústria nacional de artefatos de borracha. Isso equivalia a dizer que preços excessivamente altos, em relação ao mercado internacional, estimulariam a importação e produção de elastômeros sintéticos, bem como o desenvolvimento da heveicultura no país.

Nesse particular, as dificuldades infraestruturais da Amazônia, já várias vezes abordadas por nós, neste trabalho, iriam deslocar esta atividade para fora da região amazônica, ou seja, para a Bahia, São Paulo e Amapá.

Como já se havia feito em 1942 e em 1947, assegurava-se a continuidade da exploração dos seringais em débito com o Banco de Crédito da Amazônia (ex-BCB), repetindo-se a inócua determinação quanto às relações comerciais entre proprietários, seringalistas e seringueiros.

Tais medidas iriam colocar estes seringais totalmente à mercê do Banco nas duas décadas subseqüentes, obrigando os seringalistas inadimplentes e hipotecados com este instrumento de crédito a venderem suas propriedades, por preços irrisórios, aos compradores sulistas de terras. É no bojo dessa dependência que se estabelecerão as bases das futuras negociações de terra no Acre, Rondônia e em outras partes da Amazônia, acarretando a falência irremediável do extrativismo<sup>486</sup>.

### **3. A SORTE DOS “SOLDADOS DA BORRACHA” APÓS A CARÊNCIA DOS ACORDOS DE WASHINGTON E A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE A “BATALHA DA BORRACHA”**

Se os resultados de toda essa parafernália legislativa e burocrática que se montou durante a *batalha da borracha* foram, no mínimo, discutíveis, no que se refere ao aspecto quantitativo da produção

<sup>486</sup> Este fenômeno já foi amplamente debatido nas Dissertações de Mestrado de SILVA, Adalberto Ferreira da. *Raízes da Ocupação Recente das Terras do Acre: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982 (Mimeo) e CAVALCANTI, Francisco Carlos da Silveira. *O processo de ocupação recente das terras do Acre*. Belém: UFPA, 1983. (Mimeo).

extrativista, e pouco satisfatórios, no tocante ao próprio destino do extrativismo amazônico, os custos sociais de tais resultados foram, sem dúvida alguma, proibitivos.

Em levantamento que efetuamos, pudemos verificar que os vários serviços encarregados do recrutamento e encaminhamento, usados e criados pelo governo para o provimento de mão de obra para a *batalha da borracha* (DNI, SEMTA, CAETA e FBC – Fundação do Brasil Central), enviaram, de 1941 a 1945, 55.339 pessoas à Amazônia e Mato Grosso, dentre os quais 36.280 eram homens aptos para o corte da seringa, e 19.059 eram dependentes (crianças, mulheres e anciãos).

Os contratemplos do recrutamento, encaminhamento, das condições de vida nos pousos e o envio para os seringais, já foram por nós sobejamente estudados e minuciosamente descritos no item em que tratamos da imigração. Igualmente, foram por nós analisadas as condições de trabalho, de saúde e as relações de trabalho vigentes nos seringais, onde o seringueiro-extrator, não obstante as garantias do contrato padrão de trabalho e as circunstâncias excepcionais que o esforço de guerra lhe proporcionava, continuava sempre endividado com os patrões, além dos vexames e maus tratos a que estava sujeito.

Com o refluxo e desmobilização dos americanos da Amazônia, que coincidia com o fim da ditadura Vargas e a consequente liberalização da imprensa, violentas críticas começaram a aparecer nos órgãos de comunicação sobre a sorte desta população, que começava a refluir dos seringais.

O estopim para todo esse debate, que começou a aparecer na imprensa da época, foi proporcionado por uma violenta denúncia de uma caravana de estudantes cearenses, que, visitando a Amazônia para comprovar *in loco* a situação de seus coestaduanos, constataram o desaparecimento de 23 mil nordestinos, tragados pela *batalha da borracha*<sup>487</sup>.

Tal denúncia, que julgamos ter sido até um tanto exagerada quanto aos números, repercutiu como um rastilho de pólvora na imprensa de todo o país, causando intensa celeuma.

Um editorial do *Jornal do Brasil*, sob o título *A tragédia dos soldados da borracha*, dá uma ideia desse debate:

---

487 BOUÇAS, 1953, v. II, p. 360.

A ditadura cavilosa e desumana arrancou dos labores rurais, em plena guerra, 50.000 nordestinos e fê-los marchar para a fome e para a morte, com a legenda negociadora de – *soldados da borracha* – induzindo-os, com lérias de patriotismo e falsas promessas, às regiões inóspitas da Amazônia, onde os abandonou de maneira impiedosa.

Cem mil braços foram subtraídos do trabalho campestre, da Paraíba, Rio Grande do Norte, do Ceará, do Maranhão, sob o pretexto da intensificação da produção da borracha, material estratégico de que tanto necessitavam os EUA, concorrendo, destarte, o governo despótico de então, para o declínio de nossa produção de cereais e de outros gêneros alimentícios que nos dá a terra. Agravou-se consideravelmente a crise de braços em que já, vinham se debatendo os lavradores daquela região do país.

O DIP, que era o reino da mentira, entupia as colunas da imprensa com uma publicidade rica de grosseiras fantasias, acerca daquela providência falaciosa do Chefe Nacional, que procurava, com tanta demagogia, esperteza e passes de mágica, reabilitar-se perante o Brasil e as nações aliadas, depois de um noivado prolongado com os chefes criminosos do Eixo, que esteve a pique de identificar a sorte de nossa pátria ao destino trágico da Alemanha, Itália e Japão. Isso está na consciência de todos nós e consta dos serviços de documentação dos axiais e anglo-americanos, já havendo surgido certas revelações indiscretas que foram detidas em homenagem ao Brasil.

Daqueles 50.000 brasileiros, ingênuos e rudes, que viviam mal em seus pagos, porém, não eram desgraçados, não eram enfermos e não sofriam fome, deles, 23.000 apodreceram na lama, sem pão, sem assistência médica, sem remédios para atenuar o febrão, a avitaminose, o assalto de parasitas. Lá ficaram sepultos naqueles desertos, vítimas de um mau governo e de suas ilusões, pela vitória das armas das Nações Unidas. Os outros 27 mil que sobreviveram àquela batalha sem glórias, que não tiveram sequer as passagens de retorno para os seus Estados de origem, empreenderam as longas caminhadas, venceram, (nem todos) distâncias imensas, fugindo à desolação e à miséria dos seringaais, onde foram despejados como prisioneiros dos nazistas em

campos de Dachaun, Belsen. Os caminhões de alimentos que chegavam aos acampamentos dos soldados da borracha, após uma distribuição de migalhas no curso de um dia, à noite desapareciam como por encanto. Era que os gêneros destinados àqueles infelizes ilusos das clarinadas pérfidas do DIP das falas do frígido ditador, aqueles gêneros eram desviados para nutrir o mercado negro do Interior da Amazônia, assolado pela fome. Essa gente vai reaparecendo, nos Estados do Nordeste, nesta capital, ostentando as cicatrizes da luta desesperada que dirigia o instinto de conservação, vendo-se nesses trapos humanos um dos pequenos episódios de um governo malvado e impiedoso. Muitos deles estenderam a mão à caridade pública, enquanto os profiteurs das orgias dionisíacas do inflacionismo continuam gozando a vida como os mais felizes dos mortais. Essa tropilha getuliana não é inconsciente, mas, por certo, apresenta um índice de sadismo lavado.

Frente à desgraça infinita dos brasileiros, eles deliram na euforia da existência marcada de egoísmo e ao preço da calamidade econômica e financeira que legaram ao país.<sup>488</sup>

Uma outra crônica, de Rubem Braga, sob o título *Borracha*, reproduzida da imprensa da época pelo jornal *O Acre*, dá mais uma ideia do calor deste debate:

Durante a Batalha do Borracha, tive a ocasião de viajar pelo Norte e fui até ao Amazonas. Visitei vários acampamentos e campos de pouso, e viajei no Ceará, no Piauí, no Maranhão, com os homens que iam para a Amazônia. Havia, certamente, aqui e ali, homens que se esforçavam e faziam até sacrifícios para trabalhar direito, mas a desorganização dos serviços era patente. Acusações gravíssimas eram feitas com frequência a funcionários deste ou daquele órgão. A burocracia da Coordenação brigava com as outras burocracias civis e militares, nacionais e estrangeiras. Aconteciam as piores coisas e em qualquer lugar que você chegasse lhe explicariam, sem falta, que o culpado estava em outro departamento do governo. Não era difícil calcular o que aconteceria: aqueles homens iam ser jogados ao desamparo

<sup>488</sup> Apud *Anais da Assembleia Constituinte* - 1946. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1948, v. XIX, sessão 88ª, p. 292.



no Interior da Amazônia. As rixas entre SAVA e SEMTA e não sei mais o que, só podiam dar nisso: no fim, todo mundo se retiraria muito feliz para outros altos empregos e lindas comissões e o nordestino que se danasse no fundo da mata.

Ninguém poderia esperar que a batalha da borracha se desenvolvesse direitinho, bonitinha como no cinema. Mas houve um excesso de ineficiência e leviandade. Houve principalmente muita coragem em jogar com a vida de milhares de brasileiros — pobres diabos sacrificados numa luta de vaidades, ambições e politiquice. Acontece que no Brasil não há punições para essa espécie de crimes. A certa altura, todos lamentam o fato e tudo fica por isso mesmo, inclusive os mortos que continuam absolutamente mortos.<sup>489</sup>

Às vezes, até pessoas bem intencionadas contribuíam ainda mais para colocar lenha na fogueira. Foi o caso da senhora Ana Ajuricaba Távora de Oliveira, presidente da *Casa do Pobre*, em Rio Branco-AC. Munida de carta de recomendação do governador do Acre, Major Guiomard dos Santos, saiu pelas principais capitais do país angariando fundos para os milhares de *soldados da borracha*, que perambulavam em mendicância pela cidade de Rio Branco, após a desativação dos seringais. Depois de passar pelo Rio de Janeiro, onde tratou dos interesses dos cearenses que viviam na capital do Acre, e já em Fortaleza, a senhora Ana concedia entrevista ao *Correio do Ceará* (05.12.1946), onde declarava:

Em Rio Branco, capital do território, existem nada menos que dois mil migrantes cearenses, a maioria doentes e formada de mendigos. Muitos deles naturalmente gostariam de regressar ao Ceará. Outra parte, poderia ficar distribuída nos empregos que o governo se esforça por criar. É grande a exploração dessa pobre gente nos seringais. Os seringueiros vendem a borracha aos seringalistas a Cr\$ 10,00 o quilo, [o que é muito: (devemos lembrar que o quilograma da borracha era cotado, na época, a Cr\$ 24,00 por quilograma – destaque do autor)]. E ainda há descontos. E aos seringueiros são fornecidas, pelos seringalistas, mercadorias por preços exorbitantes. É claro que há exceções. Os seringueiros quando têm saúde, trabalham. Mas acontece

489 *O Acre*. Rio Branco-Acre. Ano XVII, nº 783, 1º.09.1946, p. 5.

que vêm o impaludismo e outras doenças; é muito ruim a sua situação nos barracões.<sup>490</sup>

Encerrando suas declarações, D. Ana Távora solicitava que se apelasse a todos os cearenses no sentido de conseguir auxílio para os *soldados da borracha*.

Tais denúncias extrapolaram inclusive para a imprensa estrangeira. Assim, o *New Chronicle*, de Londres, em uma matéria do seu correspondente de La Paz, sob o título *Mergulho no Paraíso*, após discorrer sobre as misérias que cercavam o trabalhador na Amazônia, assevera que teriam perecido, no mínimo, 31 mil desses pobres migrantes.

Naturalmente, tais números são contestados violentamente por Álvaro Maia, que classifica a reportagem de sensacionalista e beirando a aleivosia clamorosa<sup>491</sup>.

Todo esse debate, como não poderia deixar de ser, repercutiu também fortemente nos Estados Unidos, o maior responsável por toda essa tragédia, depois do Brasil. Significativo foi o depoimento sobre o assunto do Procurador Geral dos EUA, enviado ao Congresso daquele país:

Tem havido uma grande discussão pela imprensa e pela Assembleia Constituinte do Brasil, sobre os operários transferidos para as áreas de produção da borracha, na Amazônia. Novos relatórios indicam que um grande número de seringueiros pereceu na floresta e que, muito poucos regressaram aos seus lares. O acordo, realizado entre a RDC e as várias repartições do governo brasileiro que se ocuparam desse assunto, indicam, claramente, que essas repartições assumiam toda a responsabilidade pelo tratamento e pelo retorno desses operários.<sup>492</sup>

Tais denúncias e campanhas provocaram intensos debates no Congresso Nacional, acerca da *batalha da borracha* e, em especial, sobre o destino dos soldados seringueiros. Travaram-se violentas diatribes em que se distinguiam os representantes do Nordeste, profligando a insensatez e leviandade dos governantes da época e responsáveis

490 Citado pelo Jornal *O Acre*, de 29.09.1946, p. 3.

491 MAIA, Álvaro. A borracha: problema de defesa nacional. In: Boletim da Associação Comercial do Amazonas. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano VII, nº 74, setembro de 1947, p. 15.

492 CORRÊA, Luiz de Miranda. *A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1967, p. 95.96.

pela malfadada *batalha da borracha*, que brincaram com a vida de tantos nordestinos, além de empobrecer os estados do Nordeste de uma mão de obra preciosa. A resposta dos representantes da Amazônia, além de minimizar a tragédia e o número de mortes, tentava demonstrar que a maioria destes nordestinos continuava labutando nos seringais ou em outros afazeres na Amazônia, bem colocados e contribuindo com o seu trabalho para o desenvolvimento da região, como sempre fizeram seus antepassados<sup>493</sup>.

Este grave e angustioso problema social, criado pela *batalha da borracha*, empolgou de tal maneira os debates da Constituinte que o deputado Café Filho, representante do Rio Grande do Norte, em requerimento que tomou o número 263, solicitou do Plenário a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar a real situação dos trabalhadores enviados à Amazônia.

Aprovado o requerimento, em sessão de 18 junho de 1946, no dia imediato era instituída a Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha, para a qual foram designados os seguintes representantes: Álvaro Maia, Pereira da Silva, Castelo Branco, Janduhi Carneiro, João Botelho, Osvaldo Studart, José Neiva e Moreira da Rocha, do Partido Social Democrático (PSD); Fernandes Távora, Paulo Sarazate, Severino Nunes e Egberto Rodrigues, da União Democrática Nacional (UDN); Café Filho, do Partido Republicano Progressista (PRP); Euzébio da Rocha, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Agostinho Oliveira, do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A 31 de julho, a Comissão realizou a sua primeira sessão numa das salas do Palácio Tiradentes, durante a qual foi aclamado presidente o deputado Fernando Távora, vice-presidente o senador Álvaro Maia e como relator Paulo Sarazate<sup>494</sup>.

Nas doze sessões que se seguiram, foram tomados inúmeros depoimentos de *ex-soldados da borracha*, de médicos encarregados da assistência à saúde dos trabalhadores e, principalmente, dos responsáveis pelo recrutamento, transporte e financiamento dos serviços de imigração.

493 Tais debates estão registrados nos *Anais da Assembleia Constituinte - 1946*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1948, vol. XVII, sessão 87<sup>a</sup>, p. 7-8; e sessões 99<sup>a</sup> e 99<sup>a</sup>, p. 331-365.

494 *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Ano I, nº 3, 26.09.1946, p. 38.

Grande expectativa se criou especialmente em volta dos depoimentos do Ministro João Alberto Lima de Barros, idealizador e criador do Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e do Sr. Valentim Bouças, Diretor Executivo da CCAW (Comissão de Controle dos Acordos de Washington).

As declarações do primeiro (que nunca foram publicadas), advogando para si a paternidade do fracasso pelo serviço do SEMTA e pela campanha da borracha na parte da imigração, se de uma parte estão a indicar alguma humildade e até certo desassombro, não o livraram, porém, da responsabilidade por esses crimes e nem das consequências que poderiam advir disso.

Como no Brasil não há punições para estes casos, pois *os mortos continuavam absolutamente mortos*, como afirmou o cronista, outras declarações do Ministro indicam que, não obstante tudo, ele continuava impávido.

Por exemplo, no IV Seminário de Estudos Geográficos, realizado em 19 de julho de 1946, na Sede do Conselho Nacional de Geografia, tendo como enfoque a campanha da borracha, o Ministro, após historiar a criação do SEMTA e seus entendimentos com as autoridades americanas para a operacionalização da mesma, declarava:

O nosso desejo era transportar os trabalhadores com o mínimo de sacrifícios. No momento de uma guerra, ninguém vai perguntar quem foi o responsável pela derrota do exército inglês na África. O importante é vencer. Se, no momento atual fôssemos tomar medidas apressadas, impondo sacrifícios aos homens nordestinos seria uma crueldade, mas naquela ocasião era preciso obter a borracha a qualquer preço, de qualquer maneira. A guerra o exigia, era a nossa cooperação.

A respeito de um dos maiores erros do SEMTA, isto é, o de enviar para a Amazônia apenas o trabalhador desgarrado de sua família, tal autoridade assim se justificava:

Todos nós temos uma dose de boa-fé quando iniciamos um empreendimento. O Conselho de Imigração – quanto ao povoamento da Amazônia – achava que se deveria levar a família do

nordestino e eu que se devia levar apenas o trabalhador, por ser mais fácil o seu retorno<sup>495</sup>.

Na verdade, os fatos mostraram que esse foi o grande erro que provocou o contundente fracasso do SEMTA, pois esses trabalhadores, que na maioria eram compostos de aventureiros, de desordeiros contumazes, após provocar os maiores conflitos com os encarregados do Serviço, fazendo as maiores estripulia e desordens pelas cidades e pousos onde passaram, foram por fim rejeitados pelos próprios seringueiristas, por não virem acompanhados de suas respectivas famílias.

Valentim Bouças, num longo depoimento de 32 páginas, após embair a comissão com os seus decantados conhecimentos financeiros e historiar todo o desenrolar da campanha da borracha, na qual não via fracasso algum, ao abordar a questão fundamental do inquérito, que era o destino do *soldado da borracha*, também traz o pretexto da guerra como responsável por todos os descabimentos e privações que foram impostos aos nordestinos imigrantes:

Peço licença para dizer que só mesmo o imperativo da guerra poderia impor a situação a que foram conduzidos alguns dos nossos patrícios. Por isso, julgo que temos que proceder imediatamente a uma revalorização não só do homem, como da economia da Amazônia, a fim de evitar que, no futuro, defrontemos situação análoga. É preciso conhecer de perto a Amazônia para avaliar as dificuldades quase intransponíveis com que se luta, naquelas terras Imensas, naquelas distâncias colossais que temos de “vencer”.<sup>496</sup>

O relatório final desta comissão de inquérito, que teve de ser dissolvida, sem poder completar depoimentos importantes, como o do Sr. Olímpio Flores e Dr. Dória de Vasconcelos, enumera um rosário de lacunas, falhas, erros, desentendimentos, incúria e irresponsabilidades dos vários serviços encarregados da imigração dos *soldados da borracha*.

Quanto ao número de migrantes, baseando-se no depoimento de Péricles de Carvalho, diretor do DNI, *o total absoluto talvez passe*

495 CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, Ano IV, nº 12, set. 1946, p. 863.

496 BOUÇAS, 1953, v. II, p. 362.

*um pouco de 52 mil, incluindo-se nesse número trabalhadores e pessoas da família*<sup>497</sup>.

As dúvidas que se haviam suscitado no Plenário da Assembleia, acerca do número de imigrantes, resultaram da existência de mais de um órgão de encaminhamento e do não adicionamento das respectivas parcelas pelos que apresentavam um total inferior. Por outro lado, o ponto de partida de uns era o ano de 1941, e de outros o de 1943. Nosso cálculo do total de imigrantes (55.339) mais ou menos coincide com este número, computados os 506 recrutados pela Fundação Brasil Central para o Mato Grosso.

Quanto ao problema alimentar, são acordes os depoimentos atestando que os *soldados da borracha* não foram convenientemente atendidos quanto à parte alimentar, resultando daí dolorosas consequências.

Além da péssima alimentação servida nos postos, sobre a qual já fizemos referência, também nos seringais a situação não era diferente, como declarava a respeito o Sr. Bartolomeu Guimarães: *Nos seringais havia falta de tudo, até de alimentação*<sup>498</sup>.

Dr. Paulo de Assis Ribeiro, diretor executivo do SEMTA, declarou por sua vez: *Em Belém, o Rubber teve de jogar muitos alimentos ao rio, porque não tinha organização capaz de arcar com a responsabilidade assumida*<sup>499</sup>.

Na opinião do Sr. Rui Mário de Medeiros, ex-diretor do Banco de Crédito da Borracha,

houve especulação desenfreada do comércio de distribuição das utilidades, cuja alta sempre crescente suplantou em dobro a elevação conseguida para o preço da borracha. O grande sacrificado foi o produtor, o trabalhador, o seringueiro, em suma.<sup>500</sup>

Em relação à assistência médica e sanitária, embora se imponham merecidos elogios à obra do SESP, parece fora de dúvida que tal assistência, em razão das próprias condições geográficas, não se pode fazer sentir com a desejada amplitude. Ela foi deficiente, proclamava o Sr. Bartolomeu Guimarães, *porque o campo era bastante vas-*

497 *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Ano I, nº 3, 26.09.1946, p. 37.

498 *Idem*, p. 37.

499 *Ibidem*, p. 37.

500 *Ibidem*, p. 37.

to. *As promessas nesse sentido, porém, eram fantásticas.* O Dr. Ezequiel Burgos, de quem colhemos vários depoimentos anteriormente, salientou em seu testemunho que (...) *grande número de óbitos, resultou da falta de assistência médica nas hospedarias.* O Sr. Carvalho Leal não foi menos severo em sua apreciação quando afirmou que

(...) aos leigos improvisados em técnicos, aos estrategos de undécima hora, se deve o discutido desfecho da campanha da borracha que, em lugar de resolver um problema, veio criar outros mais, problemas angustiosos do homem, seduzido pela propaganda fácil e depois abandonado em plena selva, sem assistência e sem recursos.<sup>501</sup>

Aliás, a crítica mais frequente que foi imputada ao referido órgão, foi a de ter prestado boa assistência nos acampamentos, nas cidades e nos centros de saúde, descurando as regiões mais distantes e principalmente os seringais. De fato, foi levada a efeito uma obra de drenagem, instalação de esgotos e de sistemas de abastecimentos de água nas principais cidades, como Belém, Manaus, Porto Velho, etc., mas estes centros se afiguravam como verdadeiras ilhas paradisíacas em relação a hinterlândia e principalmente aos seringais, onde, segundo testemunhas, a malária grassava até mesmo entre os animais.

Foi precisamente dos seringais que as queixas mais se avolumavam, em relação à falta de atendimento médico. O próprio Dr. Burgo tem, a esse respeito, uma denúncia enfática:

(...) Ultimamente, tem regressado dos seringais um certo número de homens fazendo as piores referências ao modo como eram recebidos e tratados nos seringais... Lá não existe remédio e a atebрина era vendida a Cr\$ 1,50, quando existe. Quando pedem remédio para algum companheiro, dizem que pode morrer porque isso não interessa ao seringalista.<sup>502</sup>

Alcino Teixeira de Mello, em sua obra *Nordestinos na Amazônia*, corrobora esta denúncia:

Não cogitaram em amparar o trabalhador da seringa, até junto aos seringais, proporcionando-lhe, pelo menos, assistência

501 *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Ano I, nº 3, 26.09.1946, p. 37-38.

502 *Diário da Assembleia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 24.08.1946, 4282.

médico-sanitário, sabendo que a malária é a doença que cobra maior tributo às populações do Vale, tributo esse mais elevado em se tratando de ádvenas, oriundos de regiões sob vários aspectos diferentes... Assaltados pelos ataques de impaludismo, fora de combate, apodreciam no fundo das redes, atirados pelos campos de batalha — as cabanas miseráveis — sem assistência de qualquer espécie, pois a atebрина que lhes devia ser gratuitamente distribuída, em 1946 era criminosamente vendida pela maior parte dos patrões, pelo preço exorbitante de Crs 3,00 cada comprimido.<sup>503</sup>

Prova disso é que, no primeiro semestre de 1946, dos extratores que refluíam dos seringais, 248 foram julgados incapazes para o serviço da borracha, figurando a malária e a avitaminose como causas principais dessa inaptidão, conforme dados que nos fornece Alcino Teixeira de Mello.

**QUADRO 31. ELENCO DAS PRINCIPAIS DOENÇAS QUE VITIMARAM OS “SOLDADOS DA BORRACHA”**

DOENÇAS	TRABALHADORES	DEPENDENTES	TOTAL
Malária Crônica	111	65	176
Avitaminose	9	4	13
Anemia	7	2	9
Polineurite	9	—	9
Tuberculose Pulmonar	7	—	7
Ergastenia	2	1	3
Úlceras	2	1	3
Bronquite	2	1	3
Outras doenças	17	7	25
Somas	167	81	248

Fonte: MELLO, Alcino Teixeira de. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956, p. 105.

Note-se que todos esses extratores, que agora eram recambiados por estarem incapazes para o serviço da borracha, quando recrutados no Nordeste, se submeteram a rigoroso exame de sanidade física e mental, com o fim de serem selecionados os melhores. Agora retornavam como verdadeiros trapos humanos.

503 MELLO, Alcino Teixeira de. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956, p. 103-104.



Na verdade, atentando para o número dos que sucumbiram à ação do impaludismo e outras doenças, poderíamos mesmo afirmar que os que conseguiam escapar dos seringais e ser recambiados para os seus Estados de origem poderiam se considerar mais que felizardos.

A Comissão Parlamentar de Inquérito, em seu relatório final, não se julgou capacitada para apontar sequer o número aproximativo dos que sucumbiram irremediavelmente na *batalha da borracha*, e isto para não ferir suscetibilidades. Como o relator da Comissão, Paulo Sarazate, afirmava: *O número de mortos é uma interrogação e para não provocar melindres, para não agitar suscetibilidades, nem ser acoimado de sensacionalista, me permito não articular algarismos nesse sentido*<sup>504</sup>.

Se para alguns a mortandade não foi elevada, para outros como o Sr. Pimentel Gomes, encarregado do Serviço de Imigração no Território do Acre, *morreu muita gente*. E continuava:

Famílias houve desaparecidas em sua quase totalidade. Vi um migrante que tinha perdido no Interior do seringal, em poucos meses, toda a família numerosa — mulher e filhos. Vi algumas viúvas cobertas de luto, com dois ou três filhinhos. Vi casais que haviam enterrado em pouco tempo toda a prole. Vi acidentes...<sup>505</sup>

Não são outros, aliás, os depoimentos dos *soldados da borracha* por nós entrevistados. Famílias inteiras de *soldados da borracha*, compostas de seis a oito membros, faleceram nos seringais, em curto espaço de tempo, segundo informações fidedignas.

Raimundo Alves de Oliveira, perguntando se era verdade que muitos haviam perecido, acometidos pelas endemias durante a *batalha da borracha*, foi categórico: *concordo. Conheci famílias inteiras que morreram todas nos seringais. Companheiros nossos vindos do Nordeste morreram nas matas, sem ter por quem chamar*. Inquirido em seguida, se então eram poucos os sobreviventes, responde: *Acredito que tenham morrido mais do que os que estão vivos. Somente da minha família morreram, na época, quatro: um irmão, um tio, um tio do meu cunhado e o meu pai. Sobramos três de resto*<sup>506</sup>.

504 *Anais da Assembleia Constituinte - 1946*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1948, XVII, sessão 98ª, p. 364.

505 *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Ano I, nº 3, 26.09.1946, p. 88.

506 Entrevista concedida ao autor, em 03 de fevereiro de 1982. Rio Branco-Acre.

Como se pode aferir desses depoimentos, a atuação do SESP, apesar de louvável, não foi além das cidades e de seus arredores, descurando completamente do infeliz seringueiro que operava nas brenhas das matas.

Talvez o depoimento mais dramático, nesse sentido, nos tenha sido prestado pelo Sr. Francisco Paiva, pernambucano e natural de Corrente, casado e com cinco filhos. Alistado em Palmeiras dos Índios, em Alagoas, viu sua família dizimada em pouco tempo, ao chegar na Amazônia. Ainda na hospedaria da Tapaná, assistiu a morte de dois filhos menores, em janeiro de 1945. Em abril, já no seringal, morreu-lhe a esposa e, em maio, mais uma filha menor, arrebatada de uma rede por uma onça, enquanto ele e seus dois filhos maiores se encontravam na mata para o corte da seringa. Embora contando apenas com três membros dos sete de que se compunha a família, Seu Francisco não se deixou abater; continuou a sua luta na seringa. Trabalhou mais dois anos no corte, amealhando minguaço de Cr\$ 170,00.

Foi então que a tragédia, sempre à espreita, se abateu mais uma vez sobre a sua família, desta feita com a morte de um dos dois filhos sobreviventes, causada por uma picada de cobra. Desanimado pela fatalidade que se abatera sobre seus entes queridos e sem esperança de vencer na Amazônia, apesar de todos os seus esforços e coragem, regressou a Manaus, derrotado e ainda com o coração amargurado pela lembrança da tragédia. Seu único pensamento, então, era o de poder voltar para o Nordeste<sup>507</sup>.

Como o Seu Francisco, a Comissão Parlamentar de Inquérito constatou que existiam inúmeros desajustados no Vale Amazônico. Em ofício dirigido ao Diretor Executivo da Comissão de Controle dos Acordos de Washington, em 17 de março de 1945, e que figura, por cópia, entre os documentos da Comissão de Inquérito da Borracha, o Sr. Henrique Dória de Vasconcelos já assinalava o fato para frisar que:

O movimento de refluxo para os pontos de procedência poderá se elevar a um índice apreciável, explicando-se naturalmente por vários motivos, entre os quais sobreelevam a inadaptação às condições ecológicas e aos meios de trabalho peculiares à Amazônia. Assim sendo, essa inadaptação já vem dando margem a um contingente de desajustados, sanitária e profissionalmente, que em vista do insucesso financeiro nos seringais e às endemias, vêm

---

507 Entrevista concedida ao autor, em Rio Branco-Acre, a 10 de fevereiro de 1983.

pleiteando recâmbio para os seus pontos de origem, combatidos e em condições precárias de saúde e economia.<sup>508</sup>

Sobre este aspecto do problema, assim depõe também o Sr. Pimentel Gomes:

Na última fase da batalha da borracha, nas hospedarias do DNI e da SAVA, os imigrantes que chegavam, robustos e esperançosos, cruzavam com os estropiados que retornavam dos seringais. Eu os vi, pobres e doloridos trapos humanos vencidos pelas agruras do meio.<sup>509</sup>

Em 1945, passaram por Belém, recambiados para o Nordeste, 2.160 *ex-soldados da borracha*, que, julgados inaptos para o serviço da seringa, por se acharem doentes, desajustados economicamente, ou por terem sido vítimas de outras fatalidades, terminavam sua *via crucis* na Amazônia.

Conforme discriminação abaixo, pode-se apurar o motivo da debandada:

<i>Malária</i> -----	804
<i>Anemia palúdica</i> -----	138
<i>Polineurite</i> -----	63
<i>Viuvez</i> -----	50
<i>Debilidade mental</i> -----	28
<i>Sífilis e males venéreos</i> -----	28
<i>Tuberculose</i> -----	26
<i>Reumatismo</i> -----	26
<i>Doenças do aparelho visual</i> -----	19
<i>Hérnia</i> -----	16
<i>Epilepsia</i> -----	16
<i>Úlceras</i> -----	13
<i>Acidentes</i> -----	12
<i>Insuficiência física</i> -----	10
<i>Desajustados economicamente</i> -----	712
<i>Outros motivos</i> -----	203
<i>Total</i> -----	2.160 <sup>510</sup>

508 *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Ano I, nº 3, 26.09.1946, p. 38.

509 Idem.

510 MELLO, Alcino T. *Nordestinos na Amazônia*. p. 103.104.

Do quadro acima, podemos deduzir que, como causas desse re-fluxo, as doenças figuram em primeiro lugar, com 57,64%; as causas econômicas oriundas do alto custo de vida dos seringais vêm em segundo lugar, com 32,62%, e as causas provenientes de vários outros motivos figuram em terceiro lugar, com 9,41%.

É extremamente difícil fixar o número exato dos que debandaram dos seringais em busca dos seus Estados de origem, porque muitos emprendiam a viagem de retorno ao Nordeste por conta própria, outros com passagem arranjada em troca de serviços prestados a bordo, outros, ainda, viajando como clandestinos, sujeitos à expulsão em cada porto.

Chegados em Belém, muitos desses retornados descoroçoados de obter passagens pelos órgãos oficiais, resolviam, passando as piores privações, empreender, a pé, a imensa caminhada da capital paraense até o Maranhão e de lá até o Ceará, onde, após meses de viagem, chegavam em tal estado de prostração física que precisavam imediatamente ser hospitalizados.

As cifras oficiais oferecidas pelo Sr. Péricles Mello de Carvalho, do DNI, dão conta de que, além dos 2.160 que retornaram em 1945, em 1946 regressaram 3.269, e em 1947 (primeiro semestre), 601 trabalhadores. Esses 6.030 recambiados receberam a passagem de volta e assistência do DNI e da Comissão Especial de Assistência aos Trabalhadores da Borracha<sup>511</sup>.

Tendo-se como certo que outros tantos voltaram por seus próprios meios, estes índices dão uma ideia da envergadura do êxodo que se operou nos seringais da Amazônia, após a desativação da *batalha da borracha*.

Com a retirada dos americanos da Amazônia e com a carência dos Acordos de Washington, prestes a expirar, criou-se, como vimos, uma situação de extrema incerteza entre os produtores quanto à continuidade da exploração da borracha nos seringais, originando esta debandada dos extratores que acabamos de mencionar. Se um plano de amparo dos Poderes Públicos a esses desajustados da *batalha da borracha* não fosse imediatamente implementado, diante das proporções que o problema tendia a tomar, tanto os governos dos Estados e Territórios como os próprios órgãos encarregados da imigração temiam por uma situação de verdadeira calamidade pública.

511 Apud MAIA, Álvaro. A borracha: problema de defesa nacional. In: *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano VI, nº 74, p. 29.

Em certos locais, como em Rio Branco (AC), onde a corrente migratória tinha sido intensa durante todo o transcorrer da *batalha da borracha*, o refluxo de mais de dois mil seringueiros, dos seringais circunvizinhos, inquietou seriamente o governador Guimard dos Santos, temendo que a situação lhe escapasse ao controle diante da ameaça de saques e cenas de mendicância pela cidade. Esta autoridade, por intermédio do rádio nº 675, passado ao Ministro do Trabalho, reclamava providências urgentes e imediatas para o problema.

A resposta do Ministério do Trabalho assegurava que medidas de emergência estavam sendo propostas ao Presidente da República para enfrentar este problema e que um plano visando a participação de todas as entidades governamentais envolvidas no problema da imigração (Governo Federal, Governos Estaduais e Territoriais, Comissão de Controle de Acordos de Washington, Banco de Crédito da Borracha, Serviço Especial de Saúde Pública e Departamento Nacional de imigração) estava sendo montado para socorrer os nordestinos que voltavam dos seringais<sup>512</sup>. Sugestões nesse sentido, aliás, foram propostas pela CPI, dentre as quais podemos destacar algumas:

— Impõe-se o amparo imediato aos soldados da borracha que, por quaisquer motivos não se hajam ambientado na Amazônia e pretendam retornar aos pontos de origem, bem assim aqueles que por, doentes, não se acham em condições de trabalhar.

— As famílias que ficaram no Nordeste e cujos chefes pereceram no Vale Amazônico, ou ali ainda permanecem, fazem jus, igualmente, a assistência oficial que lhes fora prometida na fase de propaganda;

— Um plano geral de assistência social e econômica deve ser elaborado e executado, sem demora, em benefício dos que continuam votados à produção da borracha na selva amazônica.<sup>513</sup>

Diante dessas pressões e recomendações dos governos locais, o governo da União, pelo Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, autoriza a elaboração de um plano para a assistência aos trabalhadores da borracha.

512 Cf. *Jornal O Acre*. Rio Branco-Acre, 29 de setembro de 1946, nº 787, p. 4.

513 *Jornal O Acre*. Rio Branco-Acre, 29 de setembro de 1946, nº 787, p. 4.

Tal Decreto determinava que o DNI, do Ministério do Trabalho, e a Comissão de Controle dos Acordos de Washington, do Ministério da Fazenda, elaborassem um plano para a execução de um programa de assistência imediata aos trabalhadores encaminhados para o Vale Amazônico, durante o período da intensificação da produção da borracha para o esforço de guerra (art. 1º)<sup>514</sup>.

Para a execução desse plano, fica constituída uma comissão composta pelo diretor do DNI e do Diretor Executivo da Comissão de Controle dos Acordos de Washington, sob a presidência do Ministério do Trabalho, que regulamentará o funcionamento dessa Comissão (Art. 2º).

Ficarão à disposição dessa Comissão, para a execução do plano, as disponibilidades atuais (do Ministério) e o numerário transferido da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA) à Comissão de Controle dos Acordos de Washington<sup>515</sup>.

O patrimônio pertencente à CAETA, quando da sua extinção, montava a Cr\$ 2.600.135,92, segundo discriminação abaixo:

Em caixa	1.207,30
Em Banco	1.982.867,80
	1.984.075,10
Menos: Crédito do DNI	224.424,58
Saldo em numerário	1.759.650,52
Mais: Bens Imóveis	759.802,40
Bens Móveis	80.683,00
Total:	2.600.135,92 <sup>516</sup>

Esta era a soma de numerário que, juntamente com as minguas das verbas de que dispunha o DNI, perfaziam o total de recursos disponíveis para atender as prementes necessidades de milhares de *soldados da borracha* espalhados pela Amazônia e que agora empreendiam a volta ao Nordeste. Uma gota de água no meio de um oceano de necessidades e misérias.

Infelizmente não foram levadas em conta as sugestões de Valentim Bouças, quando pleiteava que o fundo especial que se achava no Banco

514 *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Ano I, nº 3, 29.09.1946, p. 38.

515 MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO-SUPERINTENDÊNCIA DA BORRACHA. *Plano Nacional da Borracha*. Anexo VI. *Legislação*. Brasília, 1971, p. 50. (Mimeo).

516 Relatório da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia. Rio de Janeiro: CAETA, dezembro de 1945, p. 62.

de Crédito da Borracha – uma soma de mais de Cr\$ 10.000.000,00 – fosse aplicado integralmente na assistência do seringueiro, pois, sendo esse encaixe do Banco fruto do trabalho do próprio seringueiro, devia, por dever de justiça, ser destinado a ele e não a outros fins<sup>517</sup>.

Desgraçadamente, o envolvimento do Banco de Crédito da Borracha no financiamento de tantas aquisições do governo, como a compra da Cia. Ford do Brasil, do acervo da RDC e o uso desse fundo para financiar depois a compra dos excedentes da borracha, levou esta instituição de crédito a consumir praticamente todo esse encaixe que deveria ser intocável, porque pertencente, de direito, aos seringueiros. Foi aí, aliás, onde se consumiu todo o numerário de tão comentado prêmio do *soldado da borracha* e sobre o qual todos faziam menção em suas entrevistas. Desse prêmio, os seringueiros nunca mais tomaram conhecimento, revelando mais um descaso para com a situação do homem e suas necessidades.

Felizmente, a sustentação dos preços da borracha (Lei nº 86, de setembro de 1947) e um certo rearranjo na economia amazônica, que parte – como sempre acontece nos momentos de crise da borracha – para outras riquezas da floresta, como a castanha, madeiras, pau-rosa, além do recurso à agricultura de subsistência, veio minorar bastante esse problema de debandada dos seringais.

Louvem-se, também, os esforços e a imaginação criadora de alguns governos locais, como foi o caso do governador do Acre, Guiomard dos Santos. Nesse território, o governador, até hoje lembrado por sua administração eficiente e voltada para o homem, consubstanciou planos de colonização, elaborados ainda em 1942, no governo Oscar Passos, loteando terras compradas de seringais ao redor de Rio Branco. Foi o caso do Seringal Empresa, cujos lotes foram cedidos aos retirantes da borracha com alguma aptidão para as atividades agrícolas. Novos núcleos e colônias foram criados de 1947 a 1950. Neles plantava-se mandioca, milho, arroz e feijão; e também produziam açúcar, mel, carvão, leite, carne, ovos e frutas<sup>518</sup>.

O resultado do censo demográfico, efetuado no mês de junho de 1951, no núcleo colonial *Seringal Empresa*, com a designação dos lotes por zonas, apresenta a seguinte distribuição:

517 BOUÇAS, 1953, v. II, p. 353.

518 CEDEPLAR (UFMG). *Migrações Internas na Região Norte: o caso do Acre*. V. I. Belo Horizonte. 1979, p. 54.

**QUADRO 32. CENSO DOS LOTES E DA POPULAÇÃO DAS COLÔNIAS VICINAIS DE RIO BRANCO-AC, EM 1951**

COMPOSIÇÃO DAS ZONAS	POPULAÇÃO			MENORES		SOMAS	TOTAL
	LOTES (MAIORES DE 12 ANOS)						
		M	F	M	F		
Zona Florestal	130	174	128	127	102	531	531
Zona Urbana	338	570	608	383	370	1.931	1.931
Zona Agrícola	-	-	-	-		-	-
Colônia S. Francisco	68	113	81	72	65	338	-
Juarez Távora	79	113	85	79	61	338	-
Apolônio Sales	56	73	60	64	59	256	-
Alberto Torres	68	36	32	24	41	133	-
Mâncio Lima	49	14	11	7	8	40	-
Dias Martins	76	61	59	36	55	211	-
Cecília Parente	23	52	43	32	28	155	-
Souza Ramos	9	10	14	9	9	42	-
	422	472	385	330	326	1.513	1.513
Somas							3.975

**Fonte:** Relatório do Banco de *Crédito* da Borracha; biênio 1950-1951. Belém do Pará, 1951, p. 14. (Mimeo.).

Um quadro da produção extrativa vegetal, animal e industrial, relativa ao ano de 1950, dá uma ideia da intensa atividade e do labor dos novos colonos nesse núcleo colonial do *Seringal Empresa*.

**QUADRO 33. DEMONSTRAÇÃO PRODUÇÃO EXTRATIVA, VEGETAL, ANIMAL E INDUSTRIAL DO SERINGAL EMPRESA – RIO BRANCO-AC, 1950**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNIT	VALOR TOTAL
PRODUTO VEGETAL				
Borracha fina	Quilo	60.600	14	848.400,00
Sernamby seringa	Quilo	7.030	8	56.240,00
Madeiras	M3	12.900	200	2.590.000,00
				3.825.300,00
PRODUTO ANIMAL				
Couros e peles diversas	-	601	20	12.020,00



**QUADRO 33. CONTINUAÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNIT	VALOR TOTAL
PRODUTO INDUSTRIAL				
Carvão vegetal	Scs. 12kg	28.233	16	508.194,00
Tijolos de alvenaria	Milheiro	2.580	350	903.000,00
				1.411.194,00

Fonte: Relatório do Banco de Crédito da Borracha; biênio 1950-1951, Belém do Pará. 1951, p. 14 (Mimeo.).

Nota-se que, apesar da diversificação das atividades, a extração da borracha continua como uma das misteres importantes. É que, não obstante o avanço de outras culturas, o seringal ainda possuía, em suas matas, muita seringa.

O levantamento estatístico, efetuado pelo Departamento de Produção do Governo do Território do Acre, em julho de 1951, sobre a produção agrícola e animal do *Seringal Empresa*, demonstra como, pela primeira vez no Acre, a agricultura de subsistência ganhou importância e a divisão do trabalho, dentro do território, aprofundou-se um pouco mais.

**QUADRO 34. RESUMO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E ANIMAL  
DO SERINGAL EMPRESA — RIO BRANCO-AC.**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	PRODUÇÃO TOTAL	PREÇO MÉDIO P/ UNID.	VALOR TOTAL
AGRÍCOLA				
Açúcar mascavo	Quilo	318.000	3,00	954.000,00
Arroz em casca	*	167.785	2,50	419.462,50
Abacates	Unidade	137.790	0,50	68.895,00
Abacaxis	*	34.660	3,00	103.980,00
Bananas	Cacho	613.130	3,00	1.839.390,00
Batata-doce	Quilo	13.960	2,00	27.920,00
Cajaranas	Unidade	8.500	0,50	4.250,00
Café	Quilo	24.373	20,00	487.460,00
Cana de açúcar	Tonelada	1.195	30,00	35.850,00
Coco da praia	Unidade	2.460	4,00	9.840,00
Cupuaçu	*	9.940	2,00	19.880,00
Farinha de mandioca	Quilo	470.000	2,50	6.175.000,00
Feijão	*	106.286	4,00	425.144,00

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	PRODUÇÃO TOTAL	PREÇO MÉDIO P/ UNID.	VALOR TOTAL
Jirimuns	Unidade	1.090	2,00	2.180,00
Jacas	*	9.095	5,00	45.475,00
Laranjas	*	452.800	0,40	181.120,00
Limões	*	284.200	0,10	28.420,00
Limas	*	90.300	0,40	36.120,00
Macaxeira	Quilo	4.298.980	1,00	4.298.980,00
Melancias	Unidade	370	3,00	1.110,00
Mamões	*	132.380	0,20	26.476,00
Mangas(1)	*	764.000	-	-
Milho	Quilo	660.450	0,80	528.360,00
Hortaliças	*	27.300	5,00	136.500,00
Tangerinas	Unidade	203.400	0,20	40.680,00
				15.896.492,50
ANIMAL				
Leite	Litro	241.158	4	964.632,00
Ovos	Dúzia	73.427	15	1.101.405,00
Carne de porco	Quilo	9.992	12	199.904,00
Carne bovina	*	3.581	12	42.972,00
				2.228.913,00
(1) Não tem valor comercial				

**Fonte:** Relatório do Banco de Crédito da Borracha; biênio 1950-1951, Belém do Pará, 1951, p. 15 (Mimeo.).

Julgamos oportuno registrar, também, uma discriminação dos animais domésticos existentes, o que demonstra que esta atividade, embora incipiente, começava a se desenvolver nestas colônias.

**QUADRO 35. LISTA DISCRIMINATIVA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS EXISTENTES NAS COLÔNIAS VICINAIS DE RIO BRANCO-AC, 1950- 1951**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	PRODUÇÃO TOTAL	PREÇO MÉDIO P/ UNID.	VALOR TOTAL
BOVINOS				
Bois de trabalho	251	2.500,00	627.500,00	
Bois de corte	11	800,00	8.800,00	
Vacas leiteiras	521	2.000,00	1.042.000,00	
Bezerros e bezerras	312	250,00	78.000,00	
Garrotes	207	600,00	124.200,00	
Novilhas	198	600,00	118.800,00	

**QUADRO 35. CONTINUAÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	PRODUÇÃO TOTAL	PREÇO MÉDIO P/ UNID.	VALOR TOTAL
Touros reprodutores	30	3.000,00	90.000,00	2.089.300,00
EQUINOS				
Cavalos	64	3.000,00	192.000,00	
Éguas	58	3.000,00	174.000,00	
Potros	29	1.500,00	43.500,00	
Potrancas	21	1.500,00	31.500,00	
Garanhões	3	3.000,00	9.000,00	450.000,00
ASININOS				
Burros e burras	52	5.000,00	260.000,00	260.000,00
OVINOS				
Carneiros	67	150,00	10.050,00	
Ovelha	224	150,00	33.600,00	
Borregos (m.f.)	90	60,00	5.400,00	49.050,00
CAPRINOS				
Cabras	9	70,00	630,00	
Bodes	4	50,00	200,00	
Cabritos (m.f.)	3	30,00	90,00	920,00
SUÍNOS				
Porcos p/engorda	284	500,00	142.000,00	
Porcas reprodutoras	173	400,00	69.200,00	
Leitões e leitoads	379	120,00	45.480,00	
Varrões	43	600,00	25.800,00	284.480,00
AVES				
Galinhas	8.123	30,00	243.690,00	
Galos	995	25,00	23.875,00	
Frangos e frangas	7.142	15,00	107.130,00	
Patos e patas	1.195	20,00	23.900,00	
Perus e peruas	23	80,00	1.840,00	400.435,00
SOMA				3.532.185,00

**Fonte:** RELATÓRIO do Banco de Crédito da Borracha; biênio 1950-1951. Belém do Pará, 1951. p. 16. (Mimeo).

Esta economia diversificada, que se implantou nas colônias circunvizinhas a Rio Branco, estava voltada primeiramente para o consumo dos próprios produtores e secundariamente para o consumo da cidade.

Essa expansão das colônias estava intimamente ligada à expansão urbana. Com efeito, a população urbana de Rio Branco, em virtude do êxodo dos seringais, quase dobrou num período de dez anos, passando de 4.945 habitantes, em 1940, a 9.707 habitantes em 1950.

Durante nossa pesquisa de campo, a maioria dos entrevistados assegurava que 1946 foi o ano em que a cidade começou a crescer e a se desenvolver.

O governo Guimard dos Santos edificou ou completou obras públicas que deram novo aspecto à cidade, assim como serviram para empregar e ocupar muitos ex-seringueiros e *ex-soldados da borracha*<sup>519</sup>. Foi criada, inclusive, uma corporação militar, a Guarda Territorial de Fronteiras, composta, na sua maior parte, de *ex-soldados da borracha* que, descontentes nos seringais, rumaram para Rio Branco.

Em Manaus, o governo do estado do Amazonas também aproveitou muito dessa mão de obra que debandava dos seringais e que tinha alguma aptidão para a agricultura e criação de gado, colocando-a na ex-Colônia Agrícola Nacional do Amazonas. Outros ex-soldados foram enviados ao Baixo Amazonas, Solimões, Rio Madeira e Autazes, onde se tornaram pequenos proprietários agrícolas ou criadores de gado. Alguns outros foram aproveitados, inclusive, no trabalho de corte de lenha para a usina de luz da capital manauara<sup>520</sup>.

Com essas acomodações emergenciais, providenciadas mais pelos governos locais do que pelo governo da União, o problema do *soldado da borracha* foi caindo, aos poucos, no mais absoluto esquecimento.

Em 1970, época da nossa chegada ao Acre, ficamos sobremaneira sensibilizados pelo destino dramático desses *ex-soldados da borracha* que se dirigiam em levadas para o Paço Episcopal de Rio Branco, sendo que, o então bispo Giocondo Grotti, além das providências imediatas de caráter assistencial que lhes podia proporcionar, tentava obter, por meio de um projeto de lei de sua autoria, em tramitação no Congresso Nacional, algum amparo previdenciário para esses relegados da sorte que, apesar de tantas promessas, encontravam-se abandonados nos seringais da Amazônia.

519 GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo Geográfico do Território do Acre*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. p. 118-175.

520 MAIA, Álvaro. A borracha: problema de defesa nacional. In: *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano VII, setembro de 1947, nº 74, p. 24.

De vez em quando, em época de eleição, a bandeira dessas reivindicações dos *soldados da borracha* é desfraldada por políticos oportunistas para se beneficiarem da carga emocional que sempre cercou a lembrança dessas injustiças. No entanto, passadas as eleições, tudo cai de novo no olvido de sempre.

Assim, quando se aproximava o pleito de 1974, a grita sobre a necessidade de um arrimo ao *soldado da borracha* era muito grande na Amazônia. Em vista de um abaixo assinado, firmado por 1.744 *ex-soldados da borracha*, o governo federal baixou uma Portaria insinuando que tomaria medidas visando amparar aqueles que trabalharam na produção da borracha durante a guerra. A justificativa normalmente apresentada era que o soldado desconhecido da Amazônia deveria merecer a mesma assistência a que fizeram jus os que estiveram na Itália, pois sua luta não fora menor.

Por essa Portaria, o Ministro do Trabalho e Previdência Social, Arnaldo Prieto, designava os senhores Áureo Bringel de Melo, Hélio Palma Arruda, Joaquim Pessoa Igrejas Lopes, Perequê Barros Pinto e José Smith Braz, respectivamente indicados pelo Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Secretaria do Trabalho do mesmo Ministério e Grupo Tarefa da Amazônia (GTA)<sup>521</sup>.

Esta Comissão, de fato, realizou sua tarefa, e a 21 de outubro de 1974, encaminhava os resultados deste trabalho à apreciação do então Ministro Nascimento e Silva<sup>522</sup>. Depois disso, nada mais se soube a respeito destas providências e o que se viu foi apenas uma cortina de fumaça descer sobre o assunto.

Em 1978, o deputado Jerônimo Santana (RO) advogava que, sendo Rondônia um dos pontos de maior concentração desse contingente de *ex-soldados da borracha*, deveria destinar lotes de terras devolutas a tais elementos que ficaram sem amparo após a guerra.

Após muita luta, foi realmente resolvido dar terras devolutas aos soldados da borracha de Rondônia. Foram estes elementos convocados ao Incra para se inscreverem e, mais uma vez, contare suas vidas. Fez-se a promessa de terras, a título de recompensa. O Incra teria

521 PORTARIA nº 3.138, de 17.04.74. In: *Boletim Informativo Especial do Ministério do Trabalho e Previdência Social*, nº 97, p. 8.

522 OFÍCIO nº 459, do Grupo de Trabalho sobre o soldado da borracha ao Sr. Ministro Nascimento e Silva. Brasília, 21.10.74.

reservado uma gleba na região do Rio Jaru para atender aos soldados da borracha, destinando-lhes lotes de 250 hectares. A última notícia que se soube sobre mais esta tentativa foi a de que, embora os títulos definitivos dos soldados da borracha estivessem prontos em Porto Velho, o Incra engavetara esses documentos, acusando os soldados da borracha, que não eram agricultores, de pretenderem vender estas terras a baixo preço<sup>523</sup>. Assim, funcionários do Incra pretendiam fazer o papel de curadores de pessoas maiores que, certamente, não pediram para ser curateladas. Mas esta é uma outra história.

Em 1982, em vista das novas eleições que se aproximavam, foi apresentado ao Congresso Nacional novo Projeto de Lei, o de nº 6.384. A proposição, de autoria do senador Jorge Kalume (PDS-Acre) e candidato ao governo naquele Estado, intentava conceder aos trabalhadores da borracha que haviam completado 60 anos de idade, uma renda mensal vitalícia a cargo do Funrural, devida a partir da data de apresentação do requerimento, igual a dois salários mínimos de maior valor vigente no país, sem prejuízo da assistência médica prestada aos demais beneficiários da Previdência Social Rural<sup>524</sup>.

Tal projeto de lei, que teve como relator no Senado o senador Vivaldo Frota e, na Câmara, o deputado Osvaldo Melo, recebeu o parecer favorável das Comissões de Justiça e Assistência Social de ambas as casas.

Simultaneamente a este projeto de lei, o senador Kalume, em data de 22 de junho de 1982, oficiava ao presidente do Incra, Paulo Yacota, sugerindo que, enquanto não se obtinha o julgamento desse projeto, se destinasse parcela das terras desapropriadas do Acre, no total de 970.354 hectares, aos soldados da borracha ali existentes, à semelhança da política adotada no estado de Rondônia<sup>525</sup>.

Como aconteceu no passado, realizadas as eleições e derrotado o candidato autor do projeto de lei, tudo caiu no olvido e no descaso dos diligentes legisladores.

A situação desses relegados da sorte, que tanto deram de si num momento tão crítico da história da humanidade, continua a pior pos-

523 Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, nº 068, 13.06.1978.

524 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Trabalho e Legislação Social. *Parecer sobre o projeto de lei nº 8.384 de 1982*. (Mimeo).

525 SENADO FEDERAL. Ofício do Senador Jorge Kalume ao Presidente do Incra, Paulo Yacota, em 22.08.1982.

sível, muitos deles vivendo inclusive da caridade pública, como constatou o autor na Casa dos Vicentinos, em Rio Branco-Acre.

Só dois sentimentos continuam ainda vivos em seus corações: o de ter contribuído com seu trabalho e o sacrifício de suas vidas para o sucesso das Nações Unidas e a mágoa de terem recebido, em troca de tudo isso, apenas injustiças, ingratidões e o desamparo na própria velhice.

Seu Francisco Antônio de Souza, em carta enviada às mais altas autoridades da República, em janeiro de 1982, bem reflete tais ressentimentos.

(...) Vantagens asseguradas pelos artigos 6, 7 e 9 do Decreto-Lei nº 4.841/43, tudo isso ficou apenas no papel. Os contratos de trabalho foram cumpridos pelos ex-combatentes voluntários conhecidos como soldados da borracha que prestaram seu trabalho em produzir a borracha em torno do qual foram mobilizados todos esses esforços. Os patrões, porém, nada cumpriram daquilo estipulado e prometido aos ex-combatentes. O negócio foi bom para os seringalistas, que dispuseram de crédito à vontade e farta mão de obra que também lhes era oferecida pelo governo. As levas dos ex-combatentes subiam os rios e os seringalistas, a modo dos senhores de escravos, em cada localidade escolhiam os que mais agradasse. SEMTA, SAVA, CAETA, funcionavam como navios negreiros transportando escravos; os ex-combatentes voluntários, não tinham os mesmos direitos dos soldados nos campos da Europa. Seus comandantes eram seringalistas que se beneficiavam de seu trabalho e os exploravam de toda forma.

E prova está, nos que sobreviveram de doenças e abandonos nos seringais, pois desafiamos que se aponte um deles que prosperou ou se tornou independente economicamente. Criou-se a estrutura mais desumana e violenta de que se dá notícia em matéria de relações de propriedades. Nunca o soldado da borracha conseguiu ou conseguirá alcançar a condição de seringalista, pois os favores governamentais, no esforço da guerra e depois deles, foram apenas para os seringalistas.

Ora, a situação atual destes seringalistas é a pior possível e como empresários estão praticamente todos falidos, situação que nos permite imaginar a miséria em que vivem os ex-combatentes

voluntários. Acreditam os que agora no governo do ilustríssimo senhor general João Batista e seus Ministros e demais autoridades, vão voltar as vistas para nós que nenhum governo teve o cuidado e o patriotismo de solucionar o nosso caso, perguntamos porque recebemos tantas in gratidões. Deixamos nosso torrão natal no esforço da 2ª Guerra Mundial para ajudar a defender nossos irmãos e enfrentar quatro feras perigosas: patrão, praga, cobra e onça e as doenças da região.

Os ex-combatentes não se cansam de radicar – (reivindicar? - P.M.) os seus direitos; precisamos dos senhores para resolver os nossos problemas; contamos com as máximas autoridades do Brasil e com os homens de boa vontade. O objetivo foi alcançado, a borracha foi feita, os ex-combatentes continuam desamparados.

Não cumpriram o que a lei determinou em matéria de apoio e assistência aos ex-combatentes e suas famílias, muito menos em relação à sua recompensa econômica ou financeira.



## CONCLUSÃO

O ataque japonês a Pearl Harbour (dezembro de 1941) pôs fim à ambiguidade da política externa de Getúlio Vargas. A realização da III Reunião de Chanceleres Americanos, em janeiro de 1942, no Rio de Janeiro, ensejaria uma série de definições de princípios políticos e econômicos que, sob a égide norte-americana, abriram caminho para o abastecimento de matérias-primas aos aliados.

Ameaçados de repentino colapso em sua indústria bélica, devido à falta deste importante material que era a borracha, ameaçado em sua comercialização pelo alastramento da guerra no Pacífico, os USA, entre outras medidas emergenciais, estabeleceram vários acordos com as nações latino-americanas, tradicionais produtoras de borracha, propondo a aquisição de todo excedente do produto desses países. Estes acordos, que no tocante ao Brasil ficaram conhecidos como os *Acordos de Washington*, abrangeram o período de 1942 a 1947, durante o qual a produção, comercialização e industrialização passaram a ser controladas pelo Governo Federal. Os objetivos fundamentais do acordo sobre a borracha eram os de estimular ao máximo a produção extrativista amazônica, de forma a aumentar os excedentes exportáveis para os Estados Unidos.

A dramática situação em que se encontrou a indústria bélica americana e aliada, pela crescente carência de borracha, fez com que estes acordos fossem implementados com tal urgência e com medidas tão drásticas que resultaram num atribulado programa de desenvolvimento regional.

Esta situação de emergência viria nortear as próprias intenções e expectativas de brasileiros e americanos em relação ao novo programa amazônico para a borracha. Os americanos, acossados pelo clima de imediatismo e pela aflição de catástrofe iminente que a falta de borracha ameaçava provocar em sua indústria bélica, tinham os seus interesses marcados pelo oportunismo e pelo pragmatismo. Já os brasileiros, embora objetivando a extração da borracha, de que tanto careciam os aliados – e para evitar uma repetição do passado, quando, depois do *El Dorado*, a região amargou uma crise sem precedentes – desejavam implantar, na Amazônia, um programa de desenvolvimento de longa duração e que se projetasse para além do período da guerra.

Os erros e equívocos que foram cometidos na implementação do programa por ambos os governos, tanto na esfera de decisão como no campo operacional, foram, na verdade, estarrecedores.

Em termos de resultados concretos, o que realmente *a batalha da borracha* representou para a Amazônia e para a indústria gumífera? De uma maneira geral, este segundo surto do extrativismo, provocado pela emergência da guerra, pouca coisa veio somar para a Amazônia. Desta feita, não sobraram nem mesmo os resultados do luxo e do deslumbramento, que tanto caracterizaram o primeiro ciclo. Prova disto era a deplorável situação em que se encontrava a cidade de Manaus, logo após a guerra, totalmente deteriorada e carente de qualquer serviço que funcionasse ao menos precariamente.

Se este era o retrato de Manaus, que se constituía no epicentro deste esforço de guerra, o que não se poderia afirmar das outras regiões, especialmente da empresa gumífera e da vida nos seringais? Como foi amplamente ressaltado no decurso do trabalho, todas as tentativas de se implantar um sistema direto de aviamento e financiamento para os seringais faliram inexoravelmente, diante da reação ferrenha dos comerciantes de Manaus e Belém. Também os esforços para se suprimir com o arcaico sistema de crédito nos barracões e medidas para se implantarem relações de trabalho mais justas e humanas nos seringais foram totalmente boicotadas pelos seringalistas-patrões.

Na verdade, a intervenção governamental na empresa gumífera nada mais fez que reforçar o sistema de aviamento. Ao financiar aviadores e seringalistas, ao assegurar a continuidade da exploração dos seringais em débito junto ao Banco de Crédito da Borracha, ao subsidiar a locação da mão de obra e garantir a compra do produto, o Banco de Crédito veio apenas substituir as tradicionais casas exportadoras, financiando o intermediário e adquirindo a safra. Enquanto isto, o seringueiro continuou como antes, isolado de tudo e de todos, totalmente à mercê da vontade e dos caprichos do seu patrão – o seringalista.

Naturalmente, os custos sociais deste empreendimento foram elevados, para não dizer proibitivos. Diante das declarações dos encarregados dos serviços de imigração e dos depoimentos dos próprios *soldados da borracha*, não estaríamos cometendo nenhum exagero se afirmássemos que, dos cinquenta e cinco mil nordestinos alocados

para a Amazônia, durante este esforço de guerra, pelo menos quinze ou vinte mil deles perderam suas vidas nos seringais ou nas brenhas da floresta. E enquanto os verdadeiros responsáveis desta epopeia de delírios e irresponsabilidades se escondiam atrás de justificativas pouco convincentes, culpando os esforços de guerra pela desgraça que se abatera sobre milhares de brasileiros, os pobres *arigós* remanescentes eram abandonados à própria sorte.

Um outro fator que merece um registro especial, devido às graves consequências que provocou para a região, foi a absoluta falta de adequação e vontade das classes produtoras da Amazônia em promover uma política de substituição do extrativismo retrógrado, imperante na área, pela adoção da heveicultura racional e sistemática. Não obstante algum incentivo do governo para a melhoria das técnicas de produção e pesquisa, e apesar das circunstâncias excepcionais da guerra e dos generosos recursos à disposição, a heveicultura foi relegada a planos secundários.

Preterindo uma vez mais as questões fundamentais da empresa gumífera, quais sejam o incentivo à heveicultura e a melhoria das condições de trabalho nos seringais, a Amazônia perdia novamente o trem da história. Pouco menos de cinco anos após a carência dos acordos de guerra, o Brasil se via na contingência de importar um volume considerável de borracha vegetal para fazer frente às necessidades de sua indústria de artefatos. E os seringais da Amazônia, a maioria falidos ou hipotecados ao Banco de Crédito da Amazônia, seriam, alguns anos mais tarde, presa fácil dos especuladores de terra que começavam a atuar na região. Nem alguns pontos positivos, como a assistência técnica recebida dos americanos e o incentivo à industrialização dos produtos da borracha, a criação do Banco de Crédito da Borracha, dos Territórios Federais, do Instituto Agrônomo do Norte etc, amenizam a sensação de frustração que se sente ao constatar que, mais uma vez, a Amazônia deixou fugir uma oportunidade singular de equacionar os grandes problemas econômicos que, no passado, praticamente liquidaram com sua economia. Se concreta e oportunamente enfrentados, sem dúvida teria sido outra a direção imprimida ao projeto amazônico nos últimos quarenta anos.<sup>526</sup>

---

526 O autor faz menção aos 40 anos anteriores à escrita de sua Tese, em meados da década de 1980.



# REFERÊNCIAS

## FONTES BIBLIOGRÁFICAS

### DE CARÁTER GERAL

ARENSBERG, Conrad M. The community-study on method. *The American Journal of Sociology*. Chicago, 60 (2), 1954.

BARAN, C. e SWEEZY, Paul. *Capitalismo monopolista*: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BARRETO, Antônio Emílio Muniz. *Relações econômicas e novo alinhamento internacional do Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da USP, 1977. Anexos 3 e 4. (Mimeo).

BAUM, Villa K. *Oral history for the local historical society*. Nashville: American Association for State Local History, 1972.

BETHELLEIM, C. *L'économie allemande sous le nazisme*. Paris: Maspero, 1971. 2 v.

BURNS, E. Bradford. *The unwritten alliance*: Rio Branco and brazilian-american relations. New York/London: Columbia University Press, 1966.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Trabalho e Legislação Social. *Parecer sobre o projeto de lei nº 8.384 de 1982*. (Mimeo).

CAMPOS, Pedro Moacyr. Brasil-Alemanha. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. T. II, V. 4. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

CARVALHO, Leitão de. *A serviço do Brasil na segunda guerra mundial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1952.

CONDAMINE, Charles Marie de La. *Relato abreviado de uma viagem pelo interior da América Meridional*. São Paulo: Cultura, 1944.

CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. *The framework of hemisphere defense*. Washington: Department of the Army, 1960.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, Ano IV, nº 12, set. 1946, p. 863.

CORREA, Carlos Humberto. *O documento oral como fonte histórica*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1977.

CORREA, Carlos Humberto. *História oral*: teoria e técnica. Florianópolis, UFSC, 1978.

- COUTINHO, Lourival. *O general Góis depõe*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956.
- DEANNE, Phillis. *A revolução industrial*, Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- DULLES, John W. Foster. *Vargas of Brazil: a political biography*. Austin: University of Texas Press, 1967.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 14 ed. São Paulo: Nacional, 1976.
- GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947.
- HAINES, G. K. Under the eagle's wing: the Franklin Roosevelt administration forges an american hemisphere. *Diplomatic History*. Washington, 1977.
- HERRING, Hubert. C. *Good Neighbors Argentina Brazil Chile and Seventeen Others Countries*. New Haven: Yale University Press, 1941.
- HILL, Laurence F. *Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1947.
- HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências, 1930-1939: os aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- HOBBSBAWN, E. J. *Da revolução industrial inglesa ao capitalismo*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1978.
- IANNI, Octávio. Estudos de comunidade e conhecimento científico. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 9 (1,2), 1962.
- LENIN, V. I. *O imperialismo: estágio superior do capitalismo*. Coimbra: Centelha, 1974.
- LOBO, Eulália M. L. et al. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 26 (4): 247, out./dez. 1971.
- MANCHESTER, A. K. *British preeminence in Brazil – it's rise and decline*. Chappel Hil: University of North Carolina Press, 1933.
- MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, sld. Tradução da primeira edição alemã de 1894.
- McCANN JR, F. D. *The brazilian-american alliance, 1937-1945*. New Jersey: Princeton University Press, 1973.
- MICHELANA, J. A. Silva. *A crise do sistema mundial: política e blocos de poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

- MOSS, William. *Oral history program manual*. New York: Praeger Publisher, 1974.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência; a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil; a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MUNIZ, Antônio Bandeira. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- OBERACKER JR, C. H. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In: *História geral da civilização brasileira*. T. II, v. 3. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.
- OBERACKER JR, C. H. *Der deutsche beitrage zum aufbau der brasilianischen nation*. São Paulo: Herder, 1955.
- NOGUEIRA, Oracy. *Pesquisa social: introdução às suas técnicas*. São Paulo: Editora Nacional, 1968.
- PRADO Jr., Caio. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- RODRIGUES, E. M. *Fascismo*. Rio de Janeiro: Editora Eldorado, 1974.
- ROY, Teresa N. Malatian. História oral. *Estudos Históricos*, Marília, (15): 123-30, 1976.
- SANTOS, Theotônio dos. *Imperialismo e corporações multinacionais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SENADO FEDERAL. Ofício do Senador Jorge Kalume ao Presidente do Incra, Paulo Yacota, em 22.08.1982.
- SIMONSEN, Roberto C. *Níveis de vida e a economia mundial*. São Paulo: 5. C. P., 1940.
- SIMONSEN, Roberto C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1973.
- SWEEZY, Paul. *Capitalismo moderno*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938-1947. 11v.
- VILLELA, Annibal V.; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.
- WELLES, Summer. *The time for decision*. New York: Harper & Brothers Publishers, 1944.

WIRTH, J. D. *A política do desenvolvimento na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

## **SOBRE A AMAZÔNIA E A BORRACHA**

AGASSIZ, Luiz e Elisabeth. *Viagem ao Brasil, 1865-1866*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/EDUSP, 1975.

ALMEIDA, Rômulo. *O Acre na economia amazônica*. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. 8(92). Rio de Janeiro: abr. 1942.

*ANAIIS da Assembleia Constituinte - 1946*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1948: v. XVII, sessão 98ª; v. XIX, sessões 87ª, 88ª, 89ª, 98ª, 99ª; 1950: v. XXIX, sessões 112ª e 161ª.

*ANAIIS da I Conferência Nacional da Borracha - 1946*. Biblioteca Documental da Borracha. Rio de Janeiro. Ministério de Indústria e Comércio – Superintendência da Borracha, 1973, 3v.

*ANAIIS da II Conferência Nacional da Borracha - 1948*. Rio de Janeiro: Biblioteca Documental da Borracha. Rio de Janeiro. Ministério de Indústria e Comércio – Superintendência da Borracha, 1973.

ARAÚJO, André Vidal de. *Introdução à sociologia da Amazônia*. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1956.

ARRUDA, M. Daniel Ludwig. *A exploração da Amazônia. Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 11, maio 1979.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS (ACA). *Relatório da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia*. Rio de Janeiro: CAETA, dezembro de 1945.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS (ACA). *Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas - Exercício 1943-1944*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1944.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS (ACA). *Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas - Exercício 1946-1947*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1947.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARÁ (ACP). *Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Pará - Exercícios 1942-1943; 1944-1945; 1945-1946*. Belém: Gráfica da Revista da Veterinária, 1944-1946.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARÁ (ACP). *Relatório do Banco de Crédito da Borracha - biênio 1950-1951*. Belém, 1951. (Mimeo).



BANCO DA AMAZÔNIA S.A. *Desenvolvimento da Amazônia*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1967.

BANCO DA AMAZÔNIA S.A. *Diagnóstico econômico preliminar das áreas urbanas do Acre, Amapá, Roraima, Rondônia*. Belém: 1969.

BARONI, Orlando. A batalha da borracha. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 5 (50): 158-60, maio 1947.

BASTOS, A. C. T. *O vale do Amazonas*. 3. ed. São Paulo/Brasília: Nacional/Instituto Nacional do Livro, 1975, Col. Brasiliense, v. 106.

BATES, H. W. *Um naturalista no Rio Amazonas*. Col. Reconquista do Brasil, v. 53. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979.

BENCHIMOL, Samuel. *O cearense na Amazônia: inquérito antropológico-geográfico sobre um tipo de imigrante*. Rio de Janeiro: SPEVEA, 1965.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Col. Amazônia, v. I. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.

BITENCOURT, Angelo. *O homem amazonense e o espaço*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1969.

BOUÇAS, F. Valentim. *Estudos econômicos e financeiros: meio século de trabalho*. Rio de Janeiro, Edit. Financeiras, 1953, 2v.

BRASIL: país da borracha? *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 214: 112-9, jan./fev. 1970.

BRASIL, sem a borracha, como progredir? *Revista do Interior*. Brasília: Ministério do Interior, 4 (22): 4-26, jan./fev. 1978.

BUENO, M. A. Pimenta. *A borracha: considerações*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de Villeneuve, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CAMPUZANO, Joaquim M. As multinacionais na Amazônia. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 11, p. 21-34, maio 1979.

CASTELO BRANCO, José M. Brandão. Juruá Federal, Território do Acre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 74-225, jul./set. 1947.

CASTELO BRANCO, José M. Terra e gente do Acre. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, IBGE, 3 (73): 42-57, abr. 1979.

CASTRO, José M. Ferreira de. *A selva*, São Paulo: Editora Verbo, 1972.

CAVALCANTI, Francisco Carlos da Silveira. O processo de ocupação recente das terras do Acre. Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA, 1983. (Mimeo).

CEDEPLAR (UFMG). Migrações Internas na Região Norte - o caso do Acre. V. I. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte, 1979, p. 48 (Mimeo).

CHANDLESS, William. Notes on the River Aquiry, the principal affluent of the River Purus. *Journal of Royal Geographical society of London*, 36: 119-28, 1866.

CHAVES, Avelino de Medeiros. *Exploração da hévea no Território Federal do Acre*. Monografia apresentada na Exposição Nacional da Borracha: Rio de Janeiro, 1913.

COSTA, José Craveiro. *A conquista do deserto ocidental*. São Paulo/Brasília: Companhia Editora Nacional/Instituto Nacional do Livro, 1974.

COSTA, J. M. Monteiro da; CAPELA, José das Neves. Borracha vegetal: análise de oferta. *Revista Econômica do BASA*. Belém: 1(1) 42, set./dez. 1970.

CORREA, Luiz de Miranda. *A borracha da Amazônia e a Segunda Guerra Mundial*. Manaus: Ed. do Governo do Estado do Amazonas, 1967.

CRUZ, Oswaldo Gonçalves da. *Considerações gerais sobre as condições sanitárias do Rio Madeira*: Relatório à Madeira-Mamoré Railway Co. Rio de Janeiro, Papellaria Americana, 1910. Reedição de Philippe Daou (Manaus) e Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro), 1972.

CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Porto: Lello Brasileira, 1967.

CUNHA, Euclides da. Entre os seringais. *Revista Cosmos*. Rio de Janeiro, Ano 3, nº 3, 1906.

CUNHA, Euclides da. *Peru versus Bolívia*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido*: reunião de ensaios amazônicos. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/MEC, 1976.

D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1976.

FERREIRA DA SILVA, Adalberto. *Raízes da ocupação recente das terras do Acre*: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 1982. (Mimeo.).

- FERREIRA FILHO, Cosme. *Porque perdemos a batalha da borracha*. Manaus: Editora do Governo do Estado do Amazonas, 1965.
- FERREIRA FILHO, Cosme. *Amazônia em novas dimensões*. Manaus: Conquista, 1971.
- FIGUEIREDO, Napoleão. *Amazônia, tempo e gente*. Belém: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1977.
- FONSECA, Cássio. *A economia da borracha: aspectos internacionais e defesa da produção brasileira*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva da Defesa da Borracha, 1950.
- FURTADO, Arruda. *Emigração para o Acre: causas da emigração nordestina para o Acre e o processo de colonização*. Fortaleza: Edit. A Fortaleza, 1979.
- GOMES, Anápio *et al.* *A batalha da borracha e a coordenação da mobilização econômica*. Rio de Janeiro: Coordenação da Mobilização Econômica de Guerra no Brasil. v. V e VI, 1943.
- GRAHAM, D.; HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. *Migration-regional and urban growth and development In Brazil: a selective analysis of the historical record, 1872-1970*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, 1971.
- GUEDES, Mário. *Os seringais*. Rio de Janeiro: Typographia Martins Araújo, 1914.
- GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo geográfico do Território do Acre*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1955.
- GUERRA, Antônio Teixeira. (Org.). *Geografia do Brasil – Grande Região Norte*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959, v. I.
- GUERRA, Antônio Teixeira. (Org.). Notas sobre as zonas econômicas do Território Federal do Acre. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: s/e, 11 (115): 349-66, jul./ago. 1953.
- HIGBEE, E. C. O homem e a Amazônia. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE-Conselho Nacional de Geografia, v. 9, n. 11, 1951.
- IANNI, Octávio. *A luta pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- INSTITUTE OF SYNTHETIC RUBBER PRODUCERS INC. *Borracha sintética: história de uma indústria internacional*. New York, 1973.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DO AMAZONAS. *Condições e necessidades dos seringais do Amazonas*. Manaus, 1942.

JARRIM, Edgardo Mercado. Pacto amazônico – dominação ou integração? *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 11, p. 57-77, maio 1979.

KNORR, K. E. *World rubber and it's regulation*. Stanford: Stanford University Press, 1945.

LE COINTE, Paul. *L'Amazonie brésilienne*. Paris: A. Challamel, 1922, v.I.

LEVY STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

LIMA, A. Figueiredo. O Acre e suas possibilidades. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1944.

LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque e outros. *Problemática da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1969.

LIMA, Cláudio de Araújo. *Coronel de barranco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

LIMA, Cláudio de Araújo. *Plácido de Castro: um caudilho contra o imperialismo*. 4. ed. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/Instituto Nacional do Livro, 1973.

LIMA, José F. Araújo. A exploração amazônica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, jun./set. 1943.

LIMA, José F. Araújo. *Amazônia – a terra e o homem*. 4 ed. São Paulo/Brasília: Cia. Editora Nacional/Instituto Nacional do Livro, 1975.

LUZ, Nícia Vilella. *A Amazônia para os negros americanos*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MAIA, Álvaro. A borracha – problema da defesa nacional. *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*, Ano VII, nº 74, set. 1947.

MAIA, Álvaro. *Na vanguarda da retaguarda: campanha da produção da borracha*. Manaus: Serviço de Divulgação do DEIP, 1943.

MAIA, Álvaro. *Defumadores e porongas*. Manaus: Editora do Governo do Estado do Amazonas, 1967.

MARTINS, Edilson. Fim da saga dos seringueiros da Amazônia. *Revista Geográfica Universal*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, nov. 1980, p. 72-82.

McCLINTOCK, J. C. A batalha do Amazonas. *Boletim do Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro, Ano 32, nº 11, nov. 1943.

McFADYEAN, A. *The history of rubber regulation, 1934-1944*. New York: W. W. Norton & Company, 1944.

MEGGERS, Betty. *Amazônia – a ilusão de um paraíso*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MEIRA, Sílvio de Bastos. *A epopeia do Acre: batalha do ouro negro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

MELLO, Alcino Teixeira de. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956.

MELO, Mário Diogo. *Do sertão cearense às barrancas do Acre*. Rio de Janeiro: s/e, 1979.

MENDES, Armando. *Viabilidade econômica da Amazônia*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1971.

MENDES, José Amando. *A borracha no Brasil*. São Paulo: Difusão do Livro, 1943.

MENDES, José Amando. *A crise amazônica e a borracha*. Belém: Typografia do Instituto Lauro Sodré, 1908.

MENDES, José Amando. *Amazônia econômica – problema brasileiro*. Rio de Janeiro: Empresa “A Noite”, s/d.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO-SUPERINTENDÊNCIA DA BORRACHA. Plano Nacional da Borracha. Anexo VI. *Legislação*. Brasília, 1971. (Mimeo).

MIRANDA NETO, M. *O dilema da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

MIYAZAKI, Nobue; ONO, Morio. O aviamento na Amazônia. *Sociologia*. São Paulo: Escola de Sociologia e Política, v. 20, n. 3-4, ago./out., 1958.

MORAIS, Raimundo. *Anfiteatro amazônico*. São Paulo: Melhoramentos, 1936.

MORAIS, Raimundo. *Na planície amazônica*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936.

OLIVEIRA, Avelino Inácio de. *Relatório da Comissão Brasileira Junto à Missão Oficial Norte-americana de Estudos do Vale Amazônico*. Rio de Janeiro, 1924.

OLIVEIRA, Luís Antônio Pinto. *Expansão da fronteira, migração e reprodução urbana: o caso do Acre*. São Paulo, 1980 (Mimeo).

OLIVEIRA, Luís Antônio Pinto. *O sertanejo, o brabo e o posseiro: a periferia de Rio Branco e os cem anos de andanças da população acreana*. Belo Horizonte, 1982. (Mimeo).

OLIVEIRA, Raimundo Alves de. *O soldado da borracha que se tornou professor*. Rio Branco: Gráfica Maia, 1980.

OLIVEIRA FILHO, J. P. O caboclo e o brabo. *Encontros com a Civilização Brasileira*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, nº 11, p. 101-140, maio 1979.

PAULA, José Antônio de. *Notas sobre a economia da borracha no Brasil*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFGM, 1978 (Mimeo).

PENTEADO, Antônio Rocha. *Problema de colonização e uso da terra na região bragantina do Estado do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1967.

PETHEY, Beatriz Célia de Mello. Aspectos da economia amazônica à época da depressão, 1920-1940. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, v. 31, nº 229, jun./ago. 1972.

PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia no rastro do saque*. São Paulo: Hucitec, 1980.

PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da borracha no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1984.

POTYGUARA, José. *Sapopemba: contos amazônicos*. 2. ed. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1978.

RAMOS, Mário Barroso. *Borracha*. São Paulo: Imprensa Ipsis, 1949.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Manaus: Editora do Governo do Estado do Amazonas, 1966.

REIS, Arthur César Ferreira. A conquista do Acre. In: *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1940.

REIS, Arthur César Ferreira. *A formação espiritual da Amazônia*. Rio de Janeiro, s/e, 1964.

REIS, Arthur César Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Documentário da vida rural, nº 5. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura - Serviço de Informação Agrícola, 1953.

REIS, Arthur César Ferreira. *O processo histórico da economia amazônica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

RIBEIRO, Paulo de Assis. A organização de um serviço de guerra. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, Ano VI, v. III, nº 3, set. 1943, p. 13-20.

RICARDO, Cassiano. *O Tratado de Petrópolis*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1954, 2v.

- ROCHA, Júlio. *O Acre*, documentos para a história de sua ocupação pelo Brasil. Lisboa: Minerva-Lusitana, 1903.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia, 1880-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SARAZATE, Paulo. *A batalha da borracha: discursos proferidos na Assembleia Constituinte*. Rio de Janeiro, 1946.
- SCHURSTZ, William e outros. *Rubber production in the Amazon Valley*. Washington, 1925.
- SILVA, Luiz Osiris da. *A luta pela Amazônia*. São Paulo: Ed. Fulgor, 1962.
- SILVA, Luiz Osiris da. O papel do Banco da Amazônia. *Revista Econômica do BASA*. Belém: 1967, t. IV.
- SILVA, Moacyr Fecury Ferreira da. *A imigração nordestina para a Amazônia em 1877: uma tentativa de colonização pela administração provincial*. Rio Branco: Artes Gráficas Dois Oceanos, 1977.
- SOARES, José C. de Macedo. *A borracha: estudo econômico e estatístico*. Paris: L. Chauny/L. Quinsac, 1927.
- SOUZA, Eloy de. *A crise da borracha*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.
- SOUZA, Márcio. *Galvez, imperador do Acre*. Manaus: Editora do Governo do Estado do Amazonas, 1976.
- SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Karl Friedrich. *Viagem pelo Brasil*. Brasília: Editora Condensada, Instituto Nacional do Livro, 1972.
- STANFORD UNIVERSITY (ed.). *The world's rubber and its regulation*. Stanford: Stanford University Press, 1945.
- SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (Sudam). *Subsídios para um programa da borracha natural da Amazônia*. Belém 1967.
- TEIXEIRA, Carlos Correia. *O aviamento e o barracão na sociedade do seringal*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1980. (Mimeo).
- TOCANTINS, Leandro. *A Amazônia – natureza, homem e tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1970.
- TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/Instituto Nacional do Livro, 1978, 3v.

- TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Edit., 1977.
- VARGAS, Getúlio. Discurso do Rio Amazonas. In: *Amazônia Brasileira*, Excerpts da *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE-Conselho Nacional de Geografia, t. 139, p. 1-3, 1944.
- VELHO, Octávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. São Paulo: Zahar, 1972.
- VERGOLINO, José Raimundo de Oliveira. *A borracha extrativa e a economia amazônica, 1890-1930*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 1975. (Mimeo).
- VERISSIMO, José. *Estudos amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.
- VIANNA MOOG, Cassimiro. *O ciclo do ouro negro: impressões da Amazônia*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1936.
- WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudos do homem nos trópicos*. 2 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.
- W. H. RICKINSON & SON (ed.). *The world's rubber position*. London: july, 1942.
- WALLACE, Alfred Russel. *Viagem pelo Amazonas e Rio Negro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.
- WALVERDE, Orlando. Amazônia Brasileira – alguns aspectos sócio-econômicos. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 208: 43-50, jan./fev. 1969.

## PERIÓDICOS

### REVISTAS E BOLETINS

- BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. Manaus: Tipografia Phaenix, Ano II, nº 24, 1943; Ano III, nº 31 (fev.), 33 (abr.), 36 (jun.), 1944; Ano IV, nº 48, jun. 1945; Ano VI, nº 48, dez. 1947; Ano VII, nº 74, set. 1947, nº 86, set. 1948; Ano VIII, nº 91, fev. 1949.
- BOLETIM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Rio de Janeiro, Ano V, nº 49, set. 1938.
- BOLETIM INFORMATIVO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. Brasília, nº 96, 1974.



CONJUNTURA ECONÔMICA E FINANCEIRA. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Ano III, nº 2, fev. 1949; Ano V, nº 2, fev. 1951; Ano IX, nº 2, fev. 1954.

OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. Rio de Janeiro: Ed. Financeiras, Ano VII, nº 74, 1942; Ano VIII, nº 79-88-89-92, 1943.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. Manaus: 1929-1951 (diversos números).

## JORNAIS

*A Crítica*. Manaus, 19.04.1949.

*A Manhã*. Rio de Janeiro, 7.03.1942.

*Correio do Ceará*. Fortaleza, 5.12.1946.

*Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 6.03.1942.

*Diário da Tarde*. Manaus, 25.10.1944.

*Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Ano I, nº 3, 26.09. 1946; nº 068, 13.06.1978.

*Diário Oficial da República*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942: edições dos dias 11.07; 25.07; 11.10; 20.10; 17.12; 1943: edições dos dias 16.04, 30.11 e 17.12.

*Folha da Noite*: São Paulo, 22.05.1946.

*Jornal do Comércio*. Recife, 21.08.1946.

*O Acre*. Órgão Oficial do Território do Acre, Rio Branco. 1942; edições dos dias 30.09; 4.10; 1943: edições dos dias 10.01; 31.01; 7.03; 30.05; 30.08; 25.09; 28.09; 28.11; 5.12; 19.12; 1944: edições dos dias 17.09, 08.10; 1946: edições dos dias 12.09; 29.09.

*O Jornal*. Manaus, 28.10.1944.

# FONTES DOCUMENTAIS

## DOCUMENTOS MANUSCRITOS

ATAS da Associação Comercial do Amazonas, 1940-1950. Arquivo A.C.A., Manaus.

CADERNETA de Débitos e Créditos do *soldado da borracha* Antônio Ferreira, 1944. Seringal Itu, Rio Branco-AC.

CADERNETA de Débitos e Créditos do *soldado da borracha* Juventino Bastos, 1944. Seringal Independência, Rio Branco-AC.

LIVRO do Tombo da Prelazia do Acre e Purus, 1920-1968. Arquivo da Prelazia do Acre e Purus. Rio Branco-AC.

LIVRO de Registro de Contas Correntes do Seringal Itu, 1900-1945. Rio Branco-AC.

LIVRO de Registro de Contas Correntes do Seringal independência, 1940-1946.

LIVRO de Registro de Contas Correntes da Firma J. R. Aguiar, 1944. Tarauacá-AC.

## DEPOIMENTOS E ENTREVISTAS

DEPOIMENTOS escritos, sobre o recrutamento, travessia e vida nos seringais, prestados por:

*Antônio Alves de Souza, soldado da borracha.* Seringal Novo Andirá, Rio Branco, janeiro de 1983.

*Francisco Severo da Silva, soldado da borracha.* Seringal Iracema, Rio Branco, janeiro de 1983.

*Maria Divina de Jesus e seus filhos Hermes Lopes de Oliveira, Francisco Lopes de Oliveira, André Lopes de Oliveira e José Lopes de Oliveira.* Seringal Guanabara, Sena Madureira-AC, fevereiro de 1983.

*Pedro Vicente da Silva, soldado da borracha.* Seringal Catuaba, Rio Branco, janeiro de 1983.

ENTREVISTAS, gravadas e transcritas, com direito à reprodução pelo autor, concedidas por:

*Antônio Madeira de Matos, soldado da borracha.* Rio Branco, 6.01.1982, 8p.

*Antônio Ribeiro da Mata, soldado da borracha.* Rio Branco, 20.03.1983, 6p.

*Francisco de Souza, soldado da borracha.* Rio Branco, 25.05.1983, 6p.

*João Avelino da Silva, soldado da borracha.* Rio Branco, 21.02.1982.

*José Inácio de Souza, soldado da borracha.* Rio Branco, 26.01.1983, 5p.

*Miguel Bertulino da Costa, seringueiro.* Rio Branco, 20.03.1983, 4p.  
*Raimundo Alves de Oliveira, soldado da borracha.* Rio Branco, 3.02.1982, 12p.  
*Sebastião Severino dos Santos, soldado da borracha.* Rio Branco. 22.01.1982, 7p.

## DOCUMENTOS PUBLICADOS

### ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATI

- *Relatório do Ministério das Relações Exteriores – 1941-1942.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. Reconstituições das relações diplomáticas entre Brasil e EUA.
- *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. Conhecido como *Livro Verde*, justifica a entrada do Brasil na Guerra.
- *Acordo entre o Brasil e os EUA relativo ao pagamento do prêmio sobre a borracha, complementar ao de 08.02.1944.* Concluído no Rio de Janeiro por troca de notas datadas de 12.12.1944. Ministério das Relações Exteriores. Col. Atos Internacionais, nº 212, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946.
- *Acordos relativos à prorrogação, por um período adicional, de vários acordos existentes entre o Brasil e os EUA referentes à borracha e seus produtos.* Concluídos no Rio de Janeiro por troca de notas datadas de 27.06 a 14.08.1945. Ministério das Relações Exteriores. Coleção Atos Internacionais, nº 222. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- *Acordo alterando a vigência dos acordos referentes à borracha e seus produtos.* Concluídos no Rio de Janeiro por troca de notas datadas de 03.10.1943; 22.12.1944; 27.06.1945 e 14.08.1945. Ministério das Relações Exteriores. Coleção Atos Internacionais, nº 226. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- *Acordo para o aproveitamento dos estoques de borracha natural e borracha sintética, em consequência dos acordos anteriores.* Concluído no Rio de Janeiro por troca de notas datadas de 31.10.1945. Ministério das Relações Exteriores. Coleção Atos Internacionais, nº 227. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- *Acordo entre o Brasil e EUA relativo ao pagamento do prêmio sobre a borracha* (complementar ao de 08.02.1944). Ministério das Relações

Exteriores. Coleção Atos Internacionais, nº 213. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

## **FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO (CPDOC)**

### **ARQUIVO GETÚLIO VARGAS:**

- *Carta-Relatório de Valentim Bouças a Vargas sobre a missão Souza Costa* (março de 1942). Waldorf Astória Hotel, New York, XXXVII – 381.22.02.1942. Arquivo Getúlio Vargas. Ref. 42.01.30.
- *Relatório Secreto do Ministério da Guerra ao Presidente da República*. Ref. 40.06.00 (confidencial).
- *Mensagem de F. D. Roosevelt a Vargas, entregue por Summer Welles*. Ref. 42.01.20.
- *Memorandum de 08.03.1941, referente ao Crédito do import-Export Bank ao governo do Brasil, para compra de materiais de defesa nos EUA*. Elaborado de acordo com notas trocadas em 21.12.1940 e 11.02.1941, entre os governos do Brasil e EUA. Ref. Sec. 41.03.08.
- *Memorandum de 05.04.1941 referente à aquisição pelo governo do Brasil de material de defesa*. Ref. Sec.41.03.08.
- *Memorandum referente à aquisição do governo dos EUA de material crítico e estratégico do Brasil*. Ref. Sec.41.03.08.
- *Pedidos de licença prévia para a importação de artefatos de borracha*. Ref. Sec. 49.08.09.
- *Carta de Getúlio Vargas a Souza Costa*. Petrópolis, 23 de fev. 1942.
- *Carta de Getúlio Vargas a Oswaldo Aranha*. Petrópolis, fev. 1942.
- *Cartas de Souza Costa a Getúlio Vargas*. Washington, 01.02.1942 e de 11.02.1942.
- *Carta de Getúlio Vargas a Souza Costa*. Petrópolis, 14 de fev. 1942.

### **ARQUIVO SOUZA COSTA:**

- *Relatório da Missão Souza Costa em Washington*. Ref. 37.05.21.
- *Relatório da reunião sobre assuntos relativos aos Acordos de Washington entre o Ministro Souza Costa e sua equipe e uma missão americana*. Ref. 25.06.42 e 42.06.25.

### **ARQUIVO OSWALDO ARANHA:**

- *Textos dos Acordos de Washington e outros acordos complementares*. Ref. 41.05.14/05.

## THE NATIONAL ARCHIVES OF UNITES STATES (USA)

RECONSTRUCTION FINANCE CORPORATION, RG. 234.

RUBBER DEVELOPMENT CORPORATION, Entry 270.

*General Records – 1942-1947:*

- *Report on examination of financial statements (Quadro IV).*
- *Tentative of Budget. Jan. 1943 to december 1943.*
- *Labor for Brazilian Rubber Program.*
- *Progress Report – 1943-1946.*
- *Progress Report on Budget estimates for 1943-1947.*
- *Organization of Rubber Development Corporation.*

RFC, RG. 234. RDC. Entry 271. *General Country File – 1942-1947:*

- *Report on the Brazilian Rubber Program. Part I, jan. 1941 to 1942.*
- *Summary of organization and activities, jun. 1945.*

RFC, RG. 234. RDC. Entry 281. *Records Relating to the Rubber Program:*

- *History and organization – 1943-1947.*
- *Monthly reports may-september 1944.*
- *Monthly reports – Belém 1943-1944.*
- *Summary of statistics Amazon & non Amazon.*
- *Secret Urgency of rubber.*
- *Rubber cronology of events and decisions affeting the natural Rubber Program, by Everret G. Hol, Chief of Comercial Research of RDC.*

RFC, RG. 234. RDC. Entry 283:

- *Reports on field trips in the amazon area – 1943-1944.*
- *Reports by field technicians on trips to rubber producing areas in the amazon region.*

(A documentação acima elencada encontra-se catalogada na *Preliminary Inventory of the Records of the Reconstruction Finance Corporation – 1932-1964*. Compiled by Charles Zaid. Washington. National Archives & Records Service, 1973, conseguida em forma de 2.098 páginas de microfilmes em pesquisa orientada pelo autor e realizada pelo Dr. Timothy D. W. Connelly. PhD em História).

## **DEPARTMENT OF STATE (USA)**

- *Foreign Relations of the United States; volumes on the "American Republics".* v. V (1939), (1940), (1941), (1942), (1943), (1944), (1945). Washington, Government Printing Office, 1962.

## **UNITED STATES CONGRESS HOUSE (USA)**

- *Baruch Report on Rubber Situation. Message from the President of United States (sept. 10. 1942).* 77th Congress, 2d sess. H. Doc. 836.
- *Congressional Records.* 76 th Cong., 1<sup>o</sup> sess., vol. 84.

# ANEXOS

# ANEXO I

## **TERMO DE COMPROMISSO (ENTRE O SEMTA E O “SOLDADO DA BORRACHA” RECRUTADO)**

Os benefícios concedidos e as obrigações assumidas pelo trabalhador são as seguintes:

A – O DNI fornecerá gratuitamente ao trabalhador: 1º - meios de transporte para ele e para seu equipamento de viagem, dos pontos de recrutamento e concentração aos de locação nos seringais; 2º - alojamento nas hospedarias durante a viagem; 3º - assistência médica e sanitária nos locais indicados no item 2º; 4º - equipamento de viagem, que ficará sendo de propriedade do trabalhador, composto de um vestuário de duas calças e um blusão, um par de alpercatas ou equivalente, uma rede, uma mochila, uma caneca, um prato fundo e um talher; 5º - novo vestuário se, decorridos três meses do fornecimento do equipamento inicial, não estiver ainda o trabalhador colocado no seringal; 6º - alimentação adequada, durante a vigência deste termo de compromisso.

B – O DNJ, a título de auxílio, efetuará os seguintes pagamentos ao trabalhador: Cr\$ 20,00 quando assinar o presente termo, Cr\$ 20,00 quando chegar a Belém, e Cr\$ 200,00 na ocasião da assinatura do contrato de trabalho.

C – O DNI proporcionará ao trabalhador e sua família, a necessária e indispensável assistência religiosa.

D – O trabalhador, durante a vigência deste termo de compromisso, se obriga a prestar, a critério da administração do DNI, qualquer trabalho previsto pela legislação trabalhista, recebendo o salário diário de Cr\$ 4,00 sem prejuízo do auxílio constante da letra “B”.

E – O trabalhador obriga-se a observar os regulamentos dos acampamentos e das companhias de navegação, quando embarcado.

F – Se por motivo relevante e justo, durante a vigência deste termo de compromisso, não convier ou não foi possível o aproveitamento do trabalhador, será ele reconduzido para o ponto onde foi recrutado. Ficam ressalvados os casos de comprovada força maior e



os decorrentes de justa causa para rescisão dos contratos de trabalho especificados no artigo 482, da Consolidação das Leis de Trabalho.

G – Se o trabalhador, durante a vigência deste, solicitar peças do equipamento de que trata a letra “A”, antes de decorridos três meses do fornecimento inicial, ou der lugar a prejuízo de qualquer natureza, fica acordado ser lícito o desconto das importâncias correspondentes aos danos causados, da quantia de Cr\$ 200,00 referida na letra B.

## ANEXO II

### CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO-PADRÃO DE TRABALHO NOS SERINGAIS

1º – O seringalista se compromete:

a) a entregar ao seringueiro as estradas arrendadas em estado que permita a sua exploração e a auxiliá-lo na construção da barraca e do defumador, que ficam, todavia, pertencente ao seringalista, independentemente de qualquer indenização; b) adiantar ao seringueiro: I – gêneros alimentícios, peças de roupa e medicamentos de uso comum, até a importância de Cr\$ 150,00 por mês; II – utensílios e ferramentas necessárias aos serviços de extração do látex e outros, inclusive arma e munição de caça.

2º – Os fornecimentos referidos na letra *b* da cláusula primeira não constituem operações de compra e venda não sendo permitido sobre o valor dos mesmos qualquer acréscimo que represente lucro; e à proporção que forem sendo realizados serão lançados na CADERNETA do seringueiro.

3º – O seringueiro se compromete a trabalhar seis dias por semana, quer na época apropriada à extração do látex, no que empregará todo o esforço possível para obter uma produção máxima, quer no período de entre-safra, quando deverá se ocupar de outros misteres dentro do próprio seringal, a juízo do seringalista, mediante salário diário mínimo de 7 (sete) cruzeiros com comida ou 10 (dez) cruzeiros sem comida.

4º – Toda borracha produzida será entregue ao seringalista e só poderá sair do seringal devidamente marcada, e pela barraca ou porto que o seringalista determinar.

5º – A infração da cláusula anterior importa em fraude, sujeita a ação policial inclusive apreensão do produto e procedimento criminal que no caso couber.

6º – Da borracha produzida pelo seringueiro ser-lhe-á creditado, pelo seringalista, logo que a mesma for vendida, o valor correspondente a 60% (sessenta por cento) no mínimo sobre o preço oficial que vigorar nas praças de Manaus ou Belém, onde deve ser nego-

ciada, depois de classificada, não se computando qualquer despesa de frete, seguro, impostos, taxas, comissões, etc. que recairão sempre sobre o seringalista.

7º – O seringueiro poderá cultivar, livre de qualquer ônus, um hectare de terra, ficando expressamente proibida a destruição de castanhais ou seringueiras.

8º – Os animais abatidos pelo seringueiro, em caçada, pertencer-lhes-ão, bem como as respectivas peles.

9º – Além dos elementos indispensáveis à identidade do seringueiro, serão feitos, obrigatoriamente, na CADERNETA, todos os lançamentos de débito, relativos aos fornecimentos de mercadorias, utensílios, ferramentas, armas, etc., sujeitos a comprovação do seu custo e despesas; e a crédito e percentagem correspondente à borraça entregue, mediante a apresentação da respectiva conta de venda.

10º – O seringueiro não poderá abandonar o serviço ou passar para o seringal pertencente a outro seringalista, sem liquidar integralmente as suas contas e obrigações decorrentes do presente contrato, salvo, todavia, se o seringalista com quem pretende trabalhar assumir, como fiador, a responsabilidade do débito acaso existente, ou pagá-lo imediatamente ao credor, se este assim o preferir.

11º – A solução dos conflitos que ocorrem entre os contratantes, caberá à Justiça do Trabalho.



**C**onsiderada uma obra clássica da historiografia acreana, na medida em que apresenta rigor teórico e se pautava em pesquisa documental consistente, “A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial” traz contributos relevantes para a construção de uma história econômica e social do Acre. O presente estudo parte de uma problemática geral – a 2ª Guerra Mundial – e busca mostrar as conexões desta com a Amazônia Sul Ocidental (o Acre) que, nesse período, mais uma vez, era inserida pelo grande capital à economia mundial como um potente produtor e exportador de borracha para os Países Aliados, que, capitaneados pelos EUA, se confrontavam com o nazi-facismo em expansão na Europa. Este livro revela as entranhas da rede de interesses políticos, econômicos e sociais, conjugados para viabilizar a “batalha da borracha” em detrimento da vida de milhares de nordestinos, que foram “deslocados” de seu Estado de origem para a Amazônia, na condição de soldados-seringueiros.

(Maria José Bezerra, adaptado)